



Universidade Federal de Sergipe

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM COMUNICAÇÃO

**ATIVISMO ANTI-HOMOFOBIA:
Embates político-midiáticos da rede LGBT na Internet**

CAROLE FERREIRA DA CRUZ

SÃO CRISTÓVÃO
Abril/2014



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM COMUNICAÇÃO

ATIVISMO ANTI-HOMOFOBIA:
Embates político-midiáticos da rede LGBT na Internet

CAROLE FERREIRA DA CRUZ

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Comunicação (PPGCOM) da Universidade Federal de Sergipe (UFS), como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Comunicação.

Orientadora: Prof^a. Dra. Sonia Aguiar Lopes.

SÃO CRISTÓVÃO
Abril/2014



TERMO DE APROVAÇÃO

“Ativismo anti-homofobia: embates político-midiáticos da Rede
LGBT na Internet.”

Discente:

CAROLE FERREIRA DA CRUZ

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Federal de Sergipe, como parte dos requisitos exigidos para a obtenção do título de Mestre em Comunicação Social.

Aprovada pela banca examinadora composta por:

Prof^ª. Dr^ª. Sonia Aguiar Lopes - orientadora (PPGCOM-UFS)

Prof^ª. Dr^ª. Messiluce da Rocha Hansen - avaliadora interna (PPGCOM-UFS)

Prof. Dr. Francisco Paulo Jamil Almeida Marques - avaliador externo (UFC)

Cidade Universitária “Prof. José Aloísio de Campos”, 25 de abril de 2014.

Mestrado em Comunicação Social:

Centro de Vivência da UFS– Cidade Universitária Prof. José Aloísio de Campos
Av. Marechal Rondon, S/N – CEP 49.100-000 – Rosa Elze – São Cristóvão – Sergipe – Brasil
Telefones: (79) 2105-6390 – E-mail: mestradocomunicação.ufs@gmail.com

Ficha Catalográfica Elaborada pelo
Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal de Sergipe

C957a Cruz, Carole Ferreira da
Ativismo anti-homofobia : embates político-midiáticos da rede LGBT na internet / Carole Ferreira da Cruz ; orientadora : Sonia Aguiar Lopes. -- São Cristóvão, 2014.
180 f. : il.

Dissertação (mestrado em Comunicação) - Universidade Federal de Sergipe, 2014.

1. Ativistas políticos. 2. Sociedade da informação. 3. Homossexualidade - Movimento. 4. Comunicação - Aspectos sociais. 5. Comunicação de massa. 6. Jornalismo. I. Lopes, Sonia Aguiar, orient. II. Título.

CDU 316.77-055.34

Aos que amam, sonham e lutam.

AGRADECIMENTOS

Ainda que a produção de uma dissertação de mestrado seja em essência um trabalho solitário, o processo de pesquisa acadêmica e de suporte emocional para a concretização desse objetivo resulta de um envolvimento coletivo mais amplo. Em função disso, não poderia me furtar de reconhecer às inestimáveis contribuições e o apoio recebido até aqui. A todos aqueles que estiveram comigo nessa trajetória, divido os possíveis méritos e eximo de qualquer responsabilidade pelas limitações, incompletudes e desvios de interpretação que porventura forem identificados.

Meus sinceros agradecimentos à coordenação do recém-criado Programa de Pós-graduação em Comunicação da Universidade Federal de Sergipe (PPGCOM-UFS), do qual tive o prazer de figurar entre os alunos pioneiros; à Fapitec/SE, que viabilizou a realização deste estudo; à minha orientadora Sonia Aguiar, que acreditou desde o primeiro instante no potencial desta proposta investigativa, esteve sempre aberta a novas abordagens e interlocuções e tornou-se uma fonte inesgotável de inspiração, aprendizado e suporte; aos demais professores do PPGCOM, que abriram caminho para ricas discussões e estiveram ao alcance para sanar dúvidas e oferecer auxílio.

Agradeço ainda aos colegas de turma pela parceria e solidariedade irrestritas, cuja convivência acabou se transformando numa amizade para além dos corredores universitários; aos protagonistas do movimento LGBT pela confiança, disponibilidade e fornecimento do subsídio necessário; aos amigos do coração, que tanto torceram, vibraram e sonharam comigo nesse e em tantos outros momentos especiais; a Grayce, Daniela, Dodoca, Luquinhas e Jéssica que, mesmo sem saber, influenciaram de alguma maneira certas escolhas.

Minha especial gratidão ao meu amado e estimado pai Francisco, exemplo maior que me conduziu pelo caminho da leitura, do respeito ao próximo, da retidão de caráter e do bem; à minha família, de quem me sirvo do esteio, do amor e do amparo para seguir em frente; à querida mana Bia, pelos préstimos, pelo incentivo e pelo infinito carinho; a Roginho, incentivador maior dessa empreitada, parceiro da tormenta e da bonança e companheiro de toda uma vida, que ajudou a forjar um pouco do que sou.

RESUMO

O presente trabalho surgiu do interesse em investigar a crescente utilização das ferramentas de informação e comunicação disponíveis na Internet para o fortalecimento do ativismo político *online* e *off-line*. Para verificar as características e as especificidades desse novo tipo de ação coletiva e sua relação com a questão da visibilidade midiática, escolhemos como objeto empírico o grupo de discussão eletrônico Aliança Nacional LGBT, criado pela Associação Brasileira de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais (ABGLT), que articulou e consolidou a maior rede LGBT da América Latina. A compreensão do modo de funcionamento dessa rede e de suas ações estratégicas exigiu o aporte teórico-conceitual das redes sociais, da ação coletiva, dos repertórios de ação e da visibilidade midiática, aplicados às práticas de interação e comunicação dos movimentos LGBT observáveis tanto no âmbito das plataformas digitais quanto na atuação *off-line*. Em razão das especificidades desse objeto, o estudo empírico apoiou-se em duas abordagens metodológicas complementares: a análise de conteúdo e a etnografia virtual. A primeira orientou a análise estrutural e da dinâmica do grupo de discussão, assim como a coleta de dados nos tópicos que motivaram maior participação, os quais se concentraram nos anos de 2012 e 2013. A segunda embasou a observação participante *online* das atuações na rede e as entrevistas semiestruturadas realizadas com membros de todas as regiões do país. A partir desses procedimentos, foram selecionados quatro estudos de caso representativos dos dois principais eixos paradigmáticos identificados como norteadores do ativismo da rede: o antagonismo político-institucional (embates com a bancada evangélica); e o antagonismo midiático (embates com a mídia tradicional). Entre as conclusões da pesquisa estão: os repertórios de ação (em rede, midiáticos, ciberativistas) surgem como táticas de reforço do ativismo político, visando ampliar a sua reverberação no debate público e na esfera política; a busca pela visibilidade midiática é uma estratégia imbricada nas ações ativistas que abrange as mobilizações “intermídia” nas plataformas digitais e as tentativas recorrentes de pautar os veículos jornalísticos; as articulações, mobilizações e intervenções *online* e *off-line* estão correlacionadas, podendo ser iniciadas tanto nos espaços de interação mediada quanto nos espaços políticos tradicionais e vice-versa; a mobilização de ativistas ocasionais e demais parceiros informais é uma prática estratégica para visibilizar e reforçar os mecanismos de pressão; o grupo de discussão é potencialmente mais ativo nas conversações civis para fins de troca de informações, análise de conjuntura, consulta especializada, planejamento e avaliação de ações; o ciberativismo é notadamente mais bem-sucedido nas situações em que a Internet exerce um papel relevante na disseminação de canais informativos alternativos para a conscientização e o engajamento coletivos; a associação do ativismo político a uma série de repertórios midiáticos, *online* e em rede tem contribuído para ampliar a visibilidade pública, o conjunto de alianças e o apoio da sociedade em torno das lutas anti-homofobia no país.

Palavras-chave: ativismo *online* e *off-line*; rede social digital; repertórios de ação; movimento LGBT; visibilidade midiática.

ABSTRACT

This work emerged from the interest in studying the increasing use of information and communication tools available on the Internet for strengthening the political activism online and offline. To verify the characteristics and specificities of this new type of collective action and its relation to the question of mediatic visibility, we have chosen as the empirical object the electronic discussion group LGBT National Alliance, created by the Brazilian Association of Lesbian, Gay, Bisexual, Transvestite and Transgender (ABGLT), which has articulated and consolidated the largest LGBT network in Latin America. The comprehension of the functioning mode of this network and its strategic actions required the theoretical and conceptual supply of social networks, collective action, repertoires of action and mediatic visibility applied to the practices of interaction and communication of LGBT movements observable both in digital platforms as well as offline activities. Due to the specificities of this object, the empirical study was based on two complementary methodological approaches: content analysis and virtual ethnography. The first one guided the structural analysis and the analysis of the discussion group dynamics, as well as data collection on topics that motivated larger participation, which concentrated on the years 2012 and 2013. The second one based the online participant observation of performances in the network and semistructured interviews carried out with members from all regions of the country. From these procedures, it was selected four representative case studies of the two main paradigmatic axes identified as the guidelines of the activism of the network: the political-institutional antagonism (conflicts with the evangelical countertop); and the mediatic antagonism (conflicts with traditional media). Among the conclusions of the research are: the repertoires of action (on network, mediatic, cyberactivists) emerge as strengthening tactics of political activism, aiming at expanding its reverberation in public debate and in the political sphere; the search for mediatic visibility is an imbricated strategy in activist actions which covers the "intermedia" mobilizations on digital platforms and recurrent attempts of guiding journalistic vehicles; online and offline articulations, mobilizations and interventions are correlated and can be started either in spaces of mediated interaction as in the traditional political spaces and vice versa; the mobilization of occasional activists and other informal partners is a strategic practice to visualize and reinforce the mechanisms of pressure; the discussion group is potentially more active in civil conversations for purposes of exchanging information, conjuncture analysis, specialized consulting, planning and evaluation of actions; cyberactivism is notably more successful in situations in which the Internet plays a relevant role in the dissemination of alternative informative channels for the collective awareness and engagement; the association of political activism to a number of mediatic repertoires, online and networked has contributed to increasing public visibility, the set of alliances and the support of society around anti-homophobia struggles in the country.

Keywords: online and offline activism; digital social network; repertoires of action; LGBT movement; mediatic visibility.

ABSTRACTO

El presente trabajo surgió del interés en investigar el creciente uso de las herramientas de información y comunicación disponibles en la Internet para fortalecer el activismo político en línea y fuera de línea. Para verificar las características y las particularidades de este nuevo tipo de acción colectiva y su relación con la cuestión de la visibilidad mediática, elegimos como objeto empírico el grupo de discusión electrónico Alianza Nacional LGBT, creado por la Asociación Brasileña de Lesbianas, Gays, Bisexuales y Transexuales (ABGLT), que articuló y consolidó la mayor red LGBT en América Latina. La comprensión del modo de funcionamiento de esta red y de sus acciones estratégicas exigió el aporte teórico y conceptual de las redes sociales, de la acción colectiva, de los repertorios de acción y de la visibilidad mediática, aplicados a las prácticas de interacción y comunicación de los movimientos LGBT observables en el ámbito de las plataformas digitales y en actividades fuera de línea. Por las particularidades de este objeto, el estudio empírico se apoyó en dos enfoques metodológicos complementarios: el análisis de contenido y la etnografía virtual. El primero orientó el análisis estructural y de la dinámica del grupo de discusión, así como la colecta de datos en los tópicos que motivaron mayor participación, los cuales se centraron en los años 2012 y 2013. El segundo basó la observación participante en línea de las actuaciones en la red y las entrevistas semi-estructuradas realizadas con miembros de todas las regiones del país. A partir de estos procedimientos, fueron seleccionados cuatro estudios de caso representativos de los dos principales ejes paradigmáticos identificados como rectores de lo activismo de la red: el antagonismo político-institucional (enfrentamientos con el banco evangélico); y el antagonismo mediático (enfrentamientos con los medios tradicionales). Entre las conclusiones de la investigación están: los repertorios de acción (en red, mediáticos, activistas cibernéticos) aparecen como tácticas de fortalecimiento del activismo político, con el fin de ampliar su reverberación en el debate público y en el ámbito político; la búsqueda de la visibilidad mediática es una estrategia que imbrica activistas en acciones que cubren las manifestaciones "intermedia" en las plataformas digitales y los intentos recurrentes de guiar la cobertura periodística; las articulaciones, manifestaciones y discursos en línea y fuera de línea están correlacionadas, que pueden ser iniciadas tanto en los espacios de interacción mediada como en los espacios políticos tradicionales y viceversa; la movilización de activistas ocasionales y otros socios informales es una práctica estratégica para visibilizar y reforzar los mecanismos de presión; el grupo de discusión es potencialmente más activo en conversaciones civiles con propósitos de intercambio de informaciones, análisis de situaciones, consultoría especializada, la planificación y evaluación de las acciones; el ciberactivismo tiene notablemente más éxito en situaciones en que la Internet ejerce un papel importante en la difusión de canales de información alternativos para la toma de conciencia y el compromiso colectivos; la asociación de activismo político a una serie de repertorios mediáticos, en línea y en red tienen contribuido para aumentar la visibilidad pública, el conjunto de alianzas y el apoyo de la sociedad alrededor de las luchas contra la homofobia en el país.

Palabras clave: activismo en línea y fuera de línea; red social digital; repertorios de acción; movimiento LGBT; visibilidad mediática.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	13
CAPÍTULO 1 - DAS LUTAS ANTI-HOMOFOBIA À CONQUISTA DA VISIBILIDADE MIDIÁTICA	17
1.1 Homofobia: contextualização e problematização	18
1.2 Pós-Stonewall: a trajetória do movimento LGBT no Brasil	24
1.3 A inserção das lutas anti-homofobia no debate público	33
1.4 Demandas LGBT por visibilidade midiática	39
CAPÍTULO 2 - APROPRIAÇÕES POLÍTICAS NO CONTEXTO DA INTERNET	55
2.1 Movimentos sociais contemporâneos	56
2.2 Redes de movimentos e movimentos sociais em rede	61
2.3 Repertórios de ação em rede	69
2.4 Conversação civil e interação <i>online/off-line</i>	78
2.5 Mutações do termo ativismo na era digital	81
CAPÍTULO 3 - O ATIVISMO ONLINE E OFF-LINE DA REDE LGBT	92
3.1 A ABGLT e a estratégia de atuação em rede	93
3.2 A ação em rede dos ativistas anti-homofobia na Internet	98
3.2.1 Escolha do <i>corpus</i>	104
3.2.2 Procedimentos metodológicos	109
3.3 O ativismo político da rede LGBT	115
3.4 Estudo de casos	123
3.4.1 “Fora Feliciano” e “Cura Gay”: embates com a bancada evangélica	128
3.4.2 Folha de Pernambuco e Revista Veja: embates com a mídia tradicional	135
3.4.3 Categorização do ativismo <i>online</i>	142
3.5 Repertórios de ação e visibilidade midiática: confrontos teóricos	159
CONCLUSÃO	163
REFERÊNCIAS	169
APÊNDICE	178
ANEXO	181

LISTA DE SIGLAS

ABGLT - Associação Brasileira de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais
ABL - Articulação Brasileira de Lésbicas
ABONG - Associação Brasileira de Organizações Não Governamentais
ANTRA - Associação Nacional de Travestis
APA - Associação Americana de Psiquiatria
APOGLBT - Associação da Parada do Orgulho GLBT
ARS - Análise de Redes Sociais
ARTGAY - Articulação Brasileira de Gays
CBB - Coletivo Brasileiro de Bissexuais
CCJ - Comissão de Constituição e Justiça
CDG - Comitê Desportivo LGBT
CDH - Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa do Senado
CDHM - Comissão de Direitos Humanos e Minorias da Câmara
CESeC - Centro de Estudos de Segurança e Cidadania
CFM - Conselho Federal de Medicina
CFP - Conselho Federal de Psicologia
CID - Código Internacional de Doenças
CNCD - Conselho Nacional de Combate à Discriminação
CNCD-LGBT - Conselho Nacional de Combate à Discriminação e Promoção dos Direitos de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais
CNT - Coletivo Nacional de Transexuais
CONAR - Conselho Nacional de Autorregulamentação Publicitária
CSSF - Comissão de Seguridade Social e Família
ENUDS - Encontros Nacionais Universitários de Diversidade Sexual
FONGES - Fórum Nacional de Gestoras e Gestores Estaduais e Municipais de Políticas Públicas para População de LGBT
FPPPV - Fórum Pernambucano Permanente Pró-Vida
GADVS - Grupo de Advogados pela Diversidade Sexual
GALE - Global Alliance for LGBT Education
GGB - Grupo Gay da Bahia
GLS - Gays, Lésbicas e Simpatizantes
ILGA - Conferência Internacional LGBT
INAMPS - Instituto Nacional de Assistência Médica da Previdência Social
IURD - Igreja Universal do Reino de Deus
LGBT - Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais
MEEL - Movimento Estratégico pelo Estado Laico
MPF - Ministério Público Federal
MPPE - Ministério Público de Pernambuco
OEA - Organização dos Estados Americanos
OMS - Organização Mundial da Saúde
PDC - Projeto de Decreto Legislativo
PLC - Projeto de Lei da Câmara
RUDS - Rede Universitária de Diversidade Sexual
TAC - Termo de Ajustamento de Conduta
TICs - Tecnologias de Informação e Comunicação
UNPLGBT - União Pluripartidária LGBT
SECAD - Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade

LISTA DE QUADROS

Quadro 1- Embates do ativismo LGBT entre os anos 1980 e 2000	38
Quadro 2 - Trajetória de conquista da visibilidade pelo movimento LGBT	47
Quadro 3 - Atuação política no contexto das novas tecnologias	89

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 - Página de abertura do grupo Aliança Nacional até 2013	99
Figura 2 - Página de abertura a partir de 2014, com barras de navegação em destaque	100
Figura 3 - Página da seção “conversas” com a listagem dos tópicos e mensagens	101
Figura 4 - <i>Fan page</i> da ABGLT no Facebook	121
Figura 5 - Vídeo produzido por um ativista da rede em protesto ao artigo de Veja	121
Figura 6 - Notícia veiculada sobre a eleição de Feliciano	128
Figura 7 - Notícia sobre aprovação do projeto da “Cura Gay”	132
Figura 8 - Beijo gay protagonizado pela atriz Fernanda Montenegro	132
Figura 9 - Anúncio do Fórum Pernambucano Permanente Pró-Vida	135
Figura 10 - Repercussão da polêmica sobre o anúncio em portal da Bahia	136
Figura 11 - Nota de esclarecimento da Prefeitura do Recife	136
Figura 12 - Ilustração da Veja destaca alguns dos trechos mais polêmicos do artigo	137
Figura 13 - Protesto virtual contra a revista Veja no Facebook	138
Figura 14 - Vídeo produzido pelo PC Siqueira no seu canal no YouTube	139
Figura 15 - Vídeo-denúncia veiculado antes da posse de Feliciano na comissão	144
Figura 16 - Notícia sobre a desistência de “tratamento” para gays	145
Figura 17 - Campanha criada pela boate GLS San Sebastian, de Salvador (BA)	147
Figura 18 - Convocação para os protestos contra Feliciano em São Paulo	148
Figura 19 - Convocação para os protestos contra a “Cura Gay” em Brasília	148
Figura 20 - Campanha do Avaaz para tentar destituir o deputado da CDHM	149
Figura 21 - Campanha lançada pela All Out no Facebook	149
Figura 22 - Petição pública para mobilização de assinantes da revista Veja	150
Figura 23 - Críticas do ministro ao projeto repercutiram na grande mídia	152
Figura 24 - Ironia marcou tom dos protestos contra a “Cura Gay”	153
Figura 25 - Beijaços marcaram atos contra Feliciano	154
Figura 26 - Site do Movimento Estratégico pelo Estado Laico	155
Gráfico 1 - Linha de tendência de troca de mensagens mês/ano	105
Gráfico 2 - Trajetória anual de crescimento das participações na rede	108
Gráfico 3 - Crescimento da participação na rede motivado pelo caso Feliciano	108
Gráfico 4 - Crescimento médio anual da troca de mensagens entre março e maio	109

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Números revelam maior aceitação da sociedade nos últimos 20 anos	47
Tabela 2 - Histórico de mensagens trocadas no grupo entre AGO/2010 e JAN/2013	104

INTRODUÇÃO

Este estudo tem como principal proposta investigativa a crescente utilização das ferramentas de informação e comunicação disponíveis na Internet para o fortalecimento do ativismo político nas esferas *online* e *off-line*. Para verificar as características e as especificidades desse novo tipo de ação coletiva e sua relação com a questão da visibilidade midiática, escolhemos como referencial empírico as lutas anti-homofobia travadas no Brasil, que têm como principal articuladora a Associação Brasileira de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais (ABGLT), a maior rede LGBT da América Latina na atualidade.

Criada em 31 de janeiro de 1995, a entidade passou a utilizar as tecnologias digitais para impulsionar a atuação em rede no limiar do século XXI, época que coincide com o surgimento dos primeiros *newsgroups* relacionados à temática da diversidade sexual. Com a expansão e o aperfeiçoamento dessas plataformas de interação mediada e a decisão estratégica de aglutinar setores dispersos da sociedade civil identificados com a inclusão das minorias sexuais, surge o grupo de discussão eletrônico alvo desta pesquisa: a Aliança Nacional LGBT, que engloba tanto militantes e ativistas quanto apoiadores informais.

O interesse em estudar a correspondência entre o impacto das atuais tecnologias de informação e comunicação sobre as práticas políticas das sociedades contemporâneas e a ação dos movimentos em defesa de gays, lésbicas e afins decorre de dois aspectos inter-relacionados: a intensificação do uso dos aparatos tecnológicos digitais por cidadãos, organizações, movimentos sociais e demais atores críticos e a ascensão do problema da homofobia à cena público-midiática. Essa progressiva visibilização fica evidenciada ao se constatar que segmentos diversos da população brasileira nunca discutiram tanto a multiplicidade de expressões da sexualidade e identidades de gênero quanto nos últimos anos.

Do ponto de vista pessoal, a principal motivação desta pesquisadora advém da trajetória profissional na área do jornalismo político e do profundo interesse pelas lutas das chamadas minorias sociais. A atuação na cobertura, edição e assessoria políticas permitiu aguçar a curiosidade e observar mais detidamente as transformações que o advento das ferramentas digitais passou a ocasionar nas formas de mobilização e ação dos movimentos sociais contemporâneos e dos cidadãos potencialmente engajados em questões concernentes ao interesse público.

O problema central que conduziu toda a investigação aqui apresentada foi verificar se as interações entre o ativismo *online* e o *off-line* possibilitaram avanços em termos de

resultados concretos para a causa anti-homofobia. Este trabalho perseguiu o objetivo de identificar se e em que medida as novas formas de ativismo, surgidas no contexto das novas tecnologias, estão contribuindo para que o debate sobre a homofobia ganhe uma visibilidade capaz de intervir na agenda política, dirimir preconceitos e melhorar aceitação social em torno da população LGBT.

Para tanto, fizemos uma imersão no principal grupo de discussão coordenado pela ABGLT no intuito de identificar qual o método de pesquisa mais eficiente para dar conta do desafio proposto. Em meio ao caráter original desta abordagem e às peculiaridades do objeto, que apresenta múltiplas dimensões, processos contínuos e dinâmicas complexas, optamos pelo uso combinado de duas metodologias: a análise de conteúdo e a etnografia virtual, que são instrumentos investigativos maleáveis e adaptáveis a diferentes perspectivas e procedimentos metodológicos.

A opção de abrir mão da tradicional análise de redes sociais (ARS) se justifica por que esse ferramental se mostra insuficiente para dar conta dos novos dados relacionais e interações discursivas gerados na dinamicidade dos movimentos sociais e grupos ativistas que atuam nas redes eletrônicas. Por meio de uma perspectiva complementar, inicialmente procuramos apreender no âmbito da Aliança Nacional os fluxos comunicativos e os eixos paradigmáticos norteadores do ativismo, até selecionarmos os casos mais relevantes para a análise, a partir dos critérios de maior participação interna e repercussão na mídia.

Com base na análise de conteúdo, aplicamos as técnicas de codificação, categorização e desmembramento do texto em unidades capazes de revelar o implícito, assim como os núcleos de sentido simbólico e latente da comunicação. Esse método foi especialmente útil para ordenar a vastidão e a dispersão do material disponível (comentários, vídeos, fotos, ofícios, petições, notas oficiais, moções, artigos, matérias etc.), indicar as posições nas lutas no campo da homofobia, categorizar o ativismo praticado dentro da rede, selecionar as principais lideranças a serem entrevistadas e o *corpus*.

Paralelamente, utilizamos de forma suplementar a observação participante e a entrevista semiestruturada. Os procedimentos de base etnográfica foram essenciais ao longo deste estudo por possibilitar entender as práticas, as formas organizativas e os comportamentos; identificar a trajetória ativista, os principais repertórios de ação e o perfil dos integrantes mais ativos. Além disso, a imersão na interação mediada forneceu uma compreensão mais abrangente e detalhada da dinâmica, dos embates e das ações coletivas em rede, midiáticas e ciberativistas.

Os exemplos mais emblemáticos de ativismo desta pesquisa foram as manifestações do “Fora Feliciano”, “Cura Gay”, “Folha de Pernambuco” e “Revista Veja”, que expressam as duas principais frentes de luta do grupo identificadas entre os anos de 2012 e 2013: o antagonismo político-institucional (embates com a bancada evangélica); e o antagonismo midiático (embates com a mídia tradicional). A partir desses estudos de caso, pudemos vislumbrar o modo pelo qual os movimentos LGBT usam o ambiente digital para produzir inovações político-institucionais-comunicativas na tentativa de intensificar o combate à homofobia.

Este trabalho teve como ponto de partida um levantamento nos anais da Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação (Intercom), entre 2007 e 2011, a partir da busca por palavras-chave relacionadas à temática proposta. A preponderância do determinismo tecnológico e a fragilidade teórico-conceitual dos artigos que correlacionavam ativismo e novas tecnologias gerou a necessidade de buscar uma bibliografia complementar nos periódicos de referência e nas disciplinas ministradas na fase de cumprimento dos créditos, que totalizou mais de 150 títulos. Com base nesse mapeamento do campo, estabelecemos as condições necessárias para definir a estrutura básica e o lastro teórico da pesquisa.

No primeiro capítulo problematizamos o conceito de homofobia, a partir de uma aproximação com as relações de poder, gênero, identidades sexuais e sexismo. Em seguida, recuperamos a trajetória de luta dos movimentos LGBT no Brasil, buscamos investigar quando e como o combate à homofobia passou a integrar a agenda dos ativistas e, posteriormente, o debate público, e em que momento a instrumentalização da mídia tornou-se uma demanda estratégica. A partir de então, inserimos a discussão sobre a crescente visibilidade público-midiática alcançada pela causa das minorias sexuais com base na apropriação das novas tecnologias digitais.

No segundo capítulo, situamos a eclosão dos movimentos pela liberação sexual no contexto mundial das lutas pelos direitos civis na década de 1960 e o protagonismo dos meios de comunicação no processo de reconfiguração da lógica de poder nas sociedades modernas. Logo depois, abordamos os reflexos dos fenômenos da globalização e da informatização sobre os coletivos sociais contemporâneos, que intensificaram a formação de redes e se apropriaram das novas tecnologias para compartilhar valores, ideias e experiências com relativa autonomia em relação a governos, corporações e à grande mídia.

As apropriações tecnológicas daí decorrentes ocasionaram impactos nas formas de planejamento, organização, mobilização e da ação dos movimentos sociais, assim como o surgimento de novos repertórios de ação. Em função disso, tentamos situar as lutas anti-homofobia no âmbito das teorias da ação coletiva, dos repertórios de ação e de suas interfaces com as ferramentas digitais, que têm possibilitado alianças estratégicas com variados atores críticos da sociedade civil na busca por visibilidade pública e pelo fortalecimento dos mecanismos de pressão.

O resultado desse esforço permitiu caracterizar o grupo Aliança Nacional como uma rede de ação sociopolítica que se exponencia à medida que os ativistas dinamizam e aprimoram os processos tecnológico-midiáticos. Tal aspecto se reflete na polissemia que o termo “ativismo” tem adquirido na atualidade (ciberativismo, ativismo *online*, ativismo digital, hacktivismo, game-ativismo etc.) e na incorporação desses novos repertórios de ação pelos movimentos LGBT com o objetivo estratégico de: reforçar o combate à homofobia e incorporar a contribuição dos ativistas ocasionais e/ou independentes engajados em projetos e causas temporárias relacionadas às suas identidades, interesses e percepções de mundo.

Diante de um cenário complexo marcado pela crise de representação e de legitimidade do sistema político, em que coexistem, no campo político, novas e tradicionais formas de organização institucional e, no campo acadêmico, um mapa teórico-conceitual cuja transição para os novos paradigmas comunicacionais permanece incompleta, almejamos com este estudo ter contribuído para dimensionar e assimilar as potencialidades abertas por ambientes digitais de interação mediada para fortalecer os processos de ação coletiva nas sociedades contemporâneas.

CAPÍTULO 1

DAS LUTAS ANTI-HOMOFOBIA À CONQUISTA DA VISIBILIDADE MIDIÁTICA

Neste primeiro capítulo buscamos situar historicamente e problematizar o conceito de homofobia, a partir de uma abordagem para além da expressão de sentimentos de rejeição e aversão que resultam em práticas cotidianas de violência, preconceito e discriminação. Ao propor uma aproximação com as relações de poder e os processos de produção de diferenças culturais associadas às relações de gênero, identidades sexuais e sexismo, investimos em uma abordagem que procura dar conta dos contornos sociais, ideológicos e institucionais, assim como das consequências políticas envolvidas nesse processo de negação, desumanização e inferiorização do outro.

Cumprido o desafio inicial de entender os mecanismos que sustentam a ideologia homofóbica, expressa não apenas em atos discriminatórios e violentos, mas, sobretudo, na inferiorização jurídica dos homossexuais, partimos para a tarefa de investigar quando e como o combate à homofobia passou a integrar a trajetória de luta dos movimentos LGBT no Brasil e, posteriormente, o debate público. Da quase completa invisibilidade nos anos 1980, quando das primeiras mobilizações dos ativistas para incluir na Constituição de 1988 a discriminação por orientação sexual e denunciar os assassinatos de homossexuais, essa questão irrompeu o século XXI com força na cena política e midiática.

Esse percurso ascendente coincide com o momento em que o próprio movimento amplia suas percepções em torno das bandeiras de luta e do relacionamento com os meios de comunicação. Assim, a homofobia começa a ser entendida como um fator de restrição da cidadania a ser enfrentada com prioridade e a chamada grande mídia passa a ser vista como um instrumento estratégico para melhorar a imagem de gays, lésbicas, bissexuais e transgêneros solapada pela epidemia de Aids. A crescente inserção da temática da diversidade sexual no debate público culmina com o processo de constituição pública da ideia da comunidade LGBT como sujeito de direito, refletido na atualidade com a aprovação de leis e conquistas jurídicas e previdenciárias.

No transcurso deste capítulo, nos propomos a mostrar que, no âmbito dessas mudanças internas, vem se descortinando o caráter notadamente midiático e político-institucional dos movimentos LGBT no cenário nacional. A atuação de militantes e ativistas tem se voltado

para: um intenso trabalho de *advocacy* (defesa de direitos)¹ junto a parlamentares e gestores; a constituição de redes locais, nacionais, regionais e internacionais; a promoção de eventos massivos como as Paradas de Orgulho Gay; a conquista de visibilidade “positiva” na mídia e na sociedade; e o uso sistemático das atuais Tecnologias de Informação e Comunicação (TICs) para o fortalecimento do ativismo anti-homofobia e a ampliação da rede de simpatizantes e apoiadores.

Por fim, discutimos a crescente visibilidade pública e midiática alcançada pela causa LGBT com base na apropriação das novas formas de divulgação, organização e mobilização capitaneadas pela Internet, especialmente as listas de discussão eletrônica, as mídias sociais, os *blogs* e *softwares* para troca de mensagens. As tecnologias digitais permitem que os movimentos sociais contemporâneos difundam suas demandas com mais agilidade, instantaneidade e acessibilidade, de modo a ampliar as estratégias para visibilizar problemas e questões, potencializar a capacidade de persuadir, sensibilizar e convocar potenciais seguidores, desenvolver ferramentas capazes de gerar discussão e ecoar na esfera pública.

1.1 Homofobia: contextualização e problematização

Para entender como a homofobia se disseminou nas sociedades ocidentais, é preciso retomar os estudos de Foucault (2007a, 2001, 2007b) sobre a construção da sexualidade por meio de uma série de discursos sociais. A partir do século XVII, várias instâncias de conhecimento e poder, como medicina, pedagogia, direito, psiquiatria, biologia, burguesia e igreja, colocaram o sexo em um novo patamar: mais ligado aos negócios do Estado e à lógica da vigilância. Se até então a visão reinante era a da degenerescência, uma nova estratégia para controlar corpos e desejos investe na sexualidade como categoria mais adequada às correntes de saber científico e dogmático que se instituíam naquele momento.

Esses discursos reguladores fazem com que, uma vez enunciada, a sexualidade seja mais facilmente monitorada em um regime de poder-saber-prazer, seja pelo estímulo às confissões religiosas da carne em atos, sonhos e pensamentos; pelas narrativas literárias que trazem detalhes sexuais; pelo estudo das perversões no sentido médico e jurídico; ou pelo caminho da racionalidade, que cria um policiamento do sexo através “de discursos úteis e

¹ O termo, de difícil tradução para o português, indica uma ação coletiva de caráter político embasada em valores e racionalidades de interesse público ou de solidariedade com grupos sociais desfavorecidos pelo Estado. Diferencia-se, assim, das motivações de poder financeiro que orientam o *lobby* em favor de grupos privados ou corporações específicos. Envolve “promoção de direitos”, quando visa ampliar o espectro de direitos já conquistados, ou “defesa de direitos”, quando estes estão sendo violados ou sob ameaça (AGUIAR, 2007).

públicos e não pelo rigor de uma proibição” (FOUCAULT, 2007a, p.31). “O que é próprio das sociedades modernas não é o terem condenado, o sexo, a permanecer na obscuridade, mas sim o terem-se devotado a falar dele sempre, valorizando-o como o segredo” (Ibid., p.42).

Tal dimensão mais sutil não diz respeito apenas ao ato sexual, mas a uma miríade de desejos e práticas que deixam de ser alvo direto de repressões e interdições. Assim, as manifestações da sexualidade atingem duas instâncias: as análises racionais, a exemplo das prescrições médicas de higienização dos atos sexuais; e o controle moral por parte dos núcleos religiosos e familiares. Nesse contexto, emergem sexualidades úteis, conservadoras e aceitáveis, em que a monogamia heterossexual é a norma abalizada pelas leis jurídico-naturais e a homossexualidade, ao contrário, representa a dissidência (FOUCAULT, 2007a).

Esse prazer dissidente passou a ser incorporado às figuras da sexualidade quando foi transferido “da prática da sodomia, para uma espécie de androgenia interior, um hermafroditismo da alma. O sodomita era um reincidente, agora o homossexual é uma espécie” (Ibid., p.51). A tendência de medicalização/psiquiatrização dos atos sexuais teve como uma de suas principais consequências a associação da homossexualidade a algum tipo de doença física ou psíquica, visão que só foi superada recentemente no campo científico². Por outro lado, congregações religiosas, em sua maioria, a relacionaram ao pecado e à antinatureza (BORRILLO, 2010).

Segundo Borrillo (2010), estariam nesse aspecto religioso, notadamente na tradição judaico-cristã, os elementos precursores da hostilidade contra gays e lésbicas. A sexualidade entre pessoas do mesmo sexo era considerada um elemento constitutivo da vida do indivíduo (sobretudo, masculino) pelo pensamento pagão. Porém, ao acentuar a oposição da Lei Judaica, o cristianismo passou a situar os atos homossexuais e quem os comete à margem da natureza, até que, ao triunfar como religião oficial do Império Romano, “transformará essa exclusão da natureza no elemento precursor e capital da ideologia homofóbica” (Ibid., p. 44).

Como destaca Foucault (2007a), é para a família que os aparatos discursivos sobre a sexualidade são dirigidos, resultando em ampla difusão de preceitos sobre condutas sexuais “sadias” e “aceitáveis”. O núcleo familiar passa a representar a salvaguarda das uniões monogâmicas, heterossexuais e reprodutivistas, e o centro de convergência de todos os discursos sobre a sexualidade nos últimos três séculos, responsáveis, em larga medida, pela instauração e disseminação das concepções homofóbicas. Desse modo, a categoria

² Em 1973, a Associação Americana de Psiquiatria (APA) retirou a homossexualidade do seu *Manual de Diagnóstico e Estatística de Distúrbios Mentais*. Em 1990, a Organização Mundial da Saúde (OMS) excluiu-a do Código Internacional de Doenças (CID). No Brasil, os conselhos federais de Medicina (desde 1985) e de Psicologia (desde 1999) não mais a consideram doença, distúrbio ou perversão (cf. JUNQUEIRA, 2007).

sexualidade já nasce sujeita a mal entendidos, silêncios, interditos, escrutínios e ambiguidades (CARVALHO, 2009).

A homofobia se organiza em torno de um movimento geral deflagrado no século XIX no sentido de criar categorias ligadas a comportamentos sexuais impulsionados pelo exercício médico e psicológico da época. É nesse contexto que surgem os conceitos de homossexualidade e homossexual, diretamente associados a uma ideia de patologia que fazia parte de uma estratégia política para dissociar a prática sexual entre pessoas do mesmo sexo do crime ou da fragilidade moral (FOUCAULT, 2007a). Antes desse período, se falava em práticas homoeróticas, mais próximas dos delitos ou ilegalidades. Depois, passou-se a falar de “homossexualismo”, mais relacionado a alguma debilidade física ou mental.

O termo homofobia foi usado pela primeira vez em 1971, nos EUA, em um artigo publicado por K. T. Smith ao tentar analisar os traços da personalidade homofóbica (BORRILLO, 2010). Mas só surge como conceito um ano depois (1972), quando o psicólogo clínico George Weinberg passa a associá-lo a um tipo de fobia, para explicar os sentimentos negativos e hostis em relação aos homossexuais e à homossexualidade (Ibid., JUNQUEIRA, 2007). Essa conceituação original não tardou a se revelar limitada, parcial e imprecisa, sujeita a problematizações e a novos contornos semânticos e políticos (PRADO, 2010, p. 8)³.

Para Junqueira (2007), mesmo ressignificado, o termo possui ainda fortes traços do discurso clínico e medicalizante original, ao ser relacionado, por exemplo, a certas atitudes, emoções (aversão, desprezo, medo, ódio, desconfiança, repulsa, desconforto) e psicopatologias em relação a todos aqueles que não se alinham ao padrão heterossexual. Em alguns casos, essas emoções seriam a tradução do receio inconsciente do próprio homofóbico ser (ou de que os outros pensem que ele seja) homossexual. Além do mais, há uma carga semântica medicalizada na própria acepção da homofobia, na medida em que alguns segmentos a relacionam a “doença” (Ibid., p. 4).

Junqueira (2007) considera problemático que os discursos e as estratégias em busca de reconhecimento da diversidade sexual priorizem o enfoque apoiado nos saberes médico e clínico. Esses campos de saber-poder são capazes de produzir efeitos em diversas áreas relativas às experiências e às condições humanas, por isso “podem contribuir tanto para facultar quanto para limitar compreensões e possibilidades de reconhecimento e de construção de novos direitos”. Nesse sentido, “a homofobia pode encontrar em certas representações,

³Optamos por indicar os números das páginas de citações indiretas que apresentam um conteúdo muito semelhante ao pensamento original do autor.

crenças e práticas ‘científicas’ uma forma laica e não religiosa de se atualizar, se fortalecer e se disseminar” (Ibid., p. 6).

A visão prevalecente na atualidade engloba situações e mecanismos sociais relacionados a preconceitos, discriminações e violências contra homossexuais, bissexuais e transgêneros⁴ (JUNQUEIRA, 2007). A homofobia é compreendida como fator de restrição dos direitos de cidadania, um impeditivo à educação, à saúde, ao trabalho, à segurança e aos direitos humanos; portanto, advoga-se que seja criminalizada. A referência ainda é àquele conjunto de emoções negativas, mas sem enfatizar exclusivamente aspectos de ordem psicológica e rechaçando por completo aspectos patologizantes (Ibid.).

Há vertentes, no entanto, que propõem entender a homofobia a partir das relações de poder e dos processos de produção de diferenças culturais associadas à construção de preconceitos e mecanismos discriminatórios relativos a questões de gênero e à dominação masculina (JUNQUEIRA, 2007). Essa abordagem demonstra que a matriz a partir da qual se constroem as práticas homofóbicas “é a mesma em que se estrutura o campo de disputas nas quais se definem socialmente o masculino (e as masculinidades), o feminino (e as feminilidades), como também o neutro, o ambíguo, o fronteiro ou o semovente” (Ibid., p.7).

Nessa perspectiva, a homofobia está vinculada a uma construção social relacionada à ordem sexual, a uma suposta hierarquia entre os gêneros e as sexualidades que são a fonte do sexismo e do machismo (FERRARI, 2011). A homossexualidade – ou as homossexualidades⁵ - tem sua origem vinculada ao binarismo de gênero, à compreensão geral do que é ser próprio do homem e da mulher, cujas representações, baseadas em concepções de natureza biológica, justificam desigualdades, rejeições, negações e constroem relações específicas de poder (Ibid.).

A homofobia, como aponta Ferrari (2011), evidencia-se como uma reação contra qualquer desvio da “coerência” entre gêneros, em que é vedada a aproximação do que é tido como masculino do feminino ou vice-versa. “Se esta é a organização da homofobia, me parece que também é sua força de resistência, ou seja, a homofobia tem que nos servir para que possamos problematizar essas fronteiras de gênero”, de modo a possibilitar

⁴ Pessoas cuja identidade de gênero não se alinha ao sexo designado no nascimento (*drag queens*, transformistas, *crossdressers* etc.) (FACCHINI, 2011).

⁵ O uso no plural se dá porque, segundo Ferrari (2011, p.70), não seria possível falar em homossexualidade e homossexual no singular, uma vez que haveria uma infinidade de homossexualidades possíveis, responsáveis por fazer com que as pessoas tenham inserções distintas nas construções de suas identidades. O autor entende as homossexualidades como processos de construção que dizem respeito não só às identidades mas também à constituição de subjetividades, aos gêneros e, portanto, aos processos de negociação entre sujeitos nos diferentes contextos em que transitam.

atravessamentos e desconstruções baseados na compreensão dos contornos político-ideológicos envolvidos nesse processo histórico de construção da sexualidade e das políticas de identidade (Ibid., p. 81).

Borrillo (2010) acredita que a divisão dos gêneros e o desejo heterossexual funcionam mais como dispositivo de reprodução da ordem social do que de reprodução biológica da espécie. Ao atuar como guardião das fronteiras sexuais e de gênero, a homofobia, como atributo da heterossexualidade hegemônica e como uma forma específica de sexismo, visa não só os homossexuais, mas “todos aqueles que não aderem à ordem clássica dos gêneros: travestis, transexuais, bissexuais, mulheres heterossexuais dotadas de forte personalidade, homens heterossexuais delicados ou que manifestem grande sensibilidade...” (Ibid., p. 16).

Apesar de atingir diretamente os homossexuais, que são alvo dos mais variados tipos de violência física e psicológica, a homofobia não poupa ninguém. Por isso, se traduz num grave problema social que afeta tanto as meninas, obrigadas a se anular para cumprir os papéis que lhes são impostos desde o nascimento; quanto os meninos, que, no “processo de construção das identidades de gênero e sexuais, não são capazes de aprender a serem homens de outra forma, demonstrando certa dificuldade com afetividade, o que implica em consequências nos relacionamentos com as mulheres, por exemplo” (FERRARI, 2011, p. 84).

Borrillo (2010) compreende a homofobia para além das práticas cotidianas, a partir de uma construção ideológica que hierarquiza as sexualidades, designa o outro como contrário, diferente, inferior ou anormal e extrai consequências políticas. Essa hierarquização tem levado à criminalização das práticas homossexuais e à sua inferiorização jurídica em diversos momentos e sociedades – como se pode observar ainda na maioria dos países. Desse modo, a ideologia homofóbica repete a mesma lógica de outras formas de opressão e violência, como o racismo, o antissemitismo, a misoginia e a xenofobia.

A homofobia, de acordo com Borrillo (2010), pode ser classificada como: (a) irracional, relacionada ao medo, aversão, repulsa e às fobias de maneira geral, cujas origens estão em conflitos individuais; (b) cognitiva (social), relacionada à pretensa aceitação dos homossexuais, desde que estes não usufruam dos mesmos direitos reconhecidos aos heterossexuais; (c) geral, relacionada aos valores sexistas que insistem em perenizar os papéis de masculino-feminino para perpetuar a matriz heterocêntrica; e (d) específica, relacionada às atitudes hostis contra os homossexuais sob a acusação de colocarem em risco a coesão moral, cultural e salutar da sociedade.

Na associação da homofobia com demais formas opressoras e violentas, Junqueira (2007) propõe uma aproximação com o conceito de heteronormatividade, vinculado à produção e à regulação de subjetividades e relações sociais baseadas num conjunto de eixos que atuam na legitimação e hierarquização de corpos, identidades, comportamentos, estilos de vida e relações de poder. A partir daí, faz uma relação com outras fontes normativas, normalizadoras e estruturantes, em que os processos de construção de identidades tendem a se dar em torno da produção e da circulação de representações sociais a partir das noções de etnia, raça, corpo, gênero, sexualidade etc. Portanto, homofobia, sexismo, misoginia, racismo e xenofobia “se encontram, se reforçam e se confundem” mutuamente (Ibid., p. 11).

Para Junqueira (2007), o desenvolvimento do antissemitismo científico no século XIX foi fundamental à construção do pensamento racista, etnocêntrico e heteronormativo contemporâneo que, ao se fundir com a homofobia, parece adquirir maior potência e capacidade de atualização. Isso não quer dizer que as discriminações se equivalham, mas que convergem e se reforçam ao desencadear semelhantes discursos, práticas e modalidades de explicitação ou ocultamento. A grande diferença entre um e outro está no fato de o racismo ser menos tolerado socialmente e condenado pelas instituições, enquanto a homofobia opera às claras e é quase uma opinião de bom senso (BORRILLO, 2010; JUNQUEIRA, 2007).

Negros, judeus, minorias étnicas e religiosas não são privados de direitos nas sociedades modernas, mas a orientação sexual ainda é evocada oficialmente como impedimento para inscrição de companheiros(as) nos benefícios de seguridade social e nos planos de saúde; formalização de casamentos, adoção e guarda de crianças; recebimento de heranças e situações afins. Ou seja, “a homossexualidade permanece como a única discriminação inscrita formalmente na ordem jurídica”, sujeita a certa tolerância ou até mesmo simpatia por parte de determinados setores, desde que isso não inclua qualquer política de igualdade (BORRILLO, 2010, p. 40).

Embora se observe que a homofobia ainda é um conceito em construção, sujeito a tensionamentos e ressignificações permanentes, torna-se imperioso pensá-lo para além da mera manifestação de sentimentos negativos, preconceitos e discriminações, a partir de problematizações com as relações de gênero, identidades sexuais e sexismo (CARVALHO, 2009). Restringir sua compreensão a aspectos individuais ou psicológicos não dá conta dos contornos sociais, ideológicos e institucionais, bem como das consequências políticas, desse processo de negação, desumanização e inferiorização do outro (Ibid.).

A discussão posta aqui conduz a uma dupla definição de homofobia: construção ideológica baseada na promoção de uma forma de sexualidade hétero em detrimento de outra (homo), que resulta na hostilidade geral, psicológica e social “contra aquelas e aqueles que, supostamente, sentem desejo ou têm práticas sexuais com indivíduos de seu próprio sexo” (BORRILLO, 2010, p. 34); situações de preconceito, discriminação e violência contra pessoas (homossexuais ou não) cujas “performances” e/ou “expressões de gênero” não se enquadram nos modelos hegemônicos (JUNQUEIRA, 2007, p. 8).

De acordo com Ferrari (2011), apesar de ser um conceito novo, a homofobia já está incorporada ao vocabulário corrente da população e por isso representa um ganho importante para os movimentos de afirmação da diversidade sexual na luta pela igualdade de direitos e pela implantação de políticas afirmativas. Investir no combate às práticas e discursos homofóbicos é mais do que lutar pelo reconhecimento das homossexualidades. Representa, ainda, colocar sob suspeição certas naturalizações nas relações de gênero e sexualidades e combater o sexismo e o machismo na direção da construção de diferentes “masculinidades” e “feminilidades” (Ibid., p. 72).

Borrillo (2010) defende que o enfrentamento da homofobia exige uma ação pedagógica destinada a modificar uma dupla imagem que associa a heterossexualidade a um modelo natural e a homossexualidade a uma disfunção psicológica, afetiva e/ou moral. Ao constituir uma ameaça aos valores democráticos de compreensão e respeito por outros, representa um problema social que deve ser considerado um delito suscetível de sanção jurídica. “Todavia, a dimensão repressora é destituída de sentido se ela não for acompanhada por uma ação preventiva” (Ibid., p. 106).

É necessário, segundo Junqueira (2007), observar as condições e tensões sociais que produzem e alimentam a homofobia e as circunstâncias nas quais o ódio homofóbico pode ser instrumentalizado. Esses esforços políticos requerem a adoção de agendas que busquem promover a cultura dos direitos humanos a partir de uma lógica criativa, insurgente e emancipatória, “voltada a afinar olhares, estimular inquietações, promover sensibilidades, ensejar atitudes anticonformistas, desestabilizar doutrinas e atentas a possíveis mecanismos de opressão que o próprio enfrentamento possa produzir” (Ibid., p. 18).

1.2 Pós-Stonewall: a trajetória dos movimentos LGBT no Brasil

Os movimentos em defesa da diversidade sexual no Brasil surgiram no final dos anos 1970 formados, predominantemente, por homens homossexuais. A proposta inicial era um

projeto de politização da questão da homossexualidade em contraposição às alternativas de “gueto” e de algumas associações surgidas anteriormente, cuja atuação era mais voltada à sociabilidade (FACCHINI, 2005, p. 88, 2011). Logo depois, as lésbicas começaram a se afirmar como sujeito político, mas só nos anos 1990 é que os travestis, e em seguida os transexuais, passaram a participar mais organicamente. No início dos anos 2000 é a vez dos bissexuais cobrarem reconhecimento (Ibid., 2011). Com essa ampliação, o conjunto dos movimentos passou a ser designado como movimento LGBT⁶.

As bases para a sua constituição estavam no ambiente contracultural de busca pela liberdade sexual e no discurso de autoafirmação, liberação e rebeldia de Maio de 68 (CASTELLS, 1999). Associado a essa subversão dos valores, que ofereceu às pessoas a possibilidade de “sair do armário” e expressar múltiplas sexualidades, outros fatores contribuíram para esse processo: o impacto do feminismo sobre o patriarcalismo, ao questionar a dicotomia das categorias mulher e homem; e a violência da repressão exercida por uma sociedade que rejeita a homossexualidade, ao ponto de transformar em ativistas radicais até mesmo gays que só queriam amar e viver em paz (Ibid., p. 240).

Nesse contexto foi que explodiu a revolta no Bar Stonewall em 28 de junho de 1969, no bairro boêmio Greenwich Village, em Nova York. Cansados das constantes abordagens violentas da polícia, gays, lésbicas e travestis partiram para o confronto. A data, considerada o “Dia do Orgulho Gay”, representa o marco dos movimentos LGBT no mundo, que, desde então, têm crescido exponencialmente graças a: formação de uma economia informacional avançada nas áreas metropolitanas, com novos tipos de emprego independentes das grandes organizações, de modo que o comportamento individual não podia ser facilmente controlado; a popularidade da liberação sexual da década de 1960; e a separação física e psicológica entre homens e mulheres provocada pelo desafio feminista ao patriarcalismo (CASTELLS, 1999).

As origens desse movimento remontam à organização holandesa COC - *Center for Culture and Recreation*, surgida em Amsterdã no final da década de 1940, com a missão de desconstruir uma imagem negativa da homossexualidade (FACCHINI, 2011). A entidade foi criada pelo grupo que editava a publicação mensal *Levensrecht* – cuja tradução para o português é “Direito de viver”. Nos anos 1950, nasceu o grupo clandestino *Mattachine Society*, que tinha como lideranças alguns articuladores da esquerda socialista norte-

⁶ A sigla LGBT foi uma forma de o movimento incorporar as demandas dos vários segmentos na discussão sobre orientação sexual e identidade de gênero. Em certos locais no Brasil, o T inclui transgêneros (FACCHINI, 2011; 2005).

americana e se ocupava da promoção de espaços de sociabilidade e discussão. No mesmo período, eclodiu nos EUA o grupo lésbico *Daughters of Bilitis* (Ibid.).

A trajetória do movimento LGBT no Brasil pode ser dividida em três fases, segundo periodização elaborada por Facchini (2005, 2003). A “primeira onda”, de 1978 a 1983, abrange o surgimento, a difusão e o projeto de transformação social pós-ditadura; a “segunda onda”, de 1984 a 1992, corresponde ao declínio pós-epidemia da Aids e o início da luta pelos direitos civis dos homossexuais; e a “terceira onda”, de 1992 aos dias atuais, é o foco deste trabalho. Essa última etapa é marcada pelo reflorescimento, expansão e resposta à epidemia da Aids, ação político-institucional, ampla participação em movimentos de defesa dos direitos humanos, conquista de visibilidade, organização de eventos midiáticos como as Paradas de Orgulho Gay, e a criação de redes locais, regionais e nacionais.

Os primeiros grupos homossexuais surgiram no contexto da “abertura” política do período militar e propunham abolir hierarquias sociais, especialmente as relacionadas a gênero e sexualidade. Defendia-se uma proposta de politização da homossexualidade, em contraposição ao machismo e aos estereótipos de “efeminados” e “masculinizadas” (FACCHINI, 2005). Havia um forte caráter antiautoritário expresso na forma de organização do movimento, que, naquele momento, operava de maneira não institucionalizada e com coordenações rotativas, para evitar concentração de poder (Ibid.). Remetiam a essa época o grupo Somos de Afirmação Homossexual, de São Paulo, e o jornal *Lampião da Esquina*, do Rio de Janeiro (BARROSO, 2011).

O primeiro encontro da militância homossexual aconteceu no Rio de Janeiro, em 1979, e as principais resoluções foram: promover um segundo encontro; reivindicar a inclusão do respeito à “opção sexual” (nesse momento ainda não se falava em “orientação sexual”⁷) na Constituição Federal; e realizar uma campanha para retirar a homossexualidade do Código de Doenças Mentais do antigo Inamps - Instituto Nacional de Assistência Médica da Previdência Social. Em 13 de junho de 1980, foi deflagrada primeira passeata organizada pelo movimento contra a violência policial na região central paulistana. Ainda em 1980, surgiram o pioneiro Grupo Lésbico-Feminista e o Grupo Gay da Bahia (GGB), que contribuiu para fortalecimento do ativismo no Nordeste (FACCHINI, 2005).

Mas a polarização entre os setores de esquerda que defendiam uma “luta principal” como tendo maior relevância sobre as lutas das “minorias” acabou por levar a

⁷ A adoção desse termo ocorreu na “segunda onda” do movimento como tentativa de desconstruir as ideias de “opção” e de “condição” inata. Passou-se a compreender que a homossexualidade não implica uma escolha individual racional e voluntária, mas não implica, igualmente, uma determinação simples (FACCHINI, 2011).

desentendimentos, cisões e extinção de grupos. Tanto que, segundo Facchini (2005), a proposta de criação de uma entidade representativa em nível nacional, deliberada no segundo Encontro Brasileiro de Homossexuais em 1980, na cidade de São Paulo, só se efetivou em 1995 com a fundação da Associação Brasileira de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais (ABGLT), cujo formato institucional adotado foi o de organização não-governamental (ONG).

Em 1981, o jornal *Lampião da Esquina* encerrou suas atividades e arrastou consigo uma série de entidades e agrupamentos que ficaram órfãos de um meio para difundir ideias, promover a integração e divulgar atividades por todo o país. A dissolução do *Somos*, em 1983, coincide com a redução considerável da quantidade de grupos homossexuais, em decorrência da epidemia de HIV/Aids (então conhecida como “câncer gay” ou “peste gay”⁸), que desmobilizou a proposta inicial de liberação sexual; e da falência do modelo de organização comunitária autonomista que marcou a reação à ditadura (FACCHINI, 2005).

Diante do crescimento dos casos da doença e da morosidade em ser produzida uma resposta governamental, os militantes LGBT tomaram a dianteira das primeiras mobilizações contra a epidemia, atuando em duas frentes: assistência solidária à comunidade e formulação de demandas para o poder público (Ibid.). Na Constituinte de 1988, o movimento se articulou para reivindicar a inclusão da expressão “orientação sexual” no artigo da Constituição Federal que proibia discriminação por “origem, raça, sexo, cor e idade”, e no que versava sobre os direitos do trabalho. A iniciativa não foi exitosa de imediato, mas posteriormente influenciou a alteração de legislações em vários Estados e Municípios (VIANNA e LACERDA, 2004).

Nessa fase, demarcada como “segunda onda” do movimento LGBT, passaram a ter importância marcante os grupos Triângulo Rosa e Atobá, do Rio de Janeiro, e o Grupo Gay da Bahia, que assumiram a luta pelos direitos civis homossexuais e deram continuidade às atividades comunitárias (FACCHINI, 2005). Há, portanto, um deslocamento do eixo Rio-São Paulo para o eixo Rio-Nordeste. O cenário daí decorrente corresponde ao início de um processo de aumento da visibilidade pública da homossexualidade, em razão da lenta expansão de um mercado de bens e serviços destinado ao público homossexual (FRANÇA, 2007) e da epidemia da Aids (FACCHINI, 2005; SOUSA, 2001, 2005) entre outros fatores, os quais detalharemos adiante.

⁸ A adoção dessa terminologia em estudo realizado por Sousa (2001) nas revistas *Veja* e *Isto É* mostra que a grande mídia brasileira contribuiu para esse tipo de representação ao associar a homossexualidade à epidemia de Aids.

A visibilidade pública constitui o âmbito da publicidade social, no qual a vida política ou civil torna-se visível, acessível e disponível ao conhecimento e domínio públicos. Por isso, responde a demandas de sociabilidade e de comunicação, de modo a adquirir, nas sociedades modernas, um papel importante para a vida democrática na medida em que é fundamental para a esfera de discussão pública (Gomes, 2008a, p. 134). É esse tipo de publicidade social que torna disponíveis os temas e questões de interesse público “introduzidos no debate público ou que provocam a instalação de debates públicos, internos ou externos à própria cena pública” (Ibid., p. 136).

A reconstituição da inserção das bandeiras de luta do ativismo LGBT na cena público-midiática é fundamental para o aprofundamento das discussões que vão ao encontro do objetivo central deste trabalho: investigar se as apropriações políticas das tecnologias digitais e a adesão às novas formas de ativismo surgidas nesse contexto estão contribuindo para que o debate sobre a homofobia no Brasil ganhe uma visibilidade capaz de mobilizar a sociedade civil⁹, dirimir preconceitos e intervir na agenda política; e em que medida se dá essa contribuição.

A partir dessa segunda etapa é que o movimento começa a se preocupar com a melhoria da imagem pública da homossexualidade solapada pelo discurso da “peste gay” e com a necessidade de instrumentalizar a mídia, até então vista como inimiga (SOUSA, 2001). Tanto é que, em 1986, houve uma bem-sucedida mobilização para que a categoria dos jornalistas aprovasse a proposta de inclusão da proibição de discriminação por orientação sexual no artigo 10 do seu código de ética. Nos anos subsequentes são intensificados os esforços para combater abordagens preconceituosas, depreciativas e estigmatizantes nos veículos de comunicação, denunciar os casos de agressões e crimes homofóbicos e alcançar visibilidade midiática para pautas estratégicas, como veremos a seguir.

O modelo de atuação emergente nesse período é mais formal (organizações legalizadas, direções menos rotativas, diretorias com cargos e funções definidas) e pragmático, voltado à garantia dos direitos civis, ao combate à discriminação (FACCHINI, 2005, 2011; SOUSA, 2001, 2005;) e à violência (RAMOS e CARRARA, 2006). Em função do pioneirismo brasileiro na resposta comunitária e governamental à Aids, há o crescimento e a diversificação do movimento, que assume a coordenação de projetos de prevenção

⁹ A sociedade civil relaciona-se, preferencialmente, à esfera da defesa da cidadania e suas formas organizativas em torno de interesses públicos, distinguindo-se das instâncias do Estado e do mercado (SCHERER-WARREN, 2006). Discutiremos esse conceito mais detidamente no Capítulo 2.

financiados por programas estatais e se articula por meio de grupos comunitários, acadêmicos e religiosos¹⁰, setoriais de partidos e ONGs.

Portanto, a inserção da pauta de reivindicações nas políticas públicas não se dá pelo reconhecimento das demandas de cidadania LGBT ou pela criação de conselhos de direitos, mas pela política de saúde (FACCHINI, 2011; SOUZA, 2001). O fenômeno da formação de redes de ONGs cidadãs articuladas diretamente a interesses sociopolíticos (AGUIAR, 2008) é sintomático da alteração do cenário geral dos movimentos sociais no Brasil, que passam a ter uma participação mais qualificada e profissionalizada; a desempenhar papéis que as estruturas formais até então não tinham conseguido exercer; e a expandir as demandas de atuação mais focadas na luta por direitos no plano da igualdade, da identidade e da cidadania (GOHN, 2002).

Nesse cenário é que a ABGLT passa a imprimir um perfil mais político-institucional e midiático às lutas das minorias sexuais, agregando não só homossexuais (como era no início), mas todos os segmentos comprometidos com os direitos humanos e a laicidade do Estado, independente da orientação sexual e da identidade de gênero. Além das lideranças pioneiras concentradas nos eixos Rio-São Paulo-Nordeste, como Luiz Mott (Grupo Gay da Bahia) e João Antônio Mascarenhas (Lampião da Esquina), registradas no trabalho de Facchini (2005), começam a despontar novos quadros nas regiões Sul, Centro-Oeste e Norte.

Nesse momento teve um papel decisivo o ativista Antonio Luiz Martins dos Reis, o Toni Reis, que havia acabado de chegar de uma temporada de três anos na Europa (1989-1991) e se empenhou em colocar em prática no Brasil sua experiência com a militância LGBT no exterior. Assim que regressa a Curitiba (PR), Toni Reis participa da fundação do Grupo Dignidade, no dia 14 do março de 1992, e começa a se dedicar ao projeto de criação de uma confederação brasileira de entidades LGBT, que veio a se consolidar como a principal articuladora das demandas do movimento em âmbito nacional.

[...] começou aqui com o Grupo Dignidade e depois teve a fundação do grupo Arco-Íris, no Rio de Janeiro, então nós trabalhamos muito Curitiba-Rio de Janeiro. No dia da fundação da ABGLT, na plenária, no dia 31 de janeiro de 1995, tiveram várias outras cidades que participaram, mas aqui foi onde a gente fez o encontro nacional LGBT, e dentro do encontro nós fizemos uma plenária. Inclusive houve divergências [quanto ao local onde deveria ser sediada a associação]; três grupos¹¹ na época não assinaram e não quiseram, mas depois vieram a aderir à ABGLT (Toni Reis, em entrevista à autora, em 15/08/2013).

¹⁰As chamadas igrejas inclusivas, que trabalham diretamente com a questão LGBT (FACCHINI, 2011).

¹¹ Dos 34 grupos presentes à plenária, os que inicialmente se recusaram a assinar a ficha de filiação da ABGLT foram o Coletivo Feminista Lésbico e o Grupo Nuances. O Grupo de Resistência Asa Branca logo depois veio a retirar sua filiação (dados coletados na ata de fundação e em entrevistas por e-mail).

Dentre as características dessa fase estão a diferenciação de vários sujeitos políticos internos (lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais) e o foco nas suas demandas específicas (FACCHINI, 2005, 2011). No começo da década de 1990, as travestis começam a se organizar em torno do impacto da Aids e do consequente aumento dos casos de violência (CARRARA e VIANNA, 2006), até serem incorporadas à sigla que representa o movimento a partir de 1995. A inclusão das lésbicas ocorre em 1993. O ingresso dos transexuais se dá na segunda metade dos anos 1990, via luta pelo acesso às cirurgias de transgenitalização, aprovadas pelo Conselho Federal de Medicina em 1997 (FACCHINI, 2011).

Além do combate sistemático à doença, a ABGLT promove ações de *advocacy* (defesa de direitos) no âmbito do Legislativo, Executivo e Judiciário para enfrentar a discriminação e a violência contra a população LGBT, como é o caso das campanhas de sensibilização de parlamentares, dos gestores públicos e da população em favor da aprovação de projetos de lei e da implantação de programas como o Brasil Sem Homofobia (RAMOS, 2005). O conceito aqui aplicado relaciona-se ao contexto dos movimentos sociais, das redes sociais, das ONGs e das políticas públicas de caráter emancipador. Portanto, diferencia-se das atividades de *lobby* voltadas normalmente a interesses mercadológicos e corporativos.

Nesse sentido, o termo *advocacy* sugere um esforço sistemático por parte de atores específicos que visam promover ou atingir determinadas metas políticas e promover mudanças. Grupos que atuam com esses objetivos distinguem-se de partidos políticos, por exemplo, na medida em que procuram influenciar a política, mas não atuam no sentido de exercer os poderes formais de governo. As ações de *advocacy* normalmente são conduzidas por ONGs, grupos de pressão, grupos de ativistas e movimentos sociais e tratam de uma miríade de questões locais, estaduais e federais, associadas a: direitos trabalhistas e civis, democracia, educação, saúde, meio ambiente, comércio, religião e assim por diante (OBAR, ZUBE e LAMPE, 2012).

O trabalho de *advocacy* empreendido pelos movimentos LGBT tem dado uma contribuição decisiva nos casos que envolvem direitos previdenciários e ações judiciais. Exemplo disso é que, no fim dos anos 1990, multiplicou-se o número de sistemas de previdência de governos estaduais e municipais que passaram a estender a parceiros homossexuais direitos previstos aos companheiros/as (RAMOS e CARRARA, 2006, RAMOS, 2005). Também são emblemáticas decisões como a do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), que em maio de 2013 aprovou uma resolução obrigando os cartórios a celebrar

o casamento civil e a converter a união estável homoafetiva em casamento, com base em uma decisão anterior do Supremo Tribunal Federal (STF).

Hoje a ABGLT tem como principal missão lutar contra a homofobia e promover ações que garantam a cidadania e os direitos humanos de lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais, de modo a combater quaisquer formas de discriminação, coerção e violência em razão da orientação sexual e da identidade de gênero. A partir da sua fundação, desencadeia-se um processo de multiplicação de redes locais e nacionais, facilitadas, em grande medida, pelas Tecnologias de Informação e Comunicação (TICs) capitaneadas pela Internet. Dentre as ferramentas mais usadas para trocar informações, realizar debates, mobilizar ativistas e produzir consensos estão os grupos de discussão *online*, que detalharemos no Capítulo 3.

Algumas das outras redes nacionais que se formaram nesse contexto são: Articulação Brasileira de Lésbicas (ABL); Associação Nacional de Travestis (Antra); Coletivo Nacional de Transexuais (CNT); Coletivo Brasileiro de Bissexuais (CBB); Rede Afro LGBT; Fórum Nacional de Gestoras e Gestores Estaduais e Municipais de Políticas Públicas para População de LGBT (Fonges); Grupo de Advogados pela Diversidade Sexual (GADVS); Fórum Brasileiro de Paradas LGBT; e Aliança Nacional LGBT. Esta última surgiu inicialmente de uma lista de discussão eletrônica, criada em 2009, como uma estratégia para incluir outros setores não vinculados diretamente ao movimento, e foi oficializada em 2013, numa plenária realizada em São Paulo.

Outra característica dessa fase da “terceira onda” do movimento é o aumento da visibilidade na sociedade e na mídia, aspecto que abordaremos adiante, e o início do processo de constituição pública da ideia da comunidade LGBT como sujeito de direito, em função da criação e do fortalecimento de frentes parlamentares e da tramitação dos primeiros projetos de lei no Congresso (FACCHINI, 2011; RAMOS, 2005): PL 1151/95, que trata do reconhecimento da união civil entre pessoas do mesmo sexo, de autoria da deputada Marta Suplicy (PT-SP)¹²; e PLC 122/2006, que visa criminalizar a homofobia, de autoria da deputada Iara Bernardi (PT-SP)¹³.

A maioria desses projetos, apresentados nas instâncias federal, estadual e municipal, propõe o reconhecimento à constituição de famílias e à identidade social de travestis e transexuais, assim como o combate às diversas formas de discriminação. A busca pela ampliação de direitos gerou forte reação conservadora, especialmente no Congresso, o que

¹² Disponível em: <http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=16329>

¹³ Disponível em: http://www.senado.gov.br/atividade/materia/detalhes.asp?p_cod_mate=79604

impacta sobremaneira as lutas anti-homofobia, como veremos mais à frente. A partir dos anos 2000, emergem novas modalidades associativas nos planos nacional e local, como a Frente Parlamentar pela Cidadania LGBT. Além do trabalho de *advocacy* junto a parlamentares e gestores públicos, destaca-se ainda o apoio e o incentivo a candidatos LGBT ou aliados.

O apoio financeiro oferecido pelo Estado e por organizações internacionais, assim como a abertura de canais de interlocução política com governos e atores de outros países, começam a abrir caminho para as políticas de direitos humanos (FACCHINI, 2011). A criação do Programa Brasil Sem Homofobia¹⁴ é um marco desse momento, resultado de uma articulação interministerial com a participação da sociedade civil (RAMOS e CARRARA, 2006; VITAL e LOPES, 2012). Mais recentemente, em junho de 2013, a Secretaria Especial de Direitos Humanos da Presidência da República lançou o tripé da cidadania LGBT, que integra o Sistema Nacional de Promoção de Direitos e de Enfrentamento à Violência contra a população LGBT¹⁵.

A fragmentação do movimento intensifica-se na segunda metade dos anos 1990, com o surgimento de demandas peculiares dos diversos atores contidos na sigla LGBT. Bissexuais reivindicam o reconhecimento e o respeito de sua identidade; travestis querem a humanização da prostituição, o combate à violência (CARRARA e VIANNA, 2006) e a garantia do acesso e permanência na escola; transexuais demandam as cirurgias de redesignação sexual; travestis e transexuais se unem na luta pela adequação da identidade jurídica (mudança de prenome) e pela possibilidade de uso e reconhecimento do nome social¹⁶ em serviços de saúde, instituições de ensino etc. (FACCHINI, 2011).

O reconhecimento das uniões homoafetivas e da adoção de crianças, bem como o acesso às novas tecnologias reprodutivas, integram a agenda política de homens e mulheres homo e bissexuais (FACCHINI, 2011). A pauta de reivindicações que une todos é o combate à discriminação, à violência e à homofobia (RAMOS e CARRARA, 2006), e a defesa da laicidade do Estado, expressa, mais recentemente, na criação do Movimento Estratégico pelo

¹⁴ Lançado em maio de 2004, o programa foi formulado por um grupo de trabalho, no âmbito do Conselho Nacional de Combate à Discriminação (CNCD), e é composto por gestores, técnicos e ativistas – que contribuem com a proposição e o controle social de políticas públicas (VITAL e LOPES, 2012; RAMOS, 2005).

¹⁵ Estados e municípios estão sendo incentivados a aderir ao sistema e a criar conselhos, coordenações e políticas LGBT locais com o objetivo de articular as diferentes experiências de políticas públicas para proteção e promoção dos direitos dessa população.

¹⁶ O nome social é aquele pelo qual pessoas autotransgêneras preferem ser chamadas cotidianamente, em adequação à sua expressão/identidade psíquica e social de gênero, que se contrapõe ao nome de registro civil atribuído em função do sexo designado durante a gestação e/ou nascimento. O seu uso tem sido legitimado por entidades como o Ministério da Educação (MEC) e os Conselhos Regionais de Medicina (MARANHÃO, 2012).

Estado Laico (MEEL)¹⁷, em 2013: um coletivo de movimentos sociais, organizações religiosas e demais atores da sociedade civil que busca promover um amplo debate nacional rumo à efetivação dos direitos humanos e o aperfeiçoamento da democracia no Brasil.

A diversidade programática e a segmentação do ativismo LGBT é uma tendência que se reproduz igualmente no plano internacional, como mostra Castells (1999) ao citar os exemplos do feminismo lésbico dentro do movimento feminista, dos movimentos de liberação sexual e, mais recentemente, após a construção de padrões de relações afetivas mais estáveis com o advento da Aids, dos ativistas gays que advogam os mesmos direitos da família patriarcal: casamento, adoção de filhos etc. Observamos no decorrer das entrevistas realizadas para esta pesquisa que essa é uma questão encarada com naturalidade entre as principais lideranças, reflexo da própria diversidade interna do movimento:

[...] A única questão que nos une, infelizmente ou felizmente, é a discriminação e o preconceito, mas nós temos divergências regionais, nós temos divergências ideológicas, de orientação sexual, de identidade de gênero, de nível sociocultural... Na ABGLT a gente congrega todos, a ABGLT é uma instituição apartidária, mas tem as divergências e só através do diálogo cotidiano para construirmos os consensos [...] (Toni Reis, secretário de educação da ABGLT, em entrevista à autora, em 15/08/2013).

1.3 A inserção das lutas anti-homofobia no debate público

Como se pode constatar ao longo desse breve histórico do ativismo LGBT no Brasil, a questão da luta anti-homofobia já aparece desde a década de 1980, com a mobilização em torno da inclusão da discriminação por orientação sexual na Constituição de 88. A partir de então, a violência contra homossexuais passa a representar um tema central para o movimento e, por conseguinte, para o governo e a mídia, com a sistemática denúncia de agressões, crimes, hostilizações e discriminações motivadas pela orientação sexual ou identidade de gênero e pela divulgação da expressão “homofobia” para caracterizar esse tipo de ação discriminatória (RAMOS e CARRARA, 2006).

Na verdade, boa parte das bandeiras de luta que ganharam visibilidade no debate público no século XXI já estava sinalizada na fase da “segunda onda” (1984 a 1992), a exemplo de lei antidiscriminatória, da legalização de uniões homoafetivas, do tratamento positivo da homossexualidade na mídia, e da inclusão da educação sexual nos currículos escolares (FACCHINI, 2005, 2011). Esse processo que irá visibilizar a “cena homossexual” no país é deflagrado a partir da segunda metade dos anos 1990, em contraposição ao quadro

¹⁷ <http://www.meel.org.br/>

essencialmente defensivo e quase invisível das décadas de 70 e 80 (RAMOS, 2005; RAMOS e CARRARA, 2006).

Diversas iniciativas e acontecimentos heterogêneos e não articulados entre si contribuíram para o conjunto de transformações sociais que alteraram o panorama anterior, relacionadas às instâncias do poder público, do ativismo LGBT, da mídia, do mercado e, de forma superveniente, do meio acadêmico, com a incorporação da temática da diversidade sexual às pautas de pesquisa das universidades e centros de estudos (Ibid.; Ibid.). Esse cenário se dá em paralelo às mudanças ocorridas no interior do próprio movimento a partir de 1992, que refletem a necessidade de profissionalização detectada naquele momento: a resposta à epidemia HIV/Aids, a multiplicação de ONGs e de redes locais, nacionais e internacionais e as sistemáticas iniciativas de *advocacy* (FACCHINI, 2003, 2011).

Teriam contribuído para a construção de representações públicas da homossexualidade: (a) a multiplicação de iniciativas legislativas e jurídicas, com extensão de direitos, a exemplo de projetos de lei e mudanças em Constituições nas esferas municipais e estaduais, concessão e divulgação de jurisprudências nos casos de autorização de pensão, previdência e, recentemente, nas uniões civis; (b) o crescimento de um mercado segmentado “GLS” e de publicações especializadas, principalmente na Internet; (c) a criação de novas entidades de defesa dos homossexuais e a convivência de estilos heterogêneos de associação e agregação, como ONGs, fóruns, coletivos, redes, entre outros (RAMOS, 2005, p. 33-34).

Por último, (d), articulado às iniciativas anteriores, o acontecimento mais importante foi a adoção da política de visibilidade massiva pelos ativistas (tanto aqueles mais orgânicos, vinculados a alguma entidade, como aqueles ocasionais ou independentes), associada ao surgimento das Paradas de Orgulho LGBT em meados dos anos 1990 (FACCHINI, 2005, 2009; RAMOS, 2005; RAMOS e CARRARA, 2006), e a incorporação da temática da diversidade sexual de um modo mais “positivo” pela chamada grande mídia, seja via inserção de personagens em novelas ou de matérias em veículos jornalísticos¹⁸ (FACCHINI, 2005, 2009, 2011).

Nesse contexto, observa-se o processo de segmentação do mercado de consumo e serviços, com a criação de casas noturnas, saunas, bares, festivais de cinema, companhias de turismo, revistas e demais mídias dirigidas para o público então designado como GLS - gays, lésbicas e simpatizantes (FRANÇA, 2007; RAMOS, 2005). A proliferação dessas

¹⁸ Em função das demandas de agendamento, a ABGLT lançou, em janeiro de 2010, o Manual de Comunicação LGBT (<http://www.abgl.org.br/docs/ManualdeComunicacaoLGBT.pdf>), distribuído às redações de todo o país na tentativa de qualificar a cobertura jornalística e combater abordagens preconceituosas e politicamente incorretas.

experiências comerciais contribui, em determinados locais, para uma aproximação com a militância (RAMOS, 2005), mas não sem conflitos, em função das diferenças de objetivos específicos entre as estratégias de mercado e as ações da sociedade civil organizada.

Paralelamente, há um incremento da produção acadêmica sobre diversidade sexual, seguido, nos anos 2000, pelo surgimento nas universidades de grupos ativistas e de pesquisa, assim como GTs e painéis temáticos em encontros nacionais de associações científicas. Em 2001 foi criada a Associação Brasileira de Estudos da Homocultura (ABEH). Após 2003, passam a ocorrer *Encontros Nacionais Universitários de Diversidade Sexual* (Enuds) e reuniões anuais incluindo estudantes e professores. Na mesma época, instituições universitárias iniciaram um ciclo de pesquisas em diversas Paradas do Orgulho LGBT, em parceria com organizações ativistas (FACCHINI, 2011; RAMOS e CARRARA, 2006; RAMOS, 2005).

A luta contra a discriminação no âmbito constitucional coincide com o momento em que o Grupo Gay da Bahia começa a arquivar informações sobre assassinatos de homossexuais motivados, direta ou indiretamente, por homofobia¹⁹. Esses registros, feitos com base em notícias publicadas nos jornais e, de forma secundária, por depoimentos de militantes, têm sido divulgados através de dossiês que se tornaram célebres e permitiram romper o silêncio sobre o assunto (RAMOS e CARRARA, 2006). Em 1988, a mídia generalista²⁰ passa a usar a expressão “assassinato de homossexuais” para problematizar a existência desse tipo de crime. Em 1992 aparece pela primeira vez a expressão “homofobia” no jornal *O Globo*, para designar “horror ao homossexual” (LACERDA, 2006, p. 107).

Na segunda metade dos anos 1990, a divulgação das estatísticas de assassinatos torna-se mais frequente, o que contribui fortemente para estabelecer a denúncia da violência e da homofobia como uma das prioridades da agenda do movimento (RAMOS e CARRARA, 2006). No entanto, a abordagem sensacionalista da mídia, especialmente na década de 1980 e em parte dos anos 1990, propiciou uma visão parcial da vitimização dessas minorias, que muitas vezes tendia a reproduzir as concepções do senso comum de que a tragédia era, de alguma forma, efeito de fraquezas morais e de escolhas das próprias vítimas, sobretudo travestis e homossexuais de classe média mortos por garotos de programa (Ibid.).

¹⁹ Os dossiês do GGB começaram a ser produzidos em 1980 e evoluíram para o *Relatório Anual de Assassinato de Homossexuais*, que em 2012 registrou 338 mortes de natureza homofóbica no país. O número corresponde a um aumento de 27% em relação ao ano anterior (266 casos) e 177% nos últimos sete anos (<http://truelove.com.br/2013/01/relatorio-anual-assassinato-homossexuais-2012/>).

²⁰ Ou chamada grande mídia, corresponde no Brasil ao sistema de mídias abertas ou generalistas comerciais (como a televisão e o rádio) e à imprensa (como os jornais diários e revistas semanárias) (HANSEN, 2013).

Pesquisa realizada por Carrara e Vianna (2001) concluiu que a homofobia se articula de forma complexa e sutil e afeta as representações da homossexualidade mantidas por policiais, promotores, juízes e advogados, que reiteraram a ideia de que as vítimas contribuíram para sua morte com uma vida desregrada ou patológica. Essas representações determinam os rumos das investigações, mesmo nos casos em que há condenação. Há enorme diversidade e especificidade nas formas de violência de gênero: homens homo e bissexuais são mais vitimados em espaços públicos, por exemplo, enquanto mulheres homo e bissexuais o são nos espaços privados (CARRARA e RAMOS, 2005; CARRARA et al, 2006).

Nos anos 2000 intensificaram-se as articulações em torno da aprovação de um projeto de lei para criminalizar a homofobia²¹. O PLC 122 (inicialmente denominado PL 5003/2001) foi proposto em 2001 na Câmara até ser aprovado em 2006, quando passou a tramitar no Senado e recebeu a atual numeração²². Desde então, sofreu várias modificações. A proposição prevê alterar a Lei nº 7.716 relativa aos crimes de racismo, o Código Penal e a Consolidação das Leis do Trabalho para incluir a punição por discriminação e preconceito de gênero e orientação sexual. Depois de um longo processo de debate, em 2011 os movimentos LGBT chegaram a um consenso sobre a nova proposta de alteração da redação, mas novas polêmicas com a bancada evangélica inviabilizaram uma possível aprovação.

Sobre a centralidade do combate à homofobia na agenda do movimento LGBT, um ativista comenta:

[...] o maior de todos os desafios será o combate à homofobia. Dito assim, pode parecer subjetivo e intangível demais. Porém, tudo mais será consequência natural dessa luta que é diária, árdua e longa. Não à toa, ela é a maior de todas as bandeiras atualmente. Se queremos uma educação formal voltada para a diversidade, se queremos combater a evasão escolar provocada pelo *bullying*, se queremos lutar pelo registro do nome social, se queremos conquistar espaço no mercado de trabalho especialmente para travestis e transexuais, se queremos zerar os casos de homicídios motivados por orientação sexual, se queremos combater a AIDS ou mesmo manter os direitos já conquistados, tudo isso passa invariavelmente pelo combate à homofobia (Gésner Braga de Araújo Júnior, membro do Comitê Desportivo LGBT – seção Bahia (CDG – Bahia) e filiado ao Fórum Baiano LGBT, em entrevista à autora, em 31/08/2013).

Em função das alegações dos deputados da ala conservadora de que o artigo 20 do projeto afetava a liberdade de crença e expressão, a então relatora, a ex-senadora Marta Suplicy (PT-SP), apresentou em 2012 uma emenda isentando de punição os casos em que a

²¹ Pesquisa realizada na Parada LGBT de São Paulo em 2005 pelo Centro de Estudos de Segurança e Cidadania (CESeC) aponta que 60% dos entrevistados já sofreram discriminação por causa da sua orientação sexual ou identidade de gênero, de modo que “ter sido vítima de agressões verbais e ameaças de agressão aparece como experiência social quase constitutiva da própria homossexualidade no Brasil” (CARRARA, et al, 2006, p. 51).

²² <http://www.plc122.com.br>

discriminação por orientação sexual seja manifestação “pacífica de pensamento decorrente de atos de fé” (VITAL e LOPES, 2012, p. 130). O impasse continuou: a emenda foi reprovada por defensores dos direitos LGBT sob o argumento de que esta descaracteriza o objetivo original do PLC 122 e, ao mesmo tempo, não foi suficiente para conquistar o apoio da bancada evangélica.

Inconformada, a ABGLT entrou, no mesmo ano, com um mandado de injunção no Supremo Tribunal Federal para o reconhecimento da criminalização da homofobia na Constituição e reforçou a ação de defesa de direitos (*advocacy*) no Congresso. Em novembro de 2013, novas controvérsias e desentendimentos fizeram com que o projeto fosse retirado da pauta de votação da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa do Senado (CDH), o que levou o movimento a emitir uma nota oficial de indignação no dia 20/11/2013 (<http://www.abglt.org.br/port/basecoluna.php?cod=320>). Há a expectativa de que o PLC 122 seja anexado à proposta de reforma do Código Penal e passe a tramitar na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) em 2014.

As lutas anti-homofobia começaram a ter ressonância no governo federal a partir de 2003, embora o movimento considere que nos últimos três anos tenha havido uma retração das políticas em decorrência da pressão do setor religioso. A prioridade governamental na atualidade vem sendo realizar um mapeamento da situação no país, como mostra o primeiro *Relatório sobre Violência Homofóbica*, realizado pela Secretaria Nacional de Direitos Humanos em 2011, a partir do monitoramento dos meios de comunicação e de denúncias ao Disque 100, Ligue 180, Disque Saúde e Ouvidoria do Sistema Único de Saúde.

De janeiro a dezembro daquele ano, foram contabilizados 278 assassinatos, reportadas 6.809 violações aos direitos humanos de pessoas LGBT (o que dá uma média de 19 por dia) e denunciados 1.159 casos de homofobia. Em 2012, na segunda versão do relatório, foram contabilizados 310 assassinatos, reportadas 9.982 violações (média de 27,34 por dia) e denunciados 3.084 casos de homofobia. Na comparação de um ano com o outro, o número de violações teve um aumento de 46,6%, enquanto o de denúncias cresceu ainda mais: 166%. A maioria das agressões e hostilizações envolve conhecidos das vítimas. A estimativa, no entanto, é que esses dados não traduzam por completo a realidade devido à subnotificação (BRASIL, 2012, 2013).

O perfil do ativismo anti-homofobia que começava a se delinear a partir dos anos 80, marcado pelo antagonismo político-institucional-midiático, se perpetua pelas décadas seguintes. Os estudos de caso desta pesquisa, apresentados mais à frente no Capítulo 3, irão

demonstrar que a rede Aliança Nacional LGBT, articulada via grupo de discussão *online* gerenciado pela ABGLT, opera a partir de dois eixos de enfrentamento centrais: os embates com o governo e o parlamento e os embates com a mídia generalista. A grande diferença observada está no impacto das novas tecnologias digitais sobre as formas de planejamento, organização e mobilização da ação coletiva e nos novos reportórios de ação decorrentes dessas mudanças, como veremos adiante.

Nas questões político-institucionais, enquanto o reconhecimento de direitos avança em todas as instâncias do Judiciário e nos Legislativos municipais e estaduais, no âmbito do parlamento federal a situação é inversa: não há até então uma só lei pró-LGBT aprovada. Do ponto de vista midiático, se antes a principal preocupação dos ativistas nos enfrentamentos com a chamada grande mídia era desassociar a homossexualidade à epidemia de Aids e construir uma boa imagem pública da população LBGT, na etapa atual das redes digitais a motivação maior é combater a reprodução de discursos, valores e demais conteúdos de natureza homofóbica (ver quadro 1), tanto nos veículos tradicionais quanto nas mídias sociais²³.

Quadro 1- Embates do ativismo LGBT entre os anos 1980 e 2000

²³ São mídias que convidam ao envolvimento e participação por permitirem a comunicação de muitos para muitos, a criação individual ou colaborativa, assim como o compartilhamento e a distribuição de conteúdo em uma ou mais plataformas (GRAEFF, 2009), a exemplo do Facebook, Twitter, You Tube e blogs. Adotaremos essa nomenclatura no lugar de **redes sociais**, conceito usado indiscriminadamente para referir-se a sites de relacionamento na Internet, em contraposição às redes sociais cidadãs, que pressupõem valores de coletividade, cooperação, solidariedade e compartilhamento e às tradicionais análises de redes sociais (AGUIAR, 2008). Detalharemos essa discussão no Capítulo 2.

Década	Enfrentamento político-institucional	Enfrentamento midiático
1980	Luta pela inclusão da discriminação por orientação sexual na Constituição	Produção de dossiês para denunciar crimes motivados por homofobia Luta para incluir a discriminação por orientação sexual no Código de Ética dos Jornalistas Esforço para desassociar a homossexualidade da epidemia de Aids
1990	Mobilização pela aprovação do PL 1151 que prevê a união civil homoafetiva	Combate à cobertura sensacionalista e preconceituosa da mídia Atuação para construção de uma boa imagem pública da homossexualidade
2000	Mobilização pela aprovação do PLC 122 para criminalizar a homofobia	Combate à veiculação de conteúdos e discursos homofóbicos Criação e distribuição do Manual de Comunicação LGBT para qualificar cobertura jornalística

Fonte: Elaborado pela autora.

1.4 Demandas LGBT por visibilidade midiática

Nunca se discutiu tanto a questão da multiplicidade de expressões da sexualidade e identidades de gênero no Brasil quanto nestes primeiros anos do século XXI. Termos antes restritos ao vocabulário de ativistas e simpatizantes da causa - como orientação sexual, homofobia, homoafetivo, transexuais e transgêneros - começaram a ser incorporados ao vocabulário corrente dos meios de comunicação e de parte da população. Esse cenário pode ser explicado pelo crescimento dos movimentos LGBT aliado à sua capacidade de introduzir novos temas na esfera de visibilidade pública (FACHINNI, 2011; RAMOS, 2005; RAMOS e CARRARA, 2006) e de desenvolver estratégias para alcançar visibilidade midiática.

A busca da visibilidade massiva por meio da mídia, a adoção das novas tecnologias digitais para fortalecer o ativismo e a diversificação dos espaços de participação social, de organização, de articulação com o poder público e de formatos institucionais têm sido as principais táticas utilizadas nos últimos anos para fortalecer as lutas anti-homofobia e ampliar o reconhecimento de direitos. O símbolo maior desse caráter midiático do movimento são as Paradas de Orgulho LGBT, que tiveram origem na Revolta de Stonewall, ganharam notoriedade em São Francisco, na Califórnia (EUA), e de lá se espalharam pela Europa e o resto do mundo.

Chegaram ao Brasil em 1995, no Rio de Janeiro²⁴, e hoje estão disseminadas nas grandes e médias cidades de todo o país. Arrastam multidões e contam com a adesão não apenas de gays, lésbicas, bissexuais e transgêneros, mas de familiares, amigos, militantes de partidos e de movimentos sociais, celebridades, autoridades e demais simpatizantes e apoiadores. “Constituem, talvez, o fenômeno social e político mais inovador do Brasil urbano, unindo protesto e celebração e retomando, desse modo, as bandeiras de respeito e solidariedade levantadas pelos movimentos que reivindicam LGBT como sujeitos de direitos” (FACCHINI, 2011).

Esses megaeventos de apelo midiático recebem apoio de governos estaduais e municipais, dos ministérios da Cultura e do Turismo, e de programas nacionais de Direitos Humanos e de combate à discriminação e à Aids. As paradas de maior porte possuem alto grau de profissionalização e organização, mantendo parcerias com a iniciativa privada, que instala sonorização, palcos e toda a estrutura para eventos. Em São Paulo chegou-se a criar a Associação da Parada do Orgulho GLBT (APOGLBT)²⁵, filiada à InterPride – International Association of Pride Organizers, dos EUA, e à ABGLT, além de integrante do Fórum Paulista GLBT.

De acordo com os registros da ABGLT, que oferece suporte às paradas realizadas pelas entidades afiliadas, em 2007 ocorreram cerca de 300 nas mais diversas regiões do Brasil. A maior delas, em São Paulo, reuniu 3 milhões de manifestantes naquele ano (FACCHINI, 2011) e 5 milhões em 2013, segundo a comissão organizadora. A edição de 2013, no Rio de Janeiro, levou para as ruas 1 milhão de pessoas, também segundo os organizadores. Apesar de haver discrepâncias entre os dados fornecidos pela organização e outras fontes de informação²⁶, os números são representativos.

As estratégias de divulgação e mobilização têm um papel decisivo para a conquista de tamanha adesão. Aliada à preocupação de pautar a chamada grande mídia e chamar a atenção da sociedade, os ativistas envolvidos na produção, organização e divulgação desses megaeventos vêm usando intensamente as ferramentas de comunicação disponíveis na Internet, como sites, blogs, listas de discussão eletrônica e mídias sociais. Em Belém (PA), também na edição de 2013, essas convocações *online* contribuíram para mobilizar um público recorde de meio milhão de participantes:

²⁴ O evento aconteceu ao final da 17ª Conferência Internacional LGBT (ILGA), na praia de Copacabana (<http://www.arco-iris.org.br/parada2009/parada2009.html>).

²⁵ <http://www.paradasp.org.br/home/2013/11.html>

²⁶ O Datafolha, por exemplo, registrou um público de 220 mil pessoas na versão paulistana em 2013 (ver em: <http://migre.me/jz9xJ>).

A mobilização de algumas ações só se torna possível com a Internet. Por exemplo, a gente tem uma parada aqui em Belém [...] que chegou nesta edição agora a meio milhão de pessoas. Se você pensar que Belém tem 1,8 milhão de pessoas, mais de um quarto da cidade estava na parada. Isso é feito também através de uma mobilização que inclui diretamente a questão das mídias e das redes sociais, porque não foi feito um cartaz sequer para a Parada de Belém, aquela divulgação antiga que a gente fazia de base. Nós utilizamos basicamente os meios de comunicação de massa e as mídias sociais. Então, assim, pra gente aqui do Norte do Brasil, que é muito longe de um lugar para o outro e muito caro também, [...] a Internet e as redes sociais são fundamentais para estabelecer elos de comunicação e reuniões virtuais que vão dar base de apoio para nossas ações [...] (Beto Paes, secretário Regional Norte da ABGLT, em entrevista à autora, em 1º/10/2013).

A necessidade de dar visibilidade pública e midiática às reivindicações da comunidade LGBT levou o movimento a promover outros eventos de grande porte, como a Marcha Nacional contra a Homofobia, que desde 2010 reúne milhares de ativistas e militantes em Brasília. No entanto, essas iniciativas ainda não alcançaram a dimensão e o impacto das paradas, embora venham crescendo ano a ano e se assemelhem nas formas de divulgação, organização e mobilização, cada vez mais dependentes das plataformas digitais²⁷, especialmente das listas de discussão eletrônica, dos *softwares* para conversação e troca de mensagens e do Facebook.

[...] o mecanismo das redes e da Internet é fundamental no mundo moderno para que a gente possa ter mais agilidade [...] porque os ativistas estão em seus Estados, nós temos várias demandas e - também por questões financeiras - não podemos estar nos reunindo para deliberar, isso vai demandar muito tempo. Quando se faz uma **reunião online** se ganha muito tempo, **você delibera e vai aplicar o que foi deliberado**, vai fazer sua articulação e executar o que foi deliberado no seu Estado, por exemplo. Isso aconteceu muito no movimento da *Marcha Nacional contra a Homofobia*, onde a gente se comunicava com todos os Estados na lista da ABGLT, na lista da Aliança, e as reuniões *online*, com pautas mais específicas e super sérias, que se fossem por telefone seria um gasto absurdo. Então aí é econômico, rápido, legítimo, é um instrumento fantástico e um aliado absurdamente importante para os movimentos sociais como um todo [...] (Evaldo Amorim, secretário Regional Centro-Oeste da ABGLT e diretor do grupo Elos (DF), em entrevista à autora, em 13/10/13 – grifos adicionados).

A preocupação do movimento em alcançar uma abordagem positiva na grande mídia e desmistificar a carga negativa atribuída à homossexualidade remonta, como dito antes, à epidemia da Aids. Os dossiês publicados pelo Grupo Gay da Bahia entre os anos 1980 e 90 mostram que o noticiário jornalístico reproduzia uma série de estereótipos e preconceitos em relação ao homossexual, vinculados ao atentado ao pudor, à prostituição, ao crime e à doença. Assim, os homossexuais eram culpabilizados pela violência da qual eram vítimas e representados de maneira jocosa e marginal. A luta para incluir a proibição de discriminar por

²⁷ Os termos plataformas digitais e ferramentas digitais são usados neste trabalho de forma intercambiável para designar ambientes tecnológicos desenvolvidos para a Internet que integram hardware (desktop, tablet, smartphone) e software (aplicativos e demais programas de computador), associados a bases de dados que podem ser acessados a partir de uma interface comum.

orientação sexual no artigo 10 do Código de Ética dos Jornalistas, em 1986, é um marco desse período.

Nesse ínterim, a comunicação foi adquirindo uma importância central para a causa das minorias afetivo-sexuais. Exemplo disso é que no item 4.10 do Texto-Base da 1ª Conferência Nacional LGBT²⁸ - realizada pelo Governo Federal em 2008 com o objetivo de garantir a participação popular na discussão e proposição de políticas públicas - foi feito um diagnóstico da questão da diversidade sexual na mídia brasileira e reiterada a necessidade de instrumentalizá-la a favor da defesa da cidadania e dos direitos humanos de lésbicas, gays, bissexuais e transgêneros. Esse diagnóstico culminou com a elaboração de um conjunto de medidas na área comunicacional, a saber:

(a) estabelecer políticas públicas focadas na utilização dos meios de comunicação como instrumentos de promoção de cidadania LGBT; (b) promover uma sistemática divulgação de direitos já conquistados para o segmento; (c) criar mecanismos de acompanhamento e divulgação de questões LGBT em órgãos do poder público; (d) criar mecanismos de fomento de ações que divulguem informação para o segmento LGBT, incluindo patrocínio de centrais de notícias em quaisquer meios; (e) criar o Grupo de Trabalho Comunicação e Diversidade Sexual com o objetivo de monitorar e avaliar o noticiário jornalístico em relação ao tratamento dado aos LGBT; (f) fomentar ações de comunicação voltadas para travestis, público que encontra mais dificuldade de acesso à informação.

A estratégia midiática se somou às novas estratégias de atuação política. Foram bem-sucedidos os espaços ampliados de participação com a criação das comissões que discutem leis ou políticas públicas; o debate em torno de candidaturas LGBT e de aliados; e a construção de canais para ações de *advocacy* em âmbito internacional (FACCHINI, 2011). Algumas dessas ações foram as parcerias da ABGLT com a rede internacional *Global Alliance for LGBT Education* (GALE) na elaboração do material do Projeto Escola Sem Homofobia²⁹; e com a Associação Internacional de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Trans e

²⁸ Disponível em: <http://portal.mj.gov.br/sedh/co/glb/texbaglbt.pdf>

²⁹ Além da GALE e da ABGLT, o material foi desenvolvido pelas ONGs Pathfinder do Brasil, ECOS - Comunicação em Sexualidade e Reprolatina - Soluções Inovadoras em Saúde Sexual e Reprodutiva, com o apoio e intercâmbio de tecnologias do Ministério da Educação/Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade (MEC/SECAD), com base em pesquisa na rede pública realizada em 2008 (VITAL e LOPES, 2012).

Intersexuais (ILGA) na campanha para integrar o conjunto de entidades com assento consultivo na Organização das Nações Unidas (ONU)³⁰.

Outros exemplos significativos desse processo são o estabelecimento de normativas nas entidades de classe para combater a patologização e a discriminação da população LGBT, como no caso dos Conselhos Federais de Psicologia e de Serviço Social (FACCHINI, 2011); e as parcerias em defesa dos direitos humanos, como as que têm sido feitas com a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB). Destacam-se, ainda, a implementação de programas nacionais como o Brasil Sem Homofobia, dos Centros de Combate à Homofobia e dos conselhos nacional, estaduais e municipais, que têm o papel de monitorar as políticas afirmativas; além do reconhecimento do nome social de travestis e transexuais em unidades da administração pública.

Em sua fase atual, marcada pela ampla participação na defesa dos direitos humanos, maior ação político-institucional, promoção de eventos midiáticos e conquista de visibilidade “positiva” na mídia (FACCHINI, 2003, 2009), os movimentos LGBT passaram, mais recentemente, a ser impactados pelo fortalecimento da bancada evangélica no Congresso (VITAL e LOPES, 2012), especialmente após a eleição presidencial de 2010. A controvérsia sobre a descriminalização do aborto, que dominou boa parte do processo eleitoral, obrigou a então candidata Dilma Rousseff (PT) a assumir compromissos com lideranças evangélicas na tentativa de estancar a suposta debandada de votos desse segmento (VITAL e LOPES, 2012).

Vale ressaltar que o primeiro avanço dos evangélicos na política ocorreu na década de 1980, especialmente após a Constituição de 88, quando se iniciou a discussão sobre a laicidade do Estado e a secularização da sociedade. Desde meados dos anos 1990, a mídia começou a noticiar a influência do voto evangélico no cenário político nacional, embora, segundo especialistas, por meio de análises pouco reflexivas e simplistas (VITAL e LOPES, 2012). Contudo, a presença dessa corrente no espaço público data das décadas de 1940 e 1960, via mídia radiofônica e televisiva, respectivamente, com a participação da Igreja Adventista dos Santos dos Últimos Dias (Ibid.).

A movimentação do campo religioso produziu uma maior autonomia³¹ de diferentes tradições religiosas que passaram a reivindicar seu papel na cena pública e um acesso

³⁰ A ABGLT passou a ter status consultivo na ONU em 2009 e a ILGA em 2011, o que possibilita a autorização para enviar declarações, assistir e apresentar depoimentos nas conferências. Essa é uma das principais formas de acesso ao sistema da Organização pela sociedade civil.

³¹ Optamos por não usar o termo *empowerment* (empoderamento) originalmente citado pelos autores, em função da polissemia que lhe vem sendo atribuída recentemente, esvaziando a força conceitual de mudança e emancipação social, afirmação de direitos de cidadania e superação da exclusão. Essa categoria, cuja raiz está

democrático aos bens políticos. Desde então, tem se constituído uma ligação cada vez mais conflituosa entre política e religião no Brasil, que aponta para modalidades de relação com o poder público que reverberam valores basilares ainda presentes na cultura brasileira. Figuram como principais demandas dos evangélicos: o combate à descriminalização do aborto e do consumo de drogas, à união civil de homossexuais e à imoralidade; a defesa da família e dos bons costumes; a liberdade religiosa e de culto; mais concessões de emissoras de rádio e TV³² e de recursos públicos para organizações assistencialistas (VITAL e LOPES, 2012).

Ainda mais fortalecido após a eleição presidencial de 2010, esse segmento passou a reagir com veemência a qualquer iniciativa ligada ao reconhecimento de direitos de gays, lésbicas, bissexuais e transgêneros, justamente no momento em que avançava o processo de construção de políticas públicas federais em favor das minorias afetivo-sexuais. O grande marco do acirramento das disputas entre deputados-pastores e ativistas LGBT foi a distribuição do material do *Projeto Escola Sem Homofobia*, o chamado “Kit Gay” ou “Kit anti-homofobia”, que acabou sendo cancelado pelo governo em maio de 2011, diante da forte pressão de setores religiosos e os ditos “conservadores” (VITAL e LOPES, 2012).

Elaborado após diversas reuniões entre técnicos do Ministério da Educação, ativistas e educadores de diferentes partes do país, o material integra uma iniciativa mais ampla de promoção do respeito à diversidade sexual e de prevenção ao *bullying* homofóbico nas escolas. Dentro do kit constam: um caderno de orientação para professores; uma série de seis boletins elaborados com uma linguagem jovem para os estudantes; um cartaz de divulgação do projeto na escola; cartas de apresentação para gestores e educadores indicando as melhores formas de abordá-lo em sala de aula; três vídeos educativos com guias de discussão para estimular o debate (VITAL e LOPES, 2012).

Com a suspensão da distribuição do material, a preocupação inicial do movimento foi esclarecer a sociedade quanto à seriedade do projeto, desmistificar interpretações negativas sobre os produtos desenvolvidos e reforçar a necessidade de combater a homofobia no

nas lutas pelos direitos civis encabeçadas pelos movimentos feminista e negro na década de 1970, nos EUA, diz respeito à capacidade de indivíduos e grupos desenvolverem uma autoconsciência emancipatória que leve à superação da dependência social e da dominação política. Nesse processo, atores sociais assumem o controle sobre o que lhes afeta e escolhem seus cursos de ação em múltiplas dimensões, o que implica a ampliação da participação cidadã no processo político de tomada de decisão (PEREIRA, 2006; HOROCHOVSKI, 2006; CARVALHO, 2004).

³² Em 1989, a Igreja Universal do Reino de Deus (IURD) foi a primeira denominação evangélica a ter a permissão para operar uma emissora de TV com cobertura nacional. Dados levantados em 2009 revelam que as redes de televisão religiosas no Brasil somavam 20, sendo 11 delas evangélicas e nove católicas (pesquisa “Evangélicos e Doutrina no Ar: uma investigação sobre os evangélicos nas Comissões e Conselhos do Legislativo Nacional”. Disponível em: www.iser.org.br). Ver mais sobre a problemática das concessões de rádio e TV no Brasil em Souza (2007).

ambiente escolar, levando em consideração diversos estudos desenvolvidos nos últimos cinco anos³³. A decisão do governo não impediu que militantes, apoiadores e simpatizantes da causa encontrassem um meio alternativo de disseminar o conteúdo do kit entre professores, pais, estudantes, curiosos e demais interessados.

[...] quando houve o veto [...] os materiais foram para a Internet e se popularizaram. A partir do momento que as pessoas tiveram curiosidade em saber por que houve o veto, as pessoas procuravam e esse material estava lá, então esse material virou de domínio público. Alguns professores utilizaram esse material, mesmo não sendo algo com uma diretriz do Ministério da Educação. Pra gente foi algo positivo. Muitas pessoas também criam vídeos, publicizam esses vídeos, e metodologias. Acho que agora um desafio pra gente é utilizar essas ferramentas também para a sustentabilidade, a gente pensar em novas ferramentas para que possamos estar um pouco mais independentes e financiando nossas ações comunitárias (Julio Moreira, secretário Regional Sudeste da ABGLT e presidente do Grupo Arco-íris (RJ), em entrevista à autora, em 1/11/2013).

As polêmicas em torno do Projeto Escola Sem Homofobia tiveram ampla repercussão na mídia e estabeleceram um quadro de tensão permanente entre lideranças evangélicas e ativistas LGBT. Essas disputas chegaram ao ápice em 2013, com a eleição do deputado-pastor Marco Feliciano (PSC-SP) para a Comissão de Direitos Humanos e Minorias da Câmara (CDHM) e com a aprovação, e posterior retirada de pauta, do projeto batizado de “Cura Gay”: que visava suprimir dois pontos da resolução do Conselho Federal de Psicologia (CFP) para que psicólogos pudessem propor “tratamento” à homossexualidade. Esses dois casos foram alvo de investigação deste trabalho e serão apresentados em detalhes no Capítulo 3.

A consequência imediata desses embates político-midiáticos foi o engessamento do então recém-construído processo de implantação de políticas afirmativas de combate à homofobia e de promoção da cidadania das minorias sexuais, como se pode observar no trecho do artigo a seguir, escrito por um ativista e publicado no blog Mix Brasil, hospedado no portal de notícias UOL. O artigo repercutiu na grande mídia, em blogs e mídias sociais e circulou na lista de discussão *online* Aliança Nacional LGBT - vinculada à ABGLT e objeto desta pesquisa -, no dia 20 de agosto de 2012:

O Poder Legislativo sempre foi um problema. O Congresso Nacional não evolui e não aprova nenhuma lei pró-LGBT, a despeito das inúmeras tentativas e debates. No Executivo, houve progressos. Principalmente no Governo Federal, entre 2004 e 2010: plano *Brasil Sem Homofobia*, conferências, políticas, decretos, coordenação e

³³ Nota oficial divulgada pela ABGLT esclarece todos os aspectos envolvidos na elaboração do projeto, detalha o conteúdo do material e cita várias pesquisas sobre a homofobia na escola: <<http://www.abglt.org.br/port/basecoluna.php?cod=246>>. Estudo publicado em 2009 pela Rede de Informação Tecnológica Latino-Americana, baseada em uma amostra de 10 mil estudantes e 1.500 professores (as) do Distrito Federal, apontou que 63,1% dos entrevistados alegaram já ter visto pessoas que são (ou são tidas como) homossexuais sofrerem preconceito; mais da metade dos(as) professores(as) afirmam já ter presenciado cenas discriminatórias contra homossexuais nas escolas; e 44,4% dos meninos e 15% das meninas afirmaram que não gostariam de ter colega homossexual na sala de aula.

conselho LGBT. Alguns governos estaduais seguiram esse exemplo e inovaram, implantando ações de combate à homofobia. Ocorre que esse processo incipiente perdeu impulso. E, depois das eleições de 2010 (quando ganha novo patamar de influência o fundamentalismo cristão), a agenda LGBT foi sendo cada vez mais negligenciada. O veto de Dilma ao programa *Escola sem Homofobia* - que veio acompanhado da já histórica afirmação de que seu governo “não faria propaganda de opção sexual” - inaugura uma nova etapa. Desde então, vivemos um verdadeiro “apagão” LGBT nas políticas públicas do Governo Federal [...] (Julian Rodrigues, coordenador de Políticas LGBT da Secretaria de Direitos Humanos da Prefeitura de São Paulo, no blog Mix Brasil³⁴).

O tensionamento entre esses dois atores sociais coincide com o momento em que ambos passam a ampliar sua influência política e a disputa na cena pública: as lideranças evangélicas, em função da força enquanto bloco orgânico no parlamento, do êxito nas campanhas eleitorais, sobretudo proporcionais (vereadores e deputados) e das concessões de rádio e TV sob seu controle³⁵; e as lideranças LGBT, por conta das exitosas ações de *advocacy* perante o poder público, dos avanços obtidos enquanto sujeitos de direitos e da maior aceitação da sociedade brasileira. O depoimento abaixo revela como o movimento avalia as disputas político-institucionais-midiáticas em questão e como estas têm afetado a agenda governamental:

O acirramento da disputa com os evangélicos está muito vinculado à maior visibilidade da questão LGBT na mídia, normalmente positiva; está vinculado ao avanço do Judiciário, principalmente do Supremo Tribunal Federal [...]; está vinculado a uma espécie de percepção cotidiana de que há uma naturalização de como as pessoas encaram os homossexuais; ao crescimento das Paradas do Orgulho LGBT, ao ponto de que eles falam da ditadura gay, do *gayzismo*. Então, na verdade, se a gente está combatendo retrocesso é por que esses caras estão combatendo os avanços. E, claro, há retrocessos, por exemplo, num certo congelamento da agenda LGBT no Governo Dilma, para não dizer um apagão mesmo de políticas públicas [...] (Julian Rodrigues, coordenador de Políticas LGBT da Secretaria de Direitos Humanos da Prefeitura de São Paulo, em entrevista à autora, em 11/10/2013).

A maior adesão popular à questão homossexual pode ser observada na comparação entre a pesquisa realizada pelo Ibope em 1993, publicada à época com exclusividade pela revista *Veja*, e a nova sondagem de julho de 2013 promovida desta vez pelo Ipsos MediaCT a pedido de *Veja* (ver **Tabela 1**). Em 1993, enquanto 56% dos entrevistados concordavam com a eleição de um presidente homossexual, em 2013 esse percentual subiu para 79%; em 1993 enquanto 56% disseram que mudariam sua conduta com um colega se descobrissem que ele

³⁴ <http://mixbrasil.com.br/pride/ativista-diz-que-ha-um-apagao-nas-politicas-publicas-lgbt.html>

³⁵ A força política desse segmento religioso tem crescido no Congresso desde o início dos anos 2000, em razão do amplo leque de alianças com os partidos laicos na busca por cooptar apoio eleitoral (MACHADO, 2006, *apud* VITAL e LOPES, 2012). A Frente Parlamentar Evangélica possui na atual legislatura (2010-2014) 70 deputados federais e três senadores, enquanto na legislatura anterior (2007-2010) contava inicialmente com 30 parlamentares (entre Câmara e Senado), chegando a 51 ao final do mandato. Na época da 52ª legislatura (2003-2006), pouco antes do “escândalo dos sanguessugas”, que revelou o suposto envolvimento de deputados evangélicos com o desvio de dinheiro público destinado à compra de ambulâncias, a frente chegou a contar com 90 parlamentares (Ibid.).

era gay, em 2013 essa rejeição caiu para 19%. Embora o casamento entre pessoas do mesmo sexo não tenha aparecido antes, na pesquisa atual 52% dos entrevistados foram favoráveis.

Tabela 1 - Números revelam maior aceitação da sociedade nos últimos 20 anos

1993 X 2013			1993 X 2013		
Convivem com homossexuais na vida cotidiana	50%	78%	Acreditam que a educação recebida pela pessoa determina sua homossexualidade	20%	20%
Mudariam sua conduta com o colega se soubessem que ele é homossexual	56%	19%	Acham que um casal homossexual, mesmo vivendo junto há muito tempo, não deve adotar um criança	58%	40%
Mudariam seu voto caso fosse revelado que seu candidato a uma eleição é homossexual	47%	12%	Acham que se nasce homossexual	51%	51%
Deixariam de contratar um homossexual para um cargo em sua empresa, mesmo que ele fosse mais qualificado	36%	7%	Acreditam que os homossexuais provocaram o aparecimento da Aids	44%	12%
Não concordam que um candidato homossexual seja eleito para a Presidência da República	56%	21%	Acreditam que os homossexuais são responsáveis pela disseminação da Aids no mundo	61%	18%
Trocariam de médico se descobrissem que ele é gay	45%	14%	Ficariam tristes se tivessem um filho homossexual	79%	37%
Trocariam de dentista se descobrissem que ele é gay	50%	11%			

Entre os evangélicos, 24% trocariam de candidato
 No grupo evangélico, essa porcentagem sobe para 37%
 1 em cada 4 entrevistados acha que a homossexualidade é falta de Deus ou religião

Fonte: Pesquisas Ibope (1993) e Ipsos MediaCT (2013) publicadas com exclusividade por *Veja*

O recrudescimento de pautas tidas como conservadoras no Congresso e o acirramento dos embates político-institucionais ampliaram ainda mais o caráter midiático do movimento, alimentado, muitas vezes, por polêmicas e controvérsias. Além das tensões com o segmento evangélico e de eventos como as paradas, têm contribuído para ampliar a visibilidade midiática da questão LGBT as representações sociais da homossexualidade em telenovelas³⁶; os casos de violência homofóbica veiculados no noticiário jornalístico; e as recentes decisões do Supremo Tribunal Federal (STF) reconhecendo como casamento, as uniões homoafetivas (ver Quadro 2).

Quadro 2 - Trajetória de conquista da visibilidade pelo movimento LGBT

³⁶ Para se aprofundar nessa discussão, ver Marques (2010).

Década	Fatores Geradores	
	Visibilidade pública	Visibilidade midiática
1980	Resposta à epidemia de HIV/Aids	
1990	Multiplicação de organizações de defesa LGBT e de redes Crescimento de mercado segmentado “GLS” e de publicações especializadas Incorporação da temática homossexual às pautas de pesquisa das universidades	Paradas de Orgulho LGBT Incorporação da temática homossexual de modo mais “positivo” pela chamada grande mídia
1990 2000	Ações de <i>advocacy</i> no Legislativo, Executivo e Judiciário Concessão de direitos legais, jurídicos e previdenciários	
2000		Marcha Nacional contra a Homofobia Maior participação de personagens LGBT em telenovelas Polêmicas com personalidades religiosas e deputados da bancada evangélica

Fonte: Elaborada pela autora.

Para entender o papel central da mídia na construção de sujeitos políticos ativos na cena pública, com capacidade de ressonância nas instâncias de decisão e na sociedade, é fundamental reconhecer que as apropriações das mensagens midiáticas se tornaram um dos canais de autoformação do mundo moderno (THOMPSON, 2008). O desenvolvimento dos meios de comunicação, desde as mais remotas formas de impressão até os recursos tecnológicos atuais, é parte integral do surgimento da modernidade e ajuda a construir juízos de valor e intercâmbio simbólico, seja como canais de informação ou de expressão (Ibid.).

Os meios de comunicação inauguraram novas formas de interação, novos tipos de visibilidade e novas redes de difusão de informação, que alteraram profundamente o caráter simbólico da vida social e impõem repensar o significado do que é público hoje (THOMPSON, 2008). A publicidade criada pela mídia pode ser descrita como o “espaço do visível”, onde as lutas por reconhecimento se tornaram cada vez mais lutas por visibilidade midiática (Ibid.). Ou seja, se fazer ouvir e ver passou a integrar as tensões e disputas

sociopolíticas das sociedades contemporâneas (pós-industriais, complexas, informacionais, multiculturais, em rede).

Esses fluxos interativos mediados diferem dos tipos de interação face a face que caracterizaram a maioria dos encontros cotidianos, na medida em que os indivíduos conseguem se comunicar por meio de espaços e de tempos sempre mais dilatados e tornam-se capazes de agir em favor de outros, fisicamente ausentes ou de responder a outros situados em locais distantes. Sendo assim, o uso dos meios técnicos comunicativos transforma a organização espaço-temporal da vida social e faz dessa reorganização um meio para garantir objetivos diversos, instituindo mecanismos inéditos de ação e de exercício do poder, que não está mais ligado ao compartilhamento de local comum (THOMPSON, 2008).

O processo de transformação geral da natureza do poder e da política impactou diretamente os movimentos sociais (THOMPSON, 2008), sobretudo os de corte mais identitário, ligados à ampliação de direitos e às representações sociais. As reivindicações de grupos até então subordinados, marginalizados ou excluídos tendem a se consolidar ao alcançarem reconhecimento público e servirem como apelo para mobilização de indivíduos. Em uma era de publicidade mediada, questões de justiça e política não podem ser contidas facilmente em instituições e ambientes particulares (Ibid.).

Segundo Melucci (2001), a experiência vivida pelos mais diversos atores sociais é, no contexto atual, inteiramente mediatizada. Os quadros cognitivos e as relações que possibilitam vivenciar uma dada realidade dependem das informações das quais indivíduos e coletivos dispõem. Por isso, o campo no qual a palavra – num sentido mais amplo, as ideias, as causas, os posicionamentos, as denúncias etc. – dos movimentos sociais pode ser ouvida é o discurso público: construído pelas mídias num complexo jogo de interações, em que intervêm os objetivos e os interesses dos aparatos de poderes políticos, as competências profissionais, as dinâmicas organizativas e as escolhas das audiências (Ibid., p. 144).

O discurso construído pela mídia, para Melucci (2001, p. 145), “é também o nosso discurso, mas não no sentido em que ele nos é imposto e nós o absorvemos como esponjas. É nosso porque, na sua elaboração, todos, em graus diversos e com diverso poder e conhecimento, contribuímos”. A contribuição dos *media* se dá pelas suas próprias competências, pela autonomia das suas linguagens e pela complexidade dos intercâmbios e das estratégias organizativas que caracterizam o discurso; enquanto a contribuição das audiências, chamadas pelo autor de “usuários da comunicação”, se dá através da filtragem das

mensagens, da ativação das redes comunicativas cotidianas, das escolhas de consumo que levam aos diversos meios (Ibid., p. 144).

Diante desse cenário, é perceptível que um movimento social necessita de espaços de visibilidade midiática para fazer-se presente na cena pública, ter legitimidade perante a sociedade civil, mobilizar ativistas, simpatizantes da causa e apoiadores e, assim, exercer pressão junto à política institucionalizada (MARQUES e NOGUEIRA, 2012). Por isso, a comunicação deve ser um pilar fundamental para todo e qualquer ator coletivo, sobretudo se pensada enquanto dinâmica discursiva de articulação interna e externa e enquanto ferramenta de interlocução para intervir politicamente em âmbitos sociais e institucionais (Ibid., p. 147).

Essa ferramenta faz com que movimentos tenham voz, sejam ouvidos e lembrados, preservem a memória das suas ações (MARQUES e NOGUEIRA, 2012), exerçam poder de persuasão com base em suas demandas e incluam na agenda governamental e da sociedade, problemas e questões que os afetam direta e indiretamente. Ao atuarem como “circuitos de comunicação pública que estabelecem uma estreita ligação com o contexto da vida privada dos indivíduos”, esses coletivos sociais “recolhem deste âmbito seus recursos vitais para depois fazerem com que se transformem em objeto de debate” (Ibid., p. 143).

MAIA (2008a) ressalta que é fundamental chamar a atenção pública para tais problemas na tentativa de redefini-los e gerar entendimentos alternativos que venham a informar o debate público. Ao vencerem a barreira da invisibilidade e alcançarem o caminho para a participação política e a cooperação no processo de deliberação, os movimentos sociais e demais atores críticos podem então dar início à tematização das questões de seu interesse na sociedade, de modo a direcionar a atenção pública para situações urgentes ou para necessidades ainda não reconhecidas (Ibid.).

Por terem dificuldade de impor seus interesses e exercer influência direta sobre as instâncias políticas de decisão, os coletivos sociais precisam estabelecer o diálogo e construir possíveis consensos (MAIA, 2008a). Para tanto, é imperioso desenvolver qualificação comunicativa e criatividade cultural no intuito de modificar as visões e entendimentos estabelecidos na cena pública, incluindo fóruns mais organizados como os da mídia. Essas competências são fundamentais para desvelar novas questões ou desencadear um debate público ampliado no “espaço midiático de visibilidade”, ainda que esses atores enfrentem sérias limitações de acesso à comunicação massiva (Ibid., p.194).

Esse “espaço do visível” produzido por aparatos tecnológicos em que um conjunto de formas simbólicas pode ser tornado público, compartilhado, publicado e “socialmente

acessível” é a esfera pública de visibilidade midiática (MAIA, 2008b, p. 94). Tal conceito corresponde ao sistema expressivo formado pelo conjunto da emissão dos meios de comunicação, de modo a tornar disponível ao público uma espécie de quadro do mundo (GOMES, 2008a, p. 143). Hansen (2006, 2013) propõe que essa conceituação incorpore aspectos como: estrutura de propriedade, regime de controle social da comunicação, modelo de regulação das mídias e relações de força que operam na constituição dos mercados midiáticos e nas interações entre a mídia e atores sociais.

Na definição contemporânea de Habermas (2003), a esfera pública é uma estrutura intermediária representada por “uma rede supercomplexa que se ramifica espacialmente num sem número de arenas” e “se articula objetivamente de acordo com pontos de vista funcionais, temas, círculos políticos, etc., assumindo a forma de esferas públicas mais ou menos especializadas, porém ainda acessíveis a um público de leigos” (Ibid., p. 107). O autor a separa em três tipos: esfera pública episódica (bares, cafés, encontros de rua), esfera pública de presença organizada (encontro de pais, reuniões de partidos) e esfera pública abstrata, produzida pela mídia.

As formulações sobre a esfera de visibilidade pública midiática ganharam densidade a partir do momento em que o próprio Habermas, nas suas obras mais recentes (2003, 2006, 2008), admitiu a existência dessas várias esferas públicas, associadas tanto às interações simples que ocorrem nas conversações da vida cotidiana quanto aos debates em movimentos sociais, organizações e demais fóruns da sociedade civil. Haveria, segundo o autor, uma esfera pública geral, definida através da relação com o sistema político, e as esferas públicas parciais, que são mais porosas e permitem ligações mútuas.

Habermas (2006, 2008) reconhece, inclusive, que a comunicação política mediada na esfera pública pode “facilitar processos de legitimação deliberativa em sociedades complexas”, mas “somente se um sistema mediático auto-regulador adquire independência com relação a seu ambiente social, e se audiências anônimas garantem um *feedback* entre o discurso informativo da elite e uma sociedade civil responsiva” (2008, p. 10). A deliberação é compreendida pelo autor como uma forma de comunicação exigente, que se dá a partir de rotinas diárias quase imperceptíveis, nas quais indivíduos trocam razões e argumentos uns com os outros para decidir consensualmente.

Contudo, a deliberação “não se restringe a uma troca discursiva de argumentos racionais ou a um único momento de discussões quando as decisões são tomadas”, na medida em que, no plano ideal, é um processo social de comunicação por meio do qual os indivíduos

assumem a condição de interlocutores num debate baseado no respeito mútuo (MARQUES, 2011, p. 20). Nessa perspectiva, pode ser entendida “como uma atividade discursiva capaz de conectar as esferas comunicativas formais e informais nas quais diferentes atores e discursos estabelecem um diálogo que tem por principal objetivo a avaliação e a compreensão de um problema coletivo ou de uma questão de interesse geral” (Ibid., p. 20-21).

Gomes (2008a) chama a atenção para a necessidade de distinguir os dois sustentáculos basilares da esfera pública: a esfera de visibilidade pública, onde se dá o prosclênio social, a exibição, a sociabilidade e a comunicação; e a esfera de discussão pública, que mantém a ideia de expor e tornar visível os assuntos em disputa na arena política, mas com o propósito de que todos os interessados possam intervir, discutir, participar e argumentar. Nessas duas dimensões interdependentes, vale ressaltar que a primeira é fundamental para uma democracia de massa por duas razões: a esfera pública deliberativa precisa da exposição para cumprir seu papel de discussão aberta a todos os concernidos e para que os temas de interesse comum sejam introduzidos no debate público.

Na acepção de Hansen (2006, p. 11), é no espaço relacional de visibilidade pública das mídias que incidem “pressões dos diversos atores sociais em sua busca por transformar o poder comunicacional em poder de influência sobre as decisões políticas” e onde os “conflitos sociais são travados e ganham ressonância social”. O objetivo dessa abordagem é ajudar a ampliar a compreensão sobre as estratégias dos indivíduos para se tornarem visíveis e de como essas relações de força afetam o modo como as mídias operam. Nesse tensionamento, a comunicação midiática atua, de um lado, na manutenção da estrutura hegemônica de poder e, de outro, pode contribuir para um ordenamento social mais justo e democrático (Ibid.).

O fato de os movimentos sociais utilizarem as mídias para se apresentarem ao público, mostra que, apesar do caráter instrumental da comunicação de massa, ou seja, da mercantilização dos produtos culturais e simbólicos, haveria espaço para reflexão no interior do sistema midiático (HANSEN, 2006, p. 3, 2013, p. 325). Esse olhar a partir de uma perspectiva relacional permite identificar, mais detalhadamente, as correlações de força, os padrões de interação, as estratégias comunicativas e de visibilidade social entre os atores em dada situação, assim como suas mudanças no tempo, que afetam o modo como essas mídias perseguem seus interesses e executam suas funções (Ibid., Ibid.).

Com a disseminação das Tecnologias de Informação e Comunicação, os movimentos sociais ganharam um novo aliado para ultrapassar as limitações de acesso aos conglomerados midiáticos e fortalecer suas estratégias de visibilidade, mobilização, organização, ação e

conquista de novos ativistas. Além disso, a construção de espaços *online* de negociação e de troca argumentativa amplia as oportunidades desses atores “se fazerem visíveis, fortalecerem sua identidade coletiva e entrarem em contato com outros grupos que partilham das mesmas experiências, construindo, assim, uma rede de contatos e solidificando um repertório comum de experiências” (MARQUES e NOGUEIRA, 2012, p. 151).

As tecnologias digitais, amplamente disseminadas no ambiente da Internet, permitem que os coletivos sociais difundam suas causas com mais agilidade, instantaneidade e menos formalidades (MARQUES e NOGUEIRA, 2012). Dessa forma, podem ampliar as estratégias de visibilidade pública, assim como sua capacidade para persuadir, sensibilizar, convocar potenciais seguidores e desenvolver ferramentas capazes de gerar discussão. Por meio desses recursos tecnológicos, é possível “trazer para a esfera pública questões que até então estavam silenciadas”, possibilitando, através da produção e distribuição de informações, a disseminação de temas antes “inexistentes” (PEREIRA, 2011, p. 7).

Apesar de as ferramentas digitais possibilitarem canais de discurso, comunicação e expressão potencialmente libertários e alternativos (AGUIAR, 2014; PEREIRA, 2011) por meio de mídias comunitárias, associativas e radicais³⁷ (PERUZZO, 2004, 2007; DOWNING, 2004), a visibilidade midiática dificilmente é alcançada sem algum nível de interlocução com a mídia tradicional, que ainda controla a esfera de visibilidade pública (GOMES, 2008b). Estudos empíricos revelam que estratégias de divulgação, mobilização e pressão tendem a ser mais exitosas e ter mais impacto quando se relacionam com os meios de comunicação de massa (CRUZ, 2013; MARQUES e NOGUEIRA, 2012; NASI e RADDATZ, 2009; PRUDÊNCIO, 2006).

A discussão aqui proposta indica que as possibilidades de interação abertas pelos novos dispositivos midiáticos não tornam obsoletas as tecnologias tradicionais. No entanto, contribuem para mudar a dinâmica do fazer comunicativo dos meios massivos (DI FELICE, 2008; OROZCO, 2006); ampliam a capacidade de interação e organização dos movimentos sociais em escala nacional e global (MARQUES e NOGUEIRA, 2012); e pluralizam os canais de interpretação das práticas, das percepções de mundo e do próprio significado desses movimentos, permitindo um contraponto às visões externas construídas pela chamada grande mídia (AGUIAR, 2014; PEREIRA, 2011).

³⁷ As mídias radicais são formas marginais, alternativas, autônomas e experimentais de comunicações, das quais se valem grupos na sua luta por transformações sociais e que expressam uma visão alternativa às políticas, prioridades e perspectivas hegemônicas (DOWNING, 2004).

A reconstituição da trajetória do movimento LGBT, da ascensão do combate à homofobia como uma agenda prioritária e das demandas daí decorrentes por visibilidade público-midiática será essencial para as discussões propostas a seguir. No próximo capítulo, “Apropriações políticas no contexto da Internet”, adensaremos os conceitos norteadores deste estudo que possibilitarão entender os movimentos sociais contemporâneos no âmbito das novas tecnologias de informação e comunicação; o uso dos dispositivos digitais para expandir a mobilização em rede, fortalecer os mecanismos de pressão e visibilizar as lutas anti-homofobia; e o impacto dos aparatos tecnológicos sobre a ação coletiva, os repertórios de ação e o ativismo político.

CAPÍTULO 2

APROPRIAÇÕES POLÍTICAS NO CONTEXTO DA INTERNET

Neste segundo capítulo abordamos o paradigma dos Novos Movimentos Sociais, que demarca a transição da corrente marxista associada à luta de classes para modelos analíticos fundamentados na cultura, ideologia, solidariedade e em processos de identidade. É nesse contexto que ascende, na segunda metade do século XX, o movimento LGBT, com seu apelo pela liberação sexual e conquista/ampliação de direitos civis, o qual tem se tornado cada vez mais central na atualidade, ao lado de outros atores sociais e sujeitos sociopolíticos relevantes ligados a causas difusas, como direitos humanos, ambientalismo, justiça global e antiglobalização.

Inicialmente, contextualizamos esses movimentos diante do protagonismo dos meios de comunicação de massa no processo de reconfiguração da lógica do poder e da política nas sociedades modernas, em que as disputas pela conquista da visibilidade midiática passaram a ser fundamentais para alcançar o reconhecimento público e as instâncias de decisão. Em seguida, trabalhamos os conceitos de redes de movimentos e movimentos sociais em rede, na tentativa de caracterizar a ação coletiva em rede como uma prática relacional que se expande e se fortalece com o uso dos recursos de informação e comunicação disponíveis na Internet.

A partir desse momento, nos detivemos sobre o impacto das tecnologias digitais nas estratégias de planejamento, organização, mobilização e ação dos coletivos sociais contemporâneos, que intensificam a formação de redes e passam a compartilhar valores e experiências com relativa autonomia em relação a governos, corporações e à grande mídia. Das apropriações tecnológicas daí decorrentes, identificamos mudanças nas formas da ação coletiva e o surgimento de novos repertórios de ação, capazes de aglutinar forças em torno de metas comuns e de levar à cena pública demandas a serem incorporadas pelo conjunto da sociedade.

Vencida essa etapa, tentamos situar as lutas anti-homofobia no âmbito das teorias da ação coletiva, dos repertórios de ação e de suas interfaces com as ferramentas digitais, que têm possibilitado alianças estratégicas com ativistas ocasionais ou independentes e demais atores críticos da sociedade, na busca por visibilidade e pelo fortalecimento dos mecanismos de pressão sobre o poder público. Como resultado desse esforço, caracterizamos a rede LGBT como uma rede de ação sociopolítica que se exponencia e ganha novos horizontes à medida que o movimento dinamiza e aprimora os processos tecnológico-midiáticos.

Esse cenário se reflete na polissemia que o termo “ativismo” tem adquirido no contexto da Internet (ciberativismo, ativismo digital, hacktivismo, game-ativismo etc.) e na incorporação desses novos repertórios de ação pelos movimentos LGBT como uma dupla estratégia: reforçar os mecanismos de pressão adotados pelo ativismo político mais orgânico no combate à homofobia; e incorporar a contribuição dos ativistas ocasionais engajados em projetos e causas temporárias relacionadas às suas identidades, interesses e percepções de mundo. Observa-se que esses ativistas ocasionais têm surgido a reboque da crise de representação e de legitimidade do sistema político.

2.1 Movimentos sociais contemporâneos

Imbuídos do desafio de analisar os movimentos sociais que começaram a eclodir na Europa a partir dos anos 1960, autores como Alain Touraine, Alberto Melucci e, posteriormente, Manuel Castells se dedicaram a desenvolver modelos interpretativos que enfatizavam a cultura, a ideologia, as lutas sociais cotidianas, a solidariedade e os processos de identidade. As demandas nascentes naquele contexto estavam atreladas aos direitos sociais modernos, refletidos em valores como igualdade e liberdade em termos das relações de raça, gênero e sexo, que ensejavam uma nova ordem de conflitos, lutas e ações coletivas (GOHN, 2002).

As reivindicações de estudantes, mulheres, gays e minorias raciais desaguaram no paradigma dos Novos Movimentos Sociais (NMS), que se ocupou da revisão do pensamento marxista associado às lutas de classes e da crítica aos esquemas utilitaristas e às teorias baseadas na lógica racional e na estratégia dos atores (GOHN, 2002). As necessidades materiais, a epistemologia realista e o caráter instrumental-materialista próprios do modelo clássico foram deslocados para uma orientação voltada aos significados, às identidades psicológicas, às contingências e às subjetividades, com forte apelo para os aspectos histórico-institucionais decorrentes das mudanças empíricas na passagem para uma sociedade pós-industrial (ALEXANDER, 1998).

O foco de investigação desses movimentos passou a ser caracterizado pela: (1) construção de um modelo teórico baseado na cultura; (2) negação do marxismo como campo capaz de dar conta da explicação da ação dos indivíduos e da ação coletiva; (3) deslocamento da centralidade de um sujeito específico, predeterminado, configurado pelas contradições do capitalismo e formado pela “consciência autêntica” de uma vanguarda partidária; (4) centralidade na análise da política, que passa a ser redefinida como dimensão da vida social,

abarcando todas as práticas sociais; (5) análise dos atores a partir das ações coletivas e pela identidade coletiva criada no processo (GOHN, 2002, p. 121-123)³⁸.

O advento dos Novos Movimentos Sociais forneceu amplo testemunho de que as reivindicações até então subordinadas ou marginalizadas só são conquistadas através de lutas pelo espaço do visível nas indústrias da mídia³⁹, reflexo da reconfiguração da lógica do poder e da política nas sociedades modernas (THOMPSON, 2008). A era da comunicação massiva surgiu como um novo campo de feitos tecnológicos, sociais e culturais orientados na direção do mercado e, em torno disso, articulou processos macrossociais, culturais e simbólicos, de modo a contribuir para a formação de novos dispositivos de percepção dos públicos (VIZER, 2007, p. 24).

Para entender como essa simbiose se deu, é fundamental fazer uma breve contextualização da relação histórica entre movimentos sociais e meios de comunicação. O desenvolvimento do capitalismo e do Estado moderno criou um ambiente favorável, a partir do século XVII, para que novos atores políticos começassem a intervir no jogo de forças da sociedade, apoiados nas mídias nascentes para fazer ecoar seus discursos. As primeiras expressões populares de protesto e violência, como a Revolução Francesa e os movimentos de independência americanos, já contavam com uma imprensa atuante e combativa, num cenário de perda de legitimidade das elites e de ascensão dos valores liberais democráticos e burgueses (VIZER, 2007).

Com o advento dos veículos impressos e posteriormente dos meios eletrônicos, lutas por reconhecimento se tornaram cada vez mais lutas pela visibilidade, ao alcançar uma dimensão pública e servir como apelo para a mobilização dos indivíduos (THOMPSON, 2008). A penetração do rádio e do cinema na primeira metade do século XX – época em que os “atores da realidade social e política ainda conservavam o poder de definir suas próprias agendas, interesses e discursos” – cedeu lugar à hegemonia da televisão (VIZER, 2007, p. 26-27). A partir daí, o poder dos dispositivos midiáticos de captação, registro e produção dos fatos e acontecimentos passou a ganhar legitimidade e capacidade para influenciar diretamente a constituição da agenda pública (Ibid.).

³⁸ Embora essa abordagem tenha suscitado críticas por não englobar as especificidades dos movimentos sociais no contexto da América Latina, se alinha diretamente ao surgimento no Brasil das lutas pela liberação sexual e pelos direitos civis dos homossexuais no final dos anos 1970.

³⁹ Thompson (2008) usa o conceito de indústrias da mídia para referir-se às numerosas organizações que, desde a Idade Média até os dias atuais, têm se interessado pela exploração comercial das inovações técnicas, o que tornou possível a produção e a difusão generalizada de formas simbólicas.

As tecnologias digitais trouxeram um aspecto novo a esse processo. Associada à expansão do elemento comunicativo, que permite o alcance das informações a um público ilimitado e a transmissão em tempo real de mensagens, o próprio ato de comunicar sofre mudanças ao borrar as tradicionais distinções entre emissor, meio e receptor, constituir redes informativas e interativas de amplo alcance e estabelecer outras dinâmicas de interação (DI FELICE, 2008). Dessa forma, diversos atores individuais e coletivos assumiram um relativo protagonismo na construção da visibilidade e do debate público, campos até então exclusivos dos meios massivos nas sociedades modernas.

O movimento homossexual, que se ampliou para movimento LGBT, eclodiu nos Estados Unidos em 1969, comprometido com a defesa dos direitos de lésbicas, gays e da afirmação da liberdade sexual (CASTELLS, 1999). Desde então, passou a ser portador de uma “crítica corrosiva sobre o que é considerado sexualmente normal e sobre a família patriarcal” (Ibid., p. 257). Como reflexo direto da expressão da subjetividade, dos processos culturais e da ação criativa dos indivíduos, esses atores coletivos passaram a ser objeto de estudo dos teóricos interessados em entender e explicar os fenômenos políticos e sociais ascendentes.

Suas motivações e força transformadora transcendem a defesa da tolerância e do direito humano básico de escolher a quem e como amar. São, além disso, expressões poderosas de identidade sexual e, portanto, de liberação sexual, ao ponto de desafiar a repressão e a heterossexualidade compulsória – estruturas milenares sobre as quais as sociedades foram historicamente assentadas (CASTELLS, 1999). Ao agregar à defesa dos direitos humanos a reconstrução da sexualidade, da família e da personalidade, o movimento LGBT dá lugar a uma crítica cultural fundamental da sociedade contemporânea e toca nos centros de tensão da repressão e da civilização (Ibid., p. 256-257).

Devido à sua natureza universalizante, os coletivos sociais construídos a partir de características da natureza humana como sexo, idade, raça, cor e gênero têm ganhado centralidade sobre outras lutas sociais na atualidade (GOHN, 2002, p. 269). Esses movimentos de caráter identitário, assim como aqueles voltados para problemas sociais (direitos humanos, ambientalistas etc.) e planetários (antiglobalização, por justiça global) “entraram em cena como atores sociais e sujeitos sociopolíticos relevantes” que têm “coberto áreas do cotidiano de difícil penetração por outras entidades ou instituições do tipo partidos políticos, sindicatos ou igrejas” (GOHN, 2010, p. 13, Ibid., p. 17).

A globalização, a informatização e o amadurecimento dos mecanismos e instituições democráticas nas sociedades ocidentais capitalistas implicaram na ampliação da capacidade de organização da sociedade civil, assim como na diversificação e complexificação dos movimentos sociais (MACHADO, 2007; SCHERER-WARREN, 2006). Suas demandas são cada vez mais variadas, específicas e, inclusive, peculiares a certos contextos socioculturais, políticos e históricos. As formas de atuação e organização incluem: redes de alcance global, amplas coalizões e agregação a grupos identitários, conforme a geografia das comunidades culturais, linguísticas ou a identificação de certos valores (MACHADO, 2007).

Castells (1999) propõe que a construção de identidades coletivas – aspecto central na sua obra para traduzir os fenômenos decorrentes da sociedade em rede⁴⁰ – está ligada às relações de poder e se apresenta de três formas: a) identidade legitimadora: imposta pelas instituições dominantes com o intuito de expandir e racionalizar sua dominação; b) identidade de resistência: criada por atores que se encontram em condições desvalorizadas e/ou estigmatizadas pela lógica da dominação; e c) identidade de projeto, que apresenta um caráter transformador e questionador da estrutura social.

Nesta última, os atores constroem uma nova identidade capaz de redefinir sua posição na sociedade e transformar instituições e valores, servindo-se, para tanto, de qualquer material cultural disponível, como têm feito os movimentos feminista e homossexual. Castells vislumbra os processos de construção de identidades de projeto como elementos “capazes de reconstruir uma nova sociedade civil” e um novo Estado, por serem dotados da capacidade de enfrentar a homogeneização produzida pela globalização, a partir de aspectos como a criatividade, a negociação e a capacidade de mobilização (Ibid., p. 420).

A identidade de projeto produz sujeitos interessados em criar uma história pessoal e atribuir significado às experiências da vida individual. Essa ambição por subverter a ordem social com base numa identidade oprimida é marca constitutiva das lutas que visam derrubar as estruturas de produção, reprodução, sexualidade e personalidade constitutivas da sociedade (CASTELLS, 1999). Cada um desses processos provoca um resultado distinto nos movimentos sociais, e é a identidade legitimadora que dá origem a uma dada sociedade civil:

⁴⁰ Modelada pelo avanço tecnológico e pela reestruturação do capitalismo, que proporcionou um aumento exponencial do efeito de rede com base na partilha de interesses comuns, experiências e laços identitários facilitados pelas ferramentas de informação e comunicação. Essa sociedade é caracterizada pela globalização das atividades econômicas decisivas; por sua organização em redes; pela flexibilidade e instabilidade do emprego e a individualização da mão-de-obra; por uma cultura de virtualidade real construída a partir de um sistema de mídia onipresente, interligado e diversificado; pela transformação do espaço-tempo como expressões das atividades e elites dominantes (CASTELLS, 2010, 1999).

um conjunto de organizações, instituições e atores reprodutores da identidade que racionaliza as fontes de dominação estrutural (Ibid., p. 24).

Embora o termo sociedade civil – que incorpora igrejas, sindicatos, partidos, entidades cívicas e redes sociais informais – carregue consigo uma conotação positiva de mudança social democrática, na verdade apresenta um aspecto ambíguo: ao mesmo tempo em que prolonga a dinâmica das instâncias de organização formal do poder público, está profundamente arraigada entre as pessoas. “É esse duplo caráter da sociedade civil que a torna um terreno privilegiado de transformações políticas, possibilitando o arrebatamento do Estado sem lançar mão de um ataque direto e violento” (CASTELLS, 1999, p. 25).

Nem sempre essa esfera de atividade associativa pública está alicerçada em valores democráticos e progressistas. Convivendo com movimentos, organizações, entidades e redes que representam interesses coletivos e plurais, há aqueles que defendem ideias conservadoras, discriminatórias, fundamentalistas, e se mobilizam em torno de interesses corporativistas e particularistas (MAIA, 2008c, p. 328). Essa “má sociedade civil” apresenta-se na forma de grupos e formas organizativas que disseminam o uso de ações violentas e antidemocráticas, além de concepções e práticas homofóbicas, xenofóbicas, machistas e racistas (Ibid.).

Apesar de configurar um campo composto por forças sociais heterogêneas, relações e conflitos de poder, permeado pelas disputas por hegemonia e por representações sociopolíticas antagônicas, a sociedade civil relaciona-se, preferencialmente, à esfera da defesa da cidadania e suas formas organizativas em torno de interesses públicos, distinguindo-se das instâncias do Estado e do mercado (SCHERER-WARREN, 2006, p. 110). Portanto, reflete como os interesses e os valores da cidadania se organizam em cada sociedade para o encaminhamento de ações reivindicatórias de políticas sociais e públicas, realização de protestos, manifestações e pressões políticas (Ibid.).

Ao observar a crise de representação política das instituições tradicionais e a perda da capacidade de ação criadora do Estado, Castells (1999) chama atenção para a centralidade dos movimentos sociais no questionamento da nova ordem global. Nesse sentido, sua grande aposta para a revitalização da democracia está no surgimento de movimentos fortes o suficiente para preservar as identidades específicas e os sujeitos diante do potencial envolvente, destruidor e, ao mesmo tempo, recriador da sociedade em rede. Para o autor, isso

só será possível se esses coletivos sociais conseguirem ser produtores e distribuidores de códigos culturais alternativos às redes⁴¹ de organização social pré-existentis.

A discussão sobre a identidade coletiva é igualmente central na obra de outros pensadores contemporâneos. Segundo Melucci (2001, p. 23; p. 69), esta não representa um dado ou uma essência do movimento, mas “um produto de trocas, negociações, decisões, conflito entre os atores”, e, dessa forma, pode ser “construída e negociada através de um processo repetido de ativação das relações” que os ligam. Assim sendo, os processos de construção, manutenção e adaptação de uma identidade coletiva estariam relacionados tanto à complexidade interna de um ator (pluralidade de orientações que o caracteriza) como à sua relação com o ambiente (demais atores, oportunidades, vínculos criados) (Ibid.).

Os movimentos sociais têm percebido cada vez mais a importância de se articularem com outros grupos que partilhem da mesma identidade social ou política para potencializar visibilidade, impacto na esfera pública⁴² e obtenção de conquistas. Com a formação de associações e coalizões, buscam uma dupla estratégia: dar legitimidade às esferas de mediação (fóruns e redes) com o poder público e construir redes de movimentos com certa autonomia. Desse processo, surge uma tensão permanente: “participar com e através do Estado para a formulação e a implementação de políticas públicas” ou “ser um agente de pressão autônoma da sociedade civil” (SCHERER-WARREN, 2006, p. 113-114).

Nas sociedades atuais (pós-industriais, complexas, multiculturais, informacionais, em rede), as identidades tendem a ser mais plurais e as lutas pela cidadania englobam múltiplas dimensões: do *self* (gênero, étnica, classe, regional), de afinidades ou de opções políticas (pela igualdade, pela liberdade, pela paz, pela sustentabilidade social e ambiental, pelo respeito à diversidade etc.) (SCHERER-WARREN, 2006). Por serem multiformes, as redes aproximam atores coletivos diversos, no nível local ou global, e estabelecem os mecanismos necessários ao diálogo a partir dos mais variados interesses e valores. Dessa forma, passam da defesa de um sujeito identitário único à defesa de um sujeito plural (Ibid.).

2.2 Redes de movimentos e movimentos sociais em rede

As interações de indivíduos nas relações pessoais, comunitárias, profissionais e cidadãs cotidianas caracterizam as redes sociais informais, que surgem espontaneamente das subjetividades, das necessidades e das identidades. Essas são as formas relacionais

⁴¹ Castells (1999) acredita que os movimentos sociais contemporâneos apresentam-se mais como redes de solidariedade com fortes conotações culturais do que como movimentos classistas.

⁴² Este conceito diz respeito ao *locus* de argumentação orientado para o entendimento, a formação da opinião e da vontade política racionalmente motivada (HABERMAS, 2003), como foi apresentado no Capítulo 1.

privilegiadas pela tradicional literatura sobre redes sociais, entre os anos 1940 e 1980. No entanto, a análise estruturalista egocentrada (baseada nos vínculos dos indivíduos na rede) não dá conta da dinâmica das articulações entre os nós coletivos, que representam organizações e movimentos sociais (AGUIAR, 2007, 2008a).

As redes de ONGs e movimentos são formas organizativas fomentadas por pessoas que articulam entidades da sociedade civil em torno de interesses e objetivos comuns. Surgem intencionalmente, estimuladas por indivíduos ou grupos com poder de liderança e aglutinação em torno de demandas específicas, podendo atuar como atores individuais (militantes e líderes comunitários) ou sociais - neste caso, relacionados a associações, movimentos etc. (AGUIAR, 2007).

No Brasil, o despertar acadêmico sobre as redes sociais teve início nos anos 1990, a reboque das pesquisas sobre as novas formas associativas, os movimentos sociais e as organizações não-governamentais (ONGs) que despontaram do histórico de resistência à ditadura militar e dos processos de redemocratização do país, de enfrentamento da globalização da economia e de proposição do desenvolvimento sustentável. No entanto, a produção nacional sobre a temática só tomou corpo no decorrer da segunda metade da década, notadamente a partir do ano 2000, sob o impacto da rápida popularização da Internet (AGUIAR, 2006, 2008a).

As redes sociais constituem estruturas dinâmicas, complexas e integrativas que envolvem a troca de informação, conhecimento e competências, normalmente interligadas de forma horizontal e descentralizada (SOUZA e QUANDT, 2008) – embora essa comunicação horizontal, não-hierárquica, esteja sujeita a controvérsias no processo de construção de consensos (AGUIAR, 2007). São, antes de tudo, “relações entre pessoas, estejam elas interagindo em causa própria, em defesa de outrem ou em nome de uma organização”, e exprimem métodos de interação que sempre apontam para algum tipo de mudança concreta na vida das pessoas, no coletivo e/ou nas organizações participantes (AGUIAR, 2008a, p. 2).

Podem assumir diferentes formatos e níveis de formalidade no decorrer do tempo; surgir em torno de propósitos diversos (políticos, econômicos, culturais, corporativos, acadêmicos, informacionais etc.) e ter maior ou menor grau de informalidade. Em geral, possuem uma temática dominante, que serve de aglutinação para os participantes e se desenrola em subtemas gerados por interesses específicos surgidos ao longo do seu desenvolvimento. Por serem dinâmicas, sua trajetória não se dá de forma evolutiva linear e

constante, podendo, com frequência, ganhar e perder nós, ou sofrer mudanças qualitativas nos vínculos entre esses nós, sem comprometer sua identidade (AGUIAR, 2008b, p. 16).

As redes mais informais são baseadas em alto fluxo de comunicação e inexistência de contratos reguladores das interações. Além disso, os processos de decisão são predominantemente negociais, democráticos e participativos, expressos na tendência das redes fortemente baseadas em suportes eletrônicos (SOUZA e QUANDT, 2008), como o grupo de discussão *online* Aliança Nacional LGBT, objeto desta pesquisa. Outro aspecto relevante dessas formas organizativas é a disseminação de informação e as ações comunicativas para mobilização de ativistas e apoiadores, fomento do debate público, influência nos formadores de opinião e pressão sobre os decisores de políticas públicas.

Nesses processos, tem sido fundamental a atuação colaborativa entre diversas entidades da sociedade civil, incluindo movimentos reivindicativos locais, grupos ativistas, entidades de classe e sindicatos para criar interlocuções qualificadas com as instâncias de poder (AGUIAR, 2007). Scherer-Warren (1996, 2006) advoga que o conceito-chave para entender os novos agentes sociais ou cenários políticos que emergiram na segunda metade do século XX, no Brasil, é o de rede de movimentos sociais.

Este “pressupõe a identificação de sujeitos coletivos em torno de valores, objetivos ou projetos em comum, os quais definem os atores ou situações sistêmicas antagônicas que devem ser combatidas e transformadas”. A partir dessa perspectiva, o movimento, em sentido amplo, se constituiria ao redor de uma “identidade ou identificação, da definição de adversários ou opositores e de um projeto ou utopia, num contínuo processo em construção [...]” (SCHERER-WARREN, 2006, p. 113).

A autora propõe a transposição da análise das organizações sociais específicas e fragmentadas, na tentativa de examinar o movimento real que ocorre na articulação destas organizações. Em seus estudos, há o reconhecimento crescente da importância dos intercâmbios, coalizões, associações e formação de redes, temáticas e organizacionais, e do papel das tecnologias de informação e dos meios de comunicação de massa nas formas de organização da sociedade civil. Esses arranjos associativos perpassam muitas vezes agentes plurais, mas sempre ancoradas em valores éticos compartilhados (combate à discriminação, à exploração, ao autoritarismo, à violência, à miséria etc.) (SCHERER-WARREN, 1996).

As redes de movimentos caracterizam-se por: (a) articulação de atores e movimentos para constituir uma força de pressão institucional mais ampla, promover o intercâmbio de informações e experiências, e alianças informais em função de lutas conjunturais; (b)

constituição de redes transnacionais de informação, solidariedade e cooperação, que também funcionam como mecanismo de pressão; (c) pluralismo organizacional e ideológico, que permite incorporar atores com concepções ideológicas distintas, desde que partilhem princípios éticos básicos; (d) atuação nos campos político-cultural para a formação de novos sistemas de valores que expressam uma dimensão ética de solidariedade coletiva e de responsabilidade com o futuro, do nível local ao planetário (Ibid., p. 119-122).

A pluralidade ideológica e a diversidade dos participantes ficam expressas em vários depoimentos coletados para esta pesquisa: “Na rede nós temos pessoas de todos os partidos, até do PSDB, de diversas formações profissionais e trajetórias de luta, pessoas que não são ligadas a nenhum movimento social, estudantes, advogados, psicólogos, professores [...] (Carlos Magno Fonseca, presidente da ABGLT, em entrevista à autora, em 10/10/13); “[...] uma das coisas que fazemos questão é de manter essa heterogeneidade porque, quando a discussão é feita com respeito, você constrói consensos [...]” (Toni Reis, secretário de Educação da ABGLT, em entrevista à autora, em 15/08/2013).

A sociedade civil organizada, nessa perspectiva, tende a ser uma sociedade de redes organizacionais, de redes interorganizacionais, de redes de movimentos e de formação de parcerias entre as esferas pública e privada. Essa tendência tem possibilitado a criação de novos espaços de governança para o exercício da cidadania e a transposição de fronteiras territoriais, de modo a articular ações locais às regionais, nacionais e transnacionais; temporais, na defesa da indivisibilidade de direitos humanos de diversas gerações; sociais, abarcando o pluralismo de visões de mundo dentro de limites éticos, respeito às diferenças e radicalização da democracia (SCHERER-WARREN, 2006, p. 126- 127).

Esse processo articulatório da sociedade civil, que resulta nas redes de movimento social - e/ou nas “redes sociopolíticas”⁴³ - inclui vários níveis organizativos de construção de políticas públicas, realização de protestos e demais pressões políticas. Alguns deles são: *associativismo local* (associações civis, movimentos comunitários e coletivos informais); *formas de articulação interorganizacionais* (fóruns da sociedade civil, associações nacionais

⁴³ São formas de organização e articulação descentralizadas entre atores sociais que tenham como objetivos intervir nas arenas e agendas de políticas públicas local, estadual, nacional, regional ou global. Essa abordagem se baseia numa noção de rede social que implica ações coletivas baseadas em uma racionalidade estratégica diferenciada das relações interpessoais ou intergrupais cotidianas. As redes sociopolíticas são obrigatoriamente regidas por alguma institucionalidade e meta sócio-histórica de transformação da realidade presente em torno da qual se articulam. Incluem dinâmicas de enredamento entre ONGs e movimentos sociais, que têm surgido e se fortalecido no Brasil sob distintas denominações: aliança, articulação, coalizão, fórum, rede (AGUIAR, 2007).

de ONGs e redes de redes na busca de empoderamento⁴⁴); e *mobilizações na esfera pública* (que transcendem esses mesmos fóruns, associações e redes por meio de grandes manifestações públicas para produzir visibilidade midiática e efeitos simbólicos) (SCHERER-WARREN, 2006, p. 110-112).

As mobilizações são alguns dos mecanismos de pressão política mais expressivos do espaço público contemporâneo. Conjuntamente com as *articulações interorganizacionais*, vêm sendo facilitadas pelos meios digitais e têm aberto um importante canal de interlocução e parcerias institucionais entre a sociedade civil e o Estado brasileiro, como é possível observar nas Paradas de Orgulho LGBT, que apresentam forte apelo político-institucional e midiático (SCHERER-WARREN, 2006). Após explodirem nas mídias e grandes cidades brasileiras, vêm se fortalecendo através de redes nacionais, como a da ABGLT⁴⁵, e de grupos locais formados por apoiadores, simpatizantes e parceiros (Ibid.).

Ao incorporarem ao seu *modos operandi* as Tecnologias de Informação e Comunicação (TICs) capitaneadas pela Internet, os movimentos contemporâneos passaram a ser designados nas pesquisas mais recentes de Castells (2013) como movimentos sociais em rede⁴⁶, cujas características serão aprofundadas adiante, na discussão sobre as novas formas de ativismo. Constituídos por indivíduos que convivem confortavelmente com os aparatos tecnológicos “no mundo híbrido da realidade virtual”, seus valores, objetivos e formas de organização refletem a cultura da autonomia e do descrédito para com as instituições tradicionais da política, que marca as novas gerações do século XXI (Ibid. p. 170-171).

Castells (2013) acredita que os movimentos sociais do século XXI se constituem em meio a uma sociedade em rede como nova estrutura social. A comunicação em larga escala vem passando, nos últimos tempos, por profundas transformações tecnológicas e organizacionais, em função da emergência de uma “autocomunicação de massa”, baseada em redes comunicativas multidirecionais e interativas constituídas pelas tecnologias digitais e sem fio (Ibid., p. 158). Normalmente, esses movimentos têm origem em crises econômicas e

⁴⁴ Como tratamos no Capítulo 2, a categoria empoderamento (*empowerment*) está relacionada à capacidade de indivíduos e grupos desenvolverem uma autoconsciência emancipatória que leve à superação da dependência social e da dominação política, o que implica a ampliação da participação cidadã no processo político de tomada de decisão (PEREIRA, 2006; HOROCHOVSKI, 2006; CARVALHO, 2004).

⁴⁵ Associação Brasileira de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais, entidade maior do movimento LGBT e principal articuladora das lutas anti-homofobia no Brasil.

⁴⁶ Autores como Juris (2005, p. 196) usam o conceito de “movimentos sustentados por computador” para designar grupos que surgiram após a popularização da Internet, cuja atuação é marcada por estruturas horizontais, descentralizadas e flexíveis. Dois grandes exemplos são as organizações Avaaz e MoveOn, que promovem mobilizações globais e ações políticas com o suporte quase exclusivo das redes digitais. Vale destacar que essas redes se baseiam na mobilização de indivíduos atomizados e altamente conectados que aderem a determinadas causas, sem necessariamente terem uma ligação orgânica com estas.

estruturais profundas, que se refletem na pobreza e no desespero político, e na mobilização emocional desencadeada por situações de injustiça ou comoção (Ibid.).

As plataformas digitais ampliaram as possibilidades de interação política, social e econômica (MACHADO, 2007). Essas ferramentas permitem produzir e distribuir material informativo de maneira autônoma, inserir novos temas na agenda pública, desenvolver habilidades políticas dos cidadãos, recrutar membros e incorporar vozes de setores excluídos, promover a ação coletiva e a autoassociação, estabelecer uma comunicação sem coerções, fomentar mecanismos de controle social e de prestação de contas, e colocar diferentes parceiros de interlocução em contato (MAIA, 2008c).

Essas interações mediadas e trocas comunicativas resultaram em processos de conscientização, engajamento e mobilização marcados por maior velocidade, amplitude, acessibilidade e superação de barreiras geográfico-territoriais. As facilidades para o recrutamento de novos parceiros, apoiadores e militantes, assim com a formação política de novos quadros, podem ser observadas neste depoimento de um entrevistado do município de Coronel Fabriciano, em Minas Gerais, que aderiu à luta anti-homofobia depois de ser incluído na lista de discussão *online* Aliança Nacional LGBT. O ativista a considera um valioso instrumento para participação política porque:

Traz informação crítica para os membros do grupo, que é primordial para sensibilizar as pessoas na luta contra a homofobia. A politização de uma pessoa depende do número de informações que tem acerca do objeto de estudo. Antes de participar da lista [de discussão *online* Aliança Nacional LGBT] eu não sabia, por exemplo, que no Brasil morre um homossexual a cada 26 horas; não sabia que as pessoas LGBT eram desprovidas de tantos direitos perante o Estado brasileiro” (Elismar Cândido da Silva, ativista independente, em entrevista à autora, em 02/10/2013).

Esses atores incorporaram uma multiplicidade de papéis (cidadão, militante, ativista, editor, distribuidor, consumidor etc.) e coube aos movimentos articulados em rede agregar essas “identidades individuais”, em geral anônimas e dispersas, para ativar possíveis elementos identitários de solidariedade. Esse cenário tem provocado mudanças nas formas de organização e atuação dos movimentos sociais contemporâneos. As tecnologias digitais potencializaram sobremaneira a constituição de redes, assim como outras formas organizativas conhecidas, marcadas pelo voluntariado, reciprocidade e modelos horizontais de comunicação e intercâmbio (MACHADO, 2007).

A partir do momento em que a comunicação e a troca de informações são possibilitadas por ferramentas como *e-mails*, listas de discussão, dispositivos móveis e mídias sociais, há uma expansão dos processos organizativos e os encontros presenciais passam a ser

circunstanciais e espaçados. Ao integrar as práticas cotidianas dos atores coletivos, a Internet tem ajudado a expandir “as redes do novo milênio” (SCHERER-WARREN, 2006 p. 111), além de ampliar a capacidade de mobilização rápida, acessível e de grande alcance; a troca de conteúdos diversos; a qualificação da militância; a formação de inter-redes; a tomada de decisões e a produções de consensos num curto espaço de tempo, superando barreiras geográficas e/ou sociais, culturais, econômicas.

É a partir do final dos anos 1990, após meia década de abertura comercial da Internet, que movimentos e organizações sociais brasileiros começam a se apropriar das ferramentas digitais⁴⁷ para: (a) aglutinar interesses, interpretar a própria situação em relação a outros atores sociais e construir identidades coletivas (blogs e sites de moradores de favelas, grupos de jovens da periferia etc.); (b) constituir esfera pública (extensão do diálogo e da troca de argumentos para listas de discussão e fóruns virtuais); (c) promover ativismo político, embates institucionais e partilha de poder; (d) estabelecer e acompanhar processos de prestação de contas (portais da transparência, organização Transparência Brasil etc.) (MAIA, 2008c, p. 337-346).

Os aspectos descritos acima levam a crer que as interações digitais mediadas apresentam um enorme potencial para fortalecer a ação coletiva e revitalizar as instituições e práticas democráticas. No entanto, há limites e contingências que levam à exclusão digital⁴⁸ e que, portanto, devem ser considerados no sentido de evitar visões deterministas e ufanistas em relação às novas tecnologias. As assimetrias nas condições de acesso são o efeito colateral de uma sociedade na qual a tecnologia tende a reforçar as desigualdades já existentes e seu uso para fins políticos evidencia tensões sociais com o trabalho inacabado da integração sociopolítica (WILHELM, 2002).

Mesmo a garantia de acesso mais amplo às novas tecnologias não consegue, por si só, expandir o interesse por questões públicas e o engajamento da sociedade civil. Nesse sentido, o quadro generalizado de apatia política restringe o potencial transformador das apropriações tecnológicas, que encontram mais aderência em atores críticos como os movimentos sociais (MAIA, 2008d, 2008c). Outra questão problemática é a avassaladora apropriação da Internet pela lógica de mercado do capitalismo transnacional, cuja face mais contraditória tem sido a

⁴⁷ Note-se que desde a década de 1980 ativistas de movimentos e organizações sociais dos Estados Unidos (sobretudo ambientalistas, pacifistas e feministas) já utilizavam redes de computadores para colaboração à distância e articulação política (inclusive em âmbito internacional), embora estas não fossem conectadas à Internet (AGUIAR, 2008b).

⁴⁸ Para Wilhelm (2002), a exclusão digital vai além das limitações do acesso em si ao englobar a disponibilidade de conteúdos relevantes para a vida das camadas de baixa renda e das minorias culturais, assim como as condições cognitivas para buscar informações essenciais e obter uma maior participação na sociedade.

adoção, pela mídia e pela academia, da expressão “redes sociais” para designar redes de contatos de indivíduos em plataformas como Facebook, blogs, weblogs e fotologs⁴⁹.

Para as novas corporações midiáticas que detêm as plataformas de “redes sociais”, esses indivíduos que interagem no ambiente *online* (os nós da rede) são “audiência” (consumidores) e não participantes (cidadãos). Os sites de relacionamento e afins constituem canais comunicativos que ampliam os mecanismos de interação e possibilitam aos usuários postar e disseminar conteúdos em múltiplos formatos. Mas apesar de apresentarem-se como ferramentas tecnológicas socializadoras, horizontais⁵⁰ e imunes ao controle editorial dos meios massivos, sua lógica comercial é semelhante à das grandes mídias. Por representarem meganegócios que começam a se firmar como elementos competitivos centrais da Internet (BOLAÑO, no prelo), estão mais para mídias sociais⁵¹ do que propriamente “redes sociais”.

Além de potenciar redes interpessoais preexistentes, através da comunicação mediada por computador, essas ferramentas possibilitam a produção narcísica de perfis e padrões egocentrados de relacionamentos, contrapondo-se, muitas vezes, às redes sociais cidadãs ancoradas em valores de cooperação, solidariedade e compartilhamento (AGUIAR, 2008). Portanto, não devem ser usadas para se referir, indistintamente, a tipos de relações sociais peculiares em dinâmicas e propósitos, as quais, de um lado, estão restritas ao ambiente tecnológico em que são construídas e, de outro, usam esse mesmo ambiente como meio complementar de interação e debate para práticas cotidianas e lutas sociopolíticas (Ibid.).

Embora a expansão e o desenvolvimento das redes sociais na última década estejam relacionados, de forma preponderante, à disseminação da Internet comercial, a abordagem aqui proposta leva em conta os “elos invisíveis” por meio dos quais circulam informação, conhecimento, *expertise*, ideias e valores, de modo a permitir a propagação da rede para além dos meios digitais (AGUIAR, 2006). Esse enfoque é fundamental para distinguir os padrões estruturados de interação entre indivíduos nas mídias sociais, fomentados por motivações comerciais e narcisísticas, das articulações e agenciamentos das redes sociais de ONGs e

⁴⁹ Tendência que tem encontrado eco no Brasil em estudos como o de Recuero (2009); Recuero e Zago (2009).

⁵⁰ É preciso relativizar visões que superdimensionam o potencial da Internet para uma comunicação libertária e horizontalizada. Afinal, a rede mundial de computadores é submetida a rastreamento de dados, informações (GALLOWAY, 2004) e demais práticas de controle e vigilância adotadas, não só por regimes autoritários, mas por governos com tradição democrática, como mostram as revelações do “Caso Snowden”, que envolveu os EUA num grande esquema de espionagem internacional.

⁵¹ “Mídias sociais” é uma expressão atribuída a um grupo de aplicativos que possibilita a criação colaborativa e a troca de textos, fotos, áudios e vídeos gerados pelo usuário, por meio de uma comunicação de “muitos para muitos” (KAPLAN e HAENLEIN, 2010; GRAEFF, 2009). Alguns dos exemplos mais populares na atualidade são: You Tube, Twitter, LinkedIn, blogs, wikis e dispositivos móveis como Whatsapp.

movimentos sociais pautadas por orientações sociopolíticas, que podem ser potenciadas no ambiente *online* (Ibid.).

2.3 Repertórios de ação em rede

No limiar do novo milênio, os movimentos sociais institucionalizaram-se como atores imprescindíveis para o aperfeiçoamento da democracia, pela importância reconhecida como portadores legítimos das reivindicações de diferentes setores da sociedade civil e catalisadores dos conflitos e tensões sociais (GONH, 2010; MACHADO, 2007). Ao incorporarem as novas tecnologias digitais nas suas estratégias de planejamento, organização e mobilização, expandiram a formação de redes e passaram a compartilhar valores e experiências com relativa autonomia em relação a governos, corporações e à grande mídia, num processo que tem impactado as formas da ação coletiva e produzido novos repertórios de ação (MACHADO, 2007; PEREIRA, 2011).

Embora, aparentemente, possam se apresentar de forma mais autônoma diante das tradicionais instâncias de mediação - em função de apropriações tecnológicas qualificadas e criativas -, esses atores coletivos da sociedade civil continuam buscando “de forma deliberada gerar e sustentar uma imagem pública que os represente”, num embate intenso e permanente pela construção de um capital próprio dentro do universo simbólico das relações sociais (VIZER, 2007, p. 48). Esses palcos simbólicos são dominados pelos meios de comunicação de massa (Ibid.), que ainda controlam a esfera de visibilidade pública, a informação política qualificada e abundante (GOMES, 2008b).

Assim como Castells (1999), Melucci (2001) enxerga os movimentos contemporâneos como agentes centrais da renovação social e atribui importância fundamental à ação coletiva, entendida como motor de reflexão sobre a realidade concreta, seja por indicar os problemas vivenciados ou por produzir novas agendas perante o Estado e a sociedade. Nesse sentido, a própria existência do movimento já é suficiente para afetar os códigos culturais e os sistemas simbólicos dominantes, na medida em que estes aparecem como “profetas do presente”, sem “a força dos aparatos, mas com a força da palavra”. Dessa forma, “anunciam a mudança possível, não para um futuro distante, mas para o presente da nossa vida” (MELUCCI, 2001, p. 21).

Para Gohn (2010, p. 13), os movimentos sociais contemporâneos constituem ações “coletivas de caráter sociopolítico e cultural que viabilizam distintas formas da população se organizar e expressar suas demandas”. Essas ações coletivas têm “um determinado propósito

cujo resultado, tanto em caso de sucesso como de fracasso, transforma os valores e instituições da sociedade” (CASTELLS, 1999, p. 20).

As formas contemporâneas de ação coletiva são múltiplas e variáveis, têm marcas temporárias, podem envolver atores diversos e se deslocar rumo a várias áreas do sistema social. O movimento social constitui uma ação coletiva cuja orientação suporta solidariedade, expressa um conflito e, na atualidade, apresenta uma série de especificidades: (a) desconfiança acerca da mediação política; (b) interesse limitado sobre o sistema político e o problema da tomada de poder; (4) fim da separação entre o público e o privado (as relações públicas e políticas perpassam questões relativas à identidade afetiva, biológica e sexual dos indivíduos); (5) caráter espontaneísta, antiautoritário e anti-hierárquico (Ibid., p. 82-84).

Alexander (1998, p. 21) acredita que a ação coletiva deve ser interpretada como uma “luta por posições ante os antagonismos das categorias da vida civil”, para que problemas e questões levantadas pelos coletivos sociais tenham condições de ganhar existência pública e sejam absorvidos do particular para o geral. Garantir que essas demandas e reivindicações passem de uma esfera específica para se tornar um problema da sociedade civil exige criatividade e imaginação dos líderes dos movimentos sociais, num contexto em que “a criatividade cultural e a competência política são igualmente importantes” (Ibid., p. 21).

Alexander (1998, p. 1) postula que os movimentos sociais são uma tradução da sociedade civil, dentro da qual são definidas as inclusões e exclusões da vida social e a própria ideia de comunidade. Estes dizem respeito “aos processos não institucionalizados e aos grupos que os desencadeiam, às lutas políticas, às organizações e discursos dos líderes e seguidores que se formaram com a finalidade de mudar, de modo frequentemente radical, a distribuição vigente das recompensas e sanções sociais, as formas de interação individual e os grandes ideais culturais”.

Para esse autor, a ambição primeira de um movimento social deve ser reposicionar problemas e questões específicos das instituições particulares para o interior da própria sociedade civil – compreendida como uma esfera separada de outros domínios institucionais, embora capaz de interferir neles. É dessa forma que as reivindicações e demandas, assim como o próprio grupo que as anuncia, entram em definitivo na vida pública. Nesse sentido, os movimentos não podem ser considerados “simples respostas aos problemas existentes”, mas “respostas à possibilidade de construir ‘problemas’ convincentes” para o conjunto da sociedade (Ibid, p. 20).

Vizer (2007, p. 45-46) advoga que os movimentos sociais contemporâneos representam formas de ação coletiva capazes de transformar as condições objetivas de seu ambiente e de expressar a diversidade e a agitação social. Apresentam como característica fundamental: (a) desenvolver dispositivos instrumentais de ação para transformar as relações e práticas de poder instituídas (governo, sistema legal, formas de propriedade etc.); (b) por meio da mobilização e apropriando-se de tempos e espaços públicos; (c) motivados para cultivar vínculos e agrupamentos; (d) inspirados criticamente para intervir na formação dos universos de sentido e acessar o enorme universo da cultura, da comunicação e das formas simbólicas.

Os usos conferidos às novas tecnologias digitais para a ação coletiva têm produzido tentativas de reconceituação para acomodar as novas formas de ação e os cenários em que esta se dá. A compreensão anterior, de atribuir maior formalidade para o recrutamento e a motivação dos participantes e de considerar a atuação de grupos menores normalmente mais bem-sucedida, por exemplo, não mais se sustenta: a tendência hoje é de auto-organização, de interações e comunicações mais informais e de constituição de amplas redes como a do Indymedia, que inclui jornalistas, escritores e pessoas comuns organizadas em torno de princípios de mídia participativa (BIMBER, FLANAGIN e STOHL, 2005).

Os repertórios de ação são os componentes indissociáveis de qualquer ação coletiva que permitem mostrar a intensidade do desafio e a força da coesão, atingir metas coletivas e levar à cena pública uma série de demandas, queixas e inconformismos (TILLY, 2006). Baseiam-se no emprego de estratégias e táticas como passeatas, comícios, desfiles, ocupações, piquetes, bloqueios, reuniões públicas, declarações para e nos meios de comunicação, petições, abaixo-assinados, panfletagem etc. As configurações e reconfigurações dos regimes políticos têm uma contrapartida direta na forma de expressão, virulência e demonstração de uma determinada ação coletiva (Ibid.).

Esses repertórios exercem um papel estratégico para posicionar os movimentos sociais na mídia e fazer com que, por meio da visibilidade alcançada, a pauta de reivindicações e as questões sejam alçadas ao centro do debate. Isso resulta em maior capacidade para o diálogo político, negociação com governos e corporações e formação de alianças. Nas sociedades ocidentais democráticas, protestos como envio de *e-mails* em cadeia, assinatura de petições *online*, “beijaços”, ocupações e performances podem ser adotadas em diferentes espaços sociais e para fins diversos. Por isso, tendem a ser mais flexíveis, não-violentos, cosmopolitas, autônomos e livres das mediações entre manifestantes e autoridades (TILLY, 2006).

Tilly (2006, p. 39-41) classifica os repertórios com base na familiaridade e na possibilidade de repetição de uma dada ação. São considerados *fracos* aqueles em que há um aumento do caráter familiar e da chance de iteração de forma linear e proporcional, o que indicaria um aprendizado pelo movimento social; são considerados *fortes* ou *flexíveis* aqueles em que a familiaridade amplia exponencialmente a chance de uma ação ser utilizada, mas que, ainda assim, há certas inovações ou adoção de ações desconhecidas; são considerados *rígidos* aqueles baseados exclusivamente em algumas ações conhecidas, que não variam mesmo diante de mudanças nas condições políticas, econômicas e sociais.

A produção dos repertórios de ação resulta da interação que os movimentos possuem com outros atores coletivos (TAYLOR e VAN DYKE, 2004). Essa ação produz identidades coletivas que dependem mais da percepção das injustiças do que da homogeneidade do grupo. Esse aspecto identitário é construído na medida em que os participantes de um protesto, ato ou manifestação podem compartilhar ambições, sonhos, visões de mundo e desejos que convergem com as lutas contra injustiças, o clamor por mudanças e a necessidade de resistir aos sistemas de dominação (Ibid.).

Os repertórios de ação são espaços de contestação onde práticas, símbolos, discursos e identidades entram em disputa por (ou contra) mudanças. O impacto e a dimensão vão depender da interação do movimento com a sociedade civil, as autoridades constituídas, as instituições políticas (TAYLOR e VAN DYKE, 2004, p. 269) e também das relações midiáticas, como revelam os dados coletados para este trabalho. Sendo assim, tendem a se beneficiar à proporção que cresce o número de participantes na ação e podem *persuadir* (ao apelarem a valores ou interesses dos alvos); *facilitar* (ao permitirem a seu alvo adquirir recursos materiais e humanos); *barganhar* (ao cooperarem com uma organização ou liderança em troca de apoio); e *coagir* (ao punir seu alvo por não ter dado o suporte esperado) (Ibid.).

A ação coletiva em rede vem contribuindo para produzir inovações político-institucionais e comunicativas capazes de politizar novas questões e renovar os processos democráticos, uma vez que grupos organizados tendem a ser mais aptos do que os cidadãos isolados para gerar conhecimentos práticos; buscar um entendimento crítico dos problemas sociais; promover o interesse e o engajamento político e transacionar com as instâncias formais de decisão (MAIA, 2002, 2008c). Novas formas de protesto inovadoras, como as Paradas de Orgulho LGBT e os beijaços, por exemplo, tornam-se disponíveis a outros movimentos e podem atender demandas distintas da proposta original ou serem apropriadas em diferentes culturas e países.

Com o surgimento de novos meios tecnológicos há o cruzamento das fronteiras entre o público e o privado, que resultou numa série de mudanças nas formas de organização, planejamento e coordenação das atividades. Além disso, a experiência prática dos movimentos sociais e entidades cívicas tornou-se disponível para potenciais interessados; as estruturas hierárquicas tradicionais foram substituídas por estruturas de rede flexíveis; e surgiram grupos independentes, desvinculados desses movimentos mais formais e orgânicos, que passaram a se mobilizar de forma espontânea e a partir de demandas pontuais, diversas e efêmeras, como os *smart mobs* e *flash mobs*⁵² (Ibid.).

A comunicação mediada por computador se distingue dos meios convencionais por permitir que qualquer sujeito torne-se emissor e provedor de informação (GOMES, 2001; DI FELICE, 2008; MORAES, 2007). Além do mais, cria variadas formas de conexão dialógica individual e coletiva, e apresenta um estoque volumoso de conteúdos de múltiplas fontes e natureza. Com isso, os atores sociais têm acesso a um ambiente informativo denso, plural, diversificado e rico em interações, que oferece oportunidades inéditas de participação política de forma rápida, menos dispendiosa e sem obstáculos burocráticos, ultrapassando a perspectiva unidirecional da mídia massiva, os monopólios e as práticas de controle da informação (MAIA, 2008c).

A Internet contribui para desconstruir os papéis tradicionais de produtor/consumidor e emissor/receptor (Eco-Fabbri, 1978; Katz-Lazarsfeld, 1955; Shannon-Weaver, 1949; *apud* WOLF, 2003) e faz emergir um novo paradigma: a veiculação de notícias e opiniões, os debates na esfera pública e ação política passaram de um modelo de mídia de massa uniforme, descendente e monológico⁵³ (THOMPSON, 2008 p.79) para um modelo multidirecional, formado por redes dialógicas de produção de conteúdo (DI FELICE, 2008 p. 46), organizadas horizontalmente, com um poder de alcance menos propenso ao crivo de mediadores.

A disseminação e o aprimoramento das atuais tecnologias de informação e comunicação criaram novas dinâmicas sociais que forjam a sociedade contemporânea, intensificam a transnacionalização do poder e afetam os repertórios de ação (VAN LAER e VAN AELST, 2010). Com base nos suportes tecnológicos, movimentos sociais e associações cívicas podem mobilizar, de forma mais fácil, ágil e independente, apoio e atenção pública

⁵² Grupos que se aglutinam instantaneamente e de maneira efêmera a partir da combinação de tecnologias móveis, *e-mails* e demais ferramentas da Internet para realizar uma ação inusitada previamente combinada (BIMBER, FLANAGIN e STOHL, 2005).

⁵³ Thompson (2008) explica o modelo monológico pelo fluxo de sentido único e pela produção de formas simbólicas para variados receptores. O autor desenvolveu, no final dos anos 1990, uma estrutura conceitual para analisar as formas de ação e interação criadas pela mídia: interação mediada (telefone, cartas) e a quase-interação mediada (livros, jornais, rádio e TV).

contra grupos poderosos, como multinacionais, governos ou instituições supranacionais, que estão mais sujeitos a ser fiscalizados, cobrados e responsabilizados (Ibid.).

As plataformas digitais expandiram e complementaram os repertórios de ação com formas inéditas de ação (como o ciberativismo e o hacktivismo, que abordaremos em seguida) e mudanças ou reconfigurações nas ações já existentes. Essas transformações implicam redução de custos de operacionalização e de mobilização ou a reformatação de antigas ações (petições *off-line* para petições *online*). Nesse sentido, há as ações reais, facilitadas *pela* Internet; as ações virtuais, promovidas *na* Internet; e o limiar da ação, que diz respeito às barreiras para que esta ação consiga a adesão necessária e seja realizada. Vale ressaltar, ainda, que as ações *online* facilmente podem evoluir de dimensões locais para transnacionais (VAN LAER e VAN AELST, 2010).

As lutas anti-homofobia no Brasil foram impactadas diretamente por esse processo. Tanto o ativismo promovido no âmbito do movimento LGBT, quando aquele realizado por ativistas independentes, simpatizantes e apoiadores informais, passaram a se apoiar, fundamentalmente, nas ferramentas digitais (listas de *e-mail*, blogs e mídias sociais como Facebook, Twitter e YouTube). A Internet tem sido largamente usada como instrumento para facilitar a mobilização em rede; possibilitar apoios e adesões em massa; promover o debate e produzir consensos; disseminar informação e contrainformação; alcançar repercussão midiática; denunciar crimes, discriminações e violações; realizar ações diretas de protesto e campanhas *online* etc.

A título de exemplo, podemos citar a proposta do movimento LGBT de alteração da redação do projeto que criminaliza a homofobia (PLC 122/2006), construída no âmbito do grupo de discussão *online* Aliança Nacional LGBT em 2011 e incorporada pela então relatora, a senadora Marta Suplicy (PT-SP). Depois de um longo processo de idas e vindas que se arrasta desde 2006, o projeto, na iminência de ser votado na Comissão dos Direitos Humanos e Legislação Participativa do Senado (CDH), em novembro de 2013, acabou sendo retirado de pauta após uma manobra conjunta das bancadas evangélica e católica para ser apensado (anexado) ao projeto de reforma do Código Penal.

Em reação ao Projeto de Decreto Legislativo (PDC 234/2011), batizado de “Cura Gay”, que visa suprimir dois pontos da resolução do Conselho Federal de Psicologia (CFP) para que psicólogos possam propor “tratamento” à homossexualidade, manifestantes realizaram ações performáticas e irreverentes na tentativa de chamar a atenção da mídia e da sociedade. O projeto, considerado pelo movimento LGBT como homofóbico, foi aprovado

em primeira votação na Comissão de Direitos Humanos e Minorias da Câmara (CDHM), presidida pelo deputado Marco Feliciano (PSC-SP), mas, em função da forte reação popular, acabou sendo retirado de pauta no dia 2/07/2013.

Durante a onda de protestos que varreu o país em plena Copa das Confederações, em junho do mesmo ano, foram realizados “beijaços” em ruas, avenidas e praças, além de uma série de atos que contaram com personagens mascarados e fantasiados, visuais extravagantes, *drag queens* e cartazes repletos de ironia, com frases do tipo: “Liberdade não tem cura”; “Cura? Só para seu preconceito”; “O SUS não tá curando nem virose, quem dirá viadagem”; “Interna o Feliciano, ele não tem cura”. Esses repertórios de ação midiáticos foram reproduzidos por artistas e celebridades, que protagonizaram beijos em eventos públicos e participaram ativamente das manifestações.

Em tom irônico, ativistas ligados à ABGLT chegaram a pedir aposentadoria compulsória retroativa por “homossexualismo”⁵⁴ nos Ministérios da Previdência Social e da Saúde. Também foram produzidos vídeos satirizando o projeto da “Cura Gay”, que acabaram “viralizando” na Internet e municiando a atuação de ativistas nas mídias sociais, como o “Hospital Feliciano Maravilha” (308.402 acessos, em consulta no dia 13/11/2013), de autoria da produtora independente Gengibre Multimídia; e outro feito pelos humoristas do grupo Porta dos Fundos, intitulado “Cura” (3.788.875 acessos, em consulta, no dia 13/11/2013).

Os protestos pelo “Fora Feliciano”, pós-eleição do deputado Marco Feliciano à presidência da Comissão de Direitos Humanos, realizados entre março e maio de 2013, tiveram características semelhantes: a irreverência e o caráter performático; o uso estratégico das ferramentas digitais e mídias sociais; o impacto midiático e a ação coletiva em rede (*social networking*), que permite agilizar, repercutir e amplificar exponencialmente os mais diversos repertórios de ação, do local para o nacional (e vice-versa) e até transnacional. Em geral, essas ações mesclam interações *online/off-line* e o ambiente da Internet é normalmente usado como recurso complementar ao ativismo mais orgânico, como veremos nas análises empíricas no terceiro capítulo.

Outro caso que serve para ilustrar como as redes digitais têm ajudado a produzir inovações nos repertórios de ação e a reforçar os repertórios de ação midiáticos é o da campanha #VETAHOMOFÓBIADILMA⁵⁵, realizada em 2012 pela Rede Universitária de Diversidade Sexual (RUDS) Minas, no Dia Internacional de Luta contra a Homofobia (17 de

⁵⁴ O movimento LGBT condena o uso do sufixo “ismo” relativo a homossexualismo por estar historicamente atrelado à concepção de doença. O termo considerado politicamente correto é homossexualidade.

⁵⁵<https://www.facebook.com/events/438610392817024/>

maio). A lista de *e-mail* e a página da rede no Facebook⁵⁶ foram os principais dispositivos usados para a promoção e a coordenação da ação, que extrapolou os limites territoriais das cidades inicialmente planejadas e alcançou uma dimensão internacional, contando, inclusive, com a participação de ativistas de 19 países, além do Brasil (COACCI, 2012).

A ideia foi inspirada nas campanhas #VETATUDODILMA, que pedia o veto presidencial à reforma do novo Código Florestal, e “Eu Batalho Contra a Homofobia”, do grupo Batalho Contra a Homofobia, de Ouro Preto e Mariana (MG), que é um dos nove integrantes da RUDS Minas. A palavra “veta” fazia referência às polêmicas envolvendo o material do Programa Escola sem Homofobia, apelidado de “Kit Gay”, cuja distribuição acabou sendo suspensa pela presidente Dilma Rousseff em maio de 2011, depois das pressões da bancada evangélica no Congresso. O objetivo dos ativistas era aproveitar a data comemorativa para chamar a atenção do governo sobre a importância de combater práticas homofóbicas (COACCI, 2012).

A tática inicial foi recolher nas universidades e nas cidades, fotos de pessoas com o slogan #VETAHOMOFIADILMA para postar no Facebook (uma típica articulação *off-line/online*). Na sequência, foram acionados amigos para que estes fotografassem a si mesmos e aos seus conhecidos, num processo viral que, aos poucos, acabou envolvendo mais adeptos (COACCI, 2012). Além da ação *online*, a RUDS Minas realizou intervenções complementares em locais públicos e nas universidades, que posteriormente eram fotografadas e publicadas nas mídias sociais – o que revela o caráter midiático da ação, nem sempre relacionado com a mídia tradicional. Algumas das adesões internacionais à campanha vieram das redes de contato do grupo com outros movimentos da América Latina (Ibid.).

De forma semelhante, a campanha Não Homofobia! contou com o suporte das tecnologias digitais e teve forte apelo midiático. Lançada em setembro de 2008 pelo Grupo Arco-Íris, do Rio de Janeiro, com o apoio da ABGLT, o objetivo foi sensibilizar a população brasileira quanto à violência praticada em decorrência da orientação sexual e da identidade de gênero; ampliar a rede de mobilização nacional pela aprovação do projeto de lei que visa criminalizar a homofobia (o PLC 122/2006, em tramitação no Senado); e contribuir para o intercâmbio de ações entre diversos agentes pró-lei, como ONGs, entidades de defesa dos direitos humanos, acadêmicos, personalidades, empresários e veículos noticiosos.

A campanha se baseou na elaboração de um plano de comunicação que incluiu a produção de materiais promocionais (cartazes, filipetas, *banners*, adesivos, camisetas etc); a

⁵⁶<https://www.facebook.com/rudsminas?fref=ts>

realização de ciclo de debates, seminários, cerimônia de prêmios, mostra de filmes, exposições, festas e eventos em todo o país; o lançamento do site⁵⁷ para arrecadar 1 milhão de assinaturas eletrônicas a serem encaminhadas ao Congresso, à Presidência da República e ao Supremo Tribunal Federal e de pontos digitais de adesão à votação. Embora a meta da petição *online* não tenha sido alcançada, a iniciativa contribuiu para ampliar a visibilidade midiática em torno da questão e estimular o debate público.

A constituição de redes para o fortalecimento da ação sociopolítica vem sendo uma estratégia amplamente adotada pelo movimento LGBT no Brasil, desde 1992 (FACCHINI, 2003). Esse processo se consolidou com a criação, em 1995, da ONG ABGLT (Associação Brasileira de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais), que já nasceu como uma rede nacional composta por 31 entidades afiliadas na época; dotada de caráter democrático, informativo, mobilizador e assistencial; não vinculada a partidos políticos, grupos religiosos e/ou qualquer entidade ou filosofia, cujos fins não digam respeito às suas finalidades.

Por meio dessa atuação em rede (e inter-redes), marcada pela proliferação de diversas outras listas de discussão temáticas (Fórum Brasileiro das Paradas, Advogados pela Diversidade Sexual, Juventude ABGLT, Psicólogos pela Diversidade Sexual etc.), o combate à homofobia e a aprovação de uma lei que a criminalize figuram como questões centrais. Na sequência, estão entre as demandas prioritárias: a implantação de políticas de promoção da cidadania LGBT, com vistas a garantir a tolerância e o respeito à orientação sexual e à identidade de gênero; o enfrentamento da epidemia HIV/Aids; e, mais recentemente, das pautas fundamentalistas nas instâncias de decisão – questões tratadas no primeiro capítulo.

Na fase corrente, marcada pela ampla participação na defesa dos direitos humanos e maior ação político-institucional-midiática (FACCHINI, 2003), o movimento LGBT no Brasil passou, nos últimos tempos, a ser impactado pelo crescimento e fortalecimento da bancada evangélica no Congresso Nacional (VITAL e LOPES, 2012). Os embates com o segmento religioso tiveram como estopim inicial o cancelamento da distribuição do material do Projeto Escola Sem Homofobia, em maio de 2011, e culminaram com as polêmicas envolvendo o deputado Marco Feliciano (PSC-SP) e o projeto batizado de “Cura Gay”, em 2013.

Como consequência, se estabeleceu um quadro de tensão permanente com o governo federal, que acabou por engessar o processo recém-construído de implantação de políticas para o combate à homofobia e à promoção da cidadania das minorias afetivo-sexuais. Essas polêmicas e controvérsias intensificaram ainda mais o caráter midiático do movimento e, por

⁵⁷ Hospedado no endereço www.naohomofobia.com.br, o site está inativo desde o encerramento da campanha, em 2009.

consequente, as demandas de agendamento, embora a ABGLT já tivesse iniciado um esforço para qualificar a cobertura jornalística desde 2010, com o lançamento do Manual de Comunicação LGBT - distribuído nas redações de todo país.

Essas disputas político-midiáticas tiveram reflexos diretos na atuação do movimento LGBT, que passou a se aproximar do movimento negro e de entidades de classe como o Conselho Federal de Psicologia (CFP); a intensificar a parceria com o movimento feminista; a estimular e apoiar candidaturas comprometidas com a causa das minorias; a discutir internamente a criação de um Partido Gay; a formar amplas alianças para garantir a laicidade das políticas públicas, como a criação do Movimento Estratégico pelo Estado Laico (MEEL); a incluir o combate ao fundamentalismo religioso dentre as bandeiras de luta prioritárias; e a fortalecer a atuação em rede, com a formação, inclusive, de redes especializadas.

2.4 Conversação civil e interação *online/off-line*

Tem crescido exponencialmente o uso da Internet por cidadãos, movimentos sociais e demais associações cívicas para alcançar propósitos políticos. Ao oferecer conteúdos diversos provenientes de múltiplas fontes, redes dialógicas de comunicação multimídia, ambientes ricos em conexões e inverter os papéis tradicionais de emissor-receptor, esse novo ambiente comunicacional cria um potencial de interação inédito, se comparado às mídias tradicionais (MAIA, 2008c; DI FELICE, 2008; MORAES, 2007). Além do mais, constitui um relevante fórum conversacional no qual discussões políticas e ações coletivas podem transcorrer do plano local ao internacional (e vice-versa).

Os debates travados em listas de discussão eletrônica são alguns dos exemplos mais vigorosos do potencial das novas tecnologias carreadas pela Internet para o fortalecimento das instituições e práticas democráticas. Em função das possibilidades que essas ferramentas oferecem à participação política descentralizada, há uma disputa teórico-conceitual em torno da existência de uma “esfera pública virtual” e da sua capacidade deliberativa para influenciar nas instâncias de decisão. Contudo, aspectos como a dispersão em ambientes digitais, as restrições de acesso e as limitações impostas pelo próprio modelo deliberativo inviabilizam tal assertiva (MARQUES, 2006; MAIA, 2008 d).

A deliberação é vista como um processo aberto de discussão e reflexão no qual dois ou mais agentes avaliam as razões envolvidas em dada questão, expressam e consideram pontos de vista (MAIA, 2006, p.153). Esse processo envolve o compartilhamento de informações e opiniões, a confrontação de posicionamentos muitas vezes concorrentes e negociações justas para a tomada de decisões consensuais (HANSEN, 2013, p. 298). No plano ideal, a atividade

discursiva daí decorrente consegue conectar as esferas comunicativas formais e informais, nas quais diferentes atores estabelecem um diálogo capaz de promover a avaliação e a compreensão de um problema coletivo ou de uma questão de interesse geral (MARQUES, 2011, p. 20-21).

Para a constituição de uma esfera pública com fins decisórios é imprescindível levar em conta fatores como: livre troca argumentativa, universalidade e acessibilidade, respeito mútuo, igualdade de condições para participar, opinar e rever posicionamentos. O problema é que a Internet não cumpre plenamente esses requisitos (BUCHSTEIN, 1997) porque reproduz as diretivas mercadológicas e a apatia política expressas no aumento das estratégias de venda e consumo em prejuízo à autonomia dos indivíduos; na pouca flexibilidade das situações de deliberação; na falta de respeito com as diferenças e na limitação para a revisão de posicionamentos; no monopólio que certos grupos fazem do debate (DAHLBERG, 2001).

Parece mais apropriado pensar esses ambientes digitais a partir da perspectiva da conversação civil, ao contribuírem de modo mais eficaz para a troca e a atualização de informações, o estímulo à reflexão e a formação complementar de opiniões do que para um espaço decisório em essência (MARQUES, 2006). Esses novos espaços discursivos podem funcionar como canais alternativos para fomentar a participação dos cidadãos, como ferramentas de apoio ao aperfeiçoamento das instituições democráticas e como reforço aos laços e ambientes sociais pré-existentes, “no sentido de abrir mais uma modalidade de comunicação que contribui para a formação discursiva da vontade” (Ibid., p. 181).

A conversação civil abre caminho para conferir maior poder de influência aos atores da “periferia”, que não dispõem de poder político-institucional, e contribuir para melhorar a formação cívica, embora com pouco impacto sobre a deliberação plena e a implantação das políticas públicas (MARQUES, 2006, p. 172). Essa perspectiva converge com a abordagem de Maia (2008d, p. 279), que se apoia nos fundamentos do discurso do quadro teórico habermasiano e do discurso prático para compreender as condições de deliberação, em uma dimensão cultural mais abrangente, para além dos interesses em competição, de modo a agregar a formação de preferências, convicções e opiniões.

Tais procedimentos, tomados numa perspectiva de debate público de longo prazo, “não seriam tão exigentes quanto o são no discurso singular”, que é o encontro dialógico único, aqui representado pelo ato da fala nas interações mediadas (MAIA, 2008d, p. 279). No entanto, há situações em que a Internet pode se comportar como esfera pública, em termos deliberativos-decisórios, normalmente quando os grupos atingidos por essa deliberação são

especializados e dedicados a uma temática específica (MARQUES, 2006), ou quando são politicamente mais engajados (MAIA, 2008d), como no caso dos movimentos sociais.

A discussão acerca da existência de uma “esfera pública virtual” está, por enquanto, centrada na atuação das instituições políticas tradicionais (partidos, parlamentos, governo etc), o que não se aplica diretamente à atuação das redes de movimentos sociais no ambiente digital. Conquanto o foco desta pesquisa seja o fortalecimento da ação coletiva e do ativismo por meio das apropriações tecnológicas, é importante enfatizar que a perspectiva da conversação civil contribui para entender a dinâmica da rede LGBT ao atuar, simultaneamente, nas esferas *online/off-line* para mobilizar a sociedade e agitar a opinião pública, de modo a influenciar em alguma medida o processo deliberativo.

Essa simultaneidade se expressa na compreensão da Internet como um novo espaço social que constitui as suas próprias relações e práticas, onde interesses e condutas existentes *off-line* se ramificam e interligam com práticas existentes *online*, de modo que essas experiências podem ser entendidas e analisadas de forma compartilhada (SLATER, 2002). Num contexto em que, com a disseminação das telecomunicações e da computação, as interações mediadas perpassam quase todos os ramos da vida, há uma dificuldade crescente de fazer essas distinções de forma clara, ao ponto de elas terem sido incorporadas como campo de estudo da Sociologia (Ibid.).

Slater (2002) propõe uma revisão da tradicional diferenciação entre a comunicação mediada por computador e a comunicação face a face, em que o *online* representaria a virtualidade ou ciberespaço e o *off-line* a realidade ou a vida real. Seu argumento central é que essas relações sociais são muito mais complexas do que a simples dicotomia predominantemente adotada e, em função da convergência tecnológica, o termo *online* acabou abarcando outros tipos de interações, como as estabelecidas via TV digital, *smartphones*, chamadas de vídeo e voz pela Internet. Portanto, é possível que essa distinção não faça mais sentido para as pessoas nos próximos anos (Ibid.).

Castells (2013) defende que há uma íntima conexão entre as “redes virtuais” e as redes da vida em geral. O chamado “mundo real” não é um mundo segregado ou dissociado que separaria a conexão *online* da interação *off-line*, mas, na verdade, um mundo híbrido de interações digitais mediadas e de interações não mediadas. É nesse mundo continuamente reticular, nas mais diversas dimensões da vida humana, “que os movimentos sociais em rede vieram à luz, numa transição – natural para muitos indivíduos – do compartilhamento de sua

sociabilidade para o compartilhamento de sua indignação, de sua esperança e de sua luta” (Ibid. p. 169-170).

Por conseguinte, as relações e as identidades se constroem e se reforçam nessas duas esferas. O potencial performativo da identidade *online* caracteriza as redes digitais como espaços onde essa mesma identidade pode ser construída, independentemente das limitações e constrangimentos das interações face a face. Livres dos entraves da copresença que os impedem de adotar as características e os papéis da sua preferência, os indivíduos podem assumir uma representação correspondente à sua identidade socialmente aceita; construir uma identidade constante ou estável; e, ainda, optar pela segregação de diferentes dimensões identitárias, de modo a revelar informações ou disseminar conteúdos apropriados ao ambiente onde se encontram e a audiência com quem interagem (SLATER, 2002).

2.5 Mutações do termo ativismo na era digital

As plataformas digitais facilitam, em termos de tempo, custo e alcance, mobilizações vinculadas a causas cada vez mais globais, ligadas a questões difusas como meio ambiente e direitos humanos. Ao lado do impacto nas formas de planejamento, mobilização e ação dos coletivos sociais, ferramentas como listas de *e-mail*, *chats*, mídias sociais, dispositivos móveis e *softwares* para troca mensagens instantâneas têm possibilitado a rápida coalização de indivíduos e grupos identificados com demandas pontuais. O ativismo sociopolítico na Internet se dá, especialmente, por meio dessas mídias: “espaços vivos que conectam todas as dimensões da vida” (CASTELLS, 2013, p. 159).

Os coletivos sociais que despontaram nos últimos anos apresentam, para Castells (2013, p. 159-166), certos padrões comuns, entre os quais podemos destacar: (1) são concentrados em redes múltiplas (*online*, *off-line*, preexistentes e outras formadas durante a ação coletiva); (2) iniciam-se normalmente nas redes digitais, mas tornam-se um movimento ao ocupar o espaço urbano; (3) são simultaneamente locais e globais; (4) são espontâneos em sua origem, geralmente desencadeados por uma centelha de indignação; (5) são virais, não só pelo caráter viral de difusão das mensagens e imagens, mas pelo efeito demonstração de outros movimentos que brotam por toda parte; (6) tendem a rejeitar liderança, pela profunda desconfiança em relação a qualquer forma de delegação de poder.

Os exemplos mais emblemáticos no mundo, que começam a ser analisados por estudiosos das ciências sociais, são as manifestações contra a invasão do Iraque, promovidos

pela organização MoveOn.org (2003); a “noite dos celulares” de Madrid (2004)⁵⁸, quando a população irrompeu as ruas para protestar contra o governo depois de convocações via SMS, o que acabou por mudar o curso das eleições (MACHADO, 2007; UGARTE, 2008; VIZER, 2007); e outros protestos ocorridos em 2011, como reflexo da crise socioeconômica e da insatisfação com a classe política na Europa e nos EUA: os Indignados na Espanha e o Occupy Wall Street⁵⁹ (CASTELLS, 2013).

A série de protestos que varreu as médias e grandes cidades brasileiras durante a Copa das Confederações, em junho de 2013, apresenta características semelhantes aos movimentos da Espanha e dos EUA, nas formas de mobilização e disseminação de informações. Da reivindicação inicial contra o aumento da passagem de ônibus em São Paulo, explodiram nas ruas demandas latentes da sociedade, como a melhoria da saúde e da educação, o combate à corrupção, o “Fora Feliciano” e a reação ao projeto da “Cura Gay”, como mencionado anteriormente. A diferença fundamental é que o caso do Brasil surpreendeu o mundo devido à imaginada aprovação popular às políticas de redução da pobreza e redistribuição de renda do governo federal (CASTELLS, 2013).

No cenário atual de crise da democracia, falta de legitimidade do sistema político (CASTELLS, 1999; GOMES, 2008b) e desigual distribuição de poder e riqueza, os cidadãos isolados tendem a se engajar em projetos e causas temporárias que guardam alguma relação com suas identidades, interesses e percepções de mundo, a partir das ferramentas digitais disponíveis. A baixa participação cívica, o descrédito para com os políticos e a pouca influência do cidadão nas esferas de decisão são sintomas atrelados ao sistema de práticas, instituições e valores da política contemporânea, “à medida que se constata a sua distância de um padrão de democracia considerado ideal” (GOMES, 2008b, p. 293).

Segundo Castells (2013, p. 166), quando a sociedade falha na administração das crises estruturais provocadas pelas instituições existentes, a mudança tende a ocorrer fora do sistema, por intermédio da transformação das relações de poder, “que começa na mente das pessoas e se desenvolve em forma de redes construídas pelos projetos dos novos atores que constituem a si mesmos como sujeitos da nova história em processo”. Nesse sentido, “a Internet, que, como todas as tecnologias, encarna a cultura material, é uma plataforma

⁵⁸ A MoveOn.org surgiu no contexto da Internet para realizar campanhas em torno de causas globais e se notabilizou ao mobilizar 250 mil pessoas em Nova York contra a guerra do Iraque, em 2003. Os protestos de Madrid ocorreram após o atentado de 11 de março de 2004, em reação à tentativa do governo de atribuí-lo ao grupo ETA e eximir-se de uma possível retaliação dos terroristas por sua adesão à guerra iraquiana.

⁵⁹ Essas manifestações tiveram como marca fundamental o uso das mídias sociais para recrutar ativistas, mobilizar pessoas, promover o debate, denunciar a repressão violenta da polícia e expressar suas demandas.

privilegiada para a construção da autonomia social”. Essa cultura da autoria constitui a matriz básica das sociedades contemporâneas (Ibid. p. 166).

Os movimentos em rede encarnam o projeto fundamental de transformar indivíduos em sujeitos de suas próprias vidas, mediante a afirmação da autonomia perante as instituições da sociedade. Esses atores coletivos não confiam nas instituições atuais e partem em busca de novo contrato social (CASTELLS, 2013). No cerne das transformações culturais vigentes estão a “individuação” e a “autonomia”, processos iniciados na década de 1970 e intensificados na atualidade. A individuação é a tendência cultural que enfatiza os projetos do indivíduo como supremo princípio orientador de seu comportamento e se distingue do individualismo porque pode ser adaptada à ação coletiva e a ideias comuns (Ibid. p. 167-168).

O conceito de autonomia pode ser aplicado tanto a atores individuais quanto coletivos e está referenciado na capacidade de um ator social tornar-se sujeito ao definir sua ação em torno de projetos afinados com seus próprios valores e interesses, independentemente das instituições. “A transição da individuação para a autonomia opera por meio da constituição de redes que permitem aos atores individuais construir sua autonomia com pessoas de posições semelhantes nas redes de sua escolha”. A Internet, portanto, oferece a plataforma de comunicação para traduzir essa cultura da liberdade autônoma (CASTELLS, 2013, p. 168).

Esse cenário aponta para dois fenômenos: o surgimento de um tipo de ativista ocasional ou independente, e de novas formas de ativismo (detalhados mais à frente), que transcendem a partilha de espaços decisórios e nem sempre estão vinculadas a entidades mais orgânicas da sociedade civil (MACHADO, 2007; PEREIRA, 2011). Esses novos repertórios de ação são potencialmente atrativos para atores que, a princípio sem vinculações políticas com instituições tradicionais como partidos e sindicatos, estejam dispostas a participar ocasionalmente de protestos e mobilizações sem o alto grau de comprometimento de uma participação mais formal (PEREIRA, 2011), como podemos ver no depoimento abaixo:

Meu ativismo se intensificou quando passei a ter acesso aos *e-mails* de discussão da AGLBT. Ao ler os *e-mails* fiquei mais informado sobre os casos de mortes de LGBT no Brasil e sobre a falta de direitos ao público LGBT. Ao me informar sobre as políticas LGBT me tornei mais sensibilizado com a causa e me engajei mais nesta luta (Elismar Cândido da Silva, ativista independente, em entrevista à autora, em 02/10/2013).

Os novos ativismos estão apoiados na luta pela possibilidade de construção e definição dos significados por meio de discursos públicos (PEREIRA, 2011), em oposição à partilha do poder e aos mecanismos tradicionais de participação política. Isso explica por que a questão da visibilidade, através de uma mobilização midiática e em rede, é tão premente nesse tipo de

ação coletiva suportada pelas tecnologias digitais. Os ativistas ocasionais mais ativos no ambiente *online* normalmente são aqueles que possuem um interesse prévio por questões políticas. Além disso, os que ficam mais tempo conectados para esse fim são também os mais ativos nas ações presenciais (Ibid., p. 14-15).

As tendências sinalizadas pela literatura já vêm sendo percebidas pelos movimentos sociais na atualidade, que em suas discussões internas têm buscado apreender, traduzir e classificar esses novos níveis de ação coletiva e de engajamento político propiciados pela ação em rede com a mediação das novas tecnologias. Prova disso são as declarações de alguns entrevistados para esta pesquisa, que aparecem nas entrevistas semiestruturadas. Os termos “ativista independente” e “movimentações” são usados para denominar o ativismo menos orgânico e comprometido, que se desenvolve, prioritariamente, nas plataformas digitais:

[...] movimento seria o movimento organizado, com instituições orgânicas, que também está mudando seu perfil, devido a uma série de fatores, inclusive de sustentabilidade; e você tem as movimentações, que são fragmentos da sociedade que se identificam com a causa LGBT, mas têm ideologias diversificadas. Então você vai ter pessoas com pensamento de extrema esquerda, pessoas com pensamento mais de direita e que estão agindo e buscando respostas para vários fatores; e aquelas ligadas a uma ideologia mais de mercado, que também de certa forma promovem uma cultura LGBT e reivindicam direitos numa ótica mais mercadológica (Júlio Moreira, secretário Regional Sudeste da ABGLT, em entrevista à autora, em 1/11/2013).

Os conflitos originados da desigualdade, da subordinação do poder político aos interesses das grandes corporações (MACHADO, 2007), da intolerância e das injustiças têm desaguado em práticas e reações inéditas, algumas vezes realizadas à sombra do Estado, a partir de alianças temporais com grande capacidade de ação (Ibid.) e apelo midiático. O ativismo em defesa dos índios da etnia Guarani-Kaiowá, no Mato Grosso do Sul, serve para ilustrar essa tendência. A mobilização viral ocorreu a partir da divulgação, em outubro de 2012, de uma carta-denúncia nas mídias sociais, que possibilitou a criação de uma rede de solidariedade de alcance internacional com a participação não só de movimentos sociais, mas, sobretudo, de ativistas ocasionais (CRUZ, 2013).

O paradigma emergente no século XXI vai demarcando novos modos de relação entre a militância, o ativismo e os meios de comunicação. Esses atores se multiplicaram ao ponto de formar redes para impor aos palcos mundiais agendas diversificadas. Podem ser membros de uma organização ou indivíduos solitários com capacidade de acesso a meios como sites, blogs, *e-mails* e comunicações pelos telefones celulares; suas ações já não devem ser forçosamente organizadas e nem requerer formalidades; tendem a ser espontâneas e “tomar a forma de multidões convocadas por situações críticas” (VIZER, 2007, p. 36).

O que potencializa as mobilizações e ações *online* são a combinação de baixos custos, flexibilidade e acessibilidade em relação às participações presenciais (*off-line*), tanto para quem mobiliza quanto para quem é mobilizado. Os ativistas ocasionais (ou “militantes internautas ocasionais”, nos dizeres de PEREIRA, 2011, p. 14), podem se interessar pelas mais variadas causas, que vão desde a defesa do Protocolo de Kyoto até os protestos contra a expulsão de imigrantes ilegais nos países desenvolvidos (Ibid.); a pena de morte para gays no Sudão; e a legislação “antigay” na Rússia⁶⁰, que proíbe “propaganda homossexual” para menores e impede “ofensas aos sentimentos religiosos”.

Essas adesões revelam que o ativismo político é uma ação coletiva que produz transgressão e solidariedade para além do sistema normativo, incorporando também as moralidades e a expressão pública das subjetividades (JORDAN, 2002). O agir pode ser violento ou pacífico, barulhento ou tranquilo, e representa a tentativa de alterar a sociedade de acordo com os desejos da ação tomada. Por isso, deve haver um sentido de identidade compartilhada, que pode ser entendido como “pessoas reconhecendo, umas nas outras a raiva, o medo, a esperança ou outras emoções que sintam quanto a uma transgressão”. Os ativistas reconhecem em si e no outro o desejo de alterar as rotinas das suas vidas (Ibid. p. 11-12).

O ativismo indica um campo variado de ações coletivas que podem ser caracterizadas pelo imediatismo, o humor, a teatralização e o caráter performático dos protestos e outras formas de pressão adotadas, além de indicar novas crenças capazes apontar mudanças e de moldar o futuro da sociedade (JORDAN, 2002). Isso implica dizer que as ações ativistas não afetam só os grupos-alvo das causas demandadas, mas igualmente podem provocar impactos na dinâmica da sociedade como um todo, ao criar novas moralidades. Essa prática decorrente de uma nova ética para a vida revela o curso dos protestos do século XXI (Ibid.).

O autor enfatiza essa tendência ao desenvolver o conceito de “ativismo!” (com exclamação), que tem um sentido transgressor mais complexo e múltiplo de apresentar o futuro para o presente, observado em aspectos como: ação direta não-violenta, organização anti-hierárquica, princípio do prazer na política (*pleasure-politics*), intervenções de base cultural (*culture jamming*) e apropriações das tecnologias digitais (hacktivismo) (JORDAN, 2002). Essa distinção se aplica a dois planos: em um primeiro nível, a ação pode revelar a intenção de exigir mudanças nas instituições sociais existentes e, assim, aceitar, em certo

⁶⁰ O pacote de leis aprovado em junho de 2013 pelo parlamento russo provocou reações dos movimentos LGBT e de defesa dos direitos humanos. No Brasil e em vários países do mundo foram realizados *beijaços*, organizados via mídias sociais. No Rio de Janeiro, ativistas ocasionais realizaram o ato BeijATO- Para Rússia, com amor, em frente ao Consulado Geral da Federação da Rússia, que foi amplamente noticiado pela grande mídia.

sentido, a legitimidade dessas instituições, enquanto, num segundo nível, a transgressão pode revelar a busca da reconstrução completa dos sistemas sociais (Ibid. p. 153).

Segundo Hands (2011), o ativismo se expressa na conjugação da dissidência, resistência e rebelião em oposição ao poder vigente. A dissidência é a expressão de insatisfação com dada realidade, que leva a um apelo para os outros contra uma injustiça geral percebida ou uma autoridade prevalente como dominação e exploração. A resistência, por outro lado, sugere uma atitude mais ativa e transformadora, baseada na recusa em consentir, seguir ordens e se submeter, ou seja, corresponde à desobediência civil. A rebelião dá um passo adiante ao apelar à liberdade e ao convencimento na busca por afetar as crenças e os comportamentos daquelas aos quais se quer recrutar. Portanto, é um ato essencialmente coletivo e colaborativo que inclui a necessidade de uma ação.

O grande impacto da Internet nesse processo, segundo Hands (2011), está no aumento da fluidez do ativismo, de modo a fornecer informações estratégicas, mobilizar rapidamente os ativistas para montar calendários de protestos e proporcionar outras ferramentas livres capazes de construir a infraestrutura para os atos de dissidência. As comunicações digitais, as redes e a tecnologia móvel teriam o poder de produzir um efeito cascata sem limites, marcado pela capacidade instantânea de propagação comunicativa entre os manifestantes, tomada de decisão e definição da tática de ação. A dependência íntima dessa capacidade instantânea da comunicação móvel seria a marca constitutiva do ativismo digital (Ibid.).

A maior parte dos autores prefere usar o termo ciberativismo⁶¹ ou ativismo *online*, que designa tanto a adesão a causas temporárias quanto a participação em movimentos sociais tradicionais, desde que o ambiente digital seja usado como suporte de mobilização, organização e ação. As conceituações, em geral, adotam uma perspectiva mais individual, difusa e menos orgânica, que pode ser desde a utilização da Internet “por movimentos politicamente motivados” (VEGH, 2003, p. 71) até a estratégia capaz de formar coalizões temporárias que gerem massa crítica suficiente de informação e debate para transcender à rua ou modificar o comportamento de um número amplo de pessoas (UGARTE, 2008, p. 111).

⁶¹ O precursor mundial do ciberativismo foi o movimento Zapatista de Chiapas, no México, em 1994 (CASTELLS, 1999; HANDS, 2011). Na mesma época, ONGs como Greenpeace e Anistia Internacional começaram a usar as plataformas digitais para chamar a atenção para as suas causas. Outros casos emblemáticos no limiar do novo milênio foram os protestos por justiça global em Seattle, Washington e Praga (PRUDÊNCIO, 2006) e o surgimento das agências de informação alternativa e contrainformação Indymedia (ANTOUN, 2001; RIGITANO, 2003) e Nodo50, que, em alguns casos, incluem táticas hacktivistas em suas ações (VEGH, 2003; HANDS, 2011; ANTOUN, 2001). O *Fórum Social Mundial* realizado em 2001, em Porto Alegre, marcou a inserção do Brasil nessa nova frente de luta (MORAES, 2001; GOHN, 2010; MACHADO, 2007).

Moraes (2001), que intercala as denominações ativismo digital, ciberativismo e cibermilitância, não apresenta definições específicas, mas afirma que a Internet veio dinamizar as lutas a favor da justiça social e dos esforços de intervenção dos movimentos sociais na cena pública, num mundo que globaliza desigualdades. Esse papel é atribuído “à singularidade de disponibilizar, em qualquer espaço-tempo, variadas atividades e expressões de vida, sem submetê-las a hierarquias de juízos” (Ibid. p.3) e a fatores como: abrangência ilimitada, velocidade de transmissão, ruptura com as diretivas ideológicas e mercadológicas dos veículos de comunicação, autonomia para detonar campanhas e abrir fóruns cooperativos.

A literatura sobre os novos repertórios ativistas (Salter, 2003; Vegh, 2003) revela, em linhas gerais, que o ativismo *online* se desenvolve apoiado em duas estratégias: (1) a Internet e demais ferramentas digitais são usadas de maneira suplementar, para expandir e fortalecer outras formas de ação política mais tradicionais, como as convocações e recrutamentos para protestos, invasões e atos presenciais direcionados a militantes, apoiadores e simpatizantes, a partir de listas de *e-mail* e mídias sociais; (2) a ação ocorre exclusivamente através dessas plataformas, a exemplo das invasões de sites e das táticas de desobediência civil eletrônica.

A atuação ciberativista dos movimentos sociais ocorre muitas vezes no campo simbólico, por meio de uma retórica persuasiva que provoca emoções e gera consensos igualmente simbólicos entre os ativistas. Desse modo, a realidade social é inserida em enredos de persuasão que constroem “um contexto de sentido e explicitam esquemas culturais e modelos de ação e interação, que possibilitam uma mobilização conjunta” (ALONSO, 2009, p. 79). Esse apelo emotivo também faz com que diversos indivíduos sejam levados a conhecer e aderir a grupos, entidades e organizações, uma vez que “as emoções seriam formas culturalmente construídas de compreender o mundo e exprimir posições” (Ibid., p. 80).

Vegh (2003) procura apresentar uma categorização para o ciberativismo baseada no sentido da iniciativa e do chamado: conscientização/sensibilização/apoio (*awareness/advocacy*), que envia ou recebe uma informação; organização/mobilização (*organization/mobilization*), que chama ou é chamado para a ação; ação/reação (*action/reaction*), que inicia ou reage a uma ação. Para atender aos objetivos propostos nesta pesquisa, fez-se necessário elaborar uma quarta categoria: discussão/articulação interna (cuja tradução possível para o inglês seria *discussion/internal articulation*), que diz respeito ao planejamento, discussão e avaliação de uma ação (detalhada no próximo capítulo).

A primeira categoria refere-se às organizações de conscientização e apoio, nas quais a Internet pode funcionar como uma fonte alternativa de informação, sobretudo quando as

fontes tradicionais são controladas por segmentos tendenciosos ou cujo interesse é contrário ao dos ativistas. Em geral, o objetivo é proteger e reivindicar direitos de setores marginalizados, a exemplo de minorias étnicas e sociais como mulheres, negros e gays, além de conscientizar e mobilizar pessoas para entrar em contato com uma realidade que desconhecem ou ignoram. Esse tipo de ação diz respeito à percepção/promoção de uma causa (VEGH, 2003).

Como lembra Salter (2003), o ambiente *online* permite aos movimentos sociais gerar e disseminar comunicação e informação estratégica de forma menos dispendiosa e mais eficaz, se comparada aos meios analógicos e de massa, com a vantagem de permitir *feedbacks*. Dessa forma, ficam menos dependentes da grande mídia para serem inseridos no debate público e visibilizar suas causas, à medida que dispõem de plataformas complementares de expressão, mobilização e difusão de ideias além-fronteiras. Esses coletivos usam o ciberativismo com o intuito de transformar cada ativista ocasional num agente multiplicador, de modo a reverter a vontade de participar em ações concretas (SANTOS, 2011).

A maioria das organizações ativistas (VEGH, 2003) e movimentos sociais enquadra-se nessa categoria, como apontam as estratégias adotadas pela Anistia Internacional, Greenpeace⁶² e ABGLT. Esta última, que nos interessa em particular, utiliza como fontes alternativas de informação o site da entidade, listas de discussão, blogs e mídias sociais como Facebook e YouTube. Conteúdos publicados na grande mídia, desde que favoráveis ou estratégicos a questões caras ao movimento LGBT, também circulam na lista de discussão, em blogs e nas mídias sociais como informação relevante, e por isso, neste estudo, se enquadram nas iniciativas de *conscientização/sensibilização/apoio*.

A segunda categoria corresponde ao uso do ambiente digital para *organização/mobilização* de determinada ação, como normalmente faz a organização Avaaz com suas petições e campanhas eletrônicas. Essas mobilizações podem ser de três tipos: convite para ações no plano *off-line* (protestos, ocupações, passeatas etc.), em lugar e tempo determinado; chamado para uma ação que normalmente acontece *off-line*, mas pode ser mais eficiente se executada na Internet, como o envio de *e-mails* em massa para representantes no Congresso e demais autoridades; e, por último, chamado para mobilizações que só são possíveis *online*, como campanhas de envio de *spams* para sobrecarregar servidores (VEGH, 2003).

⁶² Organizações como Anistia Internacional, Greenpeace, Médicos Sem Fronteiras, Oxfam e FoodFirst estão no meio termo entre movimentos sociais e ações políticas (CASTELLS, 1999, p. 411), na medida em que “fazem seu apelo diretamente aos cidadãos, pedindo às pessoas que exerçam pressão sobre instituições do governo ou empresas privadas que possam ter um papel importante no tratamento da questão defendida pela mobilização”.

Essas articulações para ações diretas guardam relação com a categoria *ação/reação*, conhecida como hacktivismismo ou ativismo hacker, que pode ser definido como um incidente *online* “politicamente motivado”, que gera uma campanha realizada por atores não-estatais em retaliação, desaprovação ou apoio a uma questão defendida por ativistas (Ibid., p. 75-84; JORDAN, 2002). Entre as práticas que integram o repertório de ação dos hacktivistas estão: congestionamento e invasões de sites, ataques maliciosos para saturar um servidor com mensagens (*ping-storm*), desfiguração temporária da fachada da página de uma empresa (*cybergraffiti*) e bloqueio do acesso a um serviço (*virtual sit-in*).

Quadro 3 - Atuação política no contexto das novas tecnologias

Caracterização		
Movimentos em rede	Novos repertórios de ação	Ativismo on-line
Constituídos por indivíduos que estão familiarizados com os aparatos tecnológicos	São múltiplos, variáveis, temporais e imediatistas	Podem ocorrer só no ambiente on-line ou mesclar interações on-line/off-line
Intensificam os processos de “indivuação” e de “autonomia”	Podem envolver atores diversos e se deslocar rumo a várias áreas do sistema social	Inclui o engajamento ocasional e/ou independente em projetos e causas temporárias
Têm origem em crises econômico-estruturais, que se refletem na pobreza e na mobilização decorrente de situações de comoção	São menos formais nos processos de organização, comunicação, recrutamento e motivação dos participantes	Transcende a partilha de espaços decisórios e nem sempre está vinculado a entidades mais orgânicas
São concentrados em redes múltiplas (on-line, off-line, preexistentes e outras formadas durante a ação coletiva)	Têm maior capacidade para a auto-organização e a constituição de redes	Aposta na construção de significados por meio de discursos públicos, em oposição aos mecanismos tradicionais de participação
Iniciam-se normalmente nas redes digitais, mas tornam-se um movimento ao ocupar o espaço urbano	Tendem a ser mais flexíveis, não-violentos e midiáticos	Adota práticas inéditas a partir de alianças temporais com grande capacidade de ação e apelo midiático
São simultaneamente locais e globais	Têm caráter cosmopolita, autônomo e livre de mediações políticas	A mobilização é viral e rapidamente toma a forma de multidões
São espontâneos em sua origem, geralmente desencadeados por uma centelha de indignação	Apresentam redução de custos de operacionalização e de mobilização	Ações não-violentas, diretas, espontâneas, informais e organização anti-hierárquica
Têm caráter viral, tanto na difusão dos conteúdos quanto no efeito demonstração sobre outros movimentos	Podem criar novas ações ou reformatar as antigas (petições off-line para petições on-line)	Maior autonomia para detonar campanhas, abrir fóruns cooperativos e divulgar informações
Tendem a rejeitar liderança, pela profunda desconfiança em relação a qualquer forma de delegação de poder	Têm caráter performático e apostam em estratégias como drama, humor, teatralização	Maior fluidez para fornecer informações estratégicas, mobilizar, montar calendários e operacionalizar protestos
Refletem o descrédito para com as instituições tradicionais da política		Capacidade instantânea de propagação comunicativa, tomada de decisão e definição de táticas de ação
		Abrangência ilimitada e menos dependência de mediadores

Fonte: elaborado pela autora.

Quando essa ação envolve o Estado e um compromisso entre as partes ligadas a um conflito armado em curso, cujo objetivo é o domínio sobre o adversário, o ativismo *hacker* vira ciber guerra (VEGH, 2003). Há duas formas de guerra via Internet: a ciber guerra (*cyberwar*) e a *netwar*: a primeira diz respeito à condução e preparação das operações

militares a partir do levantamento, interrupção e destruição de informações e sistemas de comunicação dos adversários; a segunda é a tentativa de promover dissidências, manipular as autoridades e a opinião pública por meio de propagandas, interferência na mídia local, infiltração em redes de computadores e bancos de dados (ARQUILLA e RONFELDT, 1997).

Samuel (2004, p. 15) define ativismo hacker⁶³ como o uso não-violento, com fins políticos, de ferramentas digitais ilegais ou “juridicamente ambíguas” e propõe a seguinte classificação: craqueamento político (*political cracking*), que são ações ilegais como invasões de sites, redirecionamentos, ataques de negação de serviço (DOS), sabotagens e roubo de informações; hacktivismo performativo (*performative hacktivism*), praticado por artistas ativistas com orientação transgressiva e incluem ações como paródias e virtual *sit-ins* (o site passa a funcionar lentamente ou entra em colapso); e codificação política (*political coding*), que consiste no desenvolvimento de *software* político em zonas legalmente duvidosas.

O game-ativismo nasce da popularização dos jogos eletrônicos que migraram para o ambiente digital, o que levou ao aumento do número de desenvolvedores, ao uso além da esfera do entretenimento e ao primeiro lugar na indústria audiovisual mundial, ultrapassando até mesmo a produção cinematográfica (SILVEIRA, 2009). Esse novo tipo de ativismo busca desenvolver jogos de computador para denunciar, apoiar e despertar interesse por determinadas causas e campanhas sociais, políticas ou culturais. Os games ultrapassaram o mundo do lazer e do treinamento militar, ganharam usos educacionais, migraram para diversas áreas e adquiriram aplicações denominadas de *serious game* (jogo sério) (Ibid.).

Silveira (2009) menciona a técnica Machinima de produção audiovisual baseada na computação gráfica, cujos filmes com personagens de games são desenvolvidos pelos próprios usuários. Essa prática alcançou o universo do ativismo com os movimentos *French Democracy* e *Molleindustria*, nos quais jogos são utilizados como manifestação contracultural baseada, principalmente, na sátira política. Entre os mais populares estão o *McDonald's Video Game*, que critica o capitalismo global ao simular a gestão da cadeia produtiva do McDonald; e o *Operation Pedopriest*, que usa o humor para denunciar os abusos sexuais cometidos por padres católicos norte-americanos (Ibid.).

No próximo capítulo, “O ativismo *online* e *off-line* da rede LGBT”, iremos: descrever a estratégia de atuação em rede da ABGLT e o ambiente de comunicação do grupo de

⁶³ Em 2010, a comunidade internacional ficou aturdida com o grande vazamento de documentos secretos da diplomacia mundial norte-americana e das guerras do Afeganistão e do Iraque. A divulgação foi orquestrada pela organização WikiLeaks, que une técnicas hacker, sofisticados conhecimentos de informática e criptografia para desafiar Estados autoritários, corruptos e o poder estabelecido dos governos e das grandes corporações envolvidas em práticas antiéticas, comprometedoras e obscuras (CRUZ, 2012).

discussão eletrônico; detalhar os procedimentos metodológicos para fazer o recorte da pesquisa, a escolha do *corpus* e o tratamento do material analisado; discutir o referencial teórico adotado na definição da combinação de metodologias para responder ao problema e aos objetivos deste estudo; e, por último, analisar alguns casos representativos dos embates político-midiáticos travados pelos ativistas dentro da rede, rumo ao fortalecimento das lutas anti-homofobia.

CAPÍTULO 3

O ATIVISMO ONLINE E OFF-LINE DA REDE LGBT

Neste último capítulo situamos a ação em rede da ABGLT como um *modus operandi* que não se restringe ao uso das tecnologias digitais. O papel dos novos aparatos tecnológicos, portanto, seria mais no sentido de contribuir para a expansão e o fortalecimento desses processos de enredamento, na medida em que apresenta uma série de vantagens para a organização, mobilização e ação política, como: amplitude, acessibilidade, superação de barreiras geográfico-territoriais, velocidade de disseminação de informação e facilidade para o recrutamento de novos parceiros e apoiadores.

A partir daí, caracterizamos o grupo de discussão eletrônico objeto desta pesquisa, a Aliança Nacional LGBT, que nasceu com a proposta de aglutinar setores dispersos da sociedade civil em torno das lutas anti-homofobia. O passo seguinte foi apresentar o ambiente de comunicação do *newsgroup*; explicar a estrutura de conversações por meio de tópicos e mensagens, as limitações da ferramenta de busca do Yahoo! e o caráter dinâmico da rede; contextualizar e justificar o período da coleta de dados, a escolha do *corpus* e dos entrevistados; e apontar os grandes eixos de embate travados pelos ativistas.

Com base nessa linha argumentativa, fundamentamos a opção pelo uso combinado das técnicas de análise de conteúdo e de etnografia virtual e descrevemos os procedimentos metodológicos adotados para atender aos propósitos desta pesquisa. Na sequência, traçamos o perfil dos participantes mais ativos do grupo; analisamos como se dá o ativismo político na rede LGBT, a partir das conexões com variados repertórios de ação coletiva (em rede, midiático, ciberativista); e categorizamos as táticas de mobilização intermídia decorrentes, sobretudo, do advento das mídias sociais.

Posteriormente, apresentamos os estudos de caso mais representativos do antagonismo político-institucional e midiático na rede: as manifestações do “Fora Feliciano”, “Cura Gay”, “Folha de Pernambuco” e “Revista Veja”; e analisamos as estratégias usadas pelo movimento LGBT para angariar apoios externos ao *newsgroup* e ampliar a visibilidade midiática das lutas anti-homofobia. Por fim, nos debruçamos sobre o desafio de desenvolver uma categorização para o ciberativismo, ou ativismo *online*, a partir das peculiaridades das apropriações tecnológicas no âmbito dos movimentos sociais.

3.1 A ABGLT e a estratégia de atuação em rede

A Associação Brasileira de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais (ABGLT) surgiu em 1995 da necessidade latente dos grupos ativistas existentes na época de criar uma confederação que pudesse aglutinar a luta pela conquista/ampliação de direitos e contra a homofobia por meio da constituição de uma ampla rede nacional. Das 31 adesões iniciais, a ABGLT conta atualmente com 286 afiliações, que incluem representações de todas as regiões do país, e consolidou-se como a maior rede de organizações LGBT da América Latina, tendo alcançado, inclusive, status consultivo junto à Organização das Nações Unidas (ONU).

Constitui o objetivo primordial da ABGLT, como expresso no seu estatuto⁶⁴, ser “um instrumento de expressão da luta pela conquista dos direitos humanos plenos das pessoas, independente de sua orientação afetivo-sexual, doravante aqui denominados gays, lésbicas e transgêneros, e contra quaisquer formas de discriminação a todos acima citados [...]”. A partir de 2002, atendendo a uma convocação da Associação Brasileira de Organizações Não Governamentais (Abong), a entidade se vinculou à Inter-Redes - Direitos e Política, um espaço de articulação de redes e fóruns da sociedade civil para o fortalecimento da esfera pública, promoção de direitos e proposição de políticas (AGUIAR, 2007). Desde então, a organização inter-rede vem se tornando uma estratégia fundamental para ampliar a gama de apoiares à causa das minorias afetivo-sexuais.

A sua importância e capacidade organizativa ficam evidenciadas nos depoimentos a seguir: “Digamos que a ABGLT já nasceu articulada [...]. Ela já nasce forte, como expressão da imensa maioria dos grupos articulados no país (mas não todos) e tem crescimento exponencial nos anos que se seguem. [...]” (Wesley Francisco da Silva, secretário Regional Nordeste da ABGLT, em entrevista à autora, em 23/08/13); “Ela é uma rede forte, com integrantes extremamente qualificados, [...] com vários níveis políticos, enfim, e que está conseguindo avançar. Eu acredito sim que a ABGLT é uma das principais responsáveis pelo avanço do movimento LGBT no Brasil” (Evaldo Alves Amorim, secretário Regional Centro-Oeste da ABGLT, em entrevista à autora, em 13/10/13).

A partir dessa iniciativa pioneira, surgiram outras organizações nacionais articuladas em rede, como a Associação Nacional de Travestis e Transexuais do Brasil (Antra), a Articulação Brasileira de Lésbicas (ABL), a Articulação Brasileira de Gays (Artgay), o Coletivo Nacional de Transexuais (CNT), o Coletivo Brasileiro de Bissexuais (CBB) e a Rede

⁶⁴ <http://www.abglt.org.br/port/estatuto.php>

Afro LGBT. Para se ter uma ideia do impacto dessas novas formas de enredamento no movimento, em 2007 eram sete as redes com esse perfil no Brasil (FACCHINI, 2011) e hoje já são 23. Além disso, houve uma segmentação dessas formas organizativas, como se observa nos exemplos do Fórum Nacional de Gestoras e Gestores LGBT (Fonges), do Grupo de Advogados pela Diversidade Sexual (GADVS) e do Fórum Brasileiro de Paradas LGBT.

Nos primórdios da ABGLT, a comunicação era feita por cartas e os ativistas e militantes se informavam principalmente pelo rádio e pela televisão. Mas como a criação da entidade coincide com a abertura comercial da Internet, rapidamente os grupos de discussão eletrônicos foram incorporados como uma ferramenta imprescindível para fomentar a capacidade de mobilização, de troca de informações, de tomada de decisões e de qualificação da militância. É nesse contexto que começam a funcionar, entre o final dos anos 1990 e início da década de 2000, as listas *online* GLS, Gaylawyers (advogados gays) e, posteriormente, ABGLT Afiliadas e ABGLT Diretoria, cuja importância se observa nestes trechos de entrevistas⁶⁵:

[...] Quando entrei no movimento LGBT, em 2003, eu não sabia como entrar, como começar na militância. Eu já era um quadro político-partidário, já tinha sido da juventude do PT, do movimento estudantil, era gay assumido, mas nunca tinha me dedicado especificamente à militância LGBT. Uma coisa importante, que foi uma dica do amigo Paulo Mariante, que era um militante LGBT mais antigo, foi eu entrar na lista GLS e na Gaylawyers, que eram listas de debates, de ativistas individuais e de grupos, que existiam na Internet. [...] Percebi a partir dali os debates: havia gente inorgânica, mas as principais lideranças estavam ali, era um instrumento de troca de informações muito grande (Julian Rodrigues, coordenador de Políticas LGBT da Prefeitura de São Paulo, em entrevista à autora, em 11/10/13).

A organização em rede e o uso da internet sempre foram fatores fundamentais para o desenvolvimento da organização, divulgação dos trabalhos, ações e eventos das filiadas. A lista de discussão da ABGLT na internet é bastante ativa e participativa. Restrita à militância das entidades filiadas, mas sem quantitativo específico para cada organização ela funciona de forma plural. Muitas decisões, principalmente no que concerne a escolha de representantes para conselhos e comissões junto ao governo, passam por votação *online*. As mobilizações chegam agora às redes sociais e a divulgação torna-se mais intensa, embora parte da militância tenha sofrido ataques e falsificação de perfis (Wesley Francisco da Silva, secretário Regional Nordeste da ABGLT, em entrevista à autora, em 23/08/13).

A lista GLS derivou de um site⁶⁶ voltado à educação sexual de gays e lésbicas (WARKEN, 2004) e, com o tempo, passou a absorver pautas gestadas no âmbito do movimento, como a questão do combate à homofobia, da defesa da cidadania LGBT e dos direitos humanos. Com o desgaste dos grupos pioneiros e o caráter restrito dos grupos ligados à entidade, surgiu a ideia de criar uma lista que tivesse a capacidade de agregar profissionais

⁶⁵ Algumas foram realizadas em duas partes, seja para complementar informações ou por problemas técnicos no áudio. Isso explica por que, em determinados casos, há datas diferentes de entrevista para o mesmo entrevistado.

⁶⁶ <http://www.glssite.net>

liberais, setores da academia e do poder público, ativistas independentes, simpatizantes e um conjunto de atores interessados em colaborar com a causa da diversidade sexual e participar de debates qualificados, sem, necessariamente, manter uma militância formal em organizações da sociedade civil.

Nasceu então, em maio de 2009, o grupo de discussão *online* Aliança Nacional LGBT, um desdobramento do projeto ABGLT Aliadas que ambicionava fortalecer o movimento por meio de parcerias com amplos segmentos da sociedade. A lista só começou a ficar ativa em agosto de 2010 e, diante do grau de participação, da importância adquirida e do nível dos debates, acabou sendo oficializada em maio de 2013, em uma plenária realizada na semana que antecedeu a XVII Parada do Orgulho LGBT de São Paulo. A partir dela, os grupos de discussão foram se expandindo e se especializando em torno de temáticas, propósitos e segmentos LGBT diversos (idosos, aposentados, bissexuais, afrodescendentes, juventude, advocacia, psicologia, educação, religiosidade, paradas etc.).

Entre as experiências mais exitosas surgidas na esteira da Aliança Nacional, podemos destacar as listas: dos Psicólogos pela Diversidade Sexual, criada especificamente para lutar a favor da Resolução 01/99, que impede os profissionais de psicologia de propor “tratamento” para a homossexualidade (relacionada ao polêmico projeto da “Cura Gay”); dos Advogados Pela Diversidade Sexual, que discute questões jurídicas e abre um canal para que sejam tiradas dúvidas e realizadas defesas *pro bono* (advocacia gratuita); e do Fórum Brasileiro das Paradas, voltada à discussão e organização desses eventos em todo país. Os relatos abaixo ilustram como essa ferramenta tem contribuído para o fortalecimento da rede LGBT:

A partir dessa rede da Aliança surgiram os filhotes da Aliança. [...] Inclusive, tem algumas listas que **pegam a informação ali e jogam para outras listas especializadas**, que seriam talvez os departamentos da Aliança Nacional que a gente tem discutido. E aí [...] elas acabam ajudando muito porque é uma troca, as pessoas vão se conhecendo e formando sub-redes, redes estaduais, fóruns estaduais. Isso é importante porque a informação é fundamental para o ativista e o militante tomar as decisões (Toni Reis, secretário de Educação da ABGLT, em entrevista à autora, em 15/08/2013 – grifo adicionado).

Esta lista extrapola a questão da militância habitual justamente por sua diversidade de atores e atrizes. Na medida em que esta lista congrega não apenas grupos de filiados ou militantes de lócus específicos, mas também estudiosos, advogados independentes, pesquisadores, estudantes, pais e mães de LGBT, ela se torna estratégica por, trabalhando com suas diversidades, conseguir montar táticas de ações comuns e que possam unificar todas/os numa mesma frente de luta. Nesse sentido campanhas mais gerais como 'apoio ao Estado laico' ou 'apoio a PLs que beneficiam LGBTs' podem ser melhor articuladas, partindo de **diversos pontos de vista e de interpretações também diversas** (Wesley Francisco da Silva, secretário Regional Nordeste da ABGLT, em entrevista à autora, em 23/08/13 – grifo adicionado).

Uma das principais funções de um grupo de discussão de um movimento social em âmbito nacional, sobretudo em um país continental como o nosso, é aglutinar forças que estão dispersas, em busca de unidade, de coesão, de um maior poder de mobilização e ação. O espírito colaborativo também é alto e **a troca de informações** pode instrumentalizar ações muitas vezes individuais ou de pequenos grupos que, sem essa **rede de relações**, poderia ser frágil e vulnerável. Ativismo é um aprendizado diário e esses grupos de discussão também funcionam como **fonte rica de ideias e informações**, imprescindível ao nosso crescimento (Gésner Braga de Araújo Júnior, membro do Comitê Desportivo LGBT - seção Bahia e filiado ao Fórum Baiano LGBT, em entrevista à autora, em 31/08/2013 – grifos adicionados).

A Aliança Nacional é constituída por 881 associados (até a data da última consulta, dia 26/02/2014). Na descrição da página de abertura do grupo⁶⁷ aparece como objetivo primordial:

“[...] congregar pessoas que querem promover uma sociedade sem preconceito, sem discriminação e sem estigma, entre outros. A ideia é trabalhar em parceria com todas as redes nacionais LGBT, de direitos humanos e de pessoas/movimentos aliados. Um dos principais desafios da Aliança Nacional LGBT é fazer o *advocacy* e o controle social para a **implementação das decisões** das diversas conferências nacionais relativas a LGBT, e dos **Planos e Programas Nacionais governamentais** que contemplam especificamente a população LGBT” [grifos adicionados].

Apesar de ser um braço da ABGLT, a lista não representa propriamente a associação, mas uma articulação colateral com atores críticos da sociedade civil cujos interesses e objetivos convergem com as pautas dos direitos humanos e da diversidade sexual.

[...] A ABGLT tem uma linha política mais centralizada, nós tiramos notas sobre o que a entidade pensa em relação a determinado assunto. É diferente. Eu acho que a Aliança é importante nesse sentido da capilaridade, das ações, de fazer frente única, mas às vezes ela comunga com algumas posições da ABGLT e às vezes diverge. Mas a rede é fundamental porque a Aliança Nacional agrega um número de pessoas que estão aí soltas, independentes – independentes entre aspas, tá? – que estão aí na sociedade e que querem atuar, não necessariamente dentro de grupos. Então isso é uma estratégia importante (Carlos Magno, presidente da ABGLT, em entrevista à autora, em 07/03/2014).

As principais questões que norteiam os debates, as mobilizações e as ações dentro da lista são o combate à homofobia e a aprovação de uma lei que a criminalize. Outras demandas prioritárias são a implantação de políticas de promoção da cidadania LGBT, com vistas a garantir a tolerância e o respeito à orientação sexual e à identidade de gênero; e o enfrentamento da epidemia HIV/Aids. Mais recentemente, em função do fortalecimento da bancada evangélica no Congresso Nacional e da influência das pautas fundamentalistas nas instâncias de decisão do governo federal, a defesa da laicidade do Estado tem figurado como uma preocupação central. Os estudos de caso, corroborados pelas entrevistas abaixo, reforçam tais constatações:

Considero o combate à homofobia e o esforço por sua criminalização como a grande bandeira do movimento LGBT no Brasil, na atualidade, e isso se reflete na lista da

⁶⁷ <http://br.groups.yahoo.com/group/aliancanacionallgbt/>

Aliança. As formas como essa luta se dá variam de acordo com os acontecimentos. Por exemplo, enfrentamos hoje o recrudescimento do fundamentalismo religioso, da homofobia e do preconceito de um modo geral, que ganhou força por meio da personalidade psicótica de figuras midiáticas como Marco Feliciano, Silas Malafaia, Jair Bolsonaro, Marisa Lobo, João Campos, entre outros. Portanto, é natural que os esforços da Aliança também se concentrem nessas ações (Gésner Braga de Araújo Júnior, membro do Comitê Desportivo LGBT - seção Bahia e filiado ao Fórum Baiano LGBT, em entrevista à autora, em 31/08/2013).

[...] além dos integrantes e associados da ABGLT, há todas as pessoas que têm interesse em trabalhar na questão dos direitos humanos, e, claro, especificamente, a questão da luta da população LGBT, da luta contra a lesbofobia, a homofobia, enfim, a nossa luta. Ali a gente se reúne, a gente conversa, a gente agiliza, otimiza o debate, é um espaço virtual democrático onde todos estão ali com o direito de expor suas ideias, articular e organizar. [...] Foi por essas redes que o fundamentalismo, as bancadas conservadoras, perceberam que nós estávamos realmente fazendo um trabalho sério, um trabalho ético, um trabalho comprometido e agora estão fazendo nas suas redes, nas suas bancadas um trabalho contra nós LGBT (Evaldo Alves Amorim, secretário Regional Centro-Oeste da ABGLT, em entrevista à autora, em 13/10/13).

[...] Também outra aliança que percebemos é em torno dessa questão hoje do avanço do fundamentalismo religioso, que é o maior problema da comunidade LGBT. E também tem sido um problema sério que a gente discute estratégias de enfrentamento na rede, então tem as pessoas mais radicais, menos radicais, e vamos buscando um denominador comum, um meio termo, muitas vezes radicalizamos (Toni Reis, secretário de Educação da ABGLT, em entrevista à autora, em 15/08/2013).

A ação em rede dentro do grupo de discussão se dá, sobretudo, nas instâncias político-institucionais-midiáticas. O suporte do meio digital facilita e agiliza articulações e trocas de informações estratégicas, que passam a ser realizadas quase instantaneamente com o objetivo de reunir forças e apoios dispersos geograficamente. São recorrentes atuações de *advocacy* para sensibilizar gestores, parlamentares e atores do Judiciário quanto à implementação de políticas, aprovação/rejeição de projetos de lei e concessão de direitos; jurídicas e midiáticas para formalização e divulgação de denúncias relacionadas a violações e crimes de natureza homofóbica; de ativismo para mobilizações em torno de atos, protestos, ocupações, assinatura de abaixo-assinados, notas de repúdio etc.

[...] A gente se organiza, monta uma denúncia ou uma nota pra colocar no site e joga na lista de e-mail e daí todo mundo do Brasil fica sabendo e também faz a mesma força-tarefa colocando nas centrais e etc. E daí vai nessa força-tarefa: uma pessoa fica sabendo da denúncia, cria uma nota e espalha na lista de e-mail. A partir da lista de e-mail as pessoas se organizam pra colocar a nota nos sites de suas entidades, faz a petição *online*, manda matéria para o Avaaz, pra ver se eles colocam como petição, como abaixo-assinado, e assim vai indo: **um vai repassando para os contatos que tem e vai dando visibilidade** e cada entidade também tem seu *mailing* de imprensa para conseguir ter uma certa visibilidade na questão (Juliana Souza, secretária Regional Sul da ABGLT, em entrevista à autora, em 21/08/2013 – grifo adicionado).

[...] Por ser uma rede nacional, sua capacidade de mobilização é grande e são frequentes os resultados disso que, no mais das vezes, **extrapolam o nível das relações virtuais e vão para o mundo real e para as ruas em forma de ações concretas**, a exemplo de atos públicos, abaixo-assinados, ações de *advocacy*,

sobretudo no âmbito do Executivo, Legislativo e Judiciário, entre muitas outras. Para mim que sou militante de pouca estrada, travar diálogos com pessoas muito mais preparadas é uma experiência enriquecedora e que tem sido bastante útil para o meu trabalho como militante [...] (Gésner Braga de Araújo Júnior, membro do Comitê Desportivo LGBT - seção Bahia e filiado ao Fórum Baiano LGBT, em entrevista à autora, em 31/08/2013 – grifo adicionado).

[...] vejo que a Aliança Nacional LGBT nasceu da necessidade de uma mobilização cada vez mais articulada, especialmente com a incursão dos fundamentalistas no contexto do Legislativo. A prioridade da rede é **fazer *advocacy* junto aos setores do poder público e da mídia**, assim como dar respostas à sociedade sempre que se faça necessário esclarecer celeumas promovidas pelos setores conservadores homofóbicos ou mobilizar forças para pautas positivas (Sergio Viula, escritor e blogueiro, em entrevista à autora, em 4/10/2013 – grifo adicionado).

O processo de consolidação da Aliança Nacional como um espaço de luta contra a homofobia e pelo reconhecimento de direitos da população LGBT tem início em 2011, com o crescente intercâmbio entre militantes, ativistas e os novos atores recém-incorporados. A ampliação da base aliada “qualificou o nosso debate, qualificou nossas ações, a gente ficou mais bem preparado [...]” (Beto Paes, secretário Regional Norte da ABGLT, em entrevista à autora, em 1/10/2013). Em 2012, a rede⁶⁸ apresenta claros sinais de consolidação refletidos na relativa estabilização do número de integrantes e no crescimento das participações.

Contudo, observamos rotineiramente pequenas oscilações no número de participantes entre 2012 e 2013 (871, 887, 884, 882 etc.). Esse aspecto reflete a própria complexidade da dinâmica das redes sociais, nem sempre evolutiva, linear e constante (AGUIAR, 2008b). O ganho ou a perda de nós (membros) não altera a identidade da rede, de forma semelhante ao que acontece com a dinâmica de uma roda de ciranda: “[...] se o espaço em torno é pequeno, as pessoas se apertam, e a roda encolhe; se quer acolher alguém ou algo dentro dela, alarga-se; se alguém quer entrar na roda, é só trocar as mãos dadas entre quem chega e quem já está; se sai, basta religar-se com quem fica” (Ibid., p. 17).

3.2 A ação em rede dos ativistas anti-homofobia na Internet

A rede social objeto deste estudo opera via grupo de discussão (*newsgroup*) do *Yahoo! Grupos*, um serviço de comunicação disponível na Internet que inclui uma lista de correio eletrônico e um fórum. As mensagens podem ser postadas e lidas por e-mail ou na própria página do *newsgroup*, com a possibilidade de compartilhamento de conteúdos variados nos mais distintos formatos. Esse serviço é destinado a comunidades, organizações e pessoas com

⁶⁸ Os termos “a rede”, “o grupo”, “a lista” e “*newsgroup*” estão sendo utilizados neste capítulo de forma intercambiável para se referir ao ambiente de comunicação eletrônica da Aliança Nacional LGBT na plataforma do *Yahoo! Grupos*. Ressalta-se, ainda, que embora atue como um braço da ABGLT, a Aliança conta também com participantes não filiados à associação.

interesses comuns. Por permitir a tematização de debates, a troca de opiniões, ideias e argumentos, a disseminação de informações e a rápida mobilização em torno de demandas de *advocacy* e ações coletivas, essa ferramenta de interação mediada é especialmente útil para o engajamento político de atores críticos da sociedade civil.

Figura 1 - Página de abertura do grupo Aliança Nacional até 2013

The screenshot shows the Yahoo! Groups interface for the 'Aliança Nacional LGBT' group. The header includes the group name and a 'PUBLICIDADE' banner for Vanish detergent. The main content area is divided into sections: 'Início' (Start), 'Atividade nos últimos 7 dias' (Activity in the last 7 days), 'Descrição' (Description), and 'Endereços de e-mail do grupo' (Group email addresses). The description text discusses the group's goals and lists several national policies and programs. A photo of a group of people is positioned to the right of the description text. The bottom of the page features a search bar and navigation links.

Fonte: <<http://br.groups.yahoo.com/group/aliancanacionallgbt/>>

Em dezembro de 2013, o *Yahoo! Grupos* reestruturou o site que hospeda os grupos com o objetivo de criar uma interface mais simplificada, melhorar a navegabilidade e a visualização⁶⁹. A página de abertura da lista de discussão da rede LGBT passou a contar com duas opções de imagem (Figura 2): uma em destaque na parte superior e a outra, como era antes, do lado direito da descrição do grupo. A referência ao Art. 19 da Constituição na imagem de abertura demonstra a crescente importância que a defesa da laicidade do Estado tem adquirido nas lutas anti-homofobia, sobretudo a partir do polêmico cancelamento do material do Projeto Escola sem Homofobia (ver Capítulo 1).

A foto que ilustrava a página de abertura no *layout* anterior (Figura 1) acabou sendo deslocada para a lateral direita do texto de descrição do grupo (Figura 2). Esta nova página foi dividida em três barras de navegação: a superior contém a ferramenta de buscas, a identificação do usuário ativo (*online*), o link para envio de e-mail e um ícone de acesso às configurações; a lateral esquerda contém as ferramentas de gerenciamentos e regras de uso dos grupos; e a barra central remete às seções “conversas”, “fotos”, “arquivos”, “mais” (que direciona para anexos, eventos, votações, *links* e banco de dados), “sobre” (que remete para a

⁶⁹ <http://yahoogruposbr.tumblr.com/post/69598004702/mudancas-no-yahoo-grupos>

descrição do *newsgroup*) e “associação”, onde aparece o nome e o e-mail do integrante, além da opção de sair da lista. A visualização dos conteúdos clicados é feita na área central.

Figura 2 - Página de abertura a partir de 2014, com barras de navegação em destaque

The screenshot shows the Yahoo! Grupos interface for the 'Aliança Nacional LGBT' group. At the top, there is a search bar and navigation buttons. The main header features a large banner with the text 'Art. 19 da Constituição, resumo: O BRASIL É LAICO!' and the group name 'Aliança Nacional LGBT'. Below this, there are navigation tabs for 'Conversas', 'Fotos', 'Arquivos', and 'Mais'. The 'Sobre o grupo' section displays statistics for the last 7 days: -1 new members, 131 new messages, and 0 new photos. The 'Descrição do grupo' section provides a detailed overview of the group's mission and activities, accompanied by a group photo. A sidebar on the left offers various group management options, and a right sidebar contains a Marisa advertisement for shoes.

Fonte: <<http://br.groups.yahoo.com/group/aliancanacionallgb/>>

A seção “sobre” remete ao texto de descrição do grupo, acima da qual aparece em destaque os números de novos membros, mensagens e fotos que circularam na última semana. Por último, há uma tabela com o histórico de mensagens trocadas mês/ano, que se revelou um recurso especialmente útil para entender a dinâmica da rede, mapear os períodos mais ativos e direcionar as análises preliminares. No canto direito há sempre uma publicidade no formato *banner*, que pode ser um vídeo ou foto, e na mesma direção, no rodapé, encontra-se uma seta que remete para o cabeçalho. O *newsgroup* pode ser acessado também por smartphone, tablet ou qualquer outro dispositivo móvel.

O ambiente de comunicação da rede tem como base uma estrutura formada por tópicos e mensagens. O tópico é o e-mail sobre um tema específico enviado por qualquer um dos participantes para a lista, cujas respostas (mensagens) são automaticamente socializadas para

os demais, dentro do mesmo tópico. Por isso, a grande novidade do novo *layout* da página do grupo para os propósitos desta pesquisa foi a recomposição dos tópicos e mensagens dentro da seção “conversas” (Figura 3), que incluiu a opção “tendência”, cuja função é listar os tópicos com mais mensagens nos últimos dias do mês vigente.

Figura 3 - Página da seção “conversas” com a listagem dos tópicos e mensagens



Fonte: <<http://br.groups.yahoo.com/group/aliancanacionallgb/>>

O ambiente de comunicação é relativamente livre. Embora o grupo seja gerenciado por um “moderador”, que tem permissão para inserir e excluir membros, assim como autorizar pedidos de inscrição, não há restrições para a postagem de tópicos e mensagens ou constrangimentos para a troca de conteúdos e de opiniões divergentes, e nem para exercício da crítica. A única exigência no processo de moderação é que se mantenha o tom respeitoso durante a condução dos debates. Contudo, os participantes mais ativos, por sua fluência política e argumentativa, acabam monopolizando a maior parte das discussões. Por isso, cabe ao moderador exercer o papel de animador⁷⁰ da rede.

O animador costuma participar ativamente da troca de mensagens e abrir novos tópicos, em geral sobre temas candentes, informações estratégicas ou questões que possam servir para qualificar e instrumentalizar os ativistas, militantes e apoiadores. Os títulos dos tópicos procuram ser atrativos e impactantes e há uma preocupação em traduzir textos escritos em outros idiomas, normalmente repassados por representantes de entidades e organismos internacionais ou publicados em portais de notícia do exterior.

As condições para ingresso de novos participantes na lista são flexíveis e extremamente informais. A base inicial de ingressantes tem origem no banco de dados dos

⁷⁰ Os animadores de uma rede procuram superar as barreiras de comunicação dos participantes ao facilitar o fluxo de mensagens sempre que identificam ruídos no processo comunicativo. “Além disso, têm de lidar com eventuais falas dissonantes e/ou elementos desagregadores que possam perturbar a dinâmica da rede” (AGUIAR, 2008b, p. 17).

associados às ONGs afiliadas à ABGLT, em um processo retroalimentado ao longo do tempo, à medida que mais entidades vêm se filiando. As demandas de novas inscrições são variadas. Os pedidos podem vir de membros de organizações não filiadas, atraídos pela proposta do grupo de se fazer uma aliança com diversos setores da sociedade ou de qualquer interessado - seja diretamente ou por intermédio de outrem - em compartilhar informações, trocar experiências ou aderir às causas defendidas pela ABGLT e pelo movimento LGBT.

Em algumas situações, o próprio animador toma a iniciativa de inserir pessoas das mais diversas procedências, desde que tenham demonstrado alguma afinidade com a questão LGBT, independente da orientação sexual. Isso aconteceu com esta pesquisadora quando, ainda no primeiro contato com a presidência da associação, na fase da definição do objeto empírico, passou a receber, em julho de 2012, os e-mails que circulavam na lista. Com isso, foi possível perceber que ali estava constituída a rede em plena atividade. Alguns desses aspectos estão sintetizados no depoimento abaixo:

Primeiro, uma das questões é que seja uma pessoa que queira colaborar com a conquista dos direitos humanos, não importando a orientação sexual. Isso foi uma evolução da ABGLT, porque inicialmente nós só queríamos pessoas que fossem assumidamente LGBT. Mas hoje na rede nós temos várias pessoas que são heterossexuais, desde que queiram atuar, colaborar e compartilhar informações que ajudem a construir a cidadania plena para a comunidade LGBT e que, principalmente, tenham respeito às opiniões dos outros. Um dos critérios para exclusão – acho que teve uma ou duas pessoas que foram excluídas – são pessoas agressivas e que não respeitam a opinião do outro. É uma das questões que não consigo tolerar: o desrespeito à opinião do outro, porque, mesmo que ela seja contrária, vai ter que argumentar, mas o desrespeito, ou baixar o nível, não. Eu participo de outras listas em que o nível é muito baixo, muitas vezes as pessoas se atacam. Na Aliança Nacional LGBT, nós procuramos manter um nível de discussão alto (Toni Reis, secretário de Educação da ABGLT e moderador do grupo, em entrevista à autora, em 15/08/2013).

A fala do animador é reiterada no trecho da entrevista a seguir:

Cheguei ao grupo de discussão “Aliança Nacional LGBT” quando ele já estava consolidado como espaço precioso de troca de ideias e de mobilização social. Comparado a outro grupo de discussão do qual já participei, considero os debates travados no grupo da Aliança muito maduros e se dão em um nível bastante proveitoso, com resultados efetivos justamente porque eventuais conflitos são bem administrados. [...] (Gésner Braga de Araújo Júnior, membro do Comitê Desportivo LGBT - seção Bahia e filiado ao Fórum Baiano LGBT, em entrevista à autora, em 31/08/2013).

Durante a etapa inicial de levantamento e sistematização do material da pesquisa, entre agosto de 2012 e março de 2013, nos deparamos com limitações da ferramenta do *Yahoo! Grupos* que dificultaram o processo de coleta de dados e, para nossa frustração, não foram minimizadas com a reestruturação da página. Isso nos obrigou a empreender uma série de procedimentos-teste na tentativa de selecionar de forma adequada os tópicos mais relevantes

para a análise e readaptar os critérios para definição do *corpus*⁷¹. A principal dificuldade surgiu quando descobrimos que o sistema não oferecia a opção de busca por palavra-chave para tópicos nem para determinados períodos de mês/ano, o que exigiu um esforço muito maior de apuração, num universo de **25.345** mensagens trocadas entre 2010 e 2013⁷².

Esse problema acontece porque a ferramenta de busca por palavra-chave sempre remete a todas as mensagens que circularam no grupo, da data em que ficou ativo até o período corrente. A opção de busca avançada não é confiável e apresenta inúmeras falhas: pode tanto listar as mensagens num intervalo de tempo maior do que o período selecionado, quanto considerar apenas a data de início, em detrimento da data final selecionada. Essa mesma falha ocorre ao tentarmos levantar a quantidade de mensagens sobre determinado assunto em dado período. Além disso, o sistema gera estatísticas muito elementares para se aprofundar o mapeamento do histórico de participações, o que inviabiliza ou restringe boa parte da análise quantitativa, obrigando a operações manuais numa gigantesca base de dados.

A participação no grupo é extremamente pulverizada. Embora a troca média de mensagens/ano seja em torno de 7,8 mil, os tópicos com maior participação mobilizaram entre 10 e 30 mensagens no período pesquisado. O grande volume de mensagens se dispersa sobre uma diversidade enorme de temáticas (abordadas em novos tópicos), que priorizam questões: político-institucionais (iniciativas e decisões parlamentares, governamentais e judiciárias); midiáticas (conteúdos divulgados por jornais, portais de notícia, novelas, programas de TV, celebridades, mídias sociais); mobilizadoras (atos, protestos, ocupações, petições públicas); antiviolença (práticas, declarações e crimes homofóbicos); emocionais (desabafos, pedidos de ajuda, relatos pessoais); promocionais (divulgação de livros, eventos, filmes, sites).

Por outro lado, há uma concentração dos participantes mais ativos. Dos 881 membros da rede, apenas 15 podem ser considerados interativos de fato (abrem e comentam tópicos diariamente, a cada dois dias e/ou semanalmente), caracterizando-se por dois grandes eixos de atuação: os ativistas e militantes mais orgânicos, ligados à ABGLT e/ou outras organizações representativas do movimento LGBT; e os ativistas independentes e/ou ocasionais, que atuam de forma autônoma e espontânea, usando como instrumento prioritário as ferramentas digitais disponíveis em plataformas fixas e móveis. Todos esses aspectos elencados acima explicam um possível descompasso entre o total de mensagens trocadas e os tópicos mais representativos selecionados para a análise.

⁷¹ Diz respeito à seleção do material a ser submetido à análise, tomando como base os tipos de documentos e conteúdos que são capazes de fornecer informações sobre o problema levantado (Bardin, 1977).

⁷² Informação coletada com base no histórico de mensagens por mês/ano do *Yahoo! Grupos*.

Essa concentração das interações é um traço peculiar das redes eletrônicas em geral. Os graus de participação dependem de uma série de fatores, como o interesse dos integrantes na temática em foco e nos conteúdos que nela circulam; o fluxo de informações que estimulem a troca de mensagens e o envio de tópicos; as ações comunicativas que propiciem os processos interativos; as dificuldades e facilidades dos participantes para lidar com os meios e recursos de interação (competências técnicas e linguísticas, aspectos culturais, referenciais de mundo compartilhados etc.) entre outros incentivos e obstáculos que dinamizam as relações (AGUIAR, 2008b, p. 17).

3.2.1 Escolha do *corpus*

A imensa quantidade de dados heterogêneos e dispersos na rede exigiu um levantamento exploratório inicial complementado pela aplicação de filtros para a definição do recorte desta pesquisa. O recurso de busca por palavras-chave associadas ao ativismo anti-homofobia recuperou milhares de mensagens que sinalizaram as principais questões recorrentes: conflitos com autoridades, celebridades, religiosos, veículos noticiosos e instituições da mídia; articulações para aprovação, rejeição e implementação de projetos e de políticas; casos de violência, discriminação e preconceito; denúncias de conteúdos ou declarações homofóbicas em sites, mídias sociais, livros, músicas e vídeos; mobilização e divulgação de paradas, marchas, congressos, palestras, seminários e eventos correlatos.

Essas impressões preliminares foram confrontadas com o histórico de troca de mensagens fornecido pelo sistema do *Yahoo! Grupos* (Tabela 2). Na comparação, observamos que as disputas político-institucionais com o governo federal e o Congresso Nacional coincidiam com os picos de atividade dentro da rede. Por outro lado, as disputas midiáticas eram constantes e estavam diluídas por toda a comunicação estabelecida ao longo dos meses.

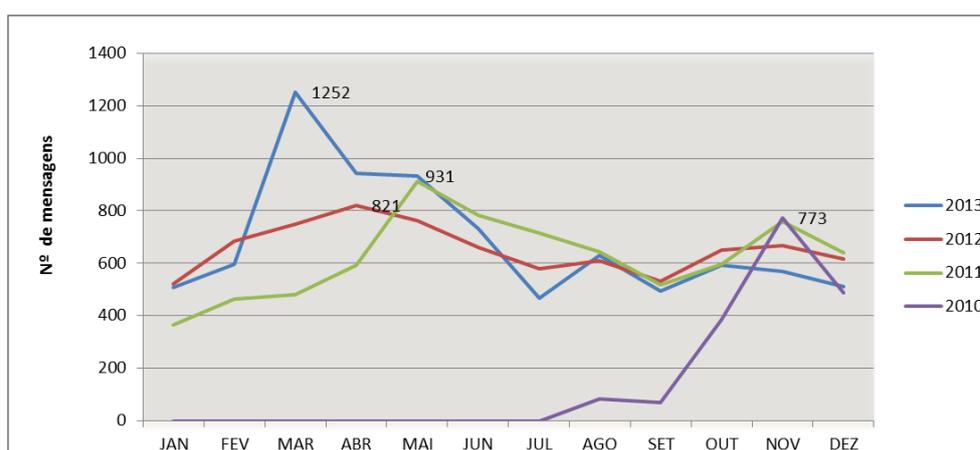
Tabela 2: Histórico de mensagens trocadas no grupo entre AGO/2010 e JAN/2013

MÊS/ ANO	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	TOTAL
2013	508	595	1252	941	931	731	468	630	495	594	569	512	8.226
2012	523	684	748	821	764	662	578	611	531	649	668	615	7.854
2011	367	464	480	593	912	782	715	644	517	595	759	640	7.468
2010	0	0	0	0	0	0	0	82	69	387	773	486	1.797
TOTAL GERAL													25.345

Fonte: elaborado pela autora com base em dados gerados pelo *Yahoo! Groups*.

Na Tabela 2 observamos uma troca média de mensagens/mês em torno de 620 durante toda a trajetória do grupo, cuja atividade cresce acentuadamente quando o número ultrapassa 700/mês. Essa movimentação atípica dentro da rede se reflete em três intervalos com grandes picos de participação (maio a julho de 2011; março a maio de 2012; e março a junho de 2013), e em mais dois picos isolados em novembro de 2010 e 2011. O cruzamento dessas tendências ofereceu o subsídio necessário para apontar quais períodos deveriam merecer uma atenção mais detalhada neste estudo e contribuiu para atenuar o problema das limitações da ferramenta agravado pelo grande volume de conteúdo. A partir daí, o passo seguinte foi verificar que fatos, assuntos ou questões, isoladamente ou conjuntamente, motivaram esse aumento significativo do volume de mensagens (Gráfico 1). Feito isso, estabelecemos os parâmetros basilares para selecionar os casos alvo de análise.

Gráfico 1 - Linha de tendência de troca de mensagens mês/ano



Fonte: elaborado pela autora com base em dados gerados pelo *Yahoo Groups*.

O primeiro intervalo coincide com o cancelamento do material do Projeto Escola Sem Homofobia, em maio de 2011, após o governo ceder às pressões da bancada evangélica. A polêmica demarcou o engessamento do recém-construído processo de implantação de políticas afirmativas pró-LGBT e o acirramento das tensões entre o movimento e o setor evangélico, tendo se refletido em intensos debates no grupo, acompanhados de mobilizações nos meses subsequentes para tentar dissuadir a presidente Dilma Rousseff. Em junho, outro fato contribuiu para o aumento significativo da atividade dentro da rede: o acompanhamento dos bastidores da queda de braço no Senado entre defensores da aprovação e do arquivamento do projeto que criminaliza a homofobia (PLC 122/2006).

O segundo intervalo está correlacionado a três acontecimentos: as convocações para a III Marcha Nacional contra a Homofobia, realizada no dia 16/05/2012, em Brasília; as

articulações em torno de uma audiência pública no Senado para discutir o PLC 122, no mesmo mês; e a reação do movimento à audiência pública promovida em junho pela bancada evangélica na Câmara dos Deputados para discutir o Projeto de Decreto Legislativo (PDC 234/2011) conhecido como “Cura Gay”, que pretendia alterar a Resolução 01/99 do Conselho Federal de Psicologia (CFP) para permitir a psicólogos “tratar” a homossexualidade.

O terceiro intervalo tem ligação direta com as controvérsias envolvendo a eleição do deputado-pastor Marco Feliciano (PSC-SP) para a presidência da Comissão de Direitos Humanos e Minorias da Câmara (CDHM), que iniciaram em março e se estenderam até maio de 2013, seguidas em junho da aprovação, nesta mesma comissão, do PDC 234/2011. Embora pouco ativo, incluímos o início do mês de julho na análise porque, em função da forte reação popular, o projeto acabou sendo retirado de pauta, reapresentado em seguida com nova redação (PDC 993/2013) e finalmente devolvido pela presidência da Câmara, até ser arquivado em definitivo.

Os dois picos isolados foram motivados por vários acontecimentos distintos que, somados, geraram uma movimentação acima da média no grupo. Em novembro de 2010 podemos destacar o rescaldo da eleição presidencial que levou Dilma Rousseff ao poder e da Parada de Orgulho LGBT do Rio de Janeiro; diversos casos de situações, declarações e práticas homofóbicas (em programas de TV e noticiários jornalísticos, espaços públicos e instituições como universidade, Exército e parlamento); e a repercussão em torno do senso do IBGE e da prova do Enem, que incluíram nas suas pautas, respectivamente, as uniões homoafetivas e o problema da homofobia.

Em novembro de 2011, as trocas de mensagens foram intensificadas pelos sucessivos confrontos entre o pastor Silas Malafaia, que tem um programa televisivo retransmitido em várias emissoras do Brasil e dos EUA e se notabilizou pelas declarações polêmicas contra a comunidade LGBT, e o ativista Toni Reis, então presidente (até 25/01/2013) e atual secretário de Educação da ABGLT. Também tiveram destaque os conteúdos homofóbicos veiculados na grande mídia, em sites, blogs e mídias sociais envolvendo artistas, jornalistas, comunicadores, políticos, religiosos e cidadãos isolados e uma sequência de casos de violência homofóbica em São Paulo.

Determinadas temáticas permaneceram como alvo de interesse no grupo ano após ano, de modo a aparecerem e reaparecerem a cada fato novo. Integram essa trajetória cíclica os projetos PLC 122/2006 e PDC 234/2011, questões midiáticas diversas e os conflitos com personalidades religiosas, como o pastor Silas Malafaia e a “psicóloga cristã” Marisa Lobo, e

parlamentares conservadores como os deputados Jair Bolsonaro, Marco Feliciano e João Campos. Esses aspectos observados no decorrer das análises exploratórias ajudaram a identificar os dois eixos paradigmáticos norteadores do ativismo dentro da rede: antagonismo político-institucional (embates com a bancada evangélica e o governo); e antagonismo midiático (embates com a chamada grande mídia e celebridades midiáticas).

Os embates político-institucionais tiveram ampla repercussão, tanto na mídia generalista quanto nas mídias sociais, e se refletiram na polarização dos debates, comentários, informações e mobilizações dentro do grupo nos meses que se sucederam. Como sua resolutividade é mais complexa em função de aspectos de ordem política, em geral são referenciados em casos que se repetem ao longo dos anos. Já os embates midiáticos, embora também gerem intensa mobilização entre os participantes e repercutam nas mais diversas mídias, são mais episódicos: seu desfecho se dá de maneira rápida e as intervenções são mais localizadas e pontuais, o que faz com que a participação não se traduza em grande concentração de mensagens num dado mês e seja alimentada sempre por casos diferentes.

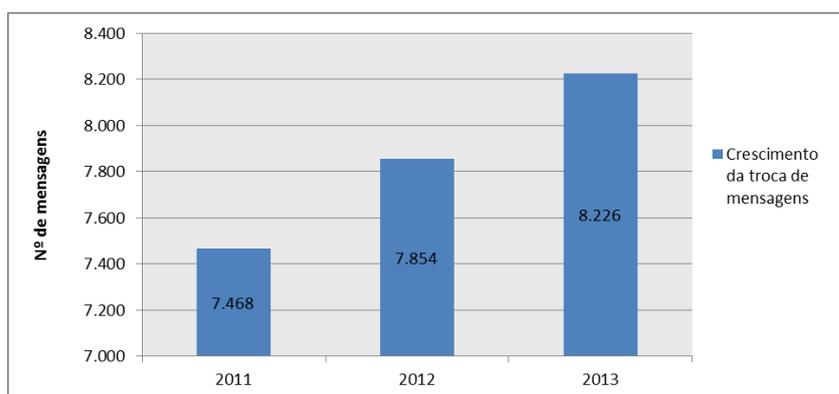
Podemos destacar como antagonismos midiáticos relevantes da rede as reações contra as declarações homofóbicas de uma repórter da TV Anhanguera (afiliada da Rede Globo de Goiás), ao associar a homossexualidade à pedofilia durante exibição de matéria em novembro de 2011, o que motivou um pedido de desculpas da emissora; e da cantora Joelma, vocalista da Banda Calypso, ao afirmar em entrevista à revista *Época*, em março de 2013, que os gays quando buscam a reconversão são como “drogados tentando se recuperar”. Antes, em agosto de 2012, já havia circulado no YouTube um vídeo em que a cantora aparece aconselhando um fã a se converter, “virar homem”, casar, ter filhos e dar orgulho à família. Nas duas ocasiões, houve retratação pública.

Outras questões midiáticas que geram intensa mobilização na rede dizem respeito à veiculação de conteúdos homofóbicos em espaços publicitários e editoriais. Os casos mais representativos identificados no decorrer da análise foram as reações ao comercial televisivo da cerveja Nova Schin, em maio de 2012, em que um travesti é ridicularizado e discriminado; ao anúncio do jornal *Folha de Pernambuco*, em setembro de 2012, que iguala a homossexualidade à pedofilia, exploração sexual de menores e turismo sexual; e ao artigo publicado na revista *Veja*, em novembro de 2012, em que o articulista compara as uniões homoafetivas à zoofilia e ao incesto.

Para superar o problema da vastidão de dados, representada pelo acumulado de **25.345** mensagens, como dito acima, resolvemos focar a análise desta pesquisa nos anos de 2012 e

2013. Nesse período, a rede apresenta sinais de consolidação com a estabilização do número de integrantes, com variações em torno de 870 a 880, como mostraram as consultas permanentes realizadas por esta pesquisadora a partir de julho de 2012. Além disso, houve um crescimento de 10,15% do número total de mensagens de 2011 a 2013 (ver Gráfico 2) e dois fatos geradores de intensa participação acabaram convergindo, em junho de 2013, durante a onda de protestos na Copa das Confederações: a eleição de Feliciano para a presidência da CDHM e a aprovação do projeto da “Cura Gay” nesta mesma comissão.

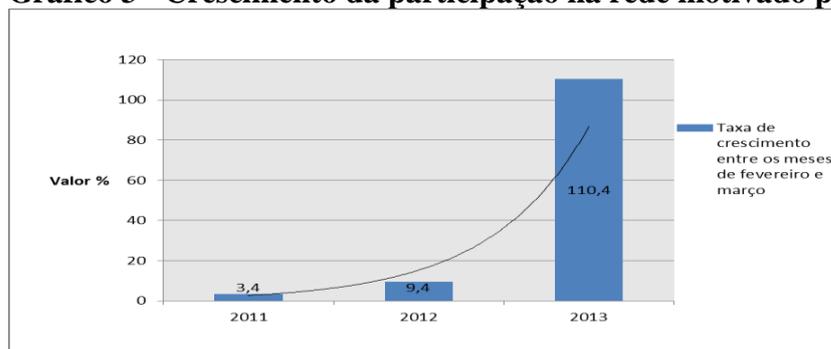
Gráfico 2 - Trajetória anual de crescimento das participações na rede



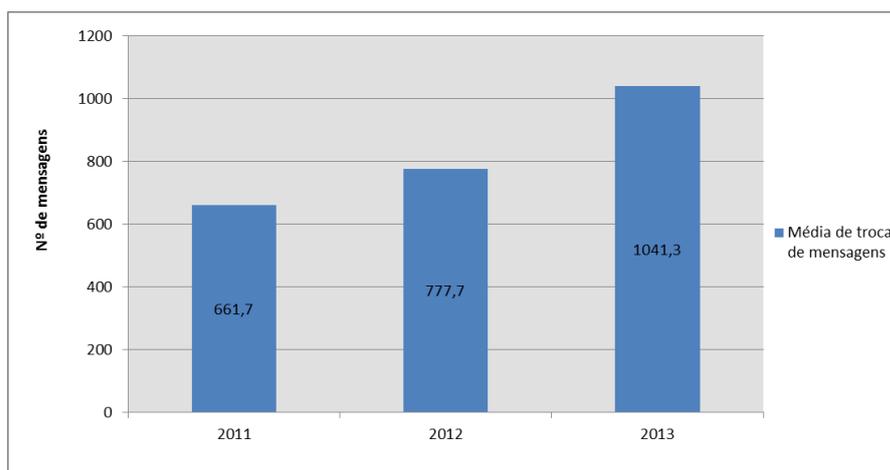
Fonte: elaborado pela autora com base em dados gerados pelo *Yahoo Groups*.

As manifestações contra Marco Feliciano bateram recorde de troca de mensagens durante três meses consecutivos em 2013. No mês de março, em particular, quando o deputado havia acabado de ser eleito presidente da comissão, houve uma explosão de crescimento de **110,4%** em relação ao mês anterior. Na comparação com o mesmo período dos anos de 2012 e 2011, esse crescimento foi de 9,4% e 3,4%, respectivamente, sendo que março de 2012 também coincide com um período de pico em relação à média histórica de participação na rede. O impacto desse caso foi tamanho que conseguiu fazer com que a média de troca de mensagens entre março e maio de 2013 superasse o mesmo período dos anos anteriores, alavancando o crescimento daquele ano (Gráficos 3 e 4).

Gráfico 3 - Crescimento da participação na rede motivado pelo caso Feliciano



Fonte: elaborado pela autora com base em dados gerados pelo *Yahoo Groups*.

Gráfico 4 - Crescimento médio anual da troca de mensagens entre março e maio

Fonte: elaborado pela autora com base em dados gerados pelo *Yahoo Groups*.

Diante do exposto, definimos o *corpus* a partir de quatro acontecimentos sintomáticos do ativismo anti-homofobia na rede: os casos “Fora Feliciano e “Cura Gay” (antagonismo político-institucional: embates com a bancada evangélica); e os casos “Revista Veja” e “Folha de Pernambuco” (antagonismo midiático: embates com a mídia tradicional). Todos esses embates cumpriram os critérios de seleção estabelecidos neste estudo: geraram intensa discussão e mobilização entre os membros do grupo e repercutiram em veículos jornalísticos, sites, blogs e demais mídias sociais. Vale ressaltar, como explicado anteriormente, que as questões midiáticas dizem respeito a fatos novos que se sucedem ao longo dos meses por apresentarem peculiaridades como alto grau de resolutividade prática.

3.2.2 Procedimentos metodológicos

Embora o presente estudo se debruce sobre uma rede social na Internet, fizemos a opção metodológica de não utilizar as ferramentas tradicionais de Análise de Redes Sociais (ARS). Marcada por um viés predominantemente estruturalista, funcionalista e egocentrado e orientada pelas “sociabilidades observáveis na vida cotidiana, a partir de papéis, funções e estruturas objetiváveis”, a ARS “encontra no mundo virtual situações para as quais seus referenciais teóricos e metodológicos não possuem força descritiva nem explicativa suficiente” (AGUIAR, 2008a, p. 14).

Dezenas de programas de computador criados na última década permitem obter representações gráficas da estrutura da rede, a partir do mapeamento das ligações entre os nós e dos tipos de interação em determinado momento e contexto. Mas não conseguem dar conta dos processos de “enredamento”, das características qualitativas que diferenciam os vínculos e dos fatores que influenciam as dinâmicas das redes. Pesquisas mais recentes, desenvolvidas sobretudo na Espanha e na América Latina, vêm apontando novas possibilidades de observação das redes sociais a partir dos seus “conjuntos de ações” e do seu processo de desenvolvimento em um dado contexto sócio-histórico (AGUIAR, 2008b, p.18).

A dinâmica dos movimentos sociais que atuam na Internet, articulados em redes cujos nós nem sempre são indivíduos, mas “representações” de um coletivo (AGUIAR, 2008a, p. 2), gera novos dados relacionais e alterações discursivas que exigem a revisão de métodos de investigação e modelos de análise. Nessa perspectiva, o espaço virtual, como unidade de observação espaço-temporal diferenciado, é entendido como um “campo” de relações socioculturais geradas pelas interações mediadas, que compreendem as questões políticas, sociais e econômicas decorrentes das ações que emanam desses atores coletivos. Esse novo conceito de campo deve focar os fluxos e as conexões em detrimento da localização e dos demais limites tradicionais como princípios organizadores (VILLEGAS, 2009; HINE, 2004).

Diante da complexidade do objeto, que apresenta múltiplas dimensões, processos contínuos e peculiaridades metodológico-conceituais, optamos por trabalhar com a combinação de duas metodologias associadas: a análise de conteúdo (BARDIN, 1977) e a etnografia virtual (HINE, 2004). A partir dessa abordagem complementar, acreditamos reunir as condições necessárias para compreender os fluxos de comunicação e as interações que expressam o ativismo praticado na rede LGBT, nas esferas *online* e *off-line*. Os métodos de investigação propostos aqui foram no sentido de possibilitar a observação das formas organizativas e comportamentos sob uma perspectiva qualitativa e interdisciplinar.

A análise de conteúdo foi especialmente útil na fase de análise exploratória, ocorrida entre julho de 2012 e março de 2013. Nesse período foi possível ordenar o grande volume de conteúdos dispersos, obter informações estratégicas para sistematizar as ideias iniciais, melhorar a formulação das hipóteses e dos objetivos e ter uma compreensão geral da dinâmica, dos acontecimentos e dos embates no grupo de discussão. Posteriormente, entre maio e julho de 2013, aprimoramos as observações iniciais e constatamos a prevalência de dois grandes eixos paradigmáticos norteadores do ativismo na rede, que dizem respeito ao antagonismo político-institucional e midiático, mencionados acima.

Nesse mesmo período, definimos os casos emblemáticos do ativismo anti-homofobia entre os anos 2012 e 2013 e os critérios para seleção do *corpus* (maior número de participações e visibilidade midiática); separamos os tópicos mais participativos e/ou que geraram maior repercussão na mídia; propusemos uma categorização das ações ativistas que acontecem na rede; classificamos esses tópicos a partir do conteúdo das mensagens enviadas e da intensidade de debate gerado; e identificamos as lideranças a serem entrevistadas para a complementação desta pesquisa.

As análises se detiveram nos mais variados conteúdos que circulam nos e-mails (comentários, vídeos, fotos, ofícios, petições, notas oficiais, moções, artigos, matérias etc.). Diante da vastidão e da heterogeneidade do material disponível, optamos pelas regras de representatividade, que viabilizam a definição de uma amostragem como parte representativa do universo total, a partir de critérios qualitativos e de pertinência (BARDIN, 1977). Na tentativa de verificar se as interações entre o ativismo *online* e *off-line* possibilitaram avanços em termos de ações concretas para a causa anti-homofobia, elaboramos indicadores dos aspectos que pretendemos confirmar ou refutar (Ibid.).

Os pilares da análise de conteúdo, segundo Bardin (1977), estão nas fases de preparação do material, dedução e interpretação, com base em operações de categorização e desmembramento do texto em unidades capazes de revelar os núcleos de sentido simbólico e latente da comunicação, assim como possibilitar a interpretação e a compreensão do implícito, para além dos significados imediatos das comunicações. Como os sentidos nem sempre são manifestos ou apresentam um significado específico, essa técnica de investigação é maleável e adaptável a diferentes perspectivas, de modo a revelar os múltiplos significados de uma mensagem (Ibid.).

Os critérios de classificação do objeto foram definidos “a partir do que se procura ou pretende encontrar”, como afirma Bardin (1977, p. 39) ao explicar a técnica de análise categorial. Observamos as causas, os antecedentes e o contexto das mensagens, ou seja, quais as condições de produção dos textos gerados a partir da abertura de um novo tópico. A técnica de codificação, a partir das unidades de registro, categorização e contagem frequencial (Ibid.), foi de grande utilidade para indicar as posições nas lutas no campo da homofobia. Os recortes no nível semântico (tema, palavras-chave, categorias de palavras e unidades linguísticas, tais como enunciados, proposições e sintagmas) facilitaram estudar as motivações de opiniões, atitudes, tendências etc. que circulam dentro da rede.

Embora este estudo seja prioritariamente qualitativo, foi possível cruzar alguns dados coletados para estabelecer quadros de resultados e figuras que sintetizam e destacam as informações fornecidas pela análise, especialmente úteis na delimitação do recorte e do *corpus*. Na fase de codificação do material, quando os dados brutos são transformados sistematicamente e agregados em unidades, as quais permitem uma descrição exata das características pertinentes do conteúdo (BARDIN, 1977), estabelecemos as regras, normas e preceitos para dar tratamento ao *corpus*. A partir daí, fizemos a análise e a interpretação dos resultados obtidos.

O aspecto qualitativo da análise de conteúdo, notadamente mais heurístico e intuitivo, apresenta um caráter mais maleável e adaptável a índices não previstos, ou à evolução das hipóteses (BARDIN, 1977, p. 140-143). À medida que essa técnica de investigação é utilizada como instrumento de diagnóstico, de modo que se possam levar a cabo inferências específicas ou interpretações causais sobre um dado aspecto da orientação comportamental e da condução da ação dos integrantes da rede, o seu procedimento vai além do aspecto quantitativo. A vantagem desse viés mais qualitativo é sua adaptabilidade a outros procedimentos metodológicos, como a etnografia virtual.

Os procedimentos de base etnográfica apresentam-se especialmente úteis para esta investigação por possibilitar a observação das ações, das formas organizativas e dos comportamentos em uma perspectiva qualitativa, dinâmica e interdisciplinar. Voltada para a análise de “pessoas em grupos organizados, duradouros, que podem ser chamados de comunidades ou sociedades” (ANGROSINO, 2009, p. 16), os recursos oferecidos pela etnografia podem ser de grande valia para a compreensão dos fluxos comunicativos e informativos, assim como das interações estabelecidas dentro de redes digitais, desde que adaptados às peculiaridades desse meio.

Portanto, essa metodologia é particularmente válida para o estudo de experiências de redes sociais constituídas nas lutas sociopolíticas do “mundo real” que utilizam a Internet como um ambiente de interação e/ou um espaço público complementar (AGUIAR, 2008a).

Diferentemente das redes sociais de indivíduos, construídas a partir de referenciais egocentrados, as redes de ONGs e movimentos sociais são formas organizativas fomentadas por pessoas que articulam entidades da sociedade civil em torno de ideias, interesses, necessidades e/ou objetivos (estratégicos e táticos) comuns. A condição em que cada indivíduo participa de uma articulação (representando um projeto institucional, agindo com autonomia no interesse de outrem ou em seu próprio interesse) certamente influi qualitativamente na dinâmica da rede. (AGUIAR, 2008a, p.13)

Como a introdução das novas tecnologias de informação e comunicação em todos os âmbitos da vida cotidiana, surge um novo ambiente para a produção da cultura, com reflexos significativos nas relações espaço-temporais e nos processos interativos. Essas transformações têm obrigado alguns teóricos a rever métodos de investigação, redimensionar modelos de análise e adaptar conceitos, na tentativa de compreender as relações sociais mediadas pelas tecnologias digitais, cujo principal expoente na atualidade é a Internet. A etnografia virtual vem ao encontro dessa busca por caminhos adaptativos para uma análise na e sobre a rede de computadores (HINE, 2004).

Ainda que a diversidade de terminologias na literatura especializada – ciberetnografia, etnografia do ciberespaço, antropologia dos meios, etnografia mediada, etnografia digital (Escobar, 1994; Hakken, 1999; Ardèvol y Vayreda, 2002; Beaulieu, 2004 *apud* VILLEGAS, 2009) - aponte para um campo ainda em construção, as reflexões propostas por Hine apresentam um mapa teórico-conceitual mais do que consistente para estudar as relações sociais *online*. A autora compreende que as comunicações mediadas são espaços onde se estabelecem interações relevantes, constitutivas de uma cultura em si mesma - fato que por si só justificaria a importância de se investigar os usos que as pessoas conferem à tecnologia.

O status da rede de computadores como forma de comunicação, objeto dentro da vida das pessoas e lugar de estabelecimento de comunidades sobrevive através dos usos que se fazem dela (HINE, 2004, p. 80). Nesse sentido, para que a Internet seja entendida como artefato cultural é preciso evitar vê-la como um lugar sem qualquer conexão com a “vida real” ou com a interação face a face, e repensar a relação entre espaço e etnografia. “Más que trascender el tiempo y el espacio, Internet puede ser representada como una instancia de múltiples ordenes espaciales y temporales que cruzan una y otra vez la frontera entre lo online y lo offline”⁷³ (Ibid., p. 21).

Hine desenvolve um conjunto de princípios dentro dos quais ocupa um lugar central a ponderação de que o crescimento das interações mediadas nos convida a reconsiderar a ideia de uma etnografia ligada a algum lugar concreto. Mais do que multi-situada, a etnografia proposta pela autora, fruto da conformação e da reconfiguração do espaço, aparece como “fluida, dinâmica e móvel”, ou seja: o objeto da investigação etnográfica pode ser reformulado para centrar-se nos fluxos e nas conexões como princípios organizadores, libertando-se das amarras da localidade (Ibid., p. 81).

As novas tecnologias de interação permitem que as lideranças alvo da pesquisa apareçam dentro da etnografia e, às vezes, estejam ausentes, do mesmo modo que o etnógrafo pode estar presente ou ausente (HINE, 2009). A tecnologia facilita que essas relações possam mover-se ou manter-se através de diferentes divisões espaciais e temporais. Portanto, todas as formas de interação são etnograficamente válidas, não só as que implicam uma relação face a face. Para a autora, essa etnografia não é só virtual, no sentido de carecer de corpo físico, porque se adapta ao propósito, prático e real, de explorar as relações nas interações mediadas, ainda que não sejam “coisas reais” em termos puristas.

⁷³ “Mais do que transcender o tempo e o espaço, a Internet pode ser representada como uma instância de múltiplas ordens espaciais e temporais que cruzam uma e outra vez a fronteira entre o online e o off-line” (tradução nossa).

Mesmo arraigada a certas bases teórico-práticas que a definem como uma categoria dentro dos estudos etnográficos, a etnografia virtual requer que alguns dos seus conceitos sejam redefinidos com o propósito de adaptá-los às necessidades próprias do entorno ao qual se propõe a analisar. É uma etnografia adaptável segundo as condições que se encontra. “Lo que mantiene la etnografía viva en contexto y relevancia es justamente su adaptación y permanente auto-interrogación”⁷⁴ (HINE, 2004, p. 82-83). Se as tecnologias são apropriadas e interpretadas de formas diferentes, segundo os contextos em que são empregadas, não há sentido de o trabalho do etnógrafo permanecer inalterado ante seus contextos de aplicação (HINE, 2004; VILLEGAS, 2009).

A etnografia virtual implica uma imersão pessoal e intensa na interação mediada (HINE, 2004, p. 82), seja do etnógrafo com os participantes da rede, no caso específico deste estudo, ou com a própria tecnologia, “teniendo cuidado de mantener los códigos de conducta establecidos, así como la subjetividad e intersubjetividad propia de las investigaciones cualitativas”⁷⁵ (VILLEGAS, 2009). Assim, optamos por aplicar ao longo da pré-análise exploratória e da análise do grupo de discussão a técnica de observação participante, que nos possibilitou uma compreensão mais abrangente e detalhada da dinâmica, dos embates e das ações coletivas dentro da rede, assim como a caracterização das mensagens e dos perfis dos integrantes mais ativos.

Após o primeiro acesso às mensagens que circulavam na Aliança Nacional, possibilitado pelo contato feito com a presidência da ABGLT em julho de 2012, adotamos em seguida os procedimentos necessários para inserção na rede: criação de um e-mail específico para a pesquisa e pedido de autorização para uso de informações, realização das entrevistas e inscrição no grupo. Alguns investigadores têm indicado problemas éticos decorrentes dos casos em que é necessário criar uma nova identidade para explorar o meio com liberdade e evitar uma atitude distanciada em relação aos demais participantes, a exemplo dos *chats* (VILLEGAS, 2009) – o que não se aplica a esta pesquisa.

Adotamos ainda a técnica de entrevista semiestruturada como complemento à identificação de padrões comportamentais e de ativismo durante a observação participante. As entrevistas foram realizadas por e-mail ou gravadas via telefone celular, a depender da disponibilidade do entrevistado⁷⁶. Ainda na fase de observação participante foi organizado um

⁷⁴ “O que mantém a etnografia viva em contexto e relevância é justamente sua adaptação e permanente auto-interrogação” (tradução nossa).

⁷⁵ “[...] tendo cuidado de manter os códigos de conduta estabelecidos, assim como a subjetividade e intersubjetividade própria das investigações qualitativas (tradução nossa)”.

⁷⁶ As entrevistas foram gravadas com consentimento expresso dos entrevistados.

guia de entrevista (vide Apêndice A e B) para obter informações que não estavam acessíveis *online* ou ficaram incompletas. Esse recurso é válido para contrastar algumas hipóteses formuladas anteriormente, ou que tenham surgido no decorrer do processo investigativo, tirar dúvidas, checar e complementar dados e impressões, “tomando como base los objetivos principales y el tema de la investigación”⁷⁷ (VILLEGAS, 2009).

O critério para a seleção dos entrevistados levou em conta os dois perfis de ativistas observados, os orgânicos e os inorgânicos. Por isso, resolvermos entrevistar os participantes mais ativos no grupo de discussão (responsáveis pelo maior número de mensagens) e, para obter uma representatividade correspondente ao alcance nacional da rede, incluímos todos os secretários regionais que integram a diretoria da ABGLT, que são vinculados a entidades locais e/ou regionais. Para situar o lugar de fala institucional da associação na Aliança Nacional, entrevistamos o atual presidente, eleito para o quadriênio 2013-2016, e o seu antecessor, que continua na diretoria como secretário de Educação, além de ser o moderador e principal animador da rede.

Ao todo foram realizados 24 contatos (por e-mail, Facebook e/ou telefone), mas apenas 14 lograram êxito (ver relação completa no Apêndice C). Destes, uma entrevista conduzida por e-mail foi descartada porque as respostas eram vagas e insuficientes. Dos secretários das cinco regiões do país, apenas um optou por responder o questionário enviado por e-mail. Os demais, assim como o presidente e o ex-presidente, preferiram realizar as entrevistas gravadas por telefone celular. Houve uma predominância de entrevistados homens gays, mas esse recorte de gênero não foi proposital.

Na verdade, refletiu a própria composição da diretoria regional da ABGLT, que atualmente conta com apenas uma mulher lésbica nos seus quadros e nenhum transgênero (travesti ou transexual); e coincidiu com o fato de apenas duas mulheres lésbicas terem respondido ao questionário, sendo que um foi inutilizado pelas razões expostas acima. Na gestão anterior (2010-2013) havia uma diversidade maior, com a participação, inclusive, de um ativista transexual nos quadros da direção, que, por coincidência, era filiado a uma ONG do Estado de Sergipe.

3.3 O ativismo político da rede LGBT

Como dito anteriormente, os integrantes mais ativos do grupo estão divididos entre os ativistas e militantes mais orgânicos (filiados à ABGLT ou outra entidade) e os inorgânicos

⁷⁷ “[...] tomando como base os objetivos principais e o tema da investigação” (tradução nossa).

(independentes ou ocasionais). No primeiro bloco, o percurso de militância em geral começa no movimento estudantil ou sindical, na luta contra a epidemia de HIV/Aids, no trabalho voluntário nas Paradas de Orgulho Gay ou eventos correlatos, até a adesão à causa LGBT. Entre os entrevistados, a maioria tem curso superior completo, média de idade em torno de 40 anos, filiação partidária no campo progressista e ganha a vida dando aulas ou ocupando cargos no poder público, nas suas regiões de base política⁷⁸. O tempo de trajetória no movimento varia de 10 a 30 anos.

Os relatos a seguir evidenciam as três principais formas de adesão à causa LGBT:

Meu histórico de militância vem do movimento estudantil (UFV e UFBA) onde fiz meus dois cursos. Em 2003 passei a atuar também no movimento LGBT, mais precisamente no movimento de diversidade sexual, recém surgido nas universidades. Em 2004 fui um dos membros fundadores do Kiu! - Coletivo Universitário pela Diversidade Sexual, que existe até hoje. Em 2008, com a fundação da Associação Beco das Cores, passei a atuar diretamente junto à ABGLT (Wesley Francisco da Silva, secretário Regional Nordeste da ABGLT, em entrevista à autora, em 23/08/13).

Eu iniciei em 2000, quando estava estudando na universidade. Tinha uma amiga minha que já frequentava o grupo Arco-Íris e ela me convidou para ser voluntário na organização da I Conferência Internacional de Lésbicas da América-latina e Caribe, que aconteceu na UERJ. E a partir dali eu me aproximei do grupo, gostei da estrutura e comecei a propor algumas ações internas, como passeios ecológicos, ações mais comunitárias. E aí eu fui convidado no ano seguinte a ser secretário do grupo, que é um papel mais administrativo mesmo, ao mesmo tempo em que eu atuava também como voluntário em ações de prevenção das DST/Aids. E aí foi todo um processo gradual de estar ocupando espaço, a partir do momento que eu ia aprendendo a dinâmica do movimento social (Julio Moreira, em entrevista à autora, secretário Regional Sudeste da ABGLT, em 1/11/2013).

Eu iniciei meu ativismo na luta contra a epidemia de HIV e Aids. Sou voluntário há muito tempo do Gapa-Pará, que é o Grupo de Apoio e Prevenção à Aids do Pará. A partir do Gapa-Pará fui convidado para fazer uma oficina no Projeto Somos, inclusive na época em que o coordenador nacional era o Toni Reis. A partir dessa oficina, em 2002, eu e mais alguns companheiros resolvemos montar o GHP, Grupo de Homossexuais do Pará, quando eu comecei a focar minha luta mais direcionada à questão da cidadania LGBT [...] (Beto Paes, secretário Regional Norte da ABGLT, em entrevista à autora em 1/10/2013).

No entanto, as entrevistas também apontam mudanças recentes nas formas de ingresso no movimento das novas gerações, que vêm sendo fortemente impactadas pelas tecnologias digitais:

Minha militância no movimento LGBT se inicia virtualmente através do site Parada Lésbica no ano de 2009, escrevendo textos, e em 2011 na Rádio Parada Lésbica, com o programa *Keep in Touch*, onde o objetivo é trazer notícias do mundo LGBT para as ouvintes. Em 2012 fui candidata a vereadora em Curitiba, tendo como bandeira principal de campanha os direitos à cidadania das pessoas LGBT. Em janeiro de 2013 assumo a Secretaria Geral do Grupo Dignidade (ONG

⁷⁸ Os dados de ocupação dos entrevistados revelam que três exercem cargo de confiança no poder público (23%); dois são professores (15.5%); dois são palestrantes (15.5%); dois trabalham na iniciativa privada (15.5%); três foram enquadrados na categoria outros (23%) e um não informou (7.5%).

nacionalmente reconhecida pelo seu trabalho voltado à cidadania LGBT) [...]. (Juliana Souza, secretária Regional Sul da ABGLT, em entrevista à autora, em 11/07/13).

No segundo bloco (de inorgânicos), o ativismo geralmente se inicia após as pessoas assumirem sua orientação sexual e é exercido nas horas vagas do trabalho com o suporte das atuais tecnologias de informação e comunicação, que abrem as portas para a formação, a conscientização e a participação política; a inserção em redes e o engajamento em protestos e demais formas de pressão. A formação profissional normalmente inclui pós-graduação, a idade oscila entre 26 e 44 anos e o tempo de trajetória ativista vai de 3 a 10 anos. O trecho da entrevista abaixo ilustra bem como se dá a inserção desses participantes independentes no movimento:

Comecei a me envolver com o movimento LGBT aos 14 anos de idade, quando comecei a me aceitar como sou. Anteriormente eu era homofóbico comigo mesmo e não aceitava a minha orientação sexual. Foi aí que conheci o grupo E-JOVEM⁷⁹, que foi fundamental para o meu esclarecimento sobre diversidade sexual. Percebi que haviam muitos outros jovens que estavam passando pelo sofrimento que passei, descobri que mais de 70 países criminalizam a homossexualidade e com isso me senti na obrigação de ajudar na erradicação desse preconceito (Gustavo Don, membro do Fórum Mogiano LGBT e criador da página no Facebook Beijos para Feliciano, em entrevista à autora, em 15/10/2013).

Este outro relato sobre a iniciação no ativismo LGBT é especialmente curioso:

Fui fundador de um grupo ex-gay chamado Movimento pela Sexualidade Sadia, na década de 1990, tempo em que eu era evangélico. Saí do armário em 2003 e desde então tenho me dedicado a combater as falácias dessas “teorias de reversão sexual” e outros ataques fundamentalistas contra a comunidade LGBTIQ⁸⁰. O *boom* mesmo foi a entrevista que concedi à revista Época em novembro de 2004 [...] (Sergio Viula, escritor e blogueiro, em entrevista à autora, em 4/10/2013).

A grande maioria desses ativistas independentes enxerga a atuação política por meio da Internet como a maior força do ativismo na atualidade, o que reflete o peso dos aparatos tecnológicos para as novas formas de ação coletiva nas sociedades contemporâneas. O depoimento a seguir, sobre os protestos contra a eleição do deputado Marco Feliciano para a presidência da Comissão de Direitos Humanos e Minorias da Câmara, mostra como há uma tendência dessas participações mais inorgânicas de atribuir o êxito de determinadas mobilizações a iniciativas espontâneas da sociedade civil:

[...] a maior parte da mobilização popular se deu fora da influência das ONGs LGBT, que acabaram pegando carona na movimentação popular. Cheguei a ver um importante líder do movimento LGBT questionando quem eram essas pessoas, o que elas pretendiam, quem coordenava tudo isso, onde tudo isso ia dar. Deve doer perceber que você não é absolutamente necessário, ainda que seja indispensável, especialmente pelo cabedal de experiência e conhecimento acumulados em décadas de trabalho fiel. Não demorou até que percebesse que a onda era maior que o surfista

⁷⁹ Rede nacional de adolescentes e jovens gays: <http://www.e-jovem.com>

⁸⁰ Lésbicas, gays, bissexuais, transexuais, intersexuais e indecisos.

e acabou se rendendo à correnteza. Muito disso foi realizado via Facebook por gente que não é filiada a nenhuma organização LGBT, mas luta porque compreende o risco que corre ao se calar ou esperar pelos outros (Sérgio Viula, escritor e blogueiro, em entrevista à autora, em 4/10/2013).

Em contrapartida, os ativistas mais orgânicos tendem a relativizar o papel das ferramentas digitais nesse processo. A compreensão geral é que as novas tecnologias servem como suporte complementar para facilitar, agilizar e expandir a ação coletiva, que não pode prescindir da capacidade de mobilização e do nível de comprometimento e de engajamento dos movimentos sociais. Sobre esses esforços mobilizadores que surgem a partir da Internet, sobretudo nas mídias sociais, um dos entrevistados faz algumas observações quanto ao caráter potencialmente difuso desses protestos:

[...] acho bacana, mas às vezes peca por não conseguir articular, dialogar com os movimentos sociais constituídos, porque, bem ou mal, têm uma institucionalização e um poder de mobilização bem maior. Não que isso seja uma regra, mas vou dar o exemplo mais claro do grupo Arco-Íris, que é meu grupo aqui. A gente tem uma lista de contatos muito grande, a gente tem um perfil no Facebook com muitos usuários, a gente tem uma lista de voluntários da parada LGBT muito grande, então a gente tem um potencial agregador muito grande, que a gente pode costurar. [...] às vezes esses atos que surgem nas mídias sociais e tal viram uma bagunça quando chegam lá. Vai para o consulado questionar o governo da Rússia [sobre as leis anti-gay] e chega lá já é o Fora Cabral, já é uma outra coisa que não é o foco (Julio Moreira, secretário Regional Sudeste da ABGLT, em entrevista à autora, em 1/11/13).

As principais plataformas *online* usadas para a ação política dos ativistas independentes são blogs, Facebook, e-mails e, de forma complementar, telefones. Esses aparatos tecnológicos servem para divulgar informações e promover, por meio de textos, vídeos e demais conteúdos multimídia, a conscientização sobre a cidadania LGBT, denunciar casos de homofobia, apoiar a organização de atos, protestos, manifestações e demais formas de ação político-institucional-midiática. Os ativistas orgânicos igualmente usam esses recursos, mas de forma suplementar, normalmente para dar visibilidade midiática a uma demanda ou questão estratégica para o movimento e ampliar a capacidade de mobilização e de ação, como se observa nos depoimentos abaixo:

A Internet, as listas e as redes sociais ajudam a otimizar o tempo, encurtar distâncias, divulgar rapidamente as informações e economizar, porque a gente nem sempre tem condições de estar viajando de avião ou usando celular. Facilita também as nossas deliberações, como no caso, por exemplo, da Marcha Nacional contra a Homofobia, em que muitas das questões foram deliberadas na lista da Aliança e na lista da ABGLT também. **Mas o mais importante para a nossa luta mesmo são as ações práticas, que dizem respeito à mobilização nas bases, a participação em eventos, atos, reuniões e o cumprimento das nossas agendas de luta, que são definidas nos nossos congressos e encontros.** Agora, quando acontece alguma coisa fora do previsto, que exige uma mobilização rápida, como no caso da eleição do Marco Feliciano para a Comissão de Direitos Humanos, a Internet é uma ferramenta importante porque rapidamente nós ouvimos as opiniões, tiramos uma

posição com legitimidade e agimos (Carlos Magno, presidente da ABGLT, em entrevista à autora, em 07/03/2014 – grifo adicionado).

As redes [mídias sociais] servem como *start* inicial das ações e divulgação. A partir daí as pessoas são mobilizadas da forma convencional também, com panfletagens, divulgação nos espaços de frequência LGBT, telefonemas etc. Hoje, sem dúvida, a rede serve como instrumento central de divulgação e mobilização, que faz com as ações cheguem logo no meio LGBT (Wesley Francisco da Silva, secretário Regional Nordeste da ABGLT, em entrevista à autora, em 23/08/13).

Para esse segmento orgânico, o ativismo vai muito além da ação pela e na Internet ao envolver um maior nível de dedicação e compromisso para com a causa defendida, que se expressa em um projeto de vida que perpassa a organização coletiva e a exposição permanente para promover transformações sociais, construir caminhos, alternativas e tomar decisões; pressionar autoridades e instituições; cobrar e monitorar os agentes públicos; intervir em situações consideradas injustas, ilegais ou reprováveis; seguir na luta diuturnamente, mesmo em meio a recuos e avanços, derrotas e vitórias. O depoimento abaixo sinaliza as tentativas de distinção no âmbito do próprio movimento:

Eu faço sempre uma diferença entre militância e ativismo. Ativismo vem de atividade, então no ativismo às vezes você ajuda numa parada, você ajuda na constituição de uma ação; tem agora o ativismo virtual, voltado às pessoas que divulgam, colocam *post* nas redes sociais e isso é fundamental. Mas a militância tem mais a ver com a questão ideológica e de modo de vida, não é uma questão pontual. A militância perpassa um projeto de vida, um projeto político de sociedade. Então eu não sou o Carlos que vai ajudar na parada, ou vai ajudar no 1º de dezembro ou no “Fora Feliciano”. Eu tenho uma vida construída em torno da ação e do engajamento político, é um projeto de vida, da mesma forma que se escolhe uma profissão [...] (Carlos Magno, presidente da ABGLT, em entrevista à autora em 07/03/2014).

Essa visão de engajamento diuturno é confirmada por outros entrevistados: “[...] para se ter um objetivo, uma meta, é preciso a comunicação diária, não dá pra você fazer uma reunião uma vez por mês [...]. Não, é todo dia” (Toni Reis, secretário de Educação da ABGLT, em 15/08/2013); “[...] quando a gente faz um ato na rua, tipo um sábado à tarde [...] vamos pegar todo o pessoal do comércio que vai [...] estar conhecendo um pouco mais sobre a questão [...] (Juliana Souza, secretária Regional Sul da ABGLT, em 21/08/2013); “[...] a gente precisa de ativismo no sentido estrito do termo [...] pessoas na base, lá na raiz, no meio da comunidade, que vão dar, inclusive, legitimidade à proposta” (Beto Paes, secretário Regional Norte da ABGLT, em 1/10/2013).

Entre os integrantes mais participativos do grupo existem aqueles que costumam abrir e comentar tópicos mais ligados a questões técnicas (aspectos legais e institucionais, como projetos e políticas públicas) e conhecimentos específicos. Esse bloco é predominantemente formado por advogados, procuradores, assessores parlamentares, gestores, psicólogos e setores da academia. Há aqueles mais interessados em análises e disputas político-

programáticas, leituras de cenário, alianças entre partidos e articulações de bastidores. Em geral, esse bloco é constituído por ativistas com histórico de militância partidária. São esses dois perfis que concentram os maiores debates na rede.

Existem ainda os que são mais interativos em situações de fundo emocional, como desabafos, pedidos de ajuda e relatos de dramas que expressam situações de preconceito, discriminação, abandono e hostilizações. Nesse bloco não foi possível identificar um perfil comum de ativistas, o que leva a crer que tais integrantes tendem a se identificar com essas histórias por conta de suas trajetórias pessoais. Há também os ativistas mais motivados por pautas promocionais e culturais, que se interessam predominantemente por divulgações de livros, eventos, filmes, celebridades, sites etc. As questões midiáticas e as denúncias de natureza homofóbica geram intensa participação de todos os perfis descritos acima.

O integrante mais ativo da rede é sem dúvida o moderador, que se envolve nos principais debates travados e mantém uma participação diária, seja abrindo novos tópicos com assuntos e pautas de interesse coletivo; comentando os tópicos abertos por outros membros ou atuando nos processos de mobilização em torno de atos, marchas, ocupações, fóruns, protestos, notas de repúdio, assinatura de petições eletrônicas e afins. Por outro lado, os membros da diretoria regional da ABGLT são pouco atuantes no grupo. Isso se explica pelo fato de já participarem de outras listas de discussão da própria entidade e de disporem de pouco tempo para interagir nesses espaços, por estarem diretamente envolvidos em articulações nacionais e atividades nas suas bases regionais.

Em alguns casos, há preferência por acessar plataformas digitais que possibilitem comunicações mais pragmáticas:

[...] eu não gosto de acompanhar essas listas. Eu gosto de ser mais direto. O que hoje tem funcionado pra mim é o Facebook, que tem ferramentas mais interativas. O mesmo grupo que tem hoje lista está dentro do Facebook, como o da diretoria da ABGLT ampliada e da Aliança Nacional LGBT. Então pra mim é muito mais fácil eu falar e me direcionar com qualquer diretor ou qualquer militante do Brasil pelo Facebook do que pelo próprio *Yahoo Grupos*. [...] porque o que é prioritário de ação, de articulação, ou uma coisa que precisa de uma resposta imediata, como, por exemplo, a questão do Marco Feliciano ter ocupado a cadeira de presidência da Comissão de Direitos Humanos, são questões de relevância nacional. Então você tem muito mais agilidade de estar pensando com seus iguais e dando respostas do que você estar no meio dessas listas, se perdendo em divagações ideológicas e às vezes até mesmo partidárias. Não tenho muita paciência para isso. Então eu procuro ser muito mais proativo no sentido de saber qual é o problema chave e aí a gente discute e procuro uma solução mais viável (Julio Moreira, secretário Regional Sudeste da ABGLT, em entrevista à autora, em 1/11/13).

O uso associado do grupo de discussão com outras ferramentas *online*, a exemplo de blogs, Twitter, Facebook e YouTube, tem sido uma tática recorrente adotada pela rede LGBT, que neste trabalho consideramos como mobilização “intermídia”. Como registrado no

depoimento anterior, a ABGLT e algumas listas que gravitam em torno dela possuem perfis em várias plataformas, sobretudo *fan pages* e grupos fechados no Facebook (Figura 4). Os conteúdos que circulam nos *newsgroups* acabam se replicando nessas mídias sociais, que possibilitam a disseminação viral de denúncias, notícias, opiniões, informações, eventos, atos e demais pautas estratégicas para o movimento.

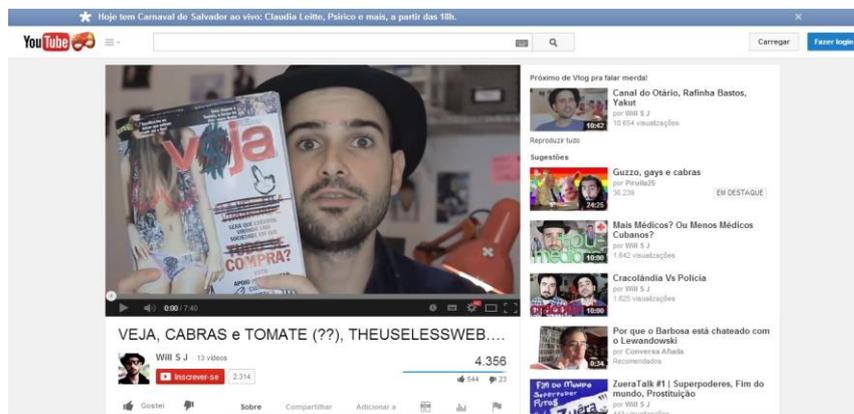
Figura 4 - Fan page da ABGLT no Facebook



Fonte: <<https://www.facebook.com/groups/365372803514838/?fref=ts>>

Enquanto as listas de e-mail têm a função de promover o debate, socializar posicionamentos, iniciar o processo de mobilização, disseminar conteúdos relevantes e articular determinadas estratégias, as mídias sociais, por seu perfil mais interativo, multimídia, convergente e multiplicador, são mais usadas para potencializar a visibilidade midiática, a ação coletiva e a capacidade de mobilização. Prova disso é que as principais manifestações contra a homofobia que circularam na rede durante o período estudado usavam a produção de vídeos no YouTube (Figura 5) como forma de expressão e contavam com páginas no Facebook para arregimentar apoio aos atos organizados por entidades do movimento LGBT.

Figura 5 - Vídeo produzido por um ativista da rede em protesto ao artigo de Veja



Fonte: <<http://www.youtube.com/watch?v=57i370-Cj7U>>. Total de acessos: 4.356 (até 04/03/2014).

Os contatos com a grande mídia ainda são um recurso bastante usado para visibilizar determinadas pautas, acontecimentos e demandas ligadas às lutas anti-homofobia, mas, em função da crescente popularidade e audiência, as mídias sociais têm se tornando um meio complementar fundamental para expandir e fortalecer a capacidade de divulgação, conscientização e recrutamento de novos ativistas e apoiadores. Além disso, abrem perspectiva para se conseguir pautar com mais facilidade e imediatismo os veículos de comunicação tradicionais, que ainda exercem um papel hegemônico na condução do debate público e da esfera de visibilidade midiática (GOMES, 2008b).

Os trechos das entrevistas abaixo revelam como os ativistas encaram as novas mídias:

[...] a maioria dos grupos que estão afiliados à ABGLT têm a sua *fan page*, tem seu blog, tem seu Facebook, e isso é importante porque todas as questões que hoje a gente discute dentro das nossas listas a gente acaba divulgando nesses espaços e acaba atingindo uma população mais ampla, mais geral, que acessa a Internet e tem acesso a essas mídias. Então acredito que tudo isso só acaba fortalecendo porque a gente precisa se apropriar dessas ferramentas. A gente tem, inclusive, dentro da ABGLT, uma proposta de fortalecimento das instituições de base a partir dessa nova visão de mídia, que a gente precisa se apropriar. [...] precisamos utilizar essas ferramentas para disseminar nossas lutas e, a partir dessa disseminação, colher os frutos, que são esse apoio da população para que a gente tenha mais força para agir frente a esse mundo que ainda é tão homofóbico, lesbofóbico e transfóbico (Beto Paes, secretário Regional Norte da ABGLT, em entrevista à autora, em 1/10/2013).

[...] a grande mídia, a imprensa formalizada, também acompanha o que sai nas mídias sociais. Hoje qualquer programa de TV repercute o que saiu no YouTube, com tantos milhões de acessos, o que saiu no Facebook. Anteontem mesmo foi a pegadinha do Caio Castro, que era um cara parecido com ele e saiu que Caio Castro é gay. Isso vai repercutir na mídia com certeza e a mídia quer vender, quer assunto, então ela vai se utilizar também do que a gente está postando [...]. (Julio Moreira, secretário Regional Sudeste da ABGLT, em entrevista à autora, em 1/11/13).

No ativismo exercido com o suporte da rede LGBT, geralmente as interações *online* e *off-line* estão imbricadas, ou seja, as articulações, decisões, mobilizações e ações podem começar na Internet e terminar nas ruas ou nos espaços político-institucionais tradicionais e vice-versa. Essa correlação fica demonstrada especialmente no planejamento e na realização de atos, protestos, ocupações, “beijaços”, congressos, conferências e grandes eventos midiáticos, como as Paradas de Orgulho LGBT e a Marcha Nacional contra a Homofobia. Em várias falas dos entrevistados, essa simbiose entre processos *online/off-line* fica evidenciada:

As definições de agendas e/ou pautas feitas em reuniões *online* são levadas para as entidades de base de cada dirigente-militante que articula um ato, marcha ou evento na sua cidade para debater o tema com a sociedade em geral ou especificamente com a comunidade LGBT. Ou articula a participação da sua entidade no ato nacional, como no caso da Marcha Nacional de Combate à Homofobia que acontece em Brasília todo ano (Juliana Souza, secretária Regional Sul da ABGLT, em entrevista à autora, em 11/07/2013).

Como dito, a Aliança é um espaço de discussão e troca de ideias. Neste sentido, com frequência é o primeiro passo para a organização e montagem de uma ação maior,

que pode se manter no plano da virtualidade, a exemplo de petições *online*, ou resultar em reuniões pessoais, atos públicos ou qualquer outro tipo de mobilização de natureza presencial. [...] (Gésner Braga de Araújo Júnior, membro do Comitê Desportivo LGBT - seção Bahia e filiado ao Fórum Baiano LGBT, em entrevista à autora, em 31/08/2013).

[...] nós deliberamos por meio de reuniões *online*, através de redes, de espaços de bate-papo, e também de grupos fechados, e dentro desses grupos a gente encaminha quem vai assumir a demanda e aí delibera qual é o grupo e o que deve ser feito, então o pessoal ou instituição se responsabiliza de fazer, mas sempre com a participação das outras pessoas. Por exemplo, a gente vai ter o Congresso da ABGLT, que vai ser em novembro deste ano, e nós já fizemos várias reuniões virtuais para deliberar o que o Grupo Arco-Íris vai executar localmente lá, as solicitações, os projetos, o que vai ter dentro desse congresso e tudo mais. [...] (Beto Paes, secretário Regional Norte da ABGLT, em entrevista à autora, em 1/10/2013).

[...] os debates são feitos também nas listas. Pautas específicas, que precisam de deliberação e legitimidade, fazemos uma reunião *online*. A partir dessas deliberações e encaminhamentos, identificamos cada um dos ativistas e pessoas responsáveis por cada ação, atividade, demanda, e aí o ativista, sabendo da sua responsabilidade, vai dialogar no seu Estado, por exemplo, com o governo, vai a campo marcar reuniões para executar o que foi deliberado nas reuniões *online*. Na marcha, por exemplo, nós fazíamos muito isso: deliberávamos, e eu ia presencialmente numa das secretarias governamentais aqui buscar o apoio político e administrativo para que a marcha acontecesse (Evaldo Alves Amorim, secretário Regional Centro-Oeste da ABGLT, em entrevista à autora, em 13/10/13).

3.4 Estudo de casos

No subcapítulo que abordou os procedimentos adotados para a escolha do *corpus*, detalhamos os dois eixos paradigmáticos norteadores do ativismo anti-homofobia dentro da rede LGBT: antagonismo político-institucional e antagonismo midiático. A identificação desses paradigmas de mobilização e ação, que geraram intensa participação dentro do grupo e repercussão em veículos jornalísticos e mídias sociais, permitiu identificar os casos “Fora Feliciano”, “Cura Gay”, “Folha de Pernambuco” e “Revista Veja” como as disputas mais representativas para a análise desta pesquisa nos anos de 2012 e 2013.

É interessante ressaltar que os embates político-institucionais e midiáticos possuem peculiaridades distintas. O antagonismo com o governo e o parlamento envolve questões de fundo, como lutas por direitos e implementação de políticas; mudança, rejeição e aprovação de leis; divergências e articulações com atores das instâncias de poder. Na verdade, aparecem, desaparecem e reaparecem em processo, continuamente, e tendem a ser bem mais complexas e de difícil resolução. Por outro lado, o antagonismo com a grande mídia e celebridades midiáticas envolve questões mais pragmáticas e pontuais, que apresentam um encadeamento linear, com começo, meio e fim, e tendem a maior resolutividade prática e desfechos rápidos.

Durante o período estudado foram analisados 451 tópicos e 1.184 mensagens. Do total de tópicos, 63,6% abordaram o caso “Fora Feliciano”; 29,5%, o caso “Cura Gay”; 4,2%, o

caso “Revista Veja”; e 2,6%, o caso “Folha de Pernambuco”. Em relação às mensagens, esse percentual totalizou: 48,5% (“Fora Feliciano”); 41,2% (“Cura Gay”); 8,2% (“Revista Veja”); 1,8% (“Folha de Pernambuco”). Essa enorme disparidade numérica justifica-se pela rapidez com que as disputas midiáticas são solucionadas, ao contrário das do âmbito político-institucional, que se prolongam por meses e até anos.

Isso explica, por exemplo, por que algumas temáticas permanecem por tanto tempo alvo de discussão e, não raro, acabam se cruzando, como ocorreu nos casos “Fora Feliciano” e “Cura Gay”. Durante o período pesquisado, foi possível observar que o grupo tornou-se potencialmente mais ativo em relação a aspectos considerados um retrocesso em relação às bandeiras de luta do movimento LGBT. Essa tendência coincidiu com o surgimento da rede num momento de recrudescimento das pautas tidas como conservadoras e fundamentalistas no Congresso após as eleições de 2010, quando a presidente Dilma Rousseff assumiu compromissos com lideranças católicas e evangélicas em função da polêmica do aborto.

Nesse contexto, a defesa da laicidade do Estado e o combate ao fundamentalismo religioso passaram a integrar de forma mais contundente as lutas anti-homofobia no Brasil. Ao se articularem para inviabilizar projetos e políticas ligados à cidadania LGBT e implementar proposições consideradas retrógradas por esse segmento, os deputados de perfil conservador vêm usando como principal expediente para a conquista desses objetivos a disseminação de argumentos e posições apontadas como homofóbicas pelo movimento. A avaliação a seguir sinaliza o quanto essa questão é vista com preocupação pelos ativistas:

As bancadas fundamentalistas religiosas representam uma afronta brutal à questão da laicidade. Você tem o parlamento sendo tratado como templo; você tem a Bíblia sendo tratada como Constituição; você tem preconceitos de uma doutrina moral específica de uma determinada linha religiosa sendo difundida para as massas como verdade absoluta e sendo parâmetro para elaboração legislativa. É impensável você admitir que parâmetros religiosos particulares de determinados grupos possam ser universalizados a partir da perspectiva da legislação. O grande embate hoje do movimento é com a bancada fundamentalista religiosa e com o fundamentalismo religioso de uma maneira geral. [...] eles fazem o uso instrumental [...] da questão gay, eles pegam essa questão quase como uma bandeira político-programática para fazer propaganda e para agitar os setores fascistoides da sociedade. Eu considero que o Malafaia e o Feliciano usam o discurso religioso, mas a própria constituição do discurso deles me parece que deve ser considerada de caráter fascista, na medida em que nega o outro, estigmatiza, cria minorias a serem perseguidas e tem uma gênese autoritária. Então eu considero que o principal inimigo hoje do avanço dos direitos LGBT é esse discurso de extrema-direita religiosa, que tem, de certa forma, um germe próprio fascista [...] (Julian Rodrigues, coordenador de Políticas LGBT da Prefeitura de São Paulo, em entrevista à autora, em 11/10/2013).

Para tanto, são utilizadas como vitrine política as concessões de rádio e TV, das quais os grupos religiosos vêm se beneficiando nas últimas décadas, e o envolvimento em controvérsias para pautar a grande mídia, como a eleição de Feliciano para a Comissão de

Direitos Humanos e a aprovação do projeto conhecido como “Cura Gay” – que detalharemos à frente. Esse aspecto suscitou inúmeras análises de especialistas, que foram alvo de discussões dentro da rede. No artigo “Operação inFeliciano”, publicado num blog sobre direitos humanos e política, o autor analisa os reais interesses do PSC de chegar à CDHM:

[...] Digo isso porque apesar das loucuras ditas por Feliciano, seja em seus cultos ou fora deles, me parece que há mais nessa operação infeliz do que só uma ofensiva ultrarreacionária contra a Comissão de Direitos Humanos (CDH) ou os deputados e militantes que se opõem diuturnamente aos seus descabros. O que começa a parecer – ao menos à primeira vista – é que o PSC fez um duplo movimento: ao mesmo tempo que atacava a CDH, fazia marketing eleitoral para as eleições de 2014. [...] **para partidos nancicos, ao invés de ir ao eleitor, com propagandas e pesquisas, é mais fácil fazer o caminho contrário. Como? Criando factoides, políticos-caricatura (lembram do Enéas?) ou ganhar uma exposição permanente na mídia.** Ajuda muito se essa exposição for em locais como o Jornal Nacional, Jornal da Band, da Record, Folha de São Paulo, Estadão etc (artigo do professor e advogado Rodrigo Salgado, publicado no Blog do Salgado, em 21/03/2013 – grifo adicionado).

Em relação à tática da bancada evangélica de usar a mídia para alçar ao debate público temas considerados superados ou um retrocesso às conquistas históricas do movimento, um dos entrevistados pondera:

O movimento LGBT vive a apagar incêndios e consumir energia e tempo com polêmicas absolutamente desnecessárias. O melhor exemplo é, sim, o natimorto projeto de “cura gay”. Nós tínhamos muita clareza de que o projeto não seria aprovado por estar na contramão de uma posição já pacificada pela Organização Mundial de Saúde. Mas fomos obrigados a nos mobilizar para conter os estragos da difusão das ideias que apenas alimentam a homofobia, isto sim o que efetivamente combatemos. Isso desvia o nosso foco e nos prejudica (Gésner Braga de Araújo Júnior, membro do Comitê Desportivo LGBT - seção Bahia e filiado ao Fórum Baiano LGBT, em entrevista à autora, em 31/08/2013).

A coleta de dados e as observações realizadas ao longo deste estudo demonstram que a rede pratica prioritariamente o ativismo político, tendo em vista que as disputas com as instituições político-midiáticas e o foco nas políticas públicas, na conquista de direitos e no combate à reprodução de discursos homofóbicos, tanto na mídia generalista quanto nas mídias sociais, são recorrentes e geram intensa participação e mobilização. Nesse sentido, os repertórios de ação (em rede, midiáticos, ciberativistas) surgem como táticas de reforço ao ativismo político. Os depoimentos a seguir ilustram o quanto as ações de *advocacy* e os embates político-institucionais-midiáticos são relevantes para as lutas anti-homofobia:

A Aliança Nacional [...] é fundamental nisso: promover virtualmente o debate e agilizar nossas demandas [...], é fundamental que nós estejamos reunidos nacionalmente, fortalecidos, para que possamos ter essa força política para dialogar com o poder público e as pessoas que estão à frente e podem, de alguma forma, colaborar com uma decisão política, com uma decisão administrativa [...] (Evaldo Alves Amorim, secretário Regional Centro-Oeste da ABGLT, em entrevista à autora, em 13/10/13).

[...] O movimento LGBT está sempre muito ligado às questões da mídia e são ágeis ao acessar formas de coibir e inibir ações homofóbicas por parte dela e faz isso através de denúncias públicas dessas violações à justiça e órgãos representativos dela. Quanto maior a visibilidade positiva que se dá à questão LGBT, maiores as possibilidades de conquistas futuras para o segmento (Wesley Francisco da Silva, secretário Regional Nordeste da ABGLT, em entrevista à autora, em 23/08/13).

Quanto mais pública é a pessoa mais pessoas ela atinge, por assim dizer. Se o Malafaia fala uma coisa ele vai atingir os fiéis da Igreja dele, mas se a Cláudia Leite, como aconteceu [em 2008, no programa TV Fama, da rede TV], fala que o filho dela não vai ser gay porque vai ser bem criado, ela vai atingir uma outra parte da população [...]. Toda pessoa pública acaba sendo uma formadora de opinião ou reproduz uma opinião que as outras pessoas vão aceitar como verdadeira. Então, a partir do momento que [...] uma cantora muito conhecida, com muitos fãs, faz uma declaração dessa a gente precisa contrapor [...]. Se a gente não contrapõe uma fala, uma expressão de uma maneira discriminatória, incitando a discriminação, a gente deixa que aquelas pessoas que seguem aquela celebridade, que acreditam nela, que levam a opinião dela a sério, aceitem aquilo como se aquilo fosse verdade. (Juliana Souza, secretária Regional Sul da ABGLT, em entrevista à autora, em 11/07/13).

O ciberativismo ou ativismo *online* funciona como um recurso suplementar às estratégias de pressão, mobilização, busca de visibilidade e conscientização adotadas pela rede LGBT, ao utilizar de forma articulada as ferramentas disponíveis na Internet (lista de discussão, blogs, Facebook, abaixo-assinados eletrônicos etc.) para produção de informação, contrainformação⁸¹, comunicação, engajamento, formação e recrutamento de ativistas e apoiadores. Isso fica demonstrado quando observamos que as ações mais ligadas especificamente à adesão e à divulgação de petições e campanhas *online*, pejorativamente chamadas de “ativismo de sofá” ou “ativismo do click”, geram muito pouca atividade dentro da rede e são vistas como mecanismos secundários e/ou complementares.

Em algumas situações, a banalização desses recursos de pressão é alvo de críticas por parte de alguns quadros do movimento. A mensagem enviada ao grupo quando eclodiram as primeiras mobilizações ciberativistas em função das articulações para a indicação do deputado Marco Feliciano à presidência da CDHM reforça essa percepção:

A internet e as redes sociais são instrumentos importantíssimos na organização e mobilização dos ativistas. É um campo de batalhas. O conservadorismo também se potencializa nesses espaços virtuais. É um processo de aprendizagem. O que me incomoda nesse momento é uma certa vulgarização de petições *online* e instrumentos afins. Despolitizados, bem intencionados, uma classe “mórdia” se sente feliz em repercutir o senso comum e achar que está ajudando a mudar o mundo. Política zero, incompreensão total da conjuntura, descompromisso com a luta real. Gente que acha que o Renan Calheiros é o maior problema da política nacional. Ou, agora, petições para “destituir” quem nem foi escolhido ainda (Marcos Feliciano para a Comissão DH da Câmara). Desinformação bem intencionada pode ser tão prejudicial quanto a omissão. PETIÇÕES não “deselegem” parlamentares de cargos

⁸¹ Conceito relativo a conteúdos normalmente não veiculados pela mídia tradicional, cujos fluxos de informação e canais de expressão “atrassem horizontalmente as sociedades, sem interferência do Estado ou do mercado monopolista dos meios de comunicação, e sob forte orientação de movimentos sociais, organizações não-governamentais e entidades comunitárias” (AGUIAR, 2014).

que ocupam por força política que seus partidos têm no Congresso. A vida real é mais complexa, as formas de intervenção militante idem. O resto é só espuma. *Much ado about nothing*. (Julian Rodrigues, em 01/03/2013).

Durante esta pesquisa, observamos o quanto a adesão a esse tipo de documento pode ser precipitada e negligente, gerando participações muitas vezes automáticas e irrefletidas. Podemos citar o exemplo do abaixo-assinado eletrônico⁸² contra a indicação de Feliciano para a presidência da CDHM. Os protestos, que culminaram com o adiamento da sessão que escolheria a nova presidência, ocorreram no dia 6/03/2012 e nova votação foi marcada para o dia seguinte, quando o deputado acabou sendo eleito. Chama atenção o fato dessa petição – que contou apenas com 1.943 assinaturas até a última consulta (5/03/2014) – só ter circulado na rede no dia **11 de março**, portanto quatro dias após a eleição.

Os esforços no âmbito do ativismo político, do ciberativismo e das tentativas de visibilizar pautas e demandas estratégicas surgidas ao longo dos embates travados no grupo de discussão aparecem como aspectos inter-relacionados e interdependentes. A ocupação da esfera de visibilidade midiática para o fortalecimento das lutas anti-homofobia é, em geral, uma tática que acaba sendo reforçada e exponenciada pelas ações ativistas e vice-versa, tanto no plano *online* quanto no *off-line*. O relato abaixo corrobora essa percepção:

[...] a gente tem conseguido realmente dar visibilidade a algumas questões que são colocadas contra a nossa comunidade, como violação de direitos, posições contrárias a projetos que estamos tentando fazer tramitar em algumas casas parlamentares. Então, a reação que hoje a gente tem da mídia, mais favorável do que não favorável, é em função exatamente da necessidade que nós temos hoje, enquanto ativistas, de utilizar essas ferramentas midiáticas e nos apropriar de tudo que está dentro da Internet, para que a gente possa dar visibilidade às nossas questões. Eu acho que a maioria dos grupos que estão afiliados à ABGLT têm a sua *fan page*, tem seu blog, tem seu Facebook, e isso é importante porque todas as questões que hoje a gente discute dentro das nossas listas a gente acaba divulgando nesses espaços e acaba atingindo uma população mais ampla, mais geral [...] (Beto Paes, secretário Regional Norte da ABGLT, em entrevista à autora, em 1/10/2013).

O esforço para angariar apoios de fora da rede, entre simpatizantes da causa e ativistas ocasionais e/ou independentes, surge como uma tática recorrente. Os mecanismos de pressão tendem a ser mais visibilizados e eficientes quando combinam o ativismo político mais orgânico, nos espaços cívicos e políticos tradicionais, com o ativismo de apoiares que aderem a causas pontuais, sobretudo nas mídias sociais. O efeito disso pode ser observado, por exemplo, na principal petição *online* pelo “Fora Feliciano”⁸³, que conseguiu **554.571 mil**

⁸² Organizado pela ONG ativista LGBT All Out (<http://migre.me/iayVA>), cujo modelo de mobilização é prioritariamente *online* e tem como objetivo promover a participação cidadã, o engajamento e o empoderamento de organizações nos níveis local, nacional e global para garantir a igualdade de direitos de gays, lésbicas e transgêneros. A proposta de atuação é semelhante ao Avaaz, MoveOn, GetUp! e SumOfUs.

⁸³ Organizada pela Avaaz, ONG internacional que luta pelos direitos humanos: <http://migre.me/iaxIZ>

assinaturas (até a última consulta, em 5/03/2014). O número torna-se mais significativo quando comparado com o total de integrantes da lista: **881**.

Os relatos a seguir demonstram como a busca de aliados não necessariamente vinculados formalmente ao movimento é uma tática usual dentro da rede: “Sempre militei de forma atuante através da Internet. Não sou filiado à ABGLT, sou membro do Fórum Mogiano LGBT. Conheci o Toni Reis [moderador do grupo] virtualmente e através do meu perfil de militância, ele me adicionou na lista da Aliança LGBT” (Gustavo Don, em entrevista à autora, em 15/10/2013); “Na Aliança tem jornalistas, tem pessoas ligadas a religiões, tem ateus, tem pessoas da sociedade civil, algumas pessoas ligadas às políticas dos Estados e municípios [...], basta a pessoa querer participar [...], ela não precisa ser exclusivamente de uma ONG” (Toni Reis, em entrevista à autora, em 15/08/2013).

Sobre esse aspecto, a análise abaixo é emblemática:

Há pessoas que têm a consciência política, sabem da importância, mas têm um projeto de vida diferenciado da militância, embora queiram e possam ajudar. E a gente sabe que a vida de militância não é fácil. Nem todo mundo tem essa disponibilidade e nem todo mundo quer fazer essa opção de vida. Então, fazer a aliança com esse setor e com essas pessoas é fundamental porque elas têm uma rede, um potencial, uma garra [...]. (Carlos Magno, presidente da ABGLT, em entrevista à autora, em 07/03/2014).

3.4.1 “Fora Feliciano” e “Cura Gay”: embates com a bancada evangélica

O deputado-pastor Marco Feliciano (PSC-SP), conhecido por suas declarações homofóbicas, racistas e sexistas, assumiu no dia 7/03/2013 a presidência da Comissão de Direitos Humanos e Minorias da Câmara (CDHM), em meio a forte reação dos movimentos sociais, entidades de defesa dos direitos humanos e diversos setores da sociedade (Figura 6).

Figura 6 - Notícia veiculada sobre a eleição de Feliciano

The image shows a screenshot of a news article from G1. The main headline is "Marco Feliciano é eleito presidente da Comissão de Direitos Humanos". Below the headline, there is a sub-headline: "Após discussão, deputados saíram da sessão contra a eleição do pastor. Parlamentar publicou em 2011 mensagens polêmicas sobre homossexuais." There is a small photo of Marco Feliciano speaking at a podium. To the right of the photo, there is a text box with the following content: "Ainda sob protestos e a portas fechadas, a Comissão de Direitos Humanos da Câmara dos Deputados elegeu, na manhã desta quinta-feira (7), o deputado Pastor Marco Feliciano (PSC-SP) para presidir o colegiado. A vice-presidência ficará a cargo de Antônia Lúcia (PSC/AC). A votação ocorreu com 11 votos favoráveis, dos 18 membros do colegiado." There are also social media sharing buttons for Twitter (507) and Facebook (2022 comentários). On the right side of the article, there are sections for "Seus amigos no G1", "Conecte-se com Facebook", and "Política".

Fonte: < <http://migre.me/iio6I> >

O ingresso de um partido vinculado aos segmentos religiosos e conservadores do Congresso num reduto do campo progressista, comprometido com a defesa de minorias excluídas, acirrou ainda mais as tensões entre a bancada evangélica e os ativistas pró-LGBT. Feliciano já era antagonista do movimento desde setembro de 2012, quando a ABGLT encaminhou ofício às presidências da Câmara e do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar solicitando instauração de procedimento disciplinar contra o deputado.

No pedido, alegava-se que sua conduta era incompatível com o cargo porque incitava o preconceito, a discriminação e a violência contra gays, lésbicas, bissexuais e transgêneros, na forma de declarações públicas do tipo “a Aids é uma doença gay”, o ativismo gay é “promovido por satanás” e tem conexões “com Hitler”⁸⁴; e na forma de apresentação de projetos, requerimentos e demais proposições considerados de natureza homofóbica.

[...] sentimo-nos na obrigação de manifestar nosso repúdio e requerer a tomada de medidas cabíveis [...] primeiramente porque são incompatíveis com o decoro parlamentar as repetidas investidas públicas caracterizadas por intolerância religiosa feitas pelo deputado federal Pastor Marco Feliciano contra a população LGBT [...]. Entendemos que o deputado [...] vem utilizando sistematicamente de seu mandato para ferir a igualdade de direitos da população LGBT, bem como negar-lhe a proteção jurídica prevista na Constituição Federal, faltando assim com a observância dos preceitos éticos e a preservação da dignidade parlamentar (Ofício emitido pela ABGLT, em 26/09/2012).

A mobilização dos ativistas resultou ainda na organização de uma petição pública *online* reivindicando a cassação do mandato de Marco Feliciano, que contabilizou 4.698 assinaturas (até a última consulta, em 05/03/2014). Como era previsível diante desse histórico de antagonismo e da importância da CDHM para as lutas anti-homofobia, a eleição de um pastor considerado de perfil fundamentalista gerou forte oposição do movimento, que passou a intensificar as ações ativistas e de *advocacy* e as parcerias com o movimento negro e feminista; a realizar sistemáticas campanhas na grande mídia e nas mídias sociais contra o deputado; a aderir a novos abaixo-assinados eletrônicos; e a aproveitar a repercussão causada por suas declarações controversas para inserir o tema da homofobia no debate público.

[...] a nossa grande conquista é a visibilidade positiva. A diversidade sexual e os direitos da população LGBT são a pauta do dia. Um canalha como Marco Feliciano pode querer notoriedade ao nos atacar, mas ele próprio nos coloca no centro das atenções, com todos os holofotes voltados para as nossas causas e nos entrega em mãos um megafone capaz de amplificar a nossa voz. Ironicamente, é a opressão de que somos vítimas que nos faz sair dos armários e guetos para ganhar as ruas (Gésner Braga de Araújo Júnior, membro do Comitê Desportivo LGBT - seção Bahia e filiado ao Fórum Baiano LGBT, em entrevista à autora, em 31/08/2013).

⁸⁴ Link do vídeo citado no ofício em que o deputado aparece no Congresso dos Gideões Missionários da Última Hora fazendo declarações polêmicas sobre o “ativismo gay”: <http://www.youtube.com/watch?v=0UQof5DuE2w> (69.969 acessos, até a data da última consulta, em 05/03/2014).

A contenda da “Cura Gay” começou desde que o deputado João Campos (PSDB-GO), ligado à bancada evangélica, apresentou em junho de 2011 o Projeto de Decreto Legislativo (PDC 234/2011) que pretendia sustar a aplicação do parágrafo único dos artigos 3º e 4º da Resolução 01/1999, do Conselho Federal de Psicologia (CFP), que estabelece normas de atuação profissional em relação à questão da orientação sexual. A supressão desses artigos abriria um precedente para que psicólogos pudessem propor “tratamento” ou “reversão” para gays, lésbicas e afins e para tentativas recorrentes de patologização da homossexualidade, rechaçadas pelo movimento LGBT brasileiro desde os seus primórdios.

Seguem abaixo o parágrafo e os artigos da Resolução 01/1999, que circularam na rede durante as mobilizações contra o projeto da “Cura Gay”:

Os psicólogos não exercerão qualquer ação que favoreça a patologização de comportamentos ou práticas homoeróticas, nem adotarão ação coercitiva tendente a orientar homossexuais para tratamentos não solicitados (Art. 3º da Resolução 01/1999 do CFP); Os psicólogos não colaborarão com eventos e serviços que proponham tratamento e cura das homossexualidades (Parágrafo único da Resolução 01/1999 do CFP); Os psicólogos não se pronunciarão, nem participarão de pronunciamentos públicos, nos meios de comunicação de massa, de modo a reforçar os preconceitos sociais existentes em relação aos homossexuais como portadores de qualquer desordem psíquica (Art. 4º da Resolução 01/1999 do CFP).

Essa discussão era considerada superada pelos ativistas desde 1990, quando a Organização Mundial da Saúde (OMS) excluiu a homossexualidade do Código Internacional de Doenças (CID). No Brasil, essa mesma posição havia sido acatada pelo Conselho Federal de Medicina (CFM) em 1985, seguida pelo CFP em 1999, que não mais a considerou um distúrbio ou perversão. Antes, em 1973, a Associação Americana de Psicologia (APA), nos EUA, retirou as práticas homoeróticas da classificação de transtornos mentais daquele país. Relatório da OMS, divulgado em 17/05/2012, avaliou as terapias de mudança de orientação sexual uma ameaça à saúde, ao bem-estar e, até mesmo, à vida das pessoas afetadas⁸⁵.

Durante o período que tramitou na Câmara, em três momentos o PDC 234 gerou intensos embates dentro da rede. No primeiro os ativistas reagiram à articulação da bancada evangélica em torno de uma audiência pública na Comissão de Seguridade Social e Família (CSSF) para discutir o projeto, no dia 28/06/2012, que culminou com uma nota de repúdio emitida pelo Conselho Nacional LGBT⁸⁶, pelo CFP e pela ABGLT. Além disso, houve boicote à audiência porque quatro dos cinco profissionais convidados para a mesa indicavam

⁸⁵ Informações coletadas no site do Conselho Federal de Psicologia (<http://site.cfp.org.br/>) e na própria rede.

⁸⁶ O nome oficial é Conselho Nacional de Combate à Discriminação e Promoção dos Direitos de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais (CNCD-LGBT).

posicionamento favorável à suspensão dos artigos da resolução e não representavam instituições ou lugares de produção de conhecimento que garantissem a pluralidade ao debate.

[...] Para a ABGLT, o Projeto de Decreto Legislativo e a respectiva Audiência Pública são propostas de setores fundamentalistas retrógradas da sociedade brasileira que fazem uso do Poder Legislativo para promover ideais de cunho religioso contrários à homossexualidade e favoráveis à sua patologização, na tentativa de abrir brechas para psicólogos (as) religiosos (as) fundamentalistas usarem de sua profissão para “curar” as pessoas homossexuais de uma suposta doença. Indaga-se, os autores do Projeto de Decreto Legislativo arcarão com os custos da aposentadoria de estimados 20 milhões de brasileiros (as) lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais na hipótese remota de sua Estratégia de patologizar a homossexualidade vier a se concretizar? O Projeto de Decreto Legislativo e a Audiência Pública são uma afronta à ciência, à dignidade humana, aos direitos humanos, à laicidade do Estado e à autonomia do Conselho Federal de Psicologia no que diz respeito às suas deliberações quanto à conduta e à ética profissional, além da composição da maioria dos (das) convidados (as) da Audiência indicar viés pela predominância do discurso da intolerância religiosa em detrimento dos ideais da democracia igualitária. A ABGLT conclama as autoridades de direitos humanos deste país a se posicionarem contra este acinte à cidadania [...] (Nota de repúdio da ABGLT, em 26/06/2012).

Iniciativas isoladas foram divulgadas na rede para que outros ativistas pudessem reforçar a pressão contra a tentativa de promover o debate público sobre a patologização da homossexualidade, como o envio desta carta para sensibilizar os parlamentares:

[...] Existe uma movimentação entre alguns setores evangélicos fundamentalistas para tentar modificar essa resolução por conta de interpretações religiosas da sexualidade absolutamente desprovidas de qualquer validação científica. Tendo em vista que as pessoas são livres para professar fé ou não, espanta-me que agora queiram obrigar as ciências, inclusive as de saúde, a curvar-se diante de suas interpretações pessoais e dogmáticas sobre comportamento sexual, afetos, etc. [...] Essa Casa de Leis não pode corroborar essa 'cristianização' da psicologia, do mesmo modo como não poderia corroborar a 'islamização' ou a 'candomblecização' da mesma. [...] Psicólogos são profissionais que devem se pautar pela ciência, ainda que tenham crença pessoal - crença cujo direito de ser não está, de modo algum, em questão. [...] Excelências, contra o uso da ciência para fins proselitistas, digam não ao PDC 234/2011. (Sergio Viula, em 22/06/2012).

A segunda ocasião esteve relacionada a uma nova audiência pública proposta pelos deputados da ala conservadora na mesma comissão, realizada no dia 27/11/2012, desta vez com intensa participação dos ativistas e do Conselho Federal de Psicologia. Essa mudança de estratégia decorreu do processo de avaliação interna do movimento, que considerou o boicote um erro, mesmo diante de uma questão já considerada ultrapassada, porque deu visibilidade aos argumentos homofóbicos e ocultou os posicionamentos referendados por entidades abalizadas como a Organização Mundial da Saúde.

A controvérsia foi retomada em junho de 2013, após Marco Feliciano manobrar a aprovação do PDC 234 na CDHM (Figura 7), enquanto as atenções da mídia e da sociedade estavam voltadas para os protestos realizados durante a Copa das Confederações. A partir de

então, o “Fora Feliciano” e a “Cura Gay” foram incluídos nas pautas dos manifestantes e a temática da homofobia ganhou pela primeira vez uma dimensão nacional. Estratégias como o uso do humor e do sarcasmo na intenção de desmoralizar o Congresso, além dos “beijaços” coletivos em espaços públicos e dos beijos protagonizados por artistas que aderiram à causa (Figura 8), deram um tom ainda mais midiático às manifestações anti-homofobia.

Figura 7 - Notícia sobre aprovação do projeto da “Cura Gay”

Fonte: < <http://migre.me/iiofs> >

Figura 8 - Beijo gay protagonizado pela atriz Fernanda Montenegro

Fonte: < <http://migre.me/iioi3> >

A partir de então, mobilizações contra Feliciano e o PDC 234 foram intensificadas não só nas ruas, no parlamento e na mídia, mas também na Internet. Podemos citar a petição eletrônica criada pelo CFP⁸⁷; as sistemáticas campanhas com fotos, vídeos, notícias e frases de efeito nas mídias sociais e a remessa coletiva de e-mails aos parlamentares, como o que foi escrito por ativistas do grupo Elos do Distrito Federal e socializado na rede para que os demais pudessem usar como modelo:

⁸⁷ Assinada por 29.089 pessoas, até a data da última consulta, em 6/03/2014: < <http://migre.me/ibyW1> >.

Prezado (as) Senhor (as), Solicitamos a Vossa Senhoria votar CONTRA o projeto de decreto legislativo (PDC 234/11) sobre a “cura gay”. A Organização Mundial da Saúde [OMS] não caracteriza a orientação sexual uma doença. Neste sentido, a simples tramitação deste texto no Congresso Nacional significa um retrocesso ao Brasil no que diz respeito aos Direitos Humanos. Agradecemos desde já toda a atenção e colaboração para um país melhor. Respeitosamente [...] (texto do e-mail coletivo enviado para os deputados do DF, em 01/07/2013).

Diante da forte reação popular, o deputado João Campos foi pressionado a retirar o projeto de pauta, mas, em manobra malsucedida, a bancada evangélica tentou reapresentar em seguida a mesma proposta com nova redação (PDC 993/2013), que acabou sendo devolvida pela presidência da Câmara no dia 4/07/2013. Ainda que, na avaliação dos ativistas, os casos “Fora Feliciano” e “Cura Gay” tenham forçado o movimento a despender tempo e esforços para combater retrocessos em detrimento de agendas positivas para o avanço das suas bandeiras de luta, a visibilidade pública e midiática que o debate sobre a homofobia alcançou no país representou uma conquista importante.

[...] Costumo dizer que o Feliciano pode ter sido a melhor coisa que nos aconteceu, paradoxalmente, porque ele dá visibilidade a um tipo de discurso homofóbico tão agressivo que facilita que as pessoas identifiquem o absurdo que é. [...] as pesquisas do Ibope e todas as pesquisas que a gente tem mostram que há um crescimento da aceitação. Se você pegar 10 anos atrás, quantos apoiavam o casamento, a união estável e quantos apoiam hoje, nós estamos perto dos 50% [...]. É claro que esse apoio também varia, entre evangélicos diminui muito, por exemplo. Mas, de maneira geral, a gente cresce, não tanto quanto a gente gostaria. (Julian Rodrigues, coordenador de Políticas LGBT da Prefeitura de São Paulo, em entrevista à autora, em 11/10/2013).

Pode parecer paradoxal, mas a entrada de Marco Feliciano na presidência da Comissão serviu para arrefecer os ânimos políticos da comunidade LGBT. [...] As pessoas se sentiram ultrajadas pela forma como se deu. [...] a bancada evangélica ainda segue forte, mas esse fato somado ao projeto denominado “cura gay” estão servindo para ampliar o debate da homofobia no país, quem sabe rumo à sua criminalização definitiva (Wesley Francisco da Silva, secretário Regional Nordeste da ABGLT, em entrevista à autora, em 23/08/13).

Contudo, a atuação desses setores conservadores no Congresso ainda é uma questão preocupante para as lutas anti-homofobia e contribui para influenciar os repertórios de ação, sobretudo quando aliada à capacidade de usar a polêmica para agendar a grande mídia e ao seu poderio midiático, expresso no acúmulo de concessões de rádio e TV. Esse aspecto pode ser constatado nos relatos abaixo:

[...] avalio como confronto de forças desproporcionais. Isso porque muitos evangélicos são detentores de concessão pública de TV e rádio, o que lhes garante um grau de exposição midiática e notoriedade pública imensuráveis, recursos muito valiosos para quem tem projetos de carreira política e precisa angariar votos. O controle dos meios de comunicação de massa também lhes serve para a difusão de ideias preconceituosas, anacrônicas, levianas e oportunistas, bem como para a conquista de um exército cada vez maior de “soldados” cegos pela fé. [...]. Como não possuímos a mídia em nossas mãos, resta-nos apelar para as vias legais ao nosso alcance, além de tentar **aproveitar ao máximo oportunidades oferecidas pelos**

nossos próprios inimigos para expormos nossas ideias, confiantes de que um dos princípios basilares da imprensa ainda é ouvir todas as partes envolvidas em um determinado assunto que é por ela abordado (Gésner Braga de Araújo Júnior, membro do Comitê Desportivo LGBT - seção Bahia e filiado ao Fórum Baiano LGBT, em entrevista à autora, em 31/08/2013 – grifo adicionado).

Eu acho que a situação é bastante constrangedora e complexa. Por quê? Constrangedora no seguinte sentido: você tem um nível discursivo por parte desses fundamentalistas que beira ao ridículo, ao grotesco. Por outro lado, você ainda teria de pensar numa situação onde existem avanços; talvez o retrocesso seja uma resposta aos avanços. [...] De qualquer forma, a gente sabe que não é uma coisa fácil lidar com isso o tempo inteiro porque, na minha opinião, esse discurso dos retrocessos causa um aumento objetivo da homofobia. Por quê? [...] O pastor que fala contra os gays ele arma a faca do esfaqueador; ela arma o gatilho do revólver; ele coloca o porrete na mão do cara; ele dá a justificativa ideológica, moral, política, teológica para o homofóbico agir. Então você tem que responsabilizar como coautores dos crimes os pastores, os padres, eles têm as mãos sujas de sangue. [...] (Julian Rodrigues, coordenador de Políticas LGBT da Prefeitura de São Paulo, em entrevista à autora, em 11/10/2013).

Sem dúvida nos últimos tempos **o movimento LGBT tem sido mais pautado do que capaz de gerar uma pauta**. Nossos projetos continuam lá, em tramitação, mas os destaques na mídia e no meio político tem sido de defender-nos de acusações ou de decisões políticas contrárias à nossa pauta. **Embora as ações no movimento continuem acontecendo com agenda própria**, são inúmeros os projetos contrários à nossa causa tramitando no Congresso. Muito mais do que os favoráveis. De modo que mal vimos um projeto de lei ser arquivado já surge outro potencialmente ameaçador de direitos (Wesley Francisco da Silva, secretário Regional Nordeste da ABGLT, em entrevista à autora, em 23/08/13 – grifos adicionados).

Apesar de o deputado Marco Feliciano ter permanecido na comissão até o final do mandato como presidente, em dezembro de 2013; do projeto da “Cura gay” não ter sido derrotado em plenário, como queriam os ativistas; e do Congresso não ter avançado em nenhuma pauta pró-LGBT, o balanço geral em relação aos recentes embates político-institucionais com o setor conversador foi considerado positivo. Os principais ganhos relacionam-se às conquistas no âmbito do Judiciário, à imensa visibilidade que a questão da homofobia alcançou e à maior aceitação do segmento LGBT perante a sociedade.

Quando você tem a decisão do Supremo Tribunal Federal que, por unanimidade, reconheceu a união estável entre pessoas do mesmo sexo isso sem dúvida nenhuma foi a grande vitória que tivemos dos últimos tempos. Depois você tem a própria decisão do Conselho Nacional de Justiça, que determina que os cartórios façam a conversão da união estável para casamento. Isso também foi uma decisão importante. Você tem a própria mobilização do “Fora Feliciano”, que mobiliza e pauta a sociedade. Você tem na ABGLT o crescimento de organizações LGBT em várias partes do país. [...] Você vê grupos universitários, grupos de pesquisa dentro das universidades, então você vê que existe aí um ascenso na luta. [...] (Carlos Magno, presidente da ABGLT, em entrevista à autora, em 07/03/2014).

[...] isso provocou a opinião pública em benefício dos direitos humanos e nós LGBT, nós arco-íris, fomos o destaque, o combustível para que a sociedade se comprometesse em defender as pessoas, os direitos humanos. Se existe esse pensamento retrógrado, esse pensamento conservador absurdo e os perigos disso, as pessoas da sociedade civil começaram a compreender isso e a vir a somar com o movimento social, o movimento dos direitos humanos como um todo e a defender a

pessoa LGBT, na sua integridade e cidadania. [...] (Evaldo Alves Amorim, secretário Regional Centro-Oeste da ABGLT, em entrevista à autora, em 13/10/13).

[...] por um lado, também, eu vejo que a gente se torna visível através disso, porque quando há a tentativa de aprovação de um projeto absurdo como esse também discute-se o tema na sociedade e a gente também acaba ganhando mais aliados. Nunca um setor de um lado só avança sozinho, um acaba puxando o outro, não tem jeito. Mas eu acho que a gente tem avançado bastante porque, mesmo que a gente não tenha hoje projetos concretos aprovados no plano nacional, mas a temática já é mais de conhecimento público, de domínio público. E o reflexo mais positivo disso foi o fato do próprio Supremo Tribunal Federal já ter reconhecido os nossos direitos. Então eu vejo como reflexo dessas discussões e de visibilidade desse movimento social [...] (Julio Moreira, secretário Regional Sudeste da ABGLT, em entrevista à autora, em 1/11/13).

3.4.2 Folha de Pernambuco e Revista Veja: embates com a mídia tradicional

O caso “Folha de Pernambuco” deriva de um anúncio homofóbico de meia página publicado em 3/09/2012 no jornal de grande circulação do Recife (PE) pelo Fórum Pernambucano Permanente Pró-Vida (FPPPV), que integra o grupo religioso cristão Javé Nossa Justiça. Além de associar a homossexualidade a práticas criminosas e reprováveis (pedofilia, turismo sexual, exploração sexual de menores e prostituição), o anúncio (Figura 9) também indignou os ativistas pela associação indireta à doença, indicada pelo uso do sufixo “ismo” no termo “homossexualismo”.

Figura 9 - Anúncio do Fórum Pernambucano Permanente Pró-Vida



Fonte: <<http://migre.me/iip5t>>

A ABGLT encaminhou ofício pedindo providências ao Ministério Público Federal (MPF) e ao Ministério Público de Pernambuco (MPPE). O caso teve ampla repercussão na grande mídia e nas mídias sociais. A notícia foi publicada em vários portais nacionais e regionais de notícias (Figura 10) e blogs. Em paralelo, internautas emitiram críticas nos perfis do fórum no Facebook e no Twitter; ativistas colocaram links para denúncia na Polícia Federal; e a organização internacional em defesa da causa LGBT, All Out, lançou uma

campanha no Facebook para pressionar uma retratação impressa do jornal com o mesmo tamanho e destaque do anúncio (ver Figura 21), que contou com 831 curtidas e 2.433 compartilhamentos (até a data da última consulta, em 04/03/2014).

Figura 10 - Repercussão da polêmica sobre o anúncio em portal da Bahia

O QUE A BAHIA QUER SABER
Correio
10:20 • 09 DE MARÇO DE 2014

Buscar no Correio

Edição Do Dia
ASSINE JÁ
ACESSO DO ASSINANTE

NOTÍCIAS | ESPORTES | CONCURSOS | ENTRETENIMENTO | FAMOSOS | CARNAVAL | CLUBE CORREIO | BLOGS E COLUNISTAS

BRASIL

Anúncio com teor homofóbico causa indignação em todo o país

A peça assinada pelo "Fórum Pernambucano Permanente Pró Vida" foi publicada na edição desta segunda do 'Folha de Pernambuco'

04/09/2012 20:21:00
Atualizado em 04/09/2012 20:21:43

Da Redação

Um anúncio publicado na edição de segunda-feira (3) do 'Folha de Pernambuco' tem causado indignação em todo o país e tem sido alvo de crítica nas redes sociais. A peça, que é uma campanha do Fórum Pernambucano Permanente Pró Vida (FPPPV) chamada "Pernambuco não te quer", coloca a palavra 'homossexualismo' ao lado de 'pedofilia', 'prostituição' e 'exploração sexual de menores'.

Segundo o site do grupo que criou o anúncio, a campanha ataca de frente a exploração do

ÚLTIMAS + Notícias

Bahia enfrenta a Jacupense e tenta abrir vantagem na liderança do grupo

Brasil conquista o ouro na prova de salto em distância no Mundial indoor

Se vencer, Vitória pode já garantir vaga antecipada nas semifinais

Faça parte desse maravilhoso mundo de

Fonte: <<http://migre.me/iip5t>>

O deputado Jean Wyllys (PSOL-RJ) e a ministra da Secretaria Nacional de Direitos Humanos, Maria do Rosário, divulgaram notas de repúdio sobre o episódio. A Prefeitura do Recife veiculou mensagem de esclarecimento no seu portal, lamentando tanto a produção do anúncio quanto a apropriação indevida “do conceito de uma marca construída pela gestão municipal ao longo dos últimos anos, o ‘Recife Te Quer’”; e reforçou que seu conteúdo não refletia a realidade vivenciada pelos turistas que visitam a cidade (ver Figura 11).

Figura 11 - Nota de esclarecimento da Prefeitura do Recife

Início | Prefeitura do Recife

CATEGORIAS

Administração

Agenda do Prefeito

Assessoria de Comunicação

Assistência Social

Assuntos Jurídicos

Carnaval

Ciência e Tecnologia

Controle Urbano

Cultura

Defesa Civil

Direitos dos Animais

Direitos Humanos

Direitos Humanos e Segurança Cidadã

Educação

TURISMO | 04.09.12 - 15h29

Recife Te Quer contra o preconceito

A Prefeitura do Recife lamenta o anúncio publicado, que desrespeita frontalmente o público LGBT, apropriando-se indevidamente do conceito de uma marca construída pela gestão municipal ao longo dos últimos anos, o "Recife Te Quer".

Primeiro é importante reforçar que o posicionamento homofóbico da instituição responsável pelo anúncio não reflete a realidade vivenciada pelos turistas que nos visitam. O Recife é reconhecidamente um destino friendly e não compartilha com qualquer ato de homofobia. Inclusive, este mês, no dia 16, teremos mais uma edição da Parada da Diversidade, uma das maiores do Brasil, mais uma vez com o apoio de secretarias municipais como Turismo e Direitos Humanos e Segurança Cidadã.

A Gestão Municipal se posiciona sempre ao lado da luta pelos direitos de gays, lésbicas, bissexuais e transgêneros. Tanto é assim que hoje existem diversas ações e ferramentas destinadas a este público como a Plenária LGBT do Orçamento Participativo e as atividades desempenhadas pela Gerência de Livre Orientação Sexual da Secretaria de Direitos Humanos e Segurança Cidadã.

Por último, deixamos um recado para todas as cores, religiões, opções e diversidades: o Recife te quer sempre

Fonte: <<http://www2.recife.pe.gov.br/recife-te-quer-contr-o-preconceito/>>

O Ministério Público de Pernambuco firmou um Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) com o Fórum Pernambucano Permanente Pró-Vida para que fosse publicada uma retratação de igual tamanho e criou internamente uma Comissão de Direitos Homoafetivos, pioneira no país. Tamanha repercussão levou o jornal a divulgar em seu portal e perfil no Facebook um pedido de desculpas (posteriormente veiculado na rede), reiterando o respeito à população LGBT e o compromisso com os direitos humanos.

Erramos! Pedimos desculpas e garantimos que tal episódio não se repetirá. Sobre o anúncio publicitário do Instituto Pró-Vida publicado na edição de segunda-feira, 3 de setembro de 2012, a Folha de Pernambuco afirma que seu conteúdo de forma alguma reflete a opinião do jornal, cuja prática sempre foi a de divulgar e promover todas as ações que esclarecem e propagam a tolerância e o respeito aos direitos humanos. Ao longo dos seus 14 anos, a Folha construiu um histórico de respeito aos seus leitores, focado na promoção aos direitos humanos, inclusive da comunidade LGBT, com a qual o jornal mantém diálogo constante. Reconhecemos como dever assegurar o respeito ao próximo e não tolerar qualquer tipo de discriminação, seja ela racial, religiosa ou sexual. A direção (Nota de retratação publicada pela Folha de Pernambuco, em 04/09/2012 - <http://migre.me/ioVOK>).

Dois meses depois, a revista Veja chocou o movimento LGBT ao publicar o artigo “Parada gay, cabra e espinafre”, de autoria do jornalista José Roberto Guzzo, na edição de 12/11/2012. O articulista foi acusado de usar argumentos depreciativos, preconceituosos e ofensivos para defender o fato de os homossexuais não poderem doar sangue. Além disso, criticou as uniões homoafetivas e negou que haja violência motivada pela homofobia no Brasil, chegando a comparar a relação entre pessoas do mesmo sexo à zoofilia e ao incesto (Figura 12). A ABGLT emitiu nota de repúdio, pediu direito de resposta, prometeu acionar juridicamente a revista e conclamou entidades afiliadas, ativistas, apoiadores e simpatizantes a enviar e-mails em massa à seção de cartas, à redação.

Figura 12 - Ilustração da Veja destaca alguns dos trechos mais polêmicos do artigo



Fonte: <<http://migre.me/iiq17>>

A seguir, um dos trechos do artigo que motivou as críticas mais contundentes:

[...] Homossexuais se consideram discriminados, por exemplo, por não poder doar sangue. Mas a doação de sangue não é um direito ilimitado – também são proibidas de doar pessoas com mais de 65 anos ou que tenham uma história clínica de diabetes, hepatite ou cardiopatias. O mesmo acontece em relação ao casamento, um direito que tem limites muito claros. O primeiro deles é que o casamento, por lei, é a união entre um homem e uma mulher; não pode ser outra coisa. Pessoas do mesmo sexo podem viver livremente como casais, pelo tempo e nas condições que quiserem. Podem apresentar-se na sociedade como casados, celebrar bodas em público e manter uma vida matrimonial. **Mas a sua ligação não é um casamento – não gera filhos, nem uma família, nem laços de parentesco. Há outros limites, bem óbvios. Um homem também não pode se casar com uma cabra, por exemplo; pode até ter uma relação estável com ela, mas não pode se casar. Não pode se casar com a própria mãe, ou com uma irmã, filha, ou neta, e vice-versa.** [...] (Artigo Parada Gay, Cabra e Espinafre publicado na revista *Veja*, em 12/11/2012 – grifo adicionado).

Abaixo, mensagem enviada por um ativista à seção de cartas à redação:

O artigo do jornalista J.R.Guzzo [...], surpreendentemente, deixa transparecer sua intolerância, quando faz comparações ofensivas explícitas em relação a essas minorias. A revista *Veja*, cujo futuro midiático há tempos vem sendo reduzido, dessa vez passou do limite de desrespeito ao leitor. Aguardamos, no mínimo, uma matéria como ‘direito de resposta’ e desculpas aos leitores no editorial (carta de Edith Modesto à revista *Veja*, em 14/11/2012).

Paralelamente, cidadãos e ativistas ocasionais se mobilizaram nos sites de relacionamento, principalmente no Twitter e no Facebook, onde internautas adotaram a imagem de uma cabra em seus avatares. Também foi criada uma página para aglutinar os protestos virtuais contra a revista (Figura 13), que incluíram: petição eletrônica para coletar assinaturas à carta aberta aos anunciantes; envio de e-mails à redação; e participação na campanha *online* pelo casamento civil homoafetivo.

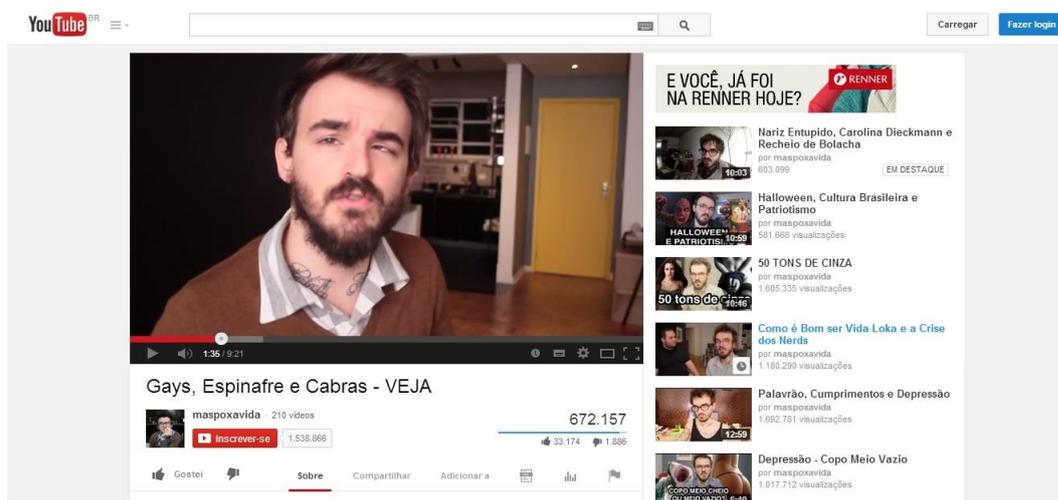
Figura 13 - Protesto virtual contra a revista *Veja* no Facebook

The image shows a screenshot of a Facebook event page. The event is titled "Protesto Virtual contra a Veja! Homofobia e desonestidade intelectual, seu nome é VEJA!". It is organized by Sacha Kontic and others. The event is scheduled for Saturday, November 24, 2012, at 20:00. The event is public and has 6,600 invited people, 843 who will likely attend, and 60,600 invited people. The page also shows a list of suggested events, including "8 de Março! Um dia de luta po...", "Samba de Moça Só na Ressac...", and "Hissa de Formatura UFS Publi...".

Fonte: <<https://www.facebook.com/events/243335425793743/>>. Mais de 60 mil pessoas foram convidadas para o protesto (até a última consulta, em 04/03/2014).

Blogs e vídeos postados no YouTube foram largamente usados para disseminar opiniões que buscavam deslegitimar, denunciar e ironizar os argumentos homofóbicos do jornalista J. R. Guzzo. Entre os vídeos com maior audiência podemos destacar a produção do ex-VJ da MTV e vlogueiro (que mantém blog e videoblog) PC Siqueira (Figura 14), intitulado “Gays, espinafre e cabras – VEJA”, que contou com **672.157** acessos (até 9/03/2014). Essa significativa audiência se explica pelo fato dele manter, desde 2010, um popular canal no YouTube, o “maspoxavida”, usado para fazer críticas sobre temas da atualidade. Outra produção muito acessada foi a do comediante e ativista conhecido como Rafucko, que satirizou uma suposta resposta da revista sobre o caso, sob o título: “Reportagem de Veja sobre homens que transam com cabras” (47.928 acessos até 9/03/2014).

Figura 14 - Vídeo produzido pelo PC Siqueira no seu canal no YouTube



Fonte: <http://www.youtube.com/watch?v=_OPG2Z1AdFs>

As reações ao artigo repercutiram não só nas mídias sociais, mas também na grande mídia. O deputado Jean Wyllys (PSOL-RJ) veiculou no seu site uma carta aberta⁸⁸, republicada no Observatório de Imprensa, e o Conselho Nacional LGBT emitiu uma nota de repúdio. Mesmo em meio às pressões, a revista não concedeu o direito de resposta, mas, como medida compensatória, convidou o então presidente da ABGLT, Toni Reis, a realizar uma capacitação sobre homofobia para os jornalistas da redação e se comprometeu a publicar diversas reportagens pró-LGBTs - o que de fato ocorreu. Nas edições subsequentes, foram

⁸⁸ Disponível em: <<http://jeanwyllys.com.br/wp/veja-que-lixo>>

abordadas pautas como inseminação artificial para lésbicas; uniões homoafetivas; e maior tolerância dos brasileiros para com os homossexuais⁸⁹.

Os episódios da “Folha de Pernambuco” e da “Revista Veja” acabaram sendo considerados termômetros expressivos dos avanços nas lutas anti-homofobia na cena midiática. A avaliação dos entrevistados é que, diante da repercussão pública alcançada, personalidades e instituições da mídia tendem a ser mais cautelosas e responsáveis nos discursos e abordagens concernentes à população LGBT. Em paralelo, há maior controle social quanto a conteúdos veiculados nos meios de comunicação que reproduzam preconceitos, discriminações, estigmatizações e violações de direitos.

As pessoas estão desenvolvendo um senso de responsabilidade social mais apurado. Além disso, **as redes, blogs, e-mails, e afins facilitam a comunicação, tornando tudo muito imediato e capaz de crescer exponencialmente**. Quem vive da imagem tem que pensar duas vezes antes de fazer ou dizer bobagem. E todos vivem: sejam marcas de produtos, políticos, partidos, médicos, advogados, jornalistas, veículos de informação, enfim, todos dependem em alguma medida da imagem que constroem, da impressão que as pessoas têm de deles [...]. (Sergio Viula, escritor e blogueiro, em entrevista à autora, em 4/10/2013 – grifo adicionado).

[...] o importante é colocar essas questões na arena pública. É óbvio que a gente quer o resultado prático no sentido do direito de resposta ou então que as pessoas acionem judicialmente o veículo, mas a manifestação pública das pessoas se posicionando é importantíssimo. Em outros momentos eram poucos aqueles que se manifestavam [...]. O *recall*, tanto no caso da revista da Abril quanto no do jornal de Pernambuco, se deu pela mobilização social, através das redes sociais, das cartas de repúdio, das notas, e isso é essencial. Mas às vezes há uma possibilidade de abrir mais para poder fazer uma ação pedagógica [em referência à capacitação realizada com os jornalistas de Veja]; outras vezes se retira por determinação judicial, como o caso do João Kleber, que foi obrigado a retirar o programa do ar [Tarde Quente, da Rede TV!, em 2005, por violação dos direitos humanos e incitação à homofobia]. Esse caso foi emblemático também. O importante é que esses casos de homofobia parem de acontecer e, se acontecer, que sejam penalizados de alguma forma, através de uma ação pública ou de posições e boicotes da sociedade (Carlos Magno, presidente da ABGLT, em entrevista à autora, em 07/03/2014).

[...] A gente traz o debate, tira debaixo do tapete essa questão e coloca em cima da mesa. E acho que é isso que nós precisamos: nós precisamos debater mais. Eu sou totalmente favorável às propagandas, ao senso de humor, mas desde que não seja para desqualificar o outro. Quando tem desqualificação do outro, colocando que o gay é menor que o hétero; o negro é menor que o branco, a mulher é menor que o homem, nós temos que combater. [...] Isso é importante porque você acaba denunciando e as pessoas começam a perceber que estão errando. Hoje, por exemplo, é difícil uma pessoa falar ‘eu sou homofóbico, eu não gosto de gay’. Até os símbolos dos homofóbicos no Brasil, que são o Malafaia, o Feliciano e o Bolsonaro, [...] estão moderando o discurso. Se a gente visse esse discurso há 10, 15 anos atrás, seria muito mais radical. Então temos conseguido moderar inclusive os mais radicais e é através da denúncia. [...] (Toni Reis, secretário de Educação da ABGLT, em entrevista à autora, em 15/08/2013).

⁸⁹ Com base em pesquisa da Ipsos MediaCT, realizada a pedido da Veja em 2013, que aponta maior aceitação da sociedade para com a diversidade sexual: 52% dos entrevistados disseram ser favoráveis ao casamento entre pessoas do mesmo sexo (Edição Especial – Veja 2340, ano 46, setembro de 2013).

Em linhas gerais, a avaliação do movimento em relação à grande mídia tende a ser cautelosa. Ainda prevalece o tom crítico, embora haja reconhecimento de que houve avanços no tocante à pauta da homofobia e da cidadania LGBT, sobretudo nas novelas e nos noticiários jornalísticos dos grandes centros. Isso se expressa, sobretudo, no fato de vários ativistas terem se tornado fontes recorrentes para matérias e reportagens, e no crescimento de pautas sobre uniões entre pessoas do mesmo sexo, adoções homoparentais e violência homofóbica. Os principais entraves ainda estão nos programas humorísticos, religiosos e de auditório, nos veículos de comunicação regionais e nos telejornais de viés mais sensacionalista, que abusam das pautas sobre crimes.

Nos últimos anos temos tido espaço na grande mídia, mas não podemos nos enganar. Ela é movida pelo capital e suas influências e, em grande parte do tempo, reproduz os preconceitos institucionalizados (machismo, racismo e homofobia), seja na forma que as notícias da violência contra LGBTs são dadas, ou nas novelas que reproduzem clichês e estereótipos (Juliana Souza, secretária Regional Sul da ABGLT, em entrevista à autora, em 11/07/13).

Eu acho que a grande mídia encara o movimento LGBT de maneira comercial. Isso significa o quê: se está dando mais ibope falar bem de gay, se tem uma capa moderninha, se a trama da novela cresce em audiência e se eles se dizem liberais, a tendência é fazer um discurso mais moderninho e buscar uma certa aceitação. A grande mídia bate no Feliciano, mas o espaço que eles dão é desproporcional à força do Feliciano; mas o Feliciano gera manchetes, gera lead, gera leitura, gera click [...]. Eu acho que, no geral, a grande mídia tem uma tendência a ter uma abordagem mais positiva, mas é um processo contraditório. Por exemplo, no jornalismo é uma coisa, no programa de humor é outra. [...] (Julian Rodrigues, coordenador de Políticas LGBT da Prefeitura de São Paulo, em entrevista à autora, em 11/10/2013).

A observação participante possibilitou constatar que a rede é altamente midiática. Qualquer conteúdo ou declaração homofóbica e discriminatória que circule nos meios de comunicação é prontamente combatido pelos ativistas, que se posicionam – por si mesmos e/ou por meio de suas entidades representativas, sobretudo a ABGLT – nas mídias sociais e nos veículos jornalísticos; promovem campanhas, protestos e ações *online* e *off-line*; acionam autoridades, a Justiça, o Ministério Público e o Conselho Nacional de Autorregulamentação Publicitária (Conar). A estratégia mais comum é buscar ampla repercussão sobre o incidente e fomentar o debate:

A gente tem atuado muito nesse sentido, enquanto ABGLT, fazendo pedido de direito de resposta, entrando no Ministério Público contra alguns programas [...]. Existe um ditado popular que diz: quem cala consente, e a gente não consente mais, não permite, não aceita nenhum tipo de discriminação, nenhum tipo de preconceito, nem só os voltados à questão da orientação sexual e da identidade de gênero, como a outros preconceitos correlacionados, como machismo, como o racismo e outras formas de intolerância. E a gente tem agido sim, inclusive, a nível local, estadual e nacional, porque precisamos dar uma resposta, a nossa comunidade espera isso da gente também. Enquanto movimento social precisamos realmente levantar essa bandeira e que essa bandeira seja realmente visibilizada e defendida por todos nós

(Beto Paes, secretário Regional Norte da ABGLT, em entrevista à autora, em 1/10/2013).

[...] quando você tem um artista que forma opinião, que influencia, é importante ficar atento. A gente faz toda uma articulação por meio das listas, que nesse momento é muito importante porque ali tem muitos jornalistas acompanhando a discussão. Quando uma artista como a Daniela Mercury se coloca, se posiciona, é importante que a sociedade seja informada, mas com seriedade e com qualidade. Quando uma cantora como Joelma traz sua posição conservadora, religiosa, nós precisamos reagir enquanto a isso, porque ela também influencia e é uma influência negativa para nós. Então nós precisamos esclarecer as pessoas que aquilo é um pensamento de um recorte religioso e nós precisamos nos contrapor àquilo [...] (Evaldo Alves Amorim, secretário Regional Centro-Oeste da ABGLT, em entrevista à autora, em 13/10/13).

O advento das mídias sociais - especialmente os blogs, os sites de relacionamento e o YouTube - acabou trazendo uma contribuição decisiva nesse processo: tanto possibilitou que se tomasse conhecimento, quase instantaneamente, sobre os casos de homofobia na grande mídia quanto ampliou as possibilidades de visibilizar esses casos. Os relatos abaixo ajudam a dimensionar e compreender a importância das novas tecnologias digitais para o alcance da esfera de visibilidade pública e midiática das lutas anti-homofobia:

[...] A grande mídia hoje não detém a última palavra sobre nada. Muito do que as redes sociais produzem acaba tendo um efeito bumerangue, ou seja, o que a grande mídia diz repercute e, não poucas vezes, ela tem que rever seus conceitos, abordagem e práticas. Sob o ponto de vista da participação popular, isso é ótimo! Uma coisa é certa: se não houver retratação num determinado episódio, certamente haverá muito mais critério na produção da notícia ou na emissão de opiniões nesses veículos dali em diante. Acho que esse foi o maior ganho com o episódio das “cabras” [referência ao artigo homofóbico da revista *Veja*]. (Sergio Viula, ativista independente, escritor e blogueiro, em 4/10/2013).

A reação pelas mídias sociais, pelas redes, é hoje fundamental, é automático. Se nesse momento sair alguma coisa no meu e-mail eu já joga nas listas e, dependendo da gravidade, a repercussão vai ser automática, [...] as pessoas estão atentas nas listas e elas, de alguma maneira, fazem um monitoramento do que está acontecendo, do que está sendo falado, do que aconteceu na novela, se aquilo está de acordo, [...]. Como no caso dessa Joelma aí que, depois da reação negativa, ela perdeu o patrocínio para o filme dela [o Governo do Pará desistiu de patrocinar o longa “Isso é Calypso”] [...] Então a mídia, as redes e as listas estão tendo essa função de moderar e democratizar as falas preconceituosas contra as mulheres, os negros, os LGBTs e todas as minorias sociais (Evaldo Alves Amorim, secretário Regional Centro-Oeste da ABGLT, em entrevista à autora, em 13/10/13).

3.4.3 Categorização do ativismo *online*

Do ponto de vista do percurso teórico-conceitual, encontramos algumas limitações que exigiram um esforço complementar no sentido de construir uma categorização mais adequada ao ciberativismo, ou ativismo *online*, presente na rede LGBT. A literatura corrente sobre a temática parte do pressuposto de que as ações ciberativistas são focadas tanto no indivíduo como em grupos que se organizam especificamente para uma determinada causa, ou se arregimentam em torno de outros grupos, motivados por um sentimento de indignação,

comoção, solidariedade ou questionamento da ordem estabelecida (VEGH, 2003; JORDAN, 2002; HANDS, 2011; UGARTE, 2008; SAMUEL, 2004).

Tais abordagens não dão conta das ações ativistas *online* que ocorrem no contexto dos movimentos sociais, com seus programas políticos e agendas construídas coletivamente nos embates com as instituições democráticas. Esses movimentos, catalisadores das tensões sociais e das demandas não contempladas pelo Estado, vêm exponencialmente incorporando as novas tecnologias de informação e comunicação em suas estratégias de planejamento, articulação, mobilização e ação, como é o caso da rede LGBT estudada. Nesse sentido, fizemos um esforço complementar na tentativa de caracterizar o ciberativismo exercido no grupo de discussão eletrônico.

Em função das peculiaridades do objeto, propomos algumas adaptações à classificação desenvolvida por Vegh (2003), mencionada no capítulo anterior, que divide o ativismo *online* em três tipos gerais: conscientização/sensibilização/apoio (*awareness/advocacy*), que envia ou recebe uma informação; organização/mobilização (*organization/mobilization*), que chama ou é chamado para ação; ação/reação (*action/reaction*), que inicia ou reage a uma ação. Essa última categoria está diretamente ligada ao ativismo hacker ou hactivismo, que não foi identificado no grupo estudado e por isso dispensa aprofundamentos.

As ações de conscientização/sensibilização/apoio versam sobre iniciativas nas quais a Internet pode funcionar como uma fonte alternativa para a causa (ver Capítulo 2, p. 88). Nas incursões feitas na rede LGBT, observou-se que é fartamente usada a estratégia de produzir contrainformação e informação relevante e buscar canais alternativos para veicular conteúdos na intenção de conscientizar e sensibilizar a sociedade, recrutar apoios, visibilizar questões e fortalecer os mecanismos de pressão. A ação coletiva tende a ganhar maior visibilidade, adesão e eficiência quando combina o ativismo político mais orgânico (nas ruas, no parlamento e nos espaços cívicos tradicionais), com o ativismo ocasional de apoiadores que se identificam com causas específicas e se manifestam, principalmente, pelas mídias sociais.

A rede utiliza como fontes informativas o site da ABGLT e de entidades parceiras, listas de discussão, blogs e plataformas como Facebook, YouTube e Twitter. Conteúdos publicados na grande mídia, desde que favoráveis a questões caras ao movimento, também circulam na lista, em blogs e nas mídias sociais como informação relevante, e por isso, neste estudo, se enquadram nas iniciativas de conscientização/sensibilização/apoio. As notícias, artigos, informes, vídeos e denúncias são disseminados pelos integrantes do grupo, ou seja, a

própria rede retroalimenta os conteúdos relevantes e cria um canal de distribuição que pode posteriormente ser utilizado para fins de organização e mobilização.

Tópicos abertos com esse fim geralmente têm pouca interação e produzem um número reduzido de mensagens. A principal demanda dessas conversações é tirar dúvidas, fornecer ou obter dados complementares, além de subsidiar decisões e ações. Podemos citar inúmeros exemplos relacionados ao caso “Fora Feliciano”, como a produção e/ou divulgação de vídeos cômicos, debochados ou em tom de denúncia, com compilações de declarações polêmicas do deputado sobre a população negra, LGBT e as mulheres; e de informações associadas a ele ou à comissão, como o processo por estelionato em tramitação no Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul e a notificação de suspensão da CDHM pelo Comitê Brasileiro de Direitos Humanos e Política Externa (CBDHPE).

O vídeo “Por que Feliciano seria um desastre para a Comissão Parlamentar de Direitos Humanos?”, disseminado na rede logo após ter sido postado no YouTube, em março de 2013, dias antes da eleição para a presidência da Comissão de Direitos Humanos da Câmara (Figura 15), contabilizou 6.634 acessos (até 28/02/2014). Produzido a partir de pronunciamentos em templos, programas de TV evangélicos e no Congresso, esse recurso audiovisual se juntou a vários outros que contribuíram para construir a imagem de deputado “racista, homofóbico e sexista” incompatível com os direitos humanos e a inclusão das minorias sociais.

Figura 15 - Vídeo-denúncia veiculado antes da posse de Feliciano na comissão



Fonte: <<http://www.youtube.com/watch?v=CRcpMVg9Ngk>>

Outro exemplo emblemático dessa tática de conscientização/sensibilização/apoio foi o uso da rede associado à mobilização intermídia para divulgar que a Exodus International - uma das mais tradicionais organizações religiosas a pregarem a “cura” da homossexualidade - anunciou, em julho de 2012, a suspensão da “terapia reparativa” para quem possui orientação homossexual. O anúncio foi divulgado pelo site A Capa (Figura 16) logo depois da primeira

audiência da Câmara para discutir o projeto da “Cura Gay”, o que ampliou ainda mais a repercussão da notícia no grupo de discussão.

Figura 16 - Notícia sobre a desistência de “tratamento” para gays



Fonte: < <http://migre.me/iirKu> >

Sobre o papel da rede e das novas tecnologias na disseminação de conteúdos relevantes para a luta contra o projeto da “Cura Gay”, um ativista observou:

A rede foi um braço de apoio ao Conselho Federal de Psicologia todo o tempo. Além disso, articulou para trazer informações sobre os riscos dessas práticas e sobre decisões de proibição das mesmas em outros países em função dos danos que causam aos indivíduos submetidos a ela. O fechamento da Exodus Internacional também foi muito oportuno [...]. A mobilização das redes sociais por essas lideranças e aliados também foi fundamental para colocar o tema na ordem do dia (Sergio Viula, escritor e blogueiro, em entrevista à autora, em 4/10/2013).

Ainda que os casos “Fora Feliciano”, “Cura Gay”, “Folha de Pernambuco” e “Revista Veja” tenham produzido informação e contrainformação por meio do ativismo *online*, há certas especificidades que precisam ser analisadas. A reação contra a eleição do deputado e a aprovação do projeto encontrou eco na grande mídia, que em geral adotou uma postura crítica. O editorial publicado pela Folha de S. Paulo, em 16/03/2013 - posteriormente divulgado na lista -, é um exemplo emblemático: [...] As declarações de Marco Feliciano não se pautam **pela civilidade, nem mesmo por um mínimo cabedal de instrução. Não são apenas os direitos das minorias que perdem. O próprio diálogo e a política se inviabilizam** (grifo adicionado).

O artigo “Bancada evangélica agora investe na cura dos gays”, publicado em um dos blogs do Estadão (o portal de notícias do jornal O Estado de São Paulo), é igualmente representativo da postura adotada pela mídia generalista em relação às pautas defendidas pela

ala mais conservadora do Congresso. O texto circulou na rede logo após a realização de uma audiência pública, em novembro de 2012, para discutir o PDC da “Cura Gay”:

[...] O projeto ignora o debate científico em torno da questão. Os integrantes do Conselho Federal de Psicologia proibiram os tratamentos de cura da homossexualidade porque há muito tempo ela não é considerada doença. A Organização Mundial da Saúde (OMS) a retirou da lista de doenças mentais há 22 anos. **Por esse viés, o que os conselheiros disseram com a resolução foi o seguinte: tratar uma doença inexistente, prometer cura ao paciente e cobrar por isso é charlatanice.** Só. [...] No esforço para requalificar os homossexuais como doentes, o deputado João Campos acaba, indiretamente, questionando a competência dos conselhos para regular atividades profissionais. **Hoje ele diz que os psicólogos estão errados. E amanhã? Serão os engenheiros? Os advogados? Os antropólogos? Vai desqualificar a teoria evolucionista e proibi-la nas escolas?** [...] (Jornalista Roldão Arruda no blog do Estadão, em 27/11/2012 – grifos adicionados).

Portanto, os conteúdos alternativos veiculados na Internet foram mais no sentido de reforçar o discurso do noticiário nacional, estimular um sentimento de indignação coletivo e fomentar as pressões populares contra a bancada evangélica, que articulou tanto a ocupação da vaga da presidência da Comissão de Direitos Humanos quanto a obtenção de apoio para o PDC 234/2011. No caso do artigo e do anúncio publicados, respectivamente, pela revista Veja e pela Folha de Pernambuco, aconteceu exatamente o contrário. A intenção das ações ciberativistas foi deslegitimar e denunciar o discurso homofóbico reproduzido por veículos que representam a mídia hegemônica, além de forçar uma retratação pública.

Observou-se que repercutiram na lista vários artigos e posicionamentos condenatórios aos dois veículos de comunicação, a maioria veiculados em blogs e produzidos por ativistas, jornalistas, intelectuais e autoridades, como se pode observar nas declarações do deputado federal Jean Wyllys (PSOL-RJ) e da ministra dos Direitos Humanos, Maria do Rosário, divulgadas no grupo:

A Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República (SDH/PR) vem a público manifestar sua indignação com a campanha intitulada “Pernambuco não te quer”, divulgada na mídia local daquele Estado, pelos motivos que seguem: 1 – Tal campanha seria de grande relevância se estivesse de fato voltada a enfrentar crimes abomináveis, como a exploração sexual de crianças e adolescentes, o turismo sexual e a pedofilia; 2 – No entanto, ao incluir no seu repúdio os homossexuais, a campanha fere os Direitos Humanos e promove o ódio contra a comunidade de Gays, Lésbicas, Bissexuais, Travestis e Transexuais (LGBT); 3 – A exploração sexual de crianças e adolescentes em nada se relaciona à diversidade e à livre orientação sexual [...] (nota de repúdio da ministra Maria do Rosário sobre o anúncio homofóbico da Folha de Pernambuco, em 4/09/2012).

[...] Bom, os gays somos como o espinafre ou como as cabras. Esse é o nível do debate que a Veja propõe aos seus leitores. Não, senhor Guzzo, a lei não pode obrigar ninguém a “gostar” de gays, negros, judeus, nordestinos, travestis, imigrantes ou cristãos. E ninguém propõe que essa obrigação exista. Pode-se gostar ou não gostar de quem quiser na sua intimidade (De cabra, inclusive, caro Guzzo, por mais estranho que seu gosto me pareça!). Mas não se pode injuriar, ofender,

agredir, exercer violência, privar de direitos. É disso que se trata (reposta do deputado Jean Wyllys ao artigo da revista Veja, em 12/11/2012).

Esse aspecto pode ser demonstrado ainda na opinião indignada de um ativista sobre o artigo da revista Veja, originalmente veiculada no blog Mix Brasil, hospedado no portal UOL, e posteriormente divulgada na lista de discussão:

Opiniões acerca do comportamento humano ainda presas a conceitos de padrão e falso moralismo são inócuas para a conscientização de uma sociedade mais justa e democrática. [...] Qualquer tipo de imprensa que critique de forma ofensiva, que denigre, que difama, que, enfim, comete despautérios, é obrigada a assumir suas responsabilidades por conta de suas reportagens insidiosas. [...] E a reparação para isso acontece nas searas jurídicas nas quais direitos garantidos são levados em conta, por uma sociedade dinâmica que acompanha suas demandas e necessidades. [...] (Artigo de Roberto Muniz Dias, publicado no blog Mix Brasil, em 13/11/12).

Outra situação que demonstra o uso do ambiente *online* como meio alternativo para chamar a atenção da sociedade sobre a reprodução da homofobia pela mídia foi a campanha lançada no Facebook em contraposição ao anúncio da Folha de Pernambuco (Figura 17), também disseminada na rede, em blogs e no noticiário jornalístico:

Figura 17 - Campanha criada pela boate GLS San Sebastian, de Salvador (BA)



Fonte: <<http://migre.me/iip5t>>

Nas ações de organização/mobilização, a Internet é usada para mobilizar e promover o engajamento de três maneiras distintas. A primeira diz respeito ao chamado feito no ambiente *online* para uma ação no plano *off-line*, em lugar e tempo determinado (VEGH, 2003), como as táticas intermídia e convocações feitas pelos ativistas para os protestos e atos do “Fora Feliciano” e do “Cura Gay” realizados em várias cidades brasileiras (Figuras 18 e 19). Além da própria lista de discussão e dos blogs, uma das principais ferramentas para arregimentar adesões foi o Facebook. Em todos os protestos que circularam na rede havia links para as páginas criadas nesta mídia social com o objetivo de aglutinar apoio às manifestações.

Figura 18 - Convocação para os protestos contra Feliciano em São Paulo

The image shows a Facebook event page. At the top, there's a red banner with a photo of Marco Feliciano on the left and white text on a red background: "ATO DE REPÚDIO A NOMEAÇÃO DO DEPUTADO MARCO FELICIANO PARA A COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS". To the right of the text, the date "09/03" and time "14 hs" are displayed. Below the banner, the event title "Ato de repúdio a nomeação do Pr. Marco Felic..." is visible, along with buttons for "Eventos", "Participar", and "Talvez". The event is public and organized by Todd Tomorrow, Mario Francisco, and 4 others. It is scheduled for Saturday, March 9, 2013, at 14:00. The location is "Esquinas da Av. Paulista, R. da Consolação e Rebouças. (metrô Consolação e Paulista)". A warning section titled "ATENÇÃO!" states: "Teremos um novo protesto. Esta é a página do evento no próximo sábado (16): http://www.facebook.com/events/340454419387589/ Será no mesmo local e na mesma hora. ... Ver mais". On the left, there are sections for "Confirmados (27.365)" and "Talvez (5.646)".

Fonte: <<https://www.facebook.com/groups/454950307908980/>>

Figura 19 - Convocação para os protestos contra a “Cura Gay” em Brasília

The image shows a Facebook event page. At the top, there's a blue banner with a photo of a protest where a woman holds a sign that says "DR. EU N ME ENGAÑO QUEM NÃO TEM CURA É FELICIANO". Below the banner, the event title "#ForaFeliciano - Quem derrubou o preço das L..." is visible, along with buttons for "Eventos", "Participar", and "Talvez". The event is public and organized by Juntos, Pedra no Sapato, and 5 others. It is scheduled for Thursday, June 26, 2013, at 13:00. The description reads: "Essa semana o povo brasileiro fez história. Na quinta, dia 20 de junho, mais de 1,5 milhão de pessoas foram às ruas. Entre todas as pautas que surgiram, um consenso: a comemoração da vitória popular que derrotou o aumento das tarifas de ônibus em todo o Brasil. Muitas lutas importantes foram apresentadas. Um novo DIA D, uma nova vitória do povo, precisa ser concretizada." On the right, there are sections for "Pessoas que você talvez conheça..." listing friends like Luzia Andrade, Rossini Santos, and Augusto Aranha, and "Patrocinado" with ads for Hazeidi and Creatus Luminárias. On the left, there are sections for "Confirmados (5.150)" and "Talvez (1.030)".

Fonte: <<https://www.facebook.com/events/499009960184762/>>

A segunda maneira de organização/mobilização está relacionada ao chamado para uma ação que normalmente acontece no “mundo *off-line*”, mas pode ser mais eficiente quando feita via Internet. Esse tipo de recurso foi usado como tática secundária de pressão nos casos “Fora Feliciano”, “Cura Gay” e “Folha de Pernambuco”, e como ação complementar no caso “Revista Veja”. Alguns ativistas sobrecarregaram o correio eletrônico dos deputados com críticas ao projeto, que foram socializadas para que os demais pudessem fazer o mesmo, e encaminharam para a lista abaixo-assinados e campanhas *online* contra a indicação e, posteriormente, pela destituição do deputado da presidência da comissão.

Na maioria das vezes, as petições e campanhas *online* foram de iniciativa de organizações internacionais que atuam na Internet. Além dos abaixo-assinados para tentar impedir a eleição de Feliciano na CDHM, a Avaaz pressionou – por meio do envio massivo de mensagens – o então presidente nacional do PSC, deputado André Moura, a demover seu correligionário de permanecer na comissão⁹⁰ (Figura 20). A All Out, que também participou ativamente desse caso, lançou uma campanha no Facebook pedindo a retratação da Folha de Pernambuco - já mencionada anteriormente (Figura 21).

Figura 20 - Campanha do Avaaz para tentar destituir o deputado da CDHM

Top 10 do Feliciano

Postado: 24 abril 2013
O deputado André Moura prometeu que o período probatório do Feliciano terminaria no dia 26 de abril.

Em menos de um mês, Feliciano conseguiu realizar os 10 feitos chocantes abaixo. Envie uma mensagem à direita e diga ao deputado André Moura que o tempo de Feliciano se esgotou:

1. Ele acusou antigos membros da Comissão de Direitos Humanos e Minorias de compactuarem com o diabo.
2. Feliciano retuitou que o "destino" de crianças adotadas por casais gays é o estupro.
3. Em petição ao Supremo Tribunal Federal, o pastor disse novamente que os africanos são amaldiçoados.
4. A ministra da Igualdade Racial apresentou uma moção pedindo a saída de Feliciano
5. O Procurador-Geral da República pediu uma investigação sobre o fato de Feliciano ter empregado 5 membros de sua igreja em seu gabinete parlamentar
6. O próprio líder da igreja de Feliciano disse à mídia que o pastor está usando o nome dele para se promover.

Envie uma mensagem para o deputado André Moura pedindo que ele remova Feliciano da CDHM já que ele não tem condições para continuar neste cargo. Não esqueça de incluir as 10 razões listadas ao lado. Quanto mais pessoal for a sua mensagem, melhor.

ESCREVA SUA MENSAGEM AQUI

Sinceramente,
 ...
 [nome_remetente]
 Brasil

Nota: [nome_remetente] enviou essa mensagem como parte de uma campanha da Avaaz contra o Marco Feliciano.

Avaaz.org vai proteger sua privacidade e lhe manter atualizado sobre essa e outras campanhas semelhantes.

ENVIAR

Fonte: <http://www.avaaz.org/po/feliciano_top_ten_b/>

Figura 21 - Campanha lançada pela All Out no Facebook

facebook

Pernambuco quer mais que desculpas

É hora de reparar o estrago, Folha de Pernambuco.

E uma nota de esclarecimento não é o bastante. A população de Pernambuco e de todo o país espera uma retratação urgente, com o mesmo tamanho e destaque.

ALL OUT

Fonte: <<http://migre.me/ibDDP>>

No entanto, houve situações em que esse tipo de ação foi desencadeada a partir da própria rede, como a petição pública criada por um ativista do grupo para que os assinantes pressionassem a revista Veja a se retratar pela veiculação do artigo (Figura 22), que totalizou

⁹⁰ Na página da campanha não foi possível identificar o número de participantes.

2.537 assinaturas (até 04/03/2014); e a remessa coordenada de e-mails aos deputados para que votassem contra o projeto da “Cura Gay”, a ser votado no plenário da Câmara em julho de 2013, durante os protestos na Copa das Confederações. A mensagem enviada à lista conclamava os ativistas de todo o país e dava instruções de como participar:

[...] pessoas ou grupos de CADA ESTADO do Brasil fazem uma relação dos endereços de emails dos deputados, que se obtém no site <http://www2.camara.leg.br/deputados/pesquisa>, divulgam essa lista de emails e pedem para que o povo envie emails para TODOS DEPUTADOS DA LISTA solicitando que eles REJEITEM O PDC 234/2011. Agora foi iniciada a campanha em Pernambuco. Vamos espalhá-la pelo Brasil? Divulguem, por favor, a notícia [...] para todas as pessoas (homossexuais, ou não, parentes e amigos de homossexuais, ou não) e que essas pessoas enviem um email com um texto mais ou menos assim: SENHOR (A) DEPUTADO (A) FEDERAL: POR FAVOR VOTE CONTRA O PDC 234/2011, vote contra a famigerada e inventada "cura gay". Um eleitor do seu Estado [...] (Toni Reis, em 01/07/2013).

Figura 22 - Petição pública para mobilização de assinantes da revista Veja



Fonte: <<http://www.peticaopublica.com.br/?pi=veja1112>>

A estratégia de envio massivo de mensagens também foi usada para tentar deslegitimar e ofuscar os comentários favoráveis ao PDC 234 enviados por leitores à coluna Radar *online*, veiculada na versão eletrônica da revista Veja, em razão da nota “Projeto avança”. Integrantes da rede articularam a produção de textos consubstanciados em argumentos com respaldo da psicologia, na tentativa de contribuir para a formação de opiniões amparadas na compreensão sobre diversidade sexual, que vai de encontro a qualquer terapia de “reversão” ou “tratamento” da homossexualidade. Segue abaixo o comentário escrito para a coluna por um ativista do grupo:

[...] O psicólogo tem que ter o pensamento analítico (matrizes lógicas). Tem que ter comprometimento ético, mas não uma ética da moral que impediria a livre associação do paciente, mas uma ética do desejo, respaldada na filosofia, que respeita o sujeito do desejo, da linguagem e da diferença (ninguém é igual a ninguém). [...] A demanda desse projeto é de psicólogos cristãos [...]. É um projeto proselitista que só ressaltaria (se aprovado) o quanto o Congresso Nacional está repleto de parlamentares que estão dispostos a ferir a Lei máxima do país – a Constituição. Ou seja, se passar será um tiro no pé [...]. O mundo é diversificado e

deve ser respeitado por sua capacidade de acolhimento das diferenças. Sejam elas étnicas, de orientação sexual, de identidade de gênero, de pensamentos e etc. [...] se um umbandista ou Kardecista aparecer no consultório de um psicólogo que se auto-intitula cristão, qual seria a sua conduta se não a de modificar (ou tentar modificar) o comportamento religioso desse sujeito. Isso é respeitar o livre arbítrio? Se esse projeto absurdo passar no Congresso, com certeza, o Conselho Federal de Psicologia, autarquia federal de autoridade cognitivo/científica vai solicitar ao Executivo (presidenta Dilma) o veto por sua inconstitucionalidade (Dan Jung, em 12/12/2012).

As ações de organização/mobilização acarretam maior participação fora da rede do que dentro, como demonstram os acessos a vídeos, assinaturas de petições e compartilhamento de campanhas *online*. Contudo, essas formas de pressão com o suporte das tecnologias digitais funcionaram apenas como reforço aos protestos e atos nas ruas, ao trabalho de *advocacy*, à formulação de denúncias e às articulações no âmbito político-institucional-midiático, normalmente mais ligadas ao ativismo tradicional. Convergem com essas constatações, as mensagens direcionadas à lista com o objetivo de mobilizar os ativistas para a audiência pública realizada em junho de 2012 e socializar as estratégias planejadas para fortalecer a atuação do movimento, no sentido de inviabilizar o projeto da “Cura Gay”:

Para a nova audiência do dia 27/11, eu queria fazer uma apresentação com umas 10 fotos de assassinatos de LGBT e com as descrições dos requintes de crueldade para provar que é homofobia, sim. [...] Gostaria de pedir às pessoas que podem ir a Brasília e as pessoas que moram em Brasília para nos ajudar a mobilizar neste dia com faixas e cartazes (temos que ter uma grande mobilização). Gostaria de receber sugestões de argumentos para a não modificação da Resolução 001/99 que proíbe a “Cura Gay”. [...] Pediria ao pessoal do PSDB que entre em contato com o deputado evangélico João Campos (PSDB-GO) e peça e argumente para retirar o projeto. Pediria ao pessoal do PV que entre em contato com o deputado Roberto de Lucena PV/SP [para] que refaça seu relatório, pedindo o arquivamento do Projeto. Pediria ao pessoal do PSB que entre em contato com o deputado pastor Eurico PSB/PR que é um grande defensor da “Cura Gay” – para dar elementos para o mesmo mudar de ideia. Os três estatutos partidários defendem os direitos humanos e os princípios constitucionais. [...] (Toni Reis, em 10/11/2012).

[...] Precisamos mobilizar o maior número de pessoas de Brasília e do Brasil para comparecerem [à] AUDIÊNCIA PÚBLICA da “Cura gay” dia 27/11/2012 às 14:00 (sugiro estar lá bem antes do horário para conseguir um bom lugar) no Anexo II, Plenário 07 na Câmara dos Deputados. [...] Precisamos levar todos os argumentos possíveis contra esta iniciativa que vai contra todo o bom senso e a ciência atualizada. [...] No dia levem a Constituição Federal, faixas, material para fazerem cartazes, cartas abertas, manifestos, folders. Venha você e toda sua indignação. Pedimos que mobilizem os parlamentares favoráveis à cidadania LGBT e que defendam o Conselho Federal de Psicologia. [...] Todos e todas unidas contra este acinte à cidadania. Por um Brasil laico, diverso e contemporâneo. (Toni Reis, em 19/11/2012).

Nos embates com o jornal Folha de Pernambuco e com os deputados da bancada evangélica o ativismo político *online* aparece como uma estratégia de reforço; enquanto que nos embates com a revista Veja tanto o ativismo *online* quanto o *off-line* tiveram o mesmo peso, um complementou o outro. A principal tática adotada para pressionar a revista foi o

recrutamento de militantes, ativistas e apoiadores para o envio maciço de cartas à redação em repúdio ao artigo homofóbico. Concomitantemente, ativistas indignados organizaram espontaneamente mobilizações contra os dois veículos no Facebook, no Twitter e no YouTube, como visto anteriormente.

Além dessas ações que se enquadram na categoria organização/mobilização, a ABGLT solicitou formalmente o direito de resposta à Veja, ameaçando uma interpelação judicial se o pedido não fosse atendido; e acionou os Ministérios Públicos Federal e Estadual para tomar providências quanto ao anúncio homofóbico da Folha de Pernambuco - o que denota um tipo de ativismo político, porém articulado em rede. Nessa mesma linha de atuação, são igualmente recorrentes as articulações para viabilizar o pronunciamento de autoridades, partidos e instituições, normalmente por meio da emissão de notas e moções de repúdio, e de entrevistas a veículos jornalísticos.

Situações desse tipo podem ser exemplificadas pelas articulações que resultaram nas declarações feitas à imprensa pelo ministro da Saúde, Alexandre Padilha (Figura 23), depois que o PDC 234 foi aprovado na Comissão de Direitos Humanos:

Figura 23 - Críticas do ministro ao projeto repercutiram na grande mídia

The image shows a screenshot of a news article from the G1 website. The article is titled "Ministro da Saúde diz não ser correto propor 'cura' para homossexuais" and is dated 19/06/2013 16h29. The author is Nathalia Passarinho. The article text states that Alexandre Padilha said he reinforced criticisms against the president of the committee, and that the proposal for a "gay cure" will pass through two committees of the Chamber of Deputies. A quote from Padilha is included: "Reforcei hoje ao presidente da Comissão de Seguridade e ao presidente da CCJ que não é correto um projeto de lei querer estabelecer cura para aquilo que não é doença". To the right of the article is a sidebar with a "Política" section containing three news items: "Eduardo Cunha diz que PMDB deve 'repensar' aliança com PT", "Em um ano e meio, tribunais demitem ao menos 19 'fichas-sujas', indica CNJ", and "Supremo retoma na próxima semana ação sobre correção de...".

Fonte: <<http://migre.me/iivE1>>

Vale salientar que, especialmente nas iniciativas de organização/mobilização, é muito usual aliar o ciberativismo ao ativismo político. As duas estratégias, conjuntas, são pensadas de modo a fortalecer os mecanismos de pressão, dar mais visibilidade à causa, ampliar o número de adesões e alcançar o máximo possível de resultados. Em paralelo às ações *online*, frequentemente a rede estimula seus quadros a tentar veicular artigos em jornais, revistas, portais de notícia, sites e blogs; mobiliza os integrantes a participar de ocupações, audiências,

sessões plenárias, atos e protestos, tanto nacionais quanto locais, e procura lançar via ABGLT – ou requisitar das entidades parceiras – notas de repúdio sobre questões das quais discorda.

Esse recurso ativista fica expresso no artigo para livre publicação “O deboche, a palhaçada e o jogo de interesses”, escrito pelo então presidente da ABGLT, Toni Reis, por ocasião da escolha de Feliciano para a CDHM, e veiculado no site Congresso em foco⁹¹; e na nota pública de repúdio do Conselho Nacional LGBT contra o artigo de Veja:

[...] O texto apresenta conteúdo desrespeitoso, permeado de inverdades, preconceituoso, e desqualifica o movimento LGBT, assim como, por extensão, todos os movimentos de populações oprimidas socialmente [...] Essas expressões de violência são alimentadas por artigos como este [...]. É inadmissível que uma das revistas de maior circulação no país conceda espaço a esse tipo de abordagem preconceituosa, desqualificadora e incitadora do ódio e da violência (nota do CNCD-LGBT, em 14/11/2012).

Para chamar a atenção da mídia generalista, além de expedientes tradicionais como o envio de releases para o *mailing list* dos jornalistas das principais redações do país, recorreu-se a protestos irreverentes, como a solicitação de aposentadoria compulsória por invalidez causada pela “doença da homossexualidade” (Figura 24); os beijaços coletivos contra Feliciano e a “Cura Gay” (Figura 25); o uso de fantasias e a confecção de cartazes, faixas e bandeiras com dizeres do tipo: “Doutor, eu não me engano, quem não tem cura é o Feliciano” (Figura 19), “(in)Feliciano não me representa”, “Vem pra rua contra cura”, “É gay? Benegay”, “Se a cura for pelo SUS, o povo vai morrer viado”.

Figura 24 - Ironia marcou tom dos protestos contra a “Cura Gay”

The image is a screenshot of the Folha de S. Paulo website. At the top, the newspaper's name 'FOLHA DE S. PAULO' is prominently displayed in large, bold letters. Below it, the tagline 'UM JORNAL A SERVIÇO DO BRASIL' is visible. The page features a navigation menu with categories like 'Opinião', 'Política', 'Mundo', 'Economia', 'Cotidiano', 'Esporte', 'Cultura', 'F5', 'Tec', 'Classificados', and 'Blogs'. A search bar is located on the right side. The main content area shows a news article with the headline 'Em protesto ironizando 'cura gay', ativista pede aposentadoria por ser homossexual'. The article is attributed to 'PATRICIA BRITTO DE SÃO PAULO' and is dated '20/06/2013'. To the right of the article, there are several advertisements, including one for 'Bradesco Cartões' offering '1ª ANUIDADE GRATUITA + 2 ADICIONAIS'.

Fonte: <<http://migre.me/iivTN>>

⁹¹ Disponível em: <<http://migre.me/iivL8>>

Figura 25 - Beijaços marcaram atos contra Feliciano

The image shows a screenshot of a news article from the website Sul21. The article is dated June 26, 2013, at 15:32. The headline reads: "Em Porto Alegre, protesto contra Marco Feliciano termina em 'Beijaço'". The article text, written by Rachel Duarte, describes a protest in Porto Alegre where hundreds of people demanded the removal of Pastor Marco Feliciano from the Commission on Human Rights and Minorities (CDHM). The article notes that the protest was peaceful and ended with a kiss between two participants. A small photo shows two people kissing. The article also includes social media sharing options (Facebook Like, Tweetar, G+1) and a 'Send' button. On the right side of the page, there are sections for 'Opinião Pública' (Public Opinion) and 'Colunistas' (Columnists).

Fonte: <<http://migre.me/iiw1k>>

Desenvolvemos, ainda, uma quarta categoria, que corresponde, em certos aspectos, ao conceito de “conversação civil” detalhado no capítulo anterior: discussão/articulação interna, relativa ao planejamento, discussão e avaliação de uma ação. Essa categorização está sendo especialmente proposta neste estudo para a rede LGBT, com base no uso dos recursos digitais para tratar questões internas do movimento concernentes à avaliação de cenários e prognósticos, definição de táticas, articulações de bastidores, iniciativas de *advocacy*, discussão de pontos de vista, produção de consensos, comunicação de posicionamentos e tomada de decisões.

Nas análises realizadas, observamos que esse tipo de ativismo mais orgânico gera intensa participação no grupo e é essencial para o planejamento e definição de questões programáticas; articulação e mobilização de pautas estratégicas; adoção de providências; e intervenções imediatas e futuras, normalmente mais qualificadas e duradouras. Relacionam-se a essa categoria os debates que eclodiram na esteira dos casos “Fora Feliciano” e “Cura Gay” em torno da produção de um discurso mais eficiente para se contrapor aos argumentos da ala conservadora e do fortalecimento da atuação do movimento nas instâncias de decisão, expressos na proposta de fundação de um Partido Gay, dos Direitos Humanos ou das Minorias Brasileiras.

Ainda que não tenha sido acatada, a proposição resultou no lançamento, em maio de 2013, da União Pluripartidária LGBT (UNPLGBT) para fortalecer a candidatura de gays, lésbicas, afins e aliados nas eleições de 2014, durante a semana anterior à XVII Parada do Orgulho LGBT de São Paulo. Nas ponderações que avaliavam se a instituição de um partido seria a melhor tática para fazer frente ao crescimento do poder dos evangélicos na política, e

assim garantir o reconhecimento de direitos das minorias e o combate à homofobia, houve uma participação recorde na rede, expressa na troca de 60 mensagens. O diálogo que segue ilustra a polarização de opiniões sobre esse tema:

Os religiosos fundamentalistas cogitaram entrar na política. Entraram sem medo e estão conquistando as cadeiras. Será para eles uma péssima notícia saber que do lado deles terá um gay com igual poder para refutar as canalhices deles (ver trabalho do Jean Wyllys na câmara que tem refutado vários deputados canalhas, machistas e homofóbicos). Portanto, sou também a favor da criação desse partido. [...] (Elismar Candido da Silva, em 3/05/2013).

[...] não sei se a melhor alternativa é a criação de um partido político. A ideia já me veio à mente algumas vezes (na linha do partido “dos direitos humanos”), mas fico em dúvida se isso não nos isolaria ainda mais, pois a ideia é que todos os partidos políticos respeitem os direitos humanos de todas as pessoas, logo, o ideal é que todos os partidos sejam inclusivos e respeitosos da diversidade humana (Paulo Iotti, em 3/05/2013).

Outros tópicos que figuraram entre os mais participativos da lista durante o período estudado guardam relação com a definição de estratégias de ação e de *advocacy* para a participação da ABGLT na segunda audiência pública que propunha discutir o PDC 234; e para reforçar a atuação do movimento LGBT na defesa da laicidade e no combate ao avanço do fundamentalismo religioso no âmbito do Executivo e do Legislativo. Essas discussões redundaram na criação do Movimento Estratégico pelo Estado Laico (MEEL) em Brasília, no dia 20/06/2013: um coletivo formado por variados atores da sociedade civil para assegurar a efetivação dos direitos humanos e o aperfeiçoamento da democracia no Brasil (Figura 26). O objetivo do MEEL está expresso neste trecho do manifesto divulgado no grupo:

[...] defender o fim da crescente hegemonia religiosa que hoje tem fortemente influenciado a formulação e a execução das políticas públicas, assim como tem causado grandes retrocessos nas propostas do Poder Legislativo no Brasil. Há uma perversidade daqueles/as que em nome de uma determinada religião imprimem conceitos de bem-estar social atrelado ao funcionamento de políticas públicas, atacando direitos conquistados por grupos historicamente discriminados (manifesto do MEEL, julho de 2013).

Figura 26 - Site do Movimento Estratégico pelo Estado Laico



Fonte: <http://www.meel.org.br/>

Nos debates sobre o Partido Gay e as táticas de enfrentamento às pautas fundamentalistas não apareceu na rede a troca de mensagens que resultou na produção de consensos em torno da criação da UNPLGBT e do MEEL. Nesses dois episódios, observou-se que, passada a fase de troca de opiniões divergentes, depois de certo tempo o animador comunicava no grupo as iniciativas adotadas pela ABGLT. Esse aspecto leva a crer que parte das articulações e decisões estratégicas do movimento é definida fora do âmbito da Aliança Nacional, seja em assembleias, reuniões presenciais ou *online* da cúpula da entidade ou em outras redes especializadas.

Normalmente são muito interativos os tópicos relativos à discussão/articulação interna que tratam da avaliação de conjunturas políticas a partir de artigos publicados por especialistas na grande mídia. As críticas do colunista Hélio Schwartzman, da Folha de São Paulo, à estratégia seguida pelo movimento de vincular a defesa da Resolução 01/99 do CFP a argumentos de base científica gerou intensos debates no grupo, que resultaram na troca de 16 mensagens, exemplificadas abaixo:

[...] O movimento faz muito bem em vincular sua luta pela liberdade às validações científicas. Já é difícil se articular com o respaldo da fidedignidade. Há, sim, dogmáticos na ciência ou metodólogos! A homossexualidade é a ferida narcísica do decadente falocentrismo. O que o movimento tem feito (com dignidade) é indagar o lugar - a imposição em detrimento da liberdade e da inclusão no projeto de cidadania. O papel de ajuda do psicólogo no caso do sujeito que manifesta um conflito (a princípio) relacionado à 'sua' orientação sexual é reenviar esse sujeito a sua condição de existência, qual seja a do sujeito comprometido com a sua articulação desejante, sua liberdade de escolha no laço social (eis a vinculação ética, por isso a necessidade da resolução). [...] (Dan Jung, em 07/03/2012).

[...] acho que o Hélio tem razão em colocar que a argumentação para derrubar este projeto precisa incorporar outras linhas argumentativas, e não exclusivamente a ciência. Penso que, inclusive, está do lado de lá (psico-cristãos-picaretas e pastores pseudo-parlamentares) trazer evidência para a tentativa de sustar o entendimento do CFP desde, oficialmente, 1999. Se eles tiverem alguma coisa que não sejam colagens das pesquisas de fundo de quintal do Paul Cameron, eles também vão ter que escolher outra estratégia (a mais óbvia é a da liberdade de expressão (?) do profissional). Penso que a questão moral, como diz o Hélio, também faz muito sentido como argumento, além do recurso a outra linha argumentativa que é farta, a dos direitos civis e da dignidade da pessoa humana. [...]. (Luiz Henrique Coletto, em 07/03/2012).

Também foi enquadrada nessa categorização, a consulta aos especialistas em Direito e em Psicologia que participam da rede sobre a possibilidade de denunciar a eleição de Feliciano à Organização dos Estados Americanos (OEA); e a melhor estratégia de atuação para deslegitimar o discurso dos adeptos às “terapias de reconversão” e ao “tratamento da homossexualidade”. Nessas situações, discussões iniciadas em outras listas especializadas podem acabar sendo socializadas no grupo da Aliança Nacional. Em geral as participações

notadamente mais técnicas resultam numa troca média de 5 a 10 mensagens, direcionadas a um grupo mais restrito conhecedor do assunto, e acabam subsidiando decisões importantes em momentos de grandes embates.

Sobre a proposta de acionar a OEA, o movimento resolveu inicialmente esgotar os recursos jurídicos internos, a exemplo do mandado de segurança no Supremo Tribunal Federal impetrado por um conjunto de deputados contrários à eleição de Marco Feliciano na CDHM, como reitera o diálogo a seguir:

Prezado Toni, para a propositura de uma denúncia é conveniente aguardar, pois o referido requisito é imprescindível para garantir da soberania do Estado signatário que tem seus mecanismos internos de proteção contra as violações de direitos humanos fundamentais. Nesse caso, não há demora injustificada na apreciação do caso. O relator do MS [mandado de segurança], o Min. Fux ainda não se pronunciou a respeito do pedido de liminar, o que poderá ocorrer em breve (Frederico Oliveira, em 25/03/2013).

Toni, o Frederico bem expôs a questão: denúncia contra o Estado Brasileiro, devendo esperar a decisão do STF no mandado de segurança em questão pelo requisito do esgotamento dos recursos internos. [...] embora seja inusitada uma denúncia como esta à OEA, já que denúncias normalmente decorrem de violações a direitos humanos de pessoas propriamente ditas (violência, tortura, duração irrazoável do processo etc), acho que vale a pena tentar a denúncia, pois embora as denúncias a Comissões e Tribunais Internacionais tenham sido pensadas originalmente e feitas ordinariamente contra violações a direitos humanos de pessoas concretas, ter uma pessoa como Feliciano na Presidência de uma Comissão de Direitos Humanos significa uma postura conivente do Estado Brasileiro com o desrespeito a direitos humanos de minorias e grupos vulneráveis em geral, logo, acho que valeria a pena tentar [...], o Direito evolui justamente quando as pessoas apresentam uma interpretação inovadora sobre o tema [...]. (Paulo Iotti, em 25/03/2013).

Em relação à atuação e às declarações de profissionais de psicologia contrárias à Resolução do 01/99 do CFP, houve consenso de que seria fundamental denunciá-los. Isso aconteceu com a “psicóloga cristã” Marisa Lobo, que defende abertamente o direito de administrar tratamentos para “reverter a homossexualidade” quando os pacientes assim o desejarem e se envolveu nas polêmicas sobre a “Cura Gay”, tendo chegado a afirmar para o blog homofóbico “defesahetero” que a ABGLT e o conselho pareciam “parceiros de cama” em sua atuação conjunta para barrar o PDC 234. Os fragmentos a seguir, extraídos de mensagens da rede, ilustram o quanto esse tipo de temática mobiliza os participantes:

“Essa entrevista tem todos os ingredientes para que processo ético CRP-CFP casse sua inscrição e o exercício profissional. Daí ela será o que é mesmo, não usando da profissão de Psicologia como fachada, mas sendo Pastora!” (Marco José Duarte, em 20/04/2012); “[...] ela é histriônica como os Malafaia e Bolsonaro. E nós bem sabemos que dá muito trabalho! [...] para a psicologia, isto é um grande impedimento no percurso da profissão” (Dan Jung, em 20/04/2012); “Se destacar no processo que ela deu entrevista até para um cara que fugiu do Brasil e cujo site foi excluído do serviço PayPal por ser considerado financiamento de grupo de ódio, a defesa dela vai ficar ainda mais enfraquecida. Ou essa mulher vai negar o que for no processo do CFP ou vai ser cassada (Luiz Henrique Colettto, em 20/04/2012).

Outros debates intensos que ocorreram a reboque dos casos “Fora Feliciano” e “Cura Gay” estiveram relacionados à defesa da reforma política - que motivou a ABGLT a emitir uma nota oficial favorável depois de decisão tomada em assembleia - e à avaliação do governo Dilma e do PT. Há uma ala crescente no movimento que defende a radicalização contra o governo federal, o qual, até o segundo mandato do presidente Lula, havia construído uma agenda positiva de combate à homofobia, posteriormente emperrada após a polêmica do kit anti-homofobia, em 2010. Mas a tendência hegemônica, até o momento, é manter os mecanismos de pressão, exercer a crítica, cobrar e acompanhar a implementação das políticas e buscar a negociação, quando for estratégico para a causa.

Ao circular na rede a notícia publicada pelo Estadão de que partidos aliados (a exceção do PT, PSOL e PDT) e de oposição teriam se unido para ceder vagas ao PSC na Comissão de Direitos Humanos, abrindo assim caminho para a ascensão de Feliciano, sucederam debates inflamados que motivaram a troca de 18 mensagens. Houve quem argumentasse que o melhor caminho a seguir seria apoiar o governo e cobrar uma reforma política para democratizar o acesso ao parlamento, combater o fisiologismo e o fundamentalismo, porque o “anti-petismo visceral não ajuda a fazer boa análise de conjuntura. Por conseguinte, não ajuda a pensar boas táticas de intervenção política” (Julian Rodrigues, em 10/03/2013).

A maior parte das mensagens discordava dessa posição e prevalecia o tom ácido à administração de Dilma e ao seu partido, acusada de “sabotar” o segmento LGBT, “rifar” os direitos humanos em troca do apoio da bancada evangélica e inviabilizar avanços nas políticas de enfrentamento à homofobia e de inclusão das minorias afetivo-sexuais. Os debates geraram questionamentos, acusações, argumentações, contra-argumentações e comentários indignados. O depoimento a seguir ilustra bem a tendência dos ativistas da rede de defender a manutenção do tom crítico e a independência em relação ao governo:

[...] quando foi que a ABGLT e as suas ONGs afiliadas utilizaram **os fartos e fáceis recursos dos dois governos Lula para dar conta dessa que é a função básica de qualquer movimento social e que você agora proclama como tarefa número zero “do movimento LGBT” – formar base de sustentação crítica, mobilizada, capilarizada, informada; formar lideranças legítimas?** (Rita Colaço, em 10/03/2013 – grifo adicionado).

Os pontos de maior divergência dentro da rede foram justamente a relação da ABGLT e de determinados segmentos do movimento com o governo federal. A maior parte das críticas e dissensos vinha de ativistas ocasionais e de setores mais independentes das entidades LGBT, e recaía sobre a aproximação desses setores com o PT e a base aliada, o que

tenderia a inviabilizar uma atuação mais autônoma e combativa. O trecho da entrevista abaixo demonstra como essas tensões figuram entre os participantes da rede:

[...] Há quem pense, fora dos quadros militantes institucionais, que as ONGs fazem vista grossa para certas coisas por causa do patrocínio do Estado para certas atividades, tais como as Paradas LGBT de algumas cidades como Rio e SP, a formação e manutenção de secretárias ou coordenadorias voltadas para as pessoas LGBT no âmbito do poder municipal e estadual. Tudo isso é importante e tem seu valor, mas pode influenciar o caráter militante dessas organizações e indivíduos (Sérgio Viula, escritor e blogueiro, em entrevista à autora, em 4/10/2013).

Embora esses tensionamentos apareçam pontualmente em certas circunstâncias, a conversação civil dentro do grupo reflete um ambiente onde “se fala” prioritariamente “para os convertidos”, ou seja, aqueles que acreditam e se engajam em causas relacionadas às suas ideologias, crenças e visões de mundo. Por isso, os diálogos são mais propositivos, consensuais, agregadores e colaborativos. Nesse contexto, prevalece mais o convergir do que o divergir, na perspectiva de somar forças para alcançar resultados, combater retrocessos, conquistar avanços e enfrentar problemas comuns.

3.5 Repertórios de ação e visibilidade midiática: confrontos teóricos

Num esforço de confrontar as principais análises desta pesquisa com a discussão teórica apresentada nos dois primeiros capítulos, observamos que os repertórios de ação do grupo de discussão (em rede, midiáticos, ciberativistas) surgem como táticas de reforço para dar maior dimensão e tornar mais eficiente o ativismo político. Esses repertórios são componentes indissociáveis da ação coletiva (TILLY, 2006), que contribui para indicar os problemas vivenciados em determinado contexto sócio-histórico e produzir novas agendas perante o Estado e a sociedade, (MELUCCI, 2001), como evidenciam os estudos de caso aqui apresentados.

Ao atuar em parceria com amplos setores da sociedade por meio da articulação em rede, priorizar uma atuação político-institucional-midiática e buscar nas apropriações das ferramentas tecnológicas os caminhos para fortalecer a ação coletiva e produzir novos repertórios de ação, o movimento LGBT tem conseguido não só afetar os códigos culturais e os sistemas simbólicos dominantes. Mais do que isso, os ativistas da rede têm transbordado suas demandas e reivindicações de uma esfera específica para o âmbito da sociedade civil (ALEXANDER, 1998), utilizando, para tanto, a força da palavra para anunciar a mudança possível no tempo presente (MELUCCI, 2001).

Tais repertórios exercem um papel estratégico para posicionar as lutas anti-homofobia nos diversos ambientes midiáticos contemporâneos e fazer com que, por meio dos esforços

pela busca por visibilidade pública e midiática, questões e discussões centrais ligadas a essa pauta sejam alçadas ao centro do debate. Em função disso, os protestos, beijaços, abaixo-assinados eletrônicos, envios de e-mails em massa, performances e ações ativistas em geral tendem a ser, como afirma Tilly (2006), mais flexíveis, não-violentos, cosmopolitas, autônomos, livres das mediações entre manifestantes e autoridades e adotados em diferentes espaços sociais, para fins diversos. Essas especificidades resultam numa maior capacidade para o diálogo político e formação de alianças.

Por ser central neste estudo e apresentar determinadas especificidades conexas ao ambiente da Internet, a questão da visibilidade midiática exige uma análise mais detida. Os estudos de caso revelaram que os ativistas da rede LGBT usam de forma concomitante as estratégias tradicionais para conseguir espaço na mídia tradicional, como o envio de releases e artigos, a realização de ações performáticas e irreverentes, e as mobilizações “intermídia” nas mídias sociais e demais plataformas digitais - ambas diretamente imbricadas às ações ativistas.

Promover o ativismo por meio do grupo de discussão Aliança Nacional LGBT implica mobilizar adesões para visibilizar demandas, problemas e questões fundamentais ao combate à homofobia na cena pública. Essa atuação midiática reflete a importância dos processos comunicativos e dos espaços de visibilidade para que os movimentos sociais possam disputar espaço no debate público, conquistar legitimidade perante a sociedade civil e, assim, exercer pressão junto à política institucionalizada (MARQUES e NOGUEIRA, 2012).

A comunicação, enquanto ferramenta discursiva de articulação interna e externa e de interlocução para interferir politicamente em âmbitos sócio-institucionais, ganha uma dimensão cada vez mais destacada para fortalecer a ação coletiva e os reportórios de ação contemporâneos que, no âmbito desta pesquisa, conectam-se com a atuação em rede, midiática e ciberativista.

Nesse esforço contínuo, os movimentos sociais e demais atores críticos da sociedade civil buscam tematizar questões de seu interesse na sociedade e superar as limitações de acesso à comunicação massiva, de modo a direcionar a atenção da cena pública para situações urgentes, para necessidades ainda não reconhecidas ou para a ampliação do debate sobre temas do seu interesse (MAIA, 2008a). Para tanto, apostam na qualificação comunicativa e na criatividade cultural para modificar visões, entendimentos e percepções em fóruns como os da mídia, do parlamento, do governo e de demais instâncias que integram o proscênio social;

modificar as visões e entendimentos estabelecidos na cena pública; estabelecer o diálogo e construir possíveis consensos, incluindo fóruns mais organizados como os da mídia.

Como afirma Hansen (2006), é no espaço relacional de visibilidade pública das mídias que incidem as pressões dos atores coletivos nos embates para transformar o poder comunicacional em poder de influência sobre as decisões políticas. Consciente dessa necessidade premente para o fortalecimento das lutas anti-homofobia, o movimento LGBT, por meio da sua atuação em rede, midiática e ciberativista nos espaços *online* e *off-line*, busca nas atuais tecnologias uma aliada para ultrapassar as limitações de acesso aos conglomerados midiáticos e fortalecer suas estratégias de visibilidade, mobilização, organização, ação e conquista de novos ativistas.

A aposta na construção de espaços online de negociação e de troca argumentativa exponencia, segundo Marques e Nogueira (2012), as oportunidades dos ativistas se fazerem visíveis, robustecerem sua identidade coletiva e interagirem com outros grupos que partilham das mesmas experiências, perspectivas e interesses, de modo a construir e fortalecer redes de contatos, de engajamento e de ação. Os reflexos desses novos processos de enredamento suportados pelos aparatos tecnológicos são a difusão da causa LGBT com maior agilidade e menos formalidade, de modo a ampliar as estratégias de visibilidade pública e a capacidade para persuadir, sensibilizar, convocar seguidores e desenvolver ferramentas propícias à discussão, trazendo à esfera pública questões até então silenciadas (PEREIRA, 2011).

Vale ressaltar nas análises sobre as táticas de busca de visibilidade midiática por meio da ação em rede que adotamos uma perspectiva expandida de mídia, ao compreender os sites de relacionamento e as plataformas digitais que potenciam a constituição de redes (Facebook, Twitter, You Tube, blogs etc.) como mídias sociais. Esses ambientes de interação mediada e crescente audiência amplificam as possibilidades de visibilizar pautas demandadas pelo movimento LGBT, promover o debate, socializar posicionamentos, disseminar conteúdos relevantes e ampliar a capacidade de mobilização, desde que as táticas “intermídia” sejam adotadas em consonância com as estratégias usuais para pautar a chamada mídia generalista.

No entanto, tal perspectiva ainda não foi plenamente investigada e desenvolvida pelos estudos na área de comunicação. A revisão de literatura empreendida neste estudo revelou que o arcabouço teórico-conceitual vigente não dá conta dessa discussão ampliada sobre visibilidade midiática e carece tanto de reformulações quanto de incorporações. Almejamos que, a partir desta abordagem preliminar, novas incursões sejam realizadas, na tentativa de

dimensionar e melhor compreender essa relação entre movimentos sociais, tecnologias digitais, processos comunicativos e ação em rede.

Por fim, ao observar no grupo de discussão que as articulações, mobilizações e intervenções *online* e *off-line* estão diretamente imbricadas, retomamos aqui a compreensão dos ambientes de interação mediada na Internet como espaços sociais que constituem relações e práticas peculiares. Nas redes digitais, condutas e interesses existentes *off-line* se ramificam e interligam com práticas existentes *online*, de modo que essas vivências podem ser entendidas e analisadas de forma compartilhada, num contexto em que as interações mediadas perpassam quase todos os ramos da vida e, por isso mesmo, constituem relações sociais complexas que acabaram virando objeto de estudo da Sociologia (SLATER, 2002).

Essa íntima conexão entre as redes eletrônicas e as redes da vida em geral demonstra, como aponta Castells (2013), que o chamado “mundo real” (*off-line*) não está apartado das relações, identidades e enredamentos *online*, mas, na verdade, constitui um mundo híbrido de interações digitais mediadas e de interações não-mediadas. Com a incorporação crescente das novas ferramentas de informação e comunicação em todos os âmbitos da vida cotidiana, os ambientes da Internet produzem não só cultura, mas, sobretudo, suas próprias relações espaço-temporais e processos interativos (HINE, 2004). Essa abordagem clarifica como se dão os processos de ação em rede aqui estudados, que podem começar tanto nos espaços de interação mediada quanto nos espaços políticos tradicionais e vice-versa.

CONCLUSÃO

A coleta de dados e a análise do material empírico selecionado para esta pesquisa demonstram que a rede LGBT exerce de forma preponderante o ativismo político na Internet, na medida em que são recorrentes e acarretam intensa participação e mobilização as disputas político-institucionais-midiáticas; o foco nas políticas públicas e na conquista de direitos; e o combate à violação e reprodução de discursos homofóbicos, tanto na mídia tradicional quanto nas mídias sociais. Portanto, os repertórios de ação (em rede, midiáticos, ciberativistas) surgem como táticas de reforço às ações ativistas tradicionais, como os protestos, ocupações, iniciativas de *advocacy*, formulação de denúncias, notas de repúdio etc.

As incursões no grupo de discussão revelaram como aspectos inter-relacionados e interdependentes as ações e mobilizações no âmbito do ativismo político, do ciberativismo e do campo midiático, resultantes dos esforços para visibilizar pautas e demandas estratégicas surgidas ao longo dos embates travados. Nesse sentido, a ocupação da esfera de visibilidade midiática para o fortalecimento das lutas anti-homofobia é uma tática que acaba sendo reforçada e exponenciada pelas ações ativistas, e vice-versa, num processo que envolve as esferas *online* e *off-line*.

O ciberativismo ou ativismo *online* desponta como um recurso complementar às estratégias de pressão, mobilização, busca de visibilidade e conscientização adotadas pela rede, ao utilizar de forma articulada ferramentas de comunicação digitais como lista de discussão, blogs, YouTube, Facebook, além de petições eletrônicas para produção de informação, contrainformação, engajamento, formação e recrutamento de ativistas e apoiadores. A prevalência desse novo repertório de ação, associado às táticas usuais do ativismo político, tende a fortalecer, agilizar, expandir e tornar mais eficiente a ação coletiva, como ficou evidenciado nos estudos de caso desta pesquisa.

Por outro lado, as ações diretamente relacionadas à adesão e à divulgação de abaixo-assinados e campanhas *online*, pejorativamente chamadas de “ativismo de sofá” ou “ativismo do click”, aparecem como mecanismos secundários, que, em certos momentos, podem gerar participações automáticas, irrefletidas e descompromissadas. Embora essas formas de pressão capitaneadas pelos aparatos tecnológicos contribuam para arregimentar apoios e visibilizar a causa, são vistas com ressalvas pelos quadros mais orgânicos da rede, especialmente quando adotados indiscriminadamente.

As iniciativas ciberativistas combinadas ao ativismo político são notadamente mais eficientes e bem-sucedidas nas situações em que a Internet exerce um papel relevante na disseminação de canais informativos alternativos para a conscientização e o engajamento nas lutas anti-homofobia, sobretudo quando a grande mídia negligencia fatos e opiniões considerados essenciais para o movimento ou está diretamente envolvida na violação homofóbica. A atuação online também facilita, amplifica e potencializa o recrutamento de adesões aos protestos, atos e demais formas de mobilização coletiva, como se pode observar especialmente nas manifestações do “Fora Feliciano” e da “Cura Gay”.

No ativismo exercido com o suporte da rede LGBT, as articulações, decisões, mobilizações e ações podem começar na Internet e terminar nos espaços político-institucionais tradicionais, como aconteceu nos casos da “Folha de Pernambuco” e da “Revista Veja”, ou vice-versa, como ficaram demonstrados na maior parte dos embates referentes ao “Fora Feliciano” e a “Cura Gay”. Ao mesclar medidas e intervenções presenciais e não-presenciais, o movimento LGBT busca atuar em diversas frentes e avançar o máximo possível em torno de objetivos comuns. Esse aspecto demonstra que as interações *online* e *off-line* não estão dissociadas, pelo contrário: estão cada vez mais imbricadas e correlacionadas.

Outro aspecto observado nesta pesquisa é a recorrência da estratégia de angariar apoios externos à rede, entre simpatizantes da causa e ativistas ocasionais e/ou independentes. Isso ocorre porque os mecanismos de pressão tendem a ser mais visibilizados e eficazes quando combinam o ativismo mais orgânico nos espaços cívicos e políticos tradicionais com o ativismo de apoiares que aderem a causas pontuais, sobretudo nas mídias sociais. Essa tática de angariar apoios entre ativistas de ocasião tem se revelado exitosa ao se constatar, por exemplo, que a principal petição do “Fora Feliciano”, somada ao vídeo de maior audiência no YouTube contra a revista Veja, mobilizou mais de meio milhão de pessoas.

A busca pela visibilidade midiática dentro do grupo de discussão se reflete no uso conjunto com outras plataformas *online*, a exemplo de blogs, Twitter, Facebook e YouTube, conceituadas neste trabalho como táticas de mobilizações “intermídia”. Os conteúdos que circulam na Aliança Nacional LGBT acabam se replicando nessas outras mídias, que possibilitam a disseminação viral de denúncias, notícias, opiniões, informações, eventos, atos e demais pautas estratégicas para o movimento. Essas mobilizações intermídia decorrem da tentativa de aproveitar ao máximo as peculiaridades de cada meio.

Enquanto a função do *newsgroup* é promover o debate, socializar posicionamentos, disseminar conteúdos relevantes, embasar as argumentações com base no conhecimento de especialistas militantes, iniciar o processo de mobilização, fazer articulações e definir estratégias, as mídias sociais, por seu perfil mais interativo, multimídia, convergente e multiplicador, são mais adequadas para potencializar a visibilidade midiática, a ação coletiva e o debate público. Tanto é que as principais manifestações contra a homofobia que circularam na rede durante o período estudado usavam como expedientes a produção/divulgação de vídeos no YouTube e a criação de páginas ou de campanhas no Facebook.

Embora as ações intermídia suportadas pelas tecnologias digitais sejam um recurso imprescindível para visibilizar e alçar ao debate público problemas e questões relacionados às lutas anti-homofobia, as táticas convencionais para pautar a grande mídia são igualmente relevantes. Aparecem como práticas frequentes na rede a divulgação de notas, *releases* e declarações, assim como a produção de artigos, de opiniões e de fatos inusitados para chamar a atenção dos veículos jornalísticos, como a ideia de um ativista de requerer a aposentadoria compulsória decorrente de “doença da homossexualidade” para protestar contra o projeto da “Cura Gay”.

Os estudos de caso mostraram que, em função da crescente popularidade e audiência, as mídias sociais têm se tornado um meio suplementar fundamental não apenas para expandir e fortalecer a capacidade de divulgação, conscientização e recrutamento de novos ativistas e apoiadores, mas para agendar com mais facilidade e imediatismo o noticiário jornalístico. Conquanto a Internet tenha aberto novas perspectivas para acessar as cenas pública e midiática, há a consciência entre os participantes do *newsgroup* que não se pode negligenciar a grande mídia, ainda hegemônica no controle do debate público e da esfera de visibilidade.

Prova disso foram os sistemáticos esforços dos ativistas LGBT para aproveitar os espaços abertos nos meios de comunicação na cobertura das atitudes e declarações polêmicas do deputado Marco Feliciano para se posicionar em relação a dois aspectos caros ao movimento: os “riscos” envolvidos em torno da eleição de um parlamentar “homofóbico”, “sexista” e “racista”, incompatível com a pauta dos direitos humanos e da inclusão das minorias historicamente excluídas; e os “perigos” iminentes na tentativa de patologização da homossexualidade.

As análises revelaram ainda que a rede LGBT é potencialmente mais participativa em relação ao planejamento, discussão, articulação e avaliação de ações. Ou seja, quando trata de

questões internas do movimento ligadas a análise de cenários e conjunturas políticas, definição de estratégias, adoção de providências, iniciativas de *advocacy*, discussão de pontos de vista, produção de consensos, comunicação de posicionamentos e tomada de decisões. Esse perfil ativista guarda maior relação com as questões de fundo típicas dos embates político-institucionais e apresenta pontos de contato com o conceito de conversação civil, em que os espaços discursivos digitais operam essencialmente para fins informativos e de formação da opinião.

Observou-se que as trocas discursivas mais densas e programáticas tendem a apresentar maior potencial para a constituição de esferas públicas deliberativas. Contudo, nessas situações há um hiato entre a troca de argumentos e de opiniões, as articulações que se sucedem e os desfechos, posteriormente socializados para os integrantes do grupo, como ocorreu no exemplo da criação do Movimento Estratégico pelo Estado Laico (MEEL). Esse aspecto leva a crer que parte das articulações e estratégias do movimento é definida fora do âmbito do grupo, seja em assembleias, reuniões e fóruns coordenados pela direção da ABGLT ou em ambientes *online* mais restritos, como as listas eletrônicas especializadas ou da diretoria.

Tal percepção indica que a Aliança Nacional tende a ser uma rede mais afeita à ação e a conversação civil ligada a pautas mais corriqueiras e pontuais do que propriamente uma rede de perfil suspostamente deliberativo. Essa impressão é corroborada pela proposta original desse ambiente eletrônico, que nasce com o objetivo de aglutinar profissionais liberais, setores da academia e do poder público, ativistas independentes, simpatizantes e um conjunto de atores dispersos interessados em colaborar informalmente com a causa da diversidade sexual, sem, necessariamente, militar em organizações da sociedade civil e atuar em questões mais orgânicas.

Ao longo desta pesquisa foi possível constatar que a associação do ativismo político, das estratégias midiáticas e de uma série de ações capitaneadas pelas tecnologias digitais (ciberativismo, táticas “intermídia”, ação em rede) contribui para ampliar a visibilidade das lutas anti-homofobia no Brasil e a rede de apoiadores e aliados em torno da causa da diversidade sexual. No entanto, é imprescindível fazer uma ressalva: esse processo de visibilização e construção de alianças com amplos segmentos da sociedade antecede à constituição da própria rede Aliança Nacional e coincide com a fase em que o movimento passa a priorizar uma atuação mais político-institucional e midiática, a partir dos anos 1990.

Os avanços decorrentes dessa maior visibilidade pública e midiática da questão LGBT acarretam ganhos adicionais às lutas anti-homofobia, como a diminuição do preconceito e maior aceitação da sociedade para com as minorias afetivo-sexuais. Tais aspectos são difíceis de mensurar diante do perfil eminentemente qualitativo deste trabalho, mas há indicativos relevantes sinalizados na comparação entre as citadas pesquisas de opinião do Ibope (1993) e a sondagem feita em 2013 pelo Ipsos MediaCT, ambas publicadas pela revista *Veja*, que apontam avanços como: 79% de concordância para a eleição de um presidente homossexual, contra 56% há 20 anos; e 37% de rejeição para com o filho homossexual, contra 79% antes.

Os estudos de caso indicaram ainda que a mescla das ferramentas ativistas mencionadas acima possibilitou resultados concretos nas instâncias política e midiática. Essa constatação fica demonstrada na perda de credibilidade da Comissão de Direitos Humanos da Câmara no período em que foi presidida pelo deputado Marco Feliciano, cuja reeleição no final do mandato acabou inviabilizada; no arquivamento do projeto da “Cura Gay”; no acordo firmado entre a revista *Veja* e a ABGLT, que possibilitou a realização de uma capacitação para os jornalistas e a veiculação de sucessivas reportagens pró-LGBT; na retratação pública do jornal *Folha de Pernambuco* e na implantação da Comissão de Direitos Homoafetivos no Ministério Público deste Estado.

Embora as conquistas notadamente mais pragmáticas tenham sido expressivas, o maior êxito dos embates ativistas estudados na rede da ALGBT corresponde à repercussão pública desses casos e ao desgaste para a imagem de autoridades, profissionais e instituições envolvidos em práticas e discursos homofóbicos. As implicações para a reputação desses atores individuais e coletivos tende a favorecer, com o decorrer do tempo, a adoção de posturas e atitudes mais cautelosas e responsáveis, além de maior conscientização sobre os reflexos negativos da homofobia para a sociedade e maior controle social quanto a essas violações.

Ao se debruçar sobre a ação coletiva no âmbito das redes digitais e sua interface com o campo político-midiático a partir de uma abordagem original, este trabalho abre uma perspectiva multidisciplinar para pesquisas futuras nas áreas de Comunicação, Sociologia e Ciência Política. Algumas possibilidades sinalizadas a partir daqui caminham na direção de vislumbrar os movimentos sociais como atores potencialmente mais propensos a se apropriar dos novos aparatos tecnológicos, no sentido de contribuir para superar o cenário atual de crise da democracia e revigorar os processos democráticos.

Levando em consideração as peculiaridades do objeto ora apresentado, surgem inquietações como: redes eletrônicas como a da Aliança Nacional LGBT podem funcionar como legítimos espaços deliberativos ou são apenas um simulacro? Cumpridas as condições ideais de participação, que tipo de esfera pública existiria? De que forma as possibilidades abertas pelas tecnologias favoreceriam a revitalização da democracia? Em se tratando de uma esfera pública propensa à conversação civil, quais as contribuições da formação da opinião e da conscientização política em um cenário de profundas mudanças na ação coletiva?

Os questionamentos podem se voltar para outra direção: que impacto as estratégias midiáticas e de atuação em rede, apoiadas nos aparatos tecnológicos, têm na formulação de políticas públicas e nas instâncias de decisão política? Como essas estratégias repercutem na construção dos novos repertórios de ação dos movimentos sociais? De que modo esses atores coletivos entram no novo espaço público de debate constituído pelos meios de comunicação e as redes digitais? As interações entre os mundos *online* e *off-line* têm possibilitado fortalecer a atuação desses movimentos?

Esperamos que esta pesquisa tenha cumprido o desafio teórico-metodológico de compreender o modo pelo qual o movimento LGBT vem fazendo uso das ferramentas digitais para produzir inovações político-institucionais e comunicativas propensas a fortalecer as lutas anti-homofobia no país. E que tenhamos demonstrado em que medida essa atuação político-midiática em rede pode servir como parâmetro para apreender as profundas transformações nas formas de planejamento, organização, mobilização e ação dos atores coletivos contemporâneos.

REFERÊNCIAS

- AGUIAR, Sonia. **Redes sociais e tecnologias digitais de informação e comunicação**. Rio de Janeiro: Nupef, 2006. Relatório final de pesquisa. Disponível em: <<http://migre.me/i5V7R>>. Acesso em: 03 jan. 2014.
- AGUIAR, Sonia. Formas de organização e enredamento para ações sociopolíticas. **Informação & Informação** [Online]. Londrina. v. 12, n. especial, p. 1-26, 2007. Disponível em: <<http://migre.me/i5V6o>>. Acesso em: 12 dez. 2013.
- AGUIAR, Sonia. Redes sociais na Internet: desafios à pesquisa. In: INTERCOM 2008 - XXXI CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO, 2008, Natal. **Anais do XXXI Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação**. Mídia, ecologia e sociedade. São Paulo: Intercom, 2008a. Disponível em: <<http://migre.me/ip1RT>>. Acesso em: 28 ago. 2012.
- AGUIAR, Sonia. Redes sociais: da mobilização popular ao ativismo digital. In: COEP - Rede Nacional de Mobilização Social. (Org.). **Das ruas às redes**, Rio de Janeiro: Coep: 2008b. p.14-25. Disponível em: <<http://migre.me/hUu5u>>. Acesso em: 07 jul. 2012.
- AGUIAR, Sonia. Discursos antimidiáticos na Web: entre a contrainformação e a contracomunicação. In: CABRAL, Adilson; FARBIARZ, Alexandre; TAVARES, Denise (orgs.). **Pesquisas em mídia e cotidiano**, Rio de Janeiro: Rio Books / EDUFF. p. 281-298, 2014.
- ANGROSINO, Michael V. **Etnografia e observação participante**. Porto Alegre, RS: Artmed, 2009.
- ALEXANDER, Jeffrey C.. Ação coletiva, cultura e sociedade civil: secularização, atualização, inversão, revisão e deslocamento do modelo clássico dos movimentos sociais. **Revista Brasileira de Ciências Sociais** [online], São Paulo, vol.13, n.37, p. 1-27, 1998. Disponível em: <<http://migre.me/i5VaJ>>. Acesso em: 14 ago. 2013.
- ALONSO, Ângela. As teorias dos movimentos sociais: um balanço do debate. **LuaNova**, São Paulo, n.76, p. 49-86, 2009. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ln/n76/n76a03.pdf>>. Acesso em: 12 jan. 2014.
- ANTOUN, Henrique. Jornalismo e ativismo na hipermídia: em que se pode reconhecer a nova mídia. **Revista da FAMECOS**, Porto Alegre, n. 16, p. 135-147, dez. 2001. Disponível em: <<http://migre.me/i5Vdc>>. Acesso em: 18 ago. 2012.
- ARQUILLA, John; RONFELDT, David. Cyberwar is coming! In: ARQUILLA, John; RONFELDT, David (Org.). **In Athena's camp: preparing for conflict in the information age**. Washington: RAND, p. 275-293, 1997.
- BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 1977.
- BARROSO, Fernando. L. A.; Santos, Diógenes S.; OLIVEIRA, V. H. S.. Estratégias de distinção política e cultural na imprensa homossexual ou a visão do jornal Lampião da Esquina sobre si mesmo. **Revista do Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro**, v. 5, p. 113-125, 2011. Disponível em: <<http://migre.me/i5TR6>>. Acesso em: 7 jan. 2014.
- BOLAÑO, C. R. S. et al (orgs.). **Economia política da internet**, v. 01. São Cristóvão: Editora UFS, 2011. 251 p.
- BOLAÑO, C. R. S. et al (orgs.). **Economia política da internet**. v. 02. [no prelo].

BIMBER, B., FLANAGIN, A. J. and STOHL, C.. Reconceptualizing Collective Action in the Contemporary Media Environment. **Communication Theory**, 15 (4), p. 365-388, 2005. Disponível em: <<http://migre.me/i5Veb>>. Acesso em: 14 jan. 2013.

BORRILLO, Daniel. **Homofobia**: história e crítica de um preconceito. Belo Horizonte: Autêntica, 2010. 141 p.

BRASIL. Secretaria de Direitos Humanos. **Relatório sobre violência homofóbica no Brasil**: ano de 2011/Secretaria de Direitos Humanos; Priscila Pinto Calaf, Gustavo Carvalho Bernardes e Gabriel dos Santos Rocha (Org). Brasília, DF: Secretaria de Direitos Humanos, 2012.

BRASIL. Secretaria de Direitos Humanos. **Relatório sobre violência homofóbica no Brasil**: ano de 2012/Secretaria de Direitos Humanos; Bruno Gomes Monteiro, Gustavo Carvalho Bernardes, Ivanilda Maria Figueiredo Lyra Ferreira, Symmy Larrat (Org). Brasília, DF: Secretaria de Direitos Humanos, 2013.

BUCHSTEIN, H. Bytes that Bite: The Internet and Deliberative Democracy. **Constellations**, v. 4, n. 2, p. 248-263, 1997. Disponível em: <<http://migre.me/i5Vjj>>. Acesso em: 3 nov. 2013.

CARRARA, Sérgio e RAMOS, Sílvia. **Política, direitos, violência e homossexualidade**: Pesquisa 9ª. Parada do Orgulho GLBT - Rio 2004. Rio de Janeiro: CEPESC/CLAM, 2005. Disponível em: <<http://migre.me/i5TZ5>>. Acesso em: 7 dez. 2013.

CARRARA, Sérgio, FACCHINI, Regina, SIMÕES, Júlio Assis, RAMOS, Sílvia. **Política, direitos, violência e homossexualidade**: Pesquisa 9ª. Parada do Orgulho GLBT - São Paulo 2005. Rio de Janeiro: CEPESC/CLAM, 2006. Disponível em: <<http://migre.me/i5U1Q>>. Acesso em: 7 dez. 2013.

CARRARA, Sérgio; VIANNA, Adriana R. B. **Homossexualidade, violência e justiça**: a violência letal contra homossexuais no município do Rio de Janeiro. Relatório de pesquisa. IMS/UERJ/Fundação Ford, 2001. Disponível em: <<http://migre.me/i5U41>>. Acesso em: 7 nov. 2013.

CARRARA, Sérgio; VIANNA, Adriana. “Tá lá o corpo estendido no chão”: a violência letal contra travestis no município do Rio de Janeiro. **Physis**, Rio de Janeiro, 16(2), p. 233-249, 2006. Disponível em: <<http://migre.me/i5U5Q>>. Acesso em: 9 dez. 2013.

CASTELLS, Manuel. O poder da identidade. **A era da informação**: economia, sociedade e cultura, v 2. 6. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1999. 530 p.

CASTELLS, Manuel. **A sociedade em rede**. 13. ed.. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2010. 698 p.

CASTELLS, Manuel. **Redes de indignação e esperança**: movimentos sociais na era da internet. Rio de Janeiro: Zahar, 2013. 271 p.

COACCI, Thiago. O impacto da internet para os repertórios de ação: um estudo de caso da campanha #VETAHOMOFOBIADILMA. In: IV SEMINÁRIO NACIONAL SOCIOLOGIA E POLÍTICA, 2012, Curitiba. **Seminário Nacional Sociologia e Política** (Online). Curitiba, v. 5, p. 1-16, 2012. ISSN 2175-6880 (Online). Disponível em: <<http://migre.me/i5Vmg>>. Acesso em: 3 out. 2013.

CRUZ, Carole F.. Internet e ativismo: o caso dos índios da etnia Guarani-Kaiwoá. In: 2º ENCONTRO INTERDISCIPLINAR DE COMUNICAÇÃO AMBIENTAL (EICA), 2013, Aracaju. **Anais EICA 2013 - versão online**, p. 1-14, 2013. Disponível em: <<http://migre.me/i5Ud5>>. Acesso em: 12 jan. 2014.

CRUZ, Carole F.. WikiLeaks e as apropriações contra-hegemônicas da Internet. In: 4º ENCONTRO NACIONAL DA UNIÃO LATINA DE ECONOMIA POLÍTICA DA INFORMAÇÃO, DA COMUNICAÇÃO E DA CULTURA (ULEPICC), 2012, Rio de Janeiro. **Anais Encontro ULEPICC Brasil**, 2012 – versão online, 2012. Disponível em: <<http://migre.me/i5Vqw>>. Acesso em: 08 nov. 2013.

CARVALHO, Carlos Alberto de. Desafios na utilização do conceito de acontecimento em coberturas jornalísticas sobre homofobia. In: XXXII CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO, 2009, Curitiba, 4 a 7 de setembro. **Anais do Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação**. São Paulo: Intercom, 2009. v. 1. p. 1-17. Disponível em: <<http://migre.me/i5U9j>>. Acesso em: 05 ago. 2012.

CARVALHO, Sérgio Resende. Os múltiplos sentidos da categoria "empowerment" no projeto de Promoção à Saúde. **Cadernos de Saúde Pública** (FIOCRUZ), v. 20, n.4, p. 1088-1095, 2004. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/csp/v20n4/24.pdf>>. Acesso em: 10 dez. 2013.

DAHLBERG, L. Computer-Mediated Communication and the Public Sphere: A Critical Analysis. **Journal of Computer-Mediated Communication**, v.7, n. 1, 2001. Disponível: <<http://migre.me/i5VAP>>. Acesso em: 4 nov. 2013.

DOWNING, J. D. H. **Mídia radical**: rebeldia nas comunicações e movimentos sociais. 2. ed. São Paulo: Editora Senac, 2004. 544p.

FACCHINI, Regina. Entre compassos e descompassos: um olhar para o campo e para a arena do movimento LGBT brasileiro. **Bagoas**: Revista de Estudos Gays, v. 1, p. 131-158, 2009. Disponível em: <http://www.cchla.ufrn.br/bagoas/v03n04art07_facchini.pdf>. Acesso em: 8 jul. 2013.

FACCHINI, Regina. Movimento homossexual no Brasil: recompondo um histórico. **Cadernos Arquivo Edgard Leuenroth** (UNICAMP), Campinas, v. 10, n.18- 19, p. 79-123, 2003. Disponível em: <<http://migre.me/h1MpC>>. Acesso em: 2 jul. 2013.

FACCHINI, Regina. **Sopa de letrinhas?**: Movimento homossexual e produção de identidades coletivas nos anos 90. Rio de Janeiro: Garamond, 2005. 301 p.

FACCHINI, Regina. Histórico da luta de LGBT no Brasil. In: Conselho Regional de Psicologia da 6ª Região (org.). **Psicologia e diversidade sexual**. Conselho Regional de Psicologia da 6ª Região – São Paulo: CRPSP, 2011. (Caderno Temático 11). Disponível em: <<http://migre.me/h1Msu>>. Acesso em: 12 ago. 2013.

FOUCAULT, M. **História da Sexualidade 1**: a vontade de saber. 17. ed. Rio de Janeiro: Graal, 2007a.

FOUCAULT, Michel. **Historia da sexualidade 2**: o uso dos prazeres. 9. ed. Rio de Janeiro: Graal, 2001. 232 p.

FOUCAULT, Michel; ALBUQUERQUE, Maria Thereza da Costa. **História da sexualidade 3**: o cuidado de si. 9. ed. Rio de Janeiro: Graal, 2007b. 246 p.

FRANÇA, Isadora Lins. Identidades coletivas, consumo e política: a aproximação entre mercado GLS e movimento GLBT em São Paulo. **Horizontes Antropológicos**, n. 28, 2007. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ha/v13n28/a12v1328.pdf>>. Acesso em: 8 nov. 2013.

FERRARI, Anderson. Reflexões sobre a homofobia na escola. In: CASAGRANDE, Lindamir S. LUZ, Nanci Stanckida. CARVALHO, Maria Gomes de (orgs.). **Igualdade na**

diversidade: enfrentando o sexismo e a homofobia, 1. ed. Curitiba: Ed. UTFPR, p. 69-89, 2011.

GALLOWAY, Alexander. **Protocol:** how control exists after decentralization. Cambridge, Massachusetts: MIT Press, 2004.

GOHN, Maria da Glória. **Teorias dos movimentos sociais:** paradigmas clássicos e contemporâneos. 3. ed. São Paulo: Edições Loyola, 2002. 383 p.

GOHN, Maria da Glória. **Movimentos sociais no início do século XXI:** antigos e novos atores sociais. 4. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2010.

GOMES, Wilson. Opinião pública na Internet: uma abordagem ética das questões relativas à censura e liberdade de expressão na comunicação em rede. **COMPÓS**, n. 10, 2001. Disponível em: <<http://migre.me/i5VLC>>. Acesso em: 5 out. 2013.

GOMES, Wilson. Internet e participação política. In: GOMES, Wilson; MAIA, Rousiley C. M.. **Comunicação e democracia:** problemas e perspectivas. São Paulo: Paulus, p. 293-326, 2008b.

GOMES, Wilson. Da discussão à visibilidade. In: GOMES, Wilson; MAIA, R.C.M. **Comunicação e democracia:** problemas e perspectivas. São Paulo: Paulus, p.117-162, 2008a.

GRAEFF, Antonio. **Eleições 2.0:** a internet e as mídias sociais no processo eleitoral. São Paulo: Publifolha, 2009.

HABERMAS, J. **Direito e democracia:** entre facticidade e validade, v.2. 2.ed. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2003.

HABERMAS, J. Political Communication in Media Society: Does Democracy still enjoy an epistemic dimension? The impact of normative theory on empirical research. **Communication Theory**, v.16, n. 4, p. 411-426, nov. 2006. Disponível em: <<http://migre.me/i5Uk4>>. Acesso em: 4 maio 2012.

HABERMAS, J. Comunicação política na sociedade midiática: o impacto da teoria normativa na pesquisa empírica. **Líbero**, Ano XI, n. 21, p. 9-20, jun, 2008. Disponível em: <<http://migre.me/h1MBh>>. Acesso em : 2 ago. 2012.

HANDS, J.@ **is for Activism:** Dissent, Resistance and Rebellion in a Digital Culture. London: Pluto Press, 2011.

HANSEN, Messiluce da R. **Comunicação, democracia e esfera pública:** estruturas e dinâmicas da esfera pública em sociedades midiáticas. São Cristóvão: Editora UFS, 2013.

HANSEN, Messiluce da R. Esfera de visibilidade pública midiática, redes de comunicação e os atores coletivos da sociedade civil. In: NP Comunicação para a Cidadania, da VI ENCONTRO DOS NÚCLEOS DE PESQUISA DA INTERCOM, 2006, Brasília. **Anais do XXIX Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação**, 2006. Disponível em: <<http://migre.me/h1MG9>>. Acesso em: 03 fev. 2013.

HINE, Christine. **Etnografía Virtual.** Ed. UOC, 2004. 214p. (Nuevas Tecnologías y Sociedad. Coleção).

HOROCHOVSKI, Rodrigo Rossi. Empoderamento: definições e aplicações. 30º ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS.. **GT 18 – Poder Político e Controles Democráticos.** Disponível em: <<http://migre.me/i5UIW>>. Acesso em: 6 de jan. 2014.

JORDAN, Tim. **Activism!**. London: Reaktion Books, 2002.

JUNQUEIRA, Rogério Diniz. Homofobia: limites e possibilidades de um conceito em meio a disputas. **Bagoas: Revista de Estudos Gays**, v. 1, p. 1-22, 2007. Disponível em: <http://www.cchla.ufrn.br/bagoas/v01n01art07_junqueira.pdf>. Acesso em: 18 nov. 2013.

JURIS, Jeffrey. The new digital media and activism networking within anti-corporate globalization movements. **The Annals of the American Academy of Political and Social Science**, v. 597, p. 189-208, 2005. Disponível em: <<http://migre.me/i5VX3>>. Acesso em: 20 jan. 2014.

KAPLAN, Andreas M.; HAENLEIN, Michael. Users of the world, unite! The challenges and opportunities of Social Media. **Business Horizons** 53, p. 59-68, 2010. Disponível em: <<http://openmediart.com/log/pics/sdarticle.pdf>>. Acesso em: 8 jan. 2014.

LACERDA, Paula. **O drama encenado: assassinatos de gays e travestis na imprensa carioca**. 2006. 127 p. Dissertação (Mestrado em Saúde Coletiva). Instituto de Medicina Social, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2006. Disponível: <<http://migre.me/i5UFe>>. Acesso em: 19 nov. 2013.

MACHADO, Jorge Alberto S. Ativismo em rede e conexões identitárias: novas perspectivas para os movimentos sociais. **Sociologias** [online]. Porto Alegre, v. 9, n.18, p. 248-285, Jul/Dez. 2007. Disponível em: <<http://migre.me/i5W09>>. Acesso em: 19 ago. 2013.

MAIA, Rousiley C. M. Redes cívicas e internet: do ambiente informativo denso às condições de deliberação pública. In: EISENBERG, José; CEPIK, Marco (orgs.). **Internet e Política: teoria e prática de democracia eletrônica**. Belo Horizonte: Editora UFMG, p. 46-72, 2002.

MAIA, Rousiley, C. M.; CASTRO, Maria Céres P. S. (Org.). **Mídia, esfera pública e identidades coletivas**. Belo Horizonte: EdUFMG, 2006. 247 p.

MAIA, Rousiley C. M. Redes cívicas e Internet: efeitos democráticos do associativismo. In: GOMES, Wilson; MAIA, Rousiley C. M.. **Comunicação e democracia: problemas e perspectivas**. São Paulo: Paulus, p. 327-348, 2008c.

MAIA, Rousiley C. M.. Democracia e a Internet como esfera pública virtual. In: GOMES, Wilson; MAIA, Rousiley C. M. **Comunicação e democracia: problemas e perspectivas**. São Paulo: Paulus, p. 277-292, 2008d.

MAIA, Rousiley C. M. Mídia e deliberação: atores críticos e o uso público da razão. 2006. In: MAIA, Rousiley, C. M.; CASTRO, Maria Céres P. S. (Org.). **Mídia, esfera pública e identidades coletivas**. Belo Horizonte: EdUFMG, 2006. 247 p.

MAIA, Rousiley C. M. Visibilidade midiática e deliberação pública. In: GOMES, Wilson; MAIA, Rousiley C. M. **Comunicação e democracia: problemas e perspectivas**. São Paulo: Paulus, p. 165-194, 2008a. 372 p

MAIA, R. C. M. (Coor.). Deliberação e mídia. In: MAIA, Rousiley. **Mídia e deliberação**. Rio de Janeiro: FGV, p. 93-122, 2008b. 380 p.

MARANHÃO F., Eduardo M. A. Inclusão de travestis e transexuais através do nome social e mudança de prenome: diálogos iniciais com Karen Schwach e outras fontes. **Oralidades** (USP), v. 11, p. 89-116, 2012. Disponível em: <<http://migre.me/i5Sn1>>. Acesso em: 7 dez. 2013.

MARQUES, Angela. C. S. Representações de vínculos homoeróticos em telenovelas: do estigma à reconstrução do sentido. **Ciberlegenda** (UFF, Online), v. 22, p. 40-58, 2010. Disponível em: <<http://migre.me/i5UHD>>. Acesso em: 20 jan. 13.

MARQUES, Angela. C. S.; NOGUEIRA, Erika. D. Estratégias de visibilidade utilizadas por movimentos sociais na internet. **Revista Comunicação Midiática** (Online), v. 7, p. 138-161, 2012. Disponível em: <<http://migre.me/h1MMs>>. Acesso em: 28 nov. 2013.

MARQUES, Ângela. Aspectos teórico-metodológicos do processo comunicativo de deliberação online. **Revista Brasileira de Ciência Política**, UnB, Brasília, v. 6, p. 19-40, 2011. Disponível em: <<http://migre.me/i5UJL>>. Acesso em: 19 jan. 2013.

MARQUES, Francisco Paulo Jamil Almeida. Debates políticos na internet: a perspectiva da conversação civil. **OPINIÃO PÚBLICA**, Campinas, v. 12, n. 1, p. 164-187, abril/maio, 2006. Disponível em: <www.scielo.br/pdf/op/v12n1/29402.pdf>. Acesso em: 10 fev. 2014.

DI FELICE, Massimo. Das tecnologias da democracia para as tecnologias da colaboração. In: DI FELICE, Massimo, (Org.). **Do público para as redes: a comunicação digital e as novas formas de participação social**. São Caetano do Sul, SP: Difusão Editora, p. 17-61, 2008.

MELUCCI, Alberto. **A invenção do presente: movimentos sociais nas sociedades complexas**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2001. 199p.

MORAES, Dênis de. **O ativismo digital**. Biblioteca online de Ciências da Comunicação da Universidade Federal Fluminense, 2001. Disponível em: <<http://migre.me/i5W2B>>. Acesso em: 15 ago. 2012.

MORAES, Dênis. **Comunicação alternativa, redes virtuais e ativismo: avanços e dilemas**. 2007. Disponível em: <<http://migre.me/i5W5M>>. Acesso em: 25 jan. 2014.

NASI, Lara; RADDATZ, Vera Lucia S.. Ciberativismo: espaço de comunicação e militância na Internet. In: XXXII CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO, 2009, Curitiba-PR, 4 a 7 de setembro. **Anais do Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação**. Curitiba: Intercom, p. 1-13, 2009. Disponível em: <<http://migre.me/i5SAv>>. Acesso em: 07 jul. 12.

OBAR, Jonathan A.; ZUBE, Paul; LAMPE, Clifford. Advocacy 2.0: An analysis of how advocacy groups in the United States perceive and use social media as tools for facilitating civic engagement and collective action. **Journal of Information Policy**, v. 2, Pennsylvania University State Park, p. 1-25, 2012. Disponível em: <<http://migre.me/i5SCj>>. Acesso em: 28 dez. 2013.

OROZCO GÓMEZ, G. Comunicação social e mudança tecnológica: um cenário de múltiplos desordenamentos. In: MORAES, Dênis de. (Org.). **Sociedade midiaticizada**. Rio de Janeiro: Mauad, p. 81-98, 2006.

PRADO, Marco Aurélio Máximo. Homofobia: muitos fenômenos sob o mesmo nome. In: BORRILLO, Daniel. **Homofobia: história e crítica de um preconceito**. Belo Horizonte: Autêntica, 2010. 141 p.

PEREIRA, Marcus A. **Internet e mobilização política: os movimentos sociais na era digital**. Trabalho apresentado no IV ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO DOS PESQUISADORES BRASILEIROS EM COMUNICAÇÃO E POLÍTICA (Compolítica), realizada no Rio de Janeiro, de 13 a 15 de abril de 2011, p.1-26. Disponível em: <<http://migre.me/i5SIC>>. Acesso em: 07 out. 12.

PEREIRA, Ferdinand Cavalcante. O que é empoderamento. **Sapiencia**, Teresina, v. 8, p. 1 - 1, 09 jun. 2006. Disponível em: <<http://migre.me/i5SLf>>. Acesso em: 7 jan. 2014.

PERUZZO, Cecília K. **Comunicação nos movimentos populares: a participação na construção da cidadania**. 3. ed. Petrópolis (RJ): Vozes, 1998. 342 p.

- PERUZZO, Cecília K. **Televisão comunitária**. Rio de Janeiro: Mauad X, 2007. 200 p.
- PRUDENCIO, K. C. S. **Mídia ativista: a comunicação dos movimentos por justiça global na Internet**. Tese de doutorado: PPGSP, Florianópolis-SC, 2006. Disponível em: <<http://migre.me/h1NnB>>. Acesso em: 12 jul. 2012.
- RAMOS, Silvia. Violência e homossexualidade no Brasil: as políticas públicas e o movimento homossexual. In: GROSSI, M. P. et al. (orgs.). **Movimentos sociais, educação e sexualidades**. Rio de Janeiro: Garamond, p. 31-44, 2005.
- RAMOS, Silvia; CARRARA, Sérgio L.. A constituição da problemática da violência contra homossexuais: a articulação entre ativismo e academia na elaboração de políticas públicas. **Physis**. Revista de Saúde Coletiva, v. 16, p. 185-205, 2006. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/physis/v16n2/v16n2a04>>. Acesso em: 5 dez. 13.
- RECUERO, Raquel. **Redes sociais na internet**. Porto Alegre: Sulina, 2009. 191 p. Disponível em: <<http://migre.me/i5WdS>>. Acesso em: 5 jan. 2013.
- RECUERO, Raquel; ZAGO, Gabriela. Em busca das redes que importam: redes sociais e capital social no Twitter. **Líbero** (FACASPER), v. 12, p. 81-94, 2009. Disponível em: <<http://migre.me/i5W11>>. Acesso em: 08 ago. 2012.
- RIGITANO, Maria Eugênia Cavalcanti. **Redes e ciberativismo: notas para uma análise do Centro de Mídia Independente**. Biblioteca online de ciências da comunicação, 2005. Disponível em: <<http://migre.me/i5WoS>>. Acesso em: 03 abr. 2012.
- SALTER, L. Democracy, new social movements, and the internet. In: McCAUGHEY, M. And AYERS, M.D (eds.). **Cyberactivism: online activism in theory and practice**. New York: Routledge, 2003.
- SAMUEL, A. W. **Hactivism and the future of political participation**. Tese de doutorado. Cambridge, Massachusetts, setembro de 2004. Disponível em: <<http://migre.me/i5Wqj>>. Acesso em: 6 dez. 12.
- SANTOS, Fernando. O ciberativismo como ferramentas de grandes mobilizações humanas: das revoltas no Oriente Médio às ações pacíficas do Greenpeace no Brasil. **Revista Anagrama**, ECA-USP, São Paulo, v.5, n.1, 2011. Disponível em: <<http://migre.me/i5WtQ>>. Acesso em: 06 ago. 2013.
- SCHERER-WARREN, Ilse. **Redes de movimentos sociais**. 2. ed. São Paulo: Edições Loyola, 1996. 143p.
- SCHERER-WARREN, Ilse. Das mobilizações às redes de movimentos sociais. **Sociedade e Estado**, Brasília, v. 21, p. 109-130, 2006. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/se/v21n1/v21n1a07.pdf>>. Acesso em: 1 nov. 2013.
- SILVEIRA, S. A. Game-ativismo e a nova esfera pública interconectada. In: XXXII CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO. **Anais**. Curitiba: Intercom – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação/ Universidade Positivo, 2009. Disponível em: <<http://migre.me/i5WYf>>. Acesso em: 06 jul. 2012.
- SLATER, Don. Social relationships and identity online and off-line. In: Lievrouw, Leah and Livingstone, Sonia, (eds.) **Handbook of new media: social shaping and consequences of ICTs**. London, UK: Sage Publications, p. 533-546, 2002. Disponível em: <<http://migre.me/i5WwN>>. Acesso em: 8 fev. 2014.

- SOUZA, Queila e QUANDT Carlos. Metodologia de análise de redes sociais. In: DUARTE, Fábio; QUANDT, Carlos; SOUZA, Queila (orgs.). **O tempo das redes**. São Paulo: Perspectiva, 2008. 259 p.
- SOUZA, Paulo César C. **AIDS, mídia impressa e sexualidade**: práticas e comportamentos sexuais em tempos de HIV nos discursos de *Veja e IstoÉ*. Tese de doutorado: PPGCOM, Rio de Janeiro, UFRJ, 2001.
- SOUZA, Paulo César C. A enunciação midiática da sexualidade a partir da Aids: os discursos de *Veja e IstoÉ* nas décadas de 1980 e 1990. In: XXVIII CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO, 2005, Rio de Janeiro-RJ, 5 a 9 de setembro. **Anais do XXVIII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação**. Rio de Janeiro: Intercom, p. 1-16, 2005.
- SOUZA, R. L. S. A “cordialidade” na gramática política brasileira e seus efeitos na (in)definição de políticas universais e democráticas de comunicação. In: RAMOS, M. C.; SANTOS, Suzy (orgs.). **Políticas de comunicação**: buscas teóricas e práticas. São Paulo: Paulus, p. 149-172, 2007.
- TAYLOR, V.; VAN DYKE, N. “Getup, Stand up”: Tactical Repertoires of Social Movements. In: Snow, David A. (Org.); SOULE, Sara A. (Org.); KRIESI, Hanspeter. (Org.) **The Blackwell Companion to Social Movements**. Oxford: Blackwell Publishing, 2004. Disponível em: <<http://migre.me/i5WCp>>. Acesso em: 11 set. 13.
- TILLY, C. **Regimes and repertoires**. Chicago: The University of Chicago Press, 2006.
- THOMPSON, J. B. **A mídia e a modernidade**: uma teoria social da mídia. 9. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008. 261 p.
- VIANNA, Adriana R. B.; LACERDA, Paula. **Direitos e políticas sexuais no Brasil**: o panorama atual. Rio de Janeiro: CLAM/IMS, 2004. 245 p. Disponível em: <<http://migre.me/i5TDO>>. Acesso em: 17 dez. 13.
- VILLEGAS, Manuel Andrés M. De la etnografía antropológica a la etnografía virtual: Estudio de las relaciones sociales mediadas por internet. **Rev. Vzlana. de Soc. y Ant.**, Mérida, v. 18, n. 53, dic. 2008. Disponível em: <<http://migre.me/i5YiX>>. Acesso em: 4 jun. 2013.
- VITAL, Christina e LOPES, Paulo Victor L. **Religião e política**: uma análise da atuação de parlamentares evangélicos sobre direitos das mulheres e de LGBTs no Brasil. Rio de Janeiro: Fundação Heinrich Böll, 2012. 228 p.
- VIZER, Eduardo. Movimentos sociais: novas tecnologias para novas militâncias. In: FERREIRA, Jairo e VIZER, Eduardo (orgs.). **Mídia e movimentos sociais**: linguagens e coletivos em ação. São Paulo: Paulus, p. 23-51, 2007.
- UGARTE, D. **O poder das redes**. Porto Alegre, RS: EdiPUCRS, 2008.
- VEGH, S. Classifying forms of online activism: the case of cyber protests against the World Bank. In: MCCAUGHEY, M., AYERS, M.D (Org.). **Cyberactivism**: online activism in theory and practice. New York, London: Routledge, 2003.
- VAN LAER, J.; VAN AELST, P. Internet and Social Movement Action Repertoires: Opportunities and limitations. **Information, Communication & Society**. v. 13, n. 8, p. 1146-1171, 2010. Disponível em: <<http://migre.me/i5WII>>. Acesso em: 10 nov. 2013.
- WARKEN, Roberto Luiz. **Direitos sexuais são direitos humanos?** As possibilidades de mediação emancipatória de um site sobre educação sexual, 2004. Dissertação (Mestrado em

Educação e Cultura). Universidade do Estado de Santa Catarina – UDESC. Florianópolis, 2004. Disponível em: <http://www.glssite.net.144f>. Acesso em: 12/11/2013.

WILHELM, A. A democracia dividida: a internet e a participação política nos Estados Unidos. In: EISENBERG, José; CEPIK, Marco (orgs.). **Internet e Política**: teoria e prática de democracia eletrônica. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2002. 314 p.

WOLF, Mauro. **Teorias da Comunicação**. Lisboa: Editorial Presença, 2003.271 p.

APÊNDICE

Apêndice A - guia de entrevista semi-estruturada com a diretoria da ABGLT

Breve perfil:

Nome completo, idade, onde mora, onde nasceu, formação profissional, ocupação atual, trajetória de militância política e de ativismo, atividades desenvolvidas atualmente etc.

Quando e por que você começou a se envolver com o movimento LGBT?

Quando e como surgiu a ideia de formação da ABGLT, e quem foram os seus fundadores?

Quando e como ela passou a atuar em rede? Qual a proposta da Aliança Nacional LGBT?

A partir de que momento (ou contexto) a rede Aliança Nacional começou a se consolidar, em termos de participação, visibilidade e conquistas? Quais são as frentes de luta prioritárias dessa rede (Congresso, grande mídia, Executivo etc.)?

Qual o perfil médio dos integrantes da associação e da rede (trajetórias dos participantes em movimentos sociais, partidos, ONGs, universidades, entidades de classe, espaços de sociabilidade; tipo de ativismo; qualificação, formação etc.)?

Qual o papel da Internet, da lista de discussão e das mídias sociais para as ações da ABGLT e a mobilização política das lutas anti-homofobia no Brasil?

Como a rede articula as discussões e iniciativas *online* com as ações ativistas *off-line*?

Como o movimento avalia os embates com o Congresso Nacional nas questões anti-homofobia, especialmente diante do crescimento da "bancada evangélica" e dos casos "Feliciano" e "Cura Gay"?

Apesar da grande pressão de setores da sociedade, o deputado Marco Feliciano permaneceu na Comissão de Direitos Humanos. Que impactos isso trouxe para a luta anti-homofobia?

No Congresso, a atuação do movimento anti-homofobia tem sido mais no sentido de combater retrocessos. Isso prejudica a mobilização em torno de uma agenda positiva no plano nacional?

A retirada do projeto da "Cura Gay" da pauta da Câmara representa uma vitória para o movimento LGBT? Em que aspectos?

Qual o papel da rede nas articulações contra o projeto? Que fatores levaram a essa conquista?

Como a ABGLT avalia o papel da chamada grande mídia em relação à questão da cidadania LGBT e da homofobia?

Em relação ao caso da revista *Veja*, referente à publicação do artigo homofóbico "Parada gay, cabra e espinafre", que tipo de reação foi mais importante: as notas de repúdio e o posicionamento de entidades e autoridades, as críticas públicas em blogs e nas mídias sociais ou o envio em massa de cartas à redação?

A ABGLT conseguiu o direito de resposta? Quais os resultados práticos das mobilizações contra a revista *Veja*?

No caso da publicação do anúncio homofóbico "Pernambuco não te quer", no jornal *Folha de Pernambuco*, a ABGLT conseguiu uma retratação pública do jornal e recebeu o apoio do Ministério Público. Houve um maior êxito nesse caso do que no da revista *Veja*?

Quais as principais conquistas do movimento LGBT e os principais desafios ainda a serem vencidos?

Apêndice B - guia de entrevista com os ativistas e lideranças da rede

Breve perfil:

Nome completo, idade, onde mora, onde nasceu, formação profissional, ocupação atual, trajetória de militância política e de ativismo, atividades desenvolvidas etc.

Quando e por que você começou a se envolver com o movimento LGBT?

Você é filiado a ABGLT ou a outra entidade LGBT? Qual seu percurso de ativismo até chegar ao grupo de discussão Aliança Nacional LGBT?

A partir de que momento (ou contexto) a rede começou a se consolidar, em termos de participação, visibilidade e conquistas? Quais são as frentes de luta prioritárias dessa rede (Congresso, grande mídia, Executivo etc.)?

Em relação aos ativistas mais ativos da rede, qual o perfil médio dos integrantes (escolaridade, vinculação partidária e/ou movimentos sociais, universidade, entidades de classe, grupos de apoio)? Cite o nome de pelo menos cinco pessoas mais ativas na lista de discussão.

Qual o papel da Internet, da lista de discussão e das mídias sociais para a mobilização política das lutas anti-homofobia no Brasil?

Como a rede articula as discussões e iniciativas *online* com as ações ativistas *off-line*?

Como você avalia os embates com o Congresso Nacional nas questões anti-homofobia, especialmente diante do crescimento da "bancada evangélica" e dos casos "Feliciano" e "Cura Gay"?

No Congresso, o ativismo anti-homofobia tem sido mais no sentido de combater retrocessos. Isso prejudica a mobilização em torno de uma agenda positiva no plano nacional?

A retirada do projeto da "Cura Gay" da pauta da Câmara representa uma vitória para o movimento LGBT? Que fatores levaram a essa conquista?

Qual o papel da rede nas articulações contra o projeto?

O movimento LGBT conseguiu o apoio da opinião pública e de boa parte da sociedade nos casos "Fora Feliciano" e "Cura Gay". Por quê?

Como você avalia o papel da chamada "grande mídia" em relação à questão da cidadania LGBT e da homofobia?

Tenho observado que a rede é altamente midiática. Sempre que chega uma denúncia, um artigo, um vídeo, um anúncio homofóbico, uma declaração de um artista ou celebridade, os ativistas são muito atentos a essas questões e de imediato interveem, buscam os mecanismos legais e o direito de resposta. Fale um pouco sobre isso.

Em relação ao caso da revista *Veja*, referente à publicação do artigo homofóbico "Parada gay, cabra e espinafre", que tipo de reação foi mais importante: as notas de repúdio e o

posicionamento de entidades e autoridades, as críticas publicadas em blogs e nas mídias sociais ou o envio em massa de cartas à redação? O movimento saiu vitorioso nesse caso?

No caso da publicação do anúncio homofóbico “Pernambuco não te quer”, no jornal Folha de Pernambuco, a atuação o movimento teve mais resultado prático do que no caso da revista? Por quê?

Dentro da rede esses casos midiáticos repercutem, mas fora dela também. Muitas vezes a grande mídia noticia, os ativistas, simpatizantes e apoiadores divulgam nas mídias sociais, nas suas listas de e-mails, em blogs. Como você avalia isso?

Quais as principais conquistas do movimento LGBT e os principais desafios ainda a serem vencidos?

Apêndice C - Relação dos ativistas contactados para a entrevista

Alcy Joaquim Ramalho Filho

Beto Paes

Carlos Magno Fonseca

Celso Francisco Tondin

Dan Jung

Davi Kenno

Edith Modesto

Elismar Cândido da Silva

Evaldo Amorim

Fábio Pestana

Gésner Braga

Gustavo Don

João Marinho

Julian Rodrigues

Juliana Souza

Julio Moreira

Justo Favaretto

Maria Guilhermina Salasario

Patrícia Mannaro

Paulo Iotti

Ricardo Pereira

Sergio Viula

Toni Reis

Wesley Francisco da Silva

ANEXO

Anexo A – Entrevistas semi-estruturadas com a diretoria e presidência da ABGLT (vide CD)

Anexo B – Entrevistas semi-estruturadas com os ativistas da rede LGBT (vide CD)